UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LUCAS MAIA FELIPPE BACAS

**Um intelectual a serviço do New Deal: o projeto reformista de
Thurman Arnold para os Estados Unidos em *The Symbols of
Government e The Folklore of Capitalism* (1935-1937)**

Versão Corrigida

SÃO PAULO

2019

LUCAS MAIA FELIPPE BACAS

**Um intelectual a serviço do New Deal: o projeto reformista de
Thurman Arnold para os Estados Unidos em *The Symbols of
Government e The Folklore of Capitalism* (1935-1937)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História Social da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para a obtenção do
título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Mary Anne Junqueira

Versão Corrigida

SÃO PAULO

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B116i

Bacas, Lucas Maia Felipe Um intelectual a serviço do New Deal: o projeto reformista de Thurman Arnold para os Estados Unidos em *The Symbols of Government* e *The Folklore of Capitalism* (1935-1937) / Lucas Maia Felipe Bacas ; orientadora Mary Anne Junqueira. - São Paulo, 2019. 226 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. História dos Estados Unidos. 2. Intelectuais. 3. Crise Econômica. 4. Política e Governo. I. Junqueira, Mary Anne, orient. II. Título.

fflch

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Lucas Maia Felipe Bacas

Data da defesa: 09 / 12 / 2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Profa. Dra. Mary Anne Junqueira

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 05/02/2020

(Assinatura do(a) orientador(a))

BACAS, Lucas Maia Felipe. *Um intelectual a serviço do New Deal: o projeto reformista de Thurman Arnold para os Estados Unidos em The Symbols of Government e The Folklore of Capitalism (1935-1937)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. (a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. (a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. (a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Departamento de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo pela bolsa de Mestrado concedida entre julho de 2017 e junho de 2019, que possibilitou minha dedicação integral para a realização da pesquisa.

À minha orientadora Mary Anne Junqueira, pois sem a atenção, o cuidado e a paciência, eu não seria capaz de produzir o trabalho. Professora Mary, jamais esqueerei o tanto que você me ajudou nesse processo todo, desde as aulas de História dos Estados Unidos antes de eu começar o Mestrado, até a desafiadora redação dos capítulos. Sem dúvidas, você é responsável por grande parte do meu desenvolvimento como pesquisador e como historiador nos últimos anos.

Aos professores Flávio Limoncic e Francisco Carlos Palomanes Martinho pelas contribuições e apontamentos desde o exame de qualificação, assim como também ao Professor Felipe Loureiro, pela disponibilidade em aceitar o convite para auxiliar no trabalho que buscamos desenvolver a partir de críticas e ideias. Sou bastante grato a vocês pela ajuda em pensar o *New Deal* e o âmbito intelectual, principalmente nos anos 1930.

Aos meus familiares em Brasília, minha mãe Stella Maris, padrasto João Batista, meu pai Mauro Bacas e madrastra Tatiane, além de Dona Elza e da Rosa. Também aqueles no Rio de Janeiro, minha avó Maria José, tia Reynildes, Celeste e Marco, meu primo Felipe Antônio e em memória, ao meu avô Tarcísio Maia. Sem o apoio de vocês o caminho seria muito mais difícil.

Minha esposa e companheira Maria Eduarda da Trindade dos Reis, pelo amor, pelo apoio e principalmente pela paciência em me aguentar durante os momentos críticos da pesquisa. Eu não poderia desejar alguém melhor para estar ao meu lado. Da mesma forma, agradeço bastante aos demais membros da família Trindade Reis: meus sogros Anna Maria e Sebastião, meu cunhado Hugo e à Dona Maria Luiza.

Sou muito grato aos amigos e colegas que fiz durante essa trajetória na Universidade de São Paulo. Em especial ao Emilio Colmán, Gabriela Xabay, Henrique Goulart e Michel Rocha. A amizade de vocês me ajudou bastante a lidar com o “*wilderness*” que por vezes é a cidade de São Paulo. Igualmente agradeço aos colegas de orientação, grupo de estudos, organização do ENEUA e do LEHA.

Aos grandes amigos que seguem em Brasília: o casal Gustavo e Nívea, além dos amigos Ian, Lucas Bastos e Mateus por todo o apoio e pelas ótimas discussões mesmo à distância.

RESUMO

BACAS, Lucas Maia Felipe. *Um intelectual a serviço do New Deal: o projeto reformista de Thurman Arnold para os Estados Unidos em The Symbols of Government e The Folklore of Capitalism (1935-1937)*. 2019. 226 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Esta pesquisa analisa o projeto político de Thurman Arnold desenvolvido particularmente em dois livros importantes publicados pelo autor norte-americano: *The Symbols of Government* (1935) e *The Folklore of Capitalism* (1937). Arnold foi proponente reformista, influente formulador de políticas públicas e intelectual engajado no *New Deal* de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), o programa capitaneado pelo presidente democrata com a finalidade de reverter a situação do país após a crise de 1929 que mergulhara os Estados Unidos em profunda Depressão. Nos propomos a analisar a maneira como Arnold defendeu o *New Deal* em seus escritos e de que forma ele compreendia o cenário econômico e social da Grande Depressão, por meio de diagnósticos e de soluções que ele sugeria ao seu leitor. Também consideramos como seus discursos repercutiram e como se inseriam nos debates do momento, além de verificarmos a contribuição de suas obras para o estudo do *New Deal* e dos Estados Unidos dos anos 1930.

Palavras-chave: História dos Estados Unidos, Grande Depressão, New Deal, Intelectuais, Thurman Arnold.

ABSTRACT

BACAS, Lucas Maia Felipe. *An intellectual in service of the New Deal: Thurman Arnold's reformist project for the United States in The Symbols of Government and The Folklore of Capitalism (1935-1937)*. 2019. 226 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019, São Paulo.

This research focuses on analyzing the political project of Thurman Arnold based on two important books published by the American writer: *The Symbols of Government* (1935) and *The Folklore of Capitalism* (1937). Arnold was a reformist, prominent policymaker and intellectual engaged on Franklin Delano Roosevelt's (1933-1945) New Deal, the political program carried by the Democrat President that aimed to reverse the situation in the country after the 1929 crisis which plunged the United States into a deep Depression. We intend to analyze the way Arnold defended the New Deal in his writings and how he comprehended the economic and social scenario of the Great Depression through the diagnostics and the solutions he proposed to his reader. We also consider how his speeches resonated and integrated the debates of the period while also verifying the contribution of his works for the study of the *New Deal* and the 1930's United States.

Keywords: American History, Great Depression, New Deal, Intellectuals, Thurman Arnold.

LISTA DE ABREVIATURAS

AAA – *Agricultural Adjustment Act*
ACWA – *Amalgamated Clothing Workers of America*
ADC – *Aid to Dependent Children*
AFL – *American Federation of Labor*
CCC – *Civilian Conservation Corps*
CIO – *Congress of Industrial Organizations*
CWA – *Civil Works Administration*
FCC – *Federal Communications Commission*
FERA – *Federal Emergency Relief Administration*
FLSA – *Fair Labor Standards Act*
ILGWU – *International Ladies' Garment Workers' Union*
IWW – *Industrial Workers of the World*
NIRA – *National Industrial Recovery Act*
NLRA – *National Labor Relations Act*
NLRB – *National Labor Relations Board*
NRA – *National Recovery Administration*
PUHCA – *Public Utilities Holding Company Act*
PRERA – *Puerto Rico Emergency Relief Administration*
RFC – *Reconstruction Finance Corporation*
SEC – *U.S. Securities and Exchange Commission*
SSA – *Social Security Act*
TNEC – *Temporary National Economic Committee*
TVA – *Tennessee Valley Authority*
UMW – *United Mine Workers*
WIB – *War Industries Board*
WPA – *Works Progress Administration*

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – Thurman Arnold fazendo juramento para o cargo de <i>Assistant Attorney General</i> (Procurador Geral Adjunto).....	70
IMAGEM 2 – Arnold e o senador Joseph O’Mahoney em Washington.....	164
IMAGEM 3 – Arnold, O’Mahoney, Frank e Hugh Cox no Congresso.....	202
IMAGEM 4 – Charge de Arnold publicada em jornal novaiorquino.....	209

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE THURMAN ARNOLD: DA GRANDE DEPRESSÃO AO NEW DEAL DE FRANKLIN D. ROOSEVELT (1891-1937).....	26
1.1 Formação inicial: do Wyoming ao Leste dos Estados Unidos (1891-1918).....	26
1.1.1 <i>A volta para Laramie e a entrada na vida pública (1918-1926).....</i>	<i>30</i>
1.1.2 <i>Mudança de carreira e cidade (1926-1930).....</i>	<i>32</i>
1.1.3 <i>Arnold em Yale: propostas reformistas do realismo legal (1930-1937).....</i>	<i>35</i>
1.2 O New Deal de Roosevelt e os Estados Unidos da Grande Depressão.....	37
1.2.1 <i>New Deal: negócios, trabalho e governo.....</i>	<i>41</i>
1.2.2 <i>Um “Segundo” New Deal: o fim do ideal de cooperação.....</i>	<i>46</i>
1.3 Liberalismo nos Estados Unidos: das origens no séc. XIX à Grande Depressão.....	50
1.3.1 <i>Os Intelectuais do “Primeiro” New Deal.....</i>	<i>59</i>
1.3.2 <i>Os intelectuais do “Segundo” New Deal: atomistas e a grande unidade.....</i>	<i>61</i>
1.3.3 <i>Pluralistas industriais e os acordos coletivos.....</i>	<i>63</i>
1.3.4 <i>Os realistas legais e o fortalecimento do governo.....</i>	<i>65</i>
1.4 O chamado de Washington (1933-1938).....	68
CAPÍTULO 2 – DIAGNÓSTICOS SOBRE A SOCIEDADE NORTE-AMERICANA DURANTE A DEPRESSÃO: A DEFESA DO NEW DEAL.....	73
2.1 Os diagnósticos em Symbols (1935).....	74
2.1.1 <i>Os princípios cristalizados da economia.....</i>	<i>83</i>
2.1.2 <i>O papel do judiciário e os “ideais enraizados nas Leis”.....</i>	<i>95</i>
2.1.2.1 <i>As decisões da Suprema Corte e a oposição às reformas.....</i>	<i>98</i>
2.2 Os diagnósticos de Arnold em Folklore (1937).....	104
2.2.1 <i>As controvérsias em torno da Suprema Corte.....</i>	<i>112</i>
2.2.2 <i>Crítica de Arnold aos defensores do liberalismo clássico.....</i>	<i>115</i>
2.2.3 <i>Perspectiva do autor sobre as grandes indústrias durante a Grande Depressão.....</i>	<i>124</i>
2.2.4 <i>Questionamentos na aplicação das leis antitruste nos Estados Unidos.....</i>	<i>128</i>

CAPÍTULO 3 – O CAMINHO PARA A RECUPERAÇÃO: UM ESTADO COMPROMETIDO COM POLÍTICAS SOCIAIS E A IMPORTÂNCIA DO INTELLECTUAL NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS.....	133
3.1 Uma Filosofia Social “humanitária” para o futuro.....	134
3.1.1 <i>New Deal</i> como “proposta razoável” em oposição ao nazifascismo e ao comunismo.....	139
3.1.2 Pragmatismo e ação direta: uma nova postura para formuladores de políticas públicas reformistas.....	143
3.1.2.1 A máquina eleitoral como exemplo de organização prática.....	149
3.1.3 O uso da Psicologia Social na formulação de políticas públicas.....	152
3.2 O liberalismo nas propostas de Thurman Arnold: o papel do intelectual e a participação popular.....	159
CAPÍTULO 4 – RECEPÇÕES DE SYMBOLS E FOLKLORE: THURMAN ARNOLD NOS DEBATES DOS ANOS 1930.....	168
4.1 Recepção de Symbols.....	169
4.1.1 <i>Arnold e o marxismo no debate com Harold J. Laski</i>	176
4.2 Arnold entre Symbols e Folklore: a busca por um cargo no governo e as negociações para ampliar a circulação de suas obras (1936-1937).....	179
4.3 Recepção de Folklore.....	185
4.3.1 <i>Um ataque ao elitismo de Thurman Arnold</i>	194
4.3.2 <i>A crítica de Henry Hazlitt no The New York Times</i>	197
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	203
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	217

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de Mestrado tem como foco a análise do projeto político do intelectual norte-americano Thurman Arnold (1891-1969), um influente proponente de políticas reformistas engajado no *New Deal* do presidente democrata Franklin Delano Roosevelt. Arnold se tornou um proeminente escritor durante os anos 1930, se notabilizando como um grande defensor das reformas que os liberais propunham para os Estados Unidos durante a Grande Depressão.¹ Também teve grande repercussão no cerne do empreendimento democrata, se destacando como uma das figuras mais conhecidas do governo.² Homem preocupado com as questões de seu tempo, mas, conforme veremos, também possuía interesses pessoais em relação ao *New Deal* e a possibilidade de fazer parte da administração Roosevelt.

Arnold, nascido em Laramie, no Wyoming, era de origem protestante e teve uma extensa trajetória pessoal: foi advogado em Chicago, político em sua cidade natal e professor universitário em West Virginia e na Yale University, em New Haven, Connecticut. Dividiu seus anos de formação entre o Meio-Oeste e algumas das mais prestigiadas universidades dos Estados Unidos. Também se destacou na proposição de reformas para o funcionamento das cortes norte-americanas e na abordagem multidisciplinar entre Direito, Ciências Sociais e Psicologia Social.

Decerto essas experiências pessoais moldaram a visão de Arnold sobre o seu tempo, mas é igualmente importante na formação do autor a sua aproximação com influentes indivíduos do meio acadêmico norte-americano. Arnold esteve em contato direto, já no final dos anos 1920, com intelectuais progressistas que participaram diretamente do *New Deal*. A aproximação do governo com esses homens de conhecimento vindos de prestigiosas universidades norte-americanas despertou a atenção de Thurman Arnold, que via a situação com bons olhos. Portanto, levando em consideração as oportunidades que o governo Roosevelt oferecia, passou também a

¹ Os termos “liberal” e “liberalismo” serão aqui utilizados no sentido empregado nos Estados Unidos, de defensores de projetos reformistas por parte do Estado e que advogam em favor de políticas sociais. Como forma de diferenciação das propostas associadas à chamada ortodoxia econômica, usaremos os termos “liberalismo clássico” e “*laissez-faire*”. Ver: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010; FRASER, Steve; GERSTLE, Gary. (org.) *The Rise and fall of the New Deal order, (1930-1980)*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

² De acordo com seu biógrafo Spencer Waller, Arnold era juntamente com o então chefe do FBI – *Federal Bureau of Investigation* – J. Edgar Hoover (1895-1972), um dos nomes ligados à administração Roosevelt mais conhecidos. Ver: WALLER, Spencer Weber. *Thurman Arnold: A Biography*. Edição Kindle. New York, New York University Press, 2005.

defender as políticas do *New Deal* e a buscar soluções para os problemas dos Estados Unidos.

Os anos 1930 foram de grande agitação para Thurman Arnold e para o país. O contexto era de crise econômica, que assolava o país e passava a colocar em xeque a crença no liberalismo clássico, além de abalar as convicções dos norte-americanos em torno do capitalismo e da democracia. Diferentes resoluções para os problemas dos Estados Unidos eram discutidas nesse momento e Arnold não se furtou em contribuir com os pensadores da época.

Em suas obras mais importantes, *The Symbols of Government* (1935) e *The Folklore of Capitalism* (1937), o autor se pôs a observar os problemas dos norte-americanos. Ele considerava que as ações da sociedade estavam fortemente amparadas em crenças arraigadas – mas infundadas – em torno de preceitos do liberalismo clássico. Para o autor, tais crenças não permitiam que se divisassem saídas para a Grande Depressão.³ Para ele, a crise de 1929 e a Grande Depressão eram comprovações da ineficácia do liberalismo clássico, cujo livre mercado era visto por muitos, não como criação humana, mas como sistema poderoso com vida, regras e ação próprias. Segundo Arnold, as tais crenças eram de longo alcance e se desdobravam nas certezas de que a interferência do Estado, portanto dos homens, ao invés de regular, poderia prejudicar o bom desenvolvimento da economia que tinha os próprios mecanismos

A partir dessas obras e, em segundo plano, o relato autobiográfico de Arnold, *Fair Fights and Foul: A Dissenting Lawyer's Life*, além do livro de correspondências pessoais do autor editado por Gene M. Gressley, *Voltaire and the Cowboy: The Letters of Thurman Arnold*, procuramos compreender o projeto político de Thurman Arnold entre os anos de 1935 e 1937.⁴ Ainda que retroceda e proceda além desses dois anos, esse marco temporal nos oferece uma boa compreensão da perspectiva do autor.

Trata-se de um período determinante, pois, por um lado, é marcado por propostas mais radicais de intervenção do Estado na economia e no interior do próprio *New Deal*. Por outro, o crescimento do autoritarismo e a possibilidade da Segunda Guerra Mundial tornaram o *New Deal* uma aposta de manutenção da democracia em face do que ocorria na Europa. Esses anos também nos permitem visualizar o momento em que Thurman

³ ARNOLD, Thurman. *The Symbols of Government*. 4. ed. New Haven: Yale University Press, 1941; ARNOLD, Thurman. *The Folklore of Capitalism*. 2. Ed. New Haven: Yale University Press, 1937.

⁴ ARNOLD, Thurman. *Fair Fights and Foul. A Dissenting Lawyer's Life*. New York: Harcourt, Brace & World, 1965; GRESSLEY, Gene M. *Voltaire and the Cowboy: The Letters of Thurman Arnold*. Boulder: Colorado Associated University Press, 1979.

Arnold esmerou sua defesa às reformas do governo, pois acreditava nas reformas e ambicionava ascender a um cargo de importância em Washington.

Ainda que Arnold tenha escrito um terceiro livro anos depois, nosso recorte se restringe ao período anterior à entrada do autor no governo, quando seu foco ainda estava na defesa do *New Deal* e na proposição de reformas políticas. Em *The Bottlenecks of Business* (1940), Arnold mudou suas atenções para a promoção de seu projeto pessoal junto à Divisão Antitruste.⁵

Como veremos ao longo dos capítulos, o discurso de Arnold, de maneira geral, é em favor da defesa de um novo papel para o Estado na economia e na sociedade norte-americana. Ele acreditava que, para que o país pudesse se recuperar da crise, era necessário que o governo assumisse novas funções, principalmente no desenvolvimento de políticas sociais e na regulação dos grandes negócios. Arnold não havia perdido sua fé no capitalismo, pelo contrário, ele esperava poder reformá-lo e assim preservar a democracia nos Estados Unidos. A radicalização do período e o crescimento do autoritarismo preocupavam o autor, que esperava convencer seus leitores de que as soluções para o país passavam pelo reformismo do *New Deal*.

Historiografia sobre o New Deal

Para melhor compreender Thurman Arnold, é necessário examinar o contexto e as discussões nas quais o autor se inseria. Portanto, para a composição do trabalho, nos atentamos para a historiografia sobre o *New Deal*. Importante considerarmos que desde a década de 1950, historiadores, economistas, cientistas políticos e especialistas no Direito se debruçaram sobre o *New Deal*. O tema tem sido até hoje abordado através de diferentes óticas e posicionamentos, de forma a defender ou criticar as políticas do período.

As primeiras investigações em torno do fenômeno do *New Deal* surgiram pouco tempo após a morte de Roosevelt (1882-1945), quando biografias do presidente passaram a ser publicadas. Optamos aqui por considerar *The Age of Roosevelt*, escrito por Arthur Schlesinger Jr, como a principal entre as primeiras contribuições acadêmicas para a análise do objeto. O primeiro dos três volumes da obra, lançado em 1956, definiu os rumos para as futuras pesquisas do tema. O autor propôs padrões cíclicos para a história norte-americana, de forma a interpretar as políticas do governo Roosevelt como parte de uma tradição reformista que datava dos primeiros dias da República e que estava centrada

⁵ ARNOLD, Thurman. *The Bottlenecks of Business*. 5. ed. New York: Reynal & Hitchcock, 1940.

em movimentos democráticos contrários aos interesses privados. Schlesinger sempre foi historiador moderado e de laços com o Partido Democrata, em especial com presidente John Fitzgerald Kennedy (1961-1963).⁶

Richard Hofstadter em *The Age of Reform: From Bryan to F.D.R.* (1955) também contribuiu para os primeiros debates a respeito do liberalismo nos Estados Unidos ao situar o *New Deal* como concernente ao progressismo, tradição reformista da virada do século XIX para o século XX.⁷ Para o autor, com exceção de um breve período nos anos 1920, o país viveu uma “onda” de reformas sociais que influenciou grande parte das discussões até a metade do século XX – período em que Hofstadter escreveu sua obra – mas procurando salientar uma diferença entre o *New Deal* e os movimentos reformistas do século anterior.

Já Carl Degler propôs no fim da década de 1950, uma nova interpretação do período, classificando-o como “revolucionário”. Em sua obra *Out of Our Past: The Forces That Shaped Modern America* (1959), o autor afirmou que o *New Deal* simbolizava a “Terceira Revolução Norte-Americana”.⁸ A primeira teria sido a Guerra de Independência e a segunda a Guerra Civil. Com isso, Degler colocou o *New Deal* como responsável por uma espécie de ruptura histórica, e, portanto, fundamental na compreensão da História dos Estados Unidos. Para ele, o país saía de um período praticamente “sem Estado” para outro em que o seu fortalecimento era central para o combate do individualismo exacerbado e, principalmente, das grandes corporações industriais.⁹

A partir da década de 1960, em oposição a esses primeiros defensores do *New Deal*, surgiram autores revisionistas que discordavam da ideia de que as políticas de Roosevelt fossem de fato “revolucionárias” e que não haviam concretizado, de fato, uma grande mudança na sociedade norte-americana. A obra de William E. Leuchtenburg, *Franklin D. Roosevelt and The New Deal* (1963), uma das mais importantes a respeito do tema, se inclina para uma postura mais crítica do período.¹⁰ Incidindo acerca dos limites

⁶ SCHLESINGER, Arthur M. Jr. *The age of Roosevelt: The crisis of the old order 1919-1933*. Edição Kindle. Boston: Houghton Mifflin, 2003.

⁷ HOFSTADTER, Richard. *The Age of Reform: From Bryan to F.D.R.* New York: Vintage Books, 1955.

⁸ DEGLER, Carl. *Out of our past; the forces that shaped modern America*. New York: Harper & Row, 1970.

⁹ KIDD, Stuart. *Redefining the New Deal: Some Thoughts on the Political and Cultural Perspectives of Revisionism*. New York: Journal of American Studies, Vol. 22, No. 3, 1988, p.389-415.

¹⁰ LEUCHTENBURG, William E. *Franklin D. Roosevelt and the New Deal: 1932-1940*. New York: Harper Perennial, 2009.

e falhas das políticas da época, o autor repercutia as preocupações do seu tempo, caracterizando o surgimento do *New Deal* como uma “Revolução” que não só deixou muitos problemas não resolvidos, mas que foi responsável pelo aparecimento de novos. Entre os fatores que foram mais criticados pelo autor estavam a incapacidade do governo Roosevelt de derrotar a Grande Depressão antes da década de 1940. Além disso, ressaltava a ausência de reformas estruturais significativas na economia industrial e os limites e falhas do governo nas políticas de auxílio, além da postura “moderada” para com os problemas da população negra.

Ainda nos anos 1960, as teses revisionistas ganharam o apoio da Nova Esquerda norte-americana. A chamada “*New Left*” amplificou as críticas direcionadas ao *New Deal*. Autores, como Barton J. Bernstein, na coletânea de artigos *Towards a New Past: Dissenting essays in American History* (1968), revelavam ainda mais as falhas, limites e aquilo que caracterizavam como “impulsos conservadores” presentes nas políticas do *New Deal*.¹¹ Para Bernstein, o *New Deal* de Franklin Delano Roosevelt havia ajudado a salvar o capitalismo, abrindo espaço para os conservadores logo em seguida.

Na década de 1970, Harvard Sitkoff voltou-se novamente às contribuições do *New Deal* para as questões de raça nos Estados Unidos. Em *A New Deal for Blacks: The Emergence of Civil Rights as a National Issue: The Depression Decade* (1978) Sitkoff observa como o empreendimento liberal colaborou de alguma forma com o surgimento do Movimento dos Direitos Civis nos Estados Unidos.¹² Para o autor, as políticas raciais implementadas durante o *New Deal*, ainda que limitadas, abriram possibilidades para que os afro-americanos se organizassem em torno do fim da segregação racial do país e na busca de uma sociedade mais igual.

Anos mais tarde, com a vitória das políticas neoliberais nas urnas nos anos 1980, ressurgiu uma historiografia ligada ao campo progressista que tentava fazer frente ao conservadorismo da era Ronald Reagan (1981-1989). Autores tentaram defender o que consideravam um legado político deixado pelos governos de Franklin Roosevelt. A obra *The Rise and Fall of the New Deal Order 1930-1980* (1989), organizada por Gary Gerstle e Steve Fraser reuniu investigações acerca da “ordem liberal” que teria se constituído através do *New Deal*.¹³ Os autores se propuseram a realizar uma “autópsia” dessa ordem de ideias, políticas públicas e alianças políticas que surgiram nos anos 1930 e duraram

¹¹ BERNSTEIN, Barton J. *Towards a New Past: Dissenting Essays in American History*. New York: Alfred A. Knopf, 1968.

¹² SITKOFF, Harvard. *A New Deal for Blacks: The Emergence of Civil Rights as a National Issue: The Depression Decade*. New York: Oxford University Press, 2009.

¹³ FRASER, Steve; GERSTLE, Gary. op. cit., 1989.

até o começo da década de 1980. Para eles, Reagan enterrara muitas das tradições legadas pelo *New Deal*, ainda que adotadas de maneira bastante moderada por alguns governos.

De forma semelhante, na década de 1990, o historiador Alan Brinkley procurou analisar as contribuições do *New Deal* em diferentes obras. Em *The End of Reform: New Deal Liberalism in Recession and War* (1996), ele demarcou os limites do liberalismo do *New Deal* e de que forma as circunstâncias políticas do momento restringiram a ideia dos chamados *new dealers*, pensadores ligados à administração Roosevelt.¹⁴ Dois anos depois, o autor lançou o livro *Liberalism and Its Discontents* (1998) onde defendeu o *New Deal* como um evento fundamental na construção de um ideário político liberal capaz de promover a expansão das responsabilidades sociais e econômicas dos órgãos federais.¹⁵

Brinkley vê o *New Deal* como um experimento com poder de mudança, que deixou uma herança política, mas que foi esvaziado a partir da entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados. Importante observarmos que somente a partir da participação no conflito armado o país foi capaz de sair da Grande Depressão. As obras mostram uma tradição liberal norte-americana, mas também a forma como agiam grupos conservadores na obstrução de propostas de reformas. O trabalho de Brinkley nos é especialmente importante, pois mostra a amplitude do debate, a reunião de pensadores, e a diversidade de propostas formuladas na época.

Em outras palavras, as obras do fim da década de 1980 e dos anos 1990 revelam como a chamada “Era Reagan” estimulou novos olhares em relação ao *New Deal* e restaurando-o para historiografia como um importante experimento reformista na História dos Estados Unidos. Por trás do resgate do *New Deal*, havia o temor de que Reagan sepultasse de vez alguns direitos sociais e trabalhistas com origem na década de 1930 e que permaneciam na sociedade daquele país.

Nos anos 2000, podemos encontrar outras perspectivas acerca do *New Deal*. Entre elas, *Invisible Hands: The Businessmen’s Crusade Against the New Deal* (2010) de Kim Phillips-Fein.¹⁶ A historiadora tem como foco a investigação dos movimentos políticos conservadores que se mobilizaram em torno da desestruturação de um legado do *New Deal*, o Estado de Bem-Estar e que levaram Ronald Reagan ao poder em 1981. Phillips-Fein examina como a oposição ao liberalismo fomentou o conservadorismo nos Estados Unidos e como as políticas do *New Deal* eram atacadas no discurso desses indivíduos.

¹⁴ BRINKLEY, Alan. *The End of Reform: New Deal Liberalism in Recession and War*. New York: Vintage Books, 1996.

¹⁵ _____. *Liberalism and its discontents*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

¹⁶ PHILLIPS-FEIN, Kim. *Invisible Hands: The Businessmen’s Crusade Against the New Deal*. New York: W.W. Norton, 2010.

Ela igualmente avalia que no início do século XXI, os conservadores haviam derrubado grande parte dos avanços liberais.

Recentemente, Ira Katznelson propôs uma nova discussão em torno das contribuições do *New Deal* para o Estado norte-americano. Na obra *Fear Itself: The New Deal and the Origins of Our Time* (2013) o autor avalia o empreendimento de Roosevelt a partir de um recorte temporal entre o início dos anos 1930, até o fim da presidência de Harry Truman (1945-1953) nos anos 1950.¹⁷ Katznelson percebe o *New Deal* como uma alternativa democrática aos governos autoritários de direita e de esquerda que se fortaleciam na década de 1930. O autor também se empenhou em explorar as relações entre “democracia e medo” nas políticas do período, compreendendo como “fontes de medo agudas” – entre elas o nazifascismo e o comunismo, as guerras em escala global e a manutenção da segregação racial no Sul – afetaram o desenvolvimento do Estado liberal. Da mesma forma, Katznelson procura introduzir uma dimensão global para o *New Deal*, compreendendo-o a partir de acontecimentos contemporâneos em outras partes do mundo. O autor confirma que o *New Deal*, em nome do apoio de políticos do Sul, sustentou a ordem da segregação racial e das práticas para a sua manutenção, como assassinatos, linchamentos etc.

O alemão Kiran Klaus Patel, também se propõe na obra *The New Deal: A Global History* (2016) a inserir o *New Deal* em uma perspectiva além dos Estados Unidos.¹⁸ Sua grande contribuição é em explorar os debates da época em diversos países, a respeito de democracia e intervenção estatal, se afastando de um contexto enraizado somente em questões domésticas. Ao relacionar os processos políticos que ocorriam simultaneamente na década de 1930, o autor argumentou que o *New Deal* deveria ser visto como um fenômeno moldado por diferentes experiências e acontecimentos ao redor do globo.

Também recentemente, Eric Rauchway publicou *Winter War: Hoover, Roosevelt, and the First Clash Over the New Deal* (2018), obra que examina o período entre a eleição de Franklin Roosevelt em novembro de 1932 e o dia de sua posse em 4 de março de 1933.¹⁹ O foco do historiador está nas disputas entre o democrata e seu adversário, o então presidente republicano Herbert Hoover. Rauchway propõe que por meio dessas disputas, os discursos liberal e conservador foram moldados e seguem reverberando nas discussões

¹⁷ KATZNELSON, Ira. *Fear Itself: The New Deal and the Origins of Our time*. New York: Liveright Publishing, 2014.

¹⁸ PATEL, Kiran Klaus. *The New Deal: A Global History*. Princeton: Princeton University Press, 2016.

¹⁹ RAUCHWAY, Eric. *Winter War: Hoover, Roosevelt, and the First Clash Over the New Deal*. New York: Basic Books, 2018.

políticas nos Estados Unidos até os dias de hoje. Sua obra também contribui para pensarmos no *New Deal* como projeto concebido pela equipe de Roosevelt como resposta à ameaça do fascismo e do autoritarismo que ganhavam partidários no país. Da mesma forma, *Winter War* avalia a estratégia de Herbert Hoover em dissuadir o presidente a seguir com as reformas, pois o republicano acusava o *New Deal* de ser uma iniciativa essencialmente socialista e “antiamericana”.

No Brasil, a obra *Os inventores do New Deal* (2009) do historiador Flávio Limonicic, contribui para as pesquisas a respeito do tema ao trazer para os leitores brasileiros uma análise da crise da regulação do capitalismo pelo Estado, onde o *New Deal* surgiu como grande promotor das negociações coletivas laborais.²⁰ Além disso, o autor procurou facilitar a compreensão da historiografia dos Estados Unidos, principalmente a do período em questão para os brasileiros, através de uma tentativa de “traduzir” para o leitor no Brasil diversos termos e conceitos políticos e sociais norte-americanos.

Apesar do *New Deal* tratar-se de um objeto amplamente estudado nos Estados Unidos e outros países, observa-se uma menor ênfase à produção de intelectuais responsáveis por pensar, nos anos 1930, as reformas e as soluções para a crise econômica. Se tratando de um indivíduo notável no cerne do *New Deal*, Arnold recebeu atenção de diferentes pesquisadores através dos anos, que por vezes abriam mão de uma análise mais crítica do autor. Estudiosos do Direito como Mark Fenster, focaram nas contribuições de Arnold na área, ainda que sem abrir mão de examinar algumas das propostas políticas do *new dealer*.²¹ Wilson Miscamble e Alan Brinkley tiveram como objetivo a análise da atuação de Arnold na quebra de monopólios durante seus anos à frente da Divisão Antitruste do governo Roosevelt, período entre os anos de 1938 e 1943.²² Outros como Douglas Ayer, Gene Gressley e Warren J. Samuels, focaram na tentativa de traçar um perfil do autor, por vezes relativizando alguns dos posicionamentos de Arnold ou – no caso de Ayer – simplificando os objetivos de seu projeto político.²³ Por fim, o professor

²⁰ LIMONCIC, Flávio. *Os inventores do New Deal: Estado e sindicatos no combate à Grande Depressão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

²¹ FENSTER, Mark. The Symbols of Governance: Thurman Arnold and Post-Realist Legal Theory. *Buffalo Law Review*, v. 51, n.4, out. 2003, p.1053-1118.

²² BRINKLEY, Alan. The Antimonopoly Ideal and the Liberal State: The Case of Thurman Arnold. *The Journal of American History*, v. 80, n.2, 1993, p. 557-579; MISCAMBLE, Wilson D. Thurman Arnold goes to Washington: A Look at Antitrust Policy in the Later New Deal. *The Business History Review*, v. 56, n. 1, 1982, p.1-15.

²³ AYER, Douglas. In Quest of Efficiency: The Ideological Journey of Thurman Arnold in the Interwar Period. *Stanford Law Review*, Vol. 23, No. 6, jun. 1971, p.1049-1086; GRESSLEY,

de Direito Spencer Weber Waller, publicou nos anos 2000 uma biografia do autor, abordando seus anos iniciais no Wyoming, até os últimos dias de Arnold como advogado na capital.²⁴

Apesar de ter sido objeto de obras que tratam do *New Deal* e de pesquisadores de diferentes áreas, muitos deles não se empenharam em discutir de forma crítica as principais obras do autor, por vezes dando maior ênfase no seu período já no governo. Portanto, nosso trabalho se justifica em razão de preencher uma lacuna a respeito de Thurman Arnold: discutir de forma crítica o projeto político do autor em suas principais obras, *The Symbols of Government* e *The Folklore of Capitalism*, com enfoque nos diagnósticos e nas soluções que o autor propunha acerca das questões que defrontava. Além disso, procuramos explorar também os interesses pessoais do autor, além da elaboração das obras, uma questão normalmente deixada de lado pela bibliografia acerca de Arnold e do *New Deal*.

Procedimentos teórico-metodológicos

Em termos de aporte metodológico, nosso trabalho se insere no âmbito da História Política Renovada. Para historiadores como Pierre Rosanvallon, o estudo do político não se restringe apenas a nomes e datas. De fato, ele argumenta que é preciso:

“incorporar todos os elementos que produzem este objeto completo que é a cultura política. Esta tarefa certamente inclui o modo pelo qual grandes textos teóricos são lidos, mas também a atenção às obras literárias, à imprensa e aos movimentos de opinião, panfletos e discursos parlamentares, emblemas e signos. Ainda mais largamente, a história dos eventos e instituições deve ser apreendida como algo em permanente construção, de tal modo que, assim considerada, não há objeto que possa ser considerado alheio para esse tipo de história do político”.²⁵

Portanto, para compreendermos os objetivos de Arnold, é fundamental que analisemos seus discursos como produtos de sua época e das lutas políticas em um momento paradigmático da História dos Estados Unidos. Os anos 1930 nos permitem verificar discussões em torno do papel do Estado e a busca por soluções viáveis para a crise econômica, temas que foram evidenciados nas obras de Arnold.

Gene. op. cit., 1979; SAMUELS, Warren J. Legal Realism and the Burden of Symbolism: The Correspondence of Thurman Arnold. *Law & Society Review*, v. 13, n. 4, 1979, p.997-1011.

²⁴ WALLER, Spencer Weber op. cit., 2005.

²⁵ ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história filosófica do político*. In: *Por uma História do Político*. São Paulo: Alameda, 2010.

Nos é igualmente importante a contribuição do historiador francês Jean-François Sirinelli acerca da história dos intelectuais como campo em que se cruzam o político, o social e o cultural, de forma a responder várias questões, por exemplo, “como as ideias vêm aos intelectuais? Por que uma ideologia se torna dominante no meio intelectual numa data dada?”.²⁶ Para o autor, é necessário identificar questões como: a trajetória política desses atores históricos, a geração na qual estiveram inseridos e também as “redes de sociabilidade” – isto é, os indivíduos com os quais eles partilhavam suas ideias e discutiam os problemas de seu tempo – para uma melhor compreensão do objeto. Ou seja, trata-se de buscar a partir de uma “perspectiva biográfica” uma maneira de destrinchar as relações entre determinados pensamentos políticos produzidos ou veiculados por intelectuais e pela cultura política em que estavam inseridos.

Sirinelli também chama atenção para a noção de “acontecimento fundador”: trata-se de um fenômeno ocorrido em determinado período que marcou uma geração de intelectuais. No caso das obras de Thurman Arnold, podemos considerar a Grande Depressão e a tarefa de pensar em soluções como objetos de preocupação do autor. Porém, também nos foi importante verificar na formação de Arnold, outros acontecimentos que contribuíram para a sua forma de pensar. Assim, é importante verificar a trajetória pessoal de Arnold desde seus primeiros anos no Wyoming até a sua consolidação no mundo cosmopolita do Leste dos Estados Unidos. Em meio às suas experiências, também ressaltamos o contato que teve com os intelectuais do chamado realismo legal e com os liberais governistas, pois isso nos permite identificá-lo como parte de um microcosmo intelectual determinante para seu projeto político e o seu papel no interior das perspectivas nacionais.

Foi igualmente importante em nossa pesquisa a contribuição de autores que debatem o papel do intelectual no âmbito político e aspectos que circunscrevem a sua atuação. Entre eles, o cientista político Norberto Bobbio, que discutiu a divisão dos intelectuais que atuam na esfera pública entre duas categorias, “ideólogos” e “expertos”.²⁷ Bobbio identifica os “ideólogos” como pensadores e “expertos” como mediadores de conhecimento técnico, ainda que advertindo ao leitor para não projetar nessas categorias, pensadores totalmente “utopistas” ou “puramente técnicos”. Seu argumento é de que

²⁶ SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

²⁷ BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

difícilmente encontraremos intelectuais que não mesclam ideologia e conhecimento prático em suas funções.

Bobbio também nos permitiu pensar a respeito da “conduta do intelectual” como alguém interessado em participar “das lutas políticas e sociais do seu tempo” sem se deixar alienar. A imagem do intelectual que o autor nos fornece é o de um homem da cultura, que deve tomar certo distanciamento dos partidos e das paixões da época, garantindo sua função de crítico no campo da política.

O intelectual palestino Edward Said discute o papel que esses pensadores possuem na esfera pública. O autor resgata a ideia de responsabilidade do intelectual como

“indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público. E esse papel encerra uma certa agudeza, pois não pode ser desempenhado sem a consciência de ser alguém cuja função é levantar publicamente questões embaraçosas, confrontar ortodoxias e dogmas. Isso exige do intelectual o compromisso de se empenhar no senso crítico, se projetando como “figura representativa” da sociedade e que não deveria tomar partido das figuras que detém o poder”.²⁸

As reflexões de Said nos permitiram visualizar Thurman Arnold como um homem do *New Deal*, portanto, vinculado ao poder e a um projeto de Estado reformista com compromissos de estancar a Depressão e garantir que o fluxo econômico voltasse a circular de forma mais equitativa. Arnold argumentou veementemente em favor do *New Deal*, mas por vezes abriu mão de posicionamentos mais críticos, pois tinha ambições em sua carreira. Portanto, no decorrer do trabalho, indicamos Thurman Arnold como engajado na proposta do *New Deal*, defendendo-o sempre que possível e simultaneamente criticando todos que acreditavam fielmente no livre mercado, nas grandes corporações etc. Em outras palavras, Arnold não atuou como intelectual interessado em mostrar os limites do *New Deal*, já que viveu em momento em que era importante defender arraigadamente a reforma inovadora e arrojada que se fazia necessária. Se alguma crítica deveria ser feita era aos limites do liberalismo clássico e ao livre mercado.

Roger Chartier tornou-se importante para essa pesquisa, uma vez que discute a leitura como um ato individual do leitor, o que supõe não necessariamente uma sintonia com aquilo que o autor escreveu. Isto é, o sentido que determinado texto pode trazer a quem realiza sua leitura está condicionado a vários fatores, como “instruções” na forma de “senhas, explícitas ou implícitas, que um autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma leitura correta dela” e aspectos tipográficos inseridos no livro que podem determinar

²⁸ SAID, Edward. *Representações do intelectual: as Conferências de Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

“a leitura que o editor-livreiro supõe para seu público”.²⁹ Portanto, na maior parte das vezes, “o único indício do uso do livro é o próprio livro”, ou seja, os elementos visuais e materiais que o compõe acima do seu conteúdo.

Por fim, a contribuição de autores acerca das questões metodológicas na análise epistolográfica, nos possibilitaram pensar o conteúdo das correspondências de Thurman Arnold. O trabalho sobre a correspondência de Simón Bolívar, da historiadora Fabiana Fredrigo, auxiliou na incorporação de questões metodológicas a respeito do tratamento das cartas por parte do historiador: “para quem escrever, como escrever, saber de onde se escreve, com que constância se escreve”.³⁰

Também estimulou indagações a respeito de como missivas servem como justificativas para determinadas atitudes ou escolhas de quem as escreve e como o autor de uma mensagem concebe uma imagem de si para o outro, isto é, quem o lê. Do mesmo modo, nos fez questionar aspectos como a maneira como Arnold escrevia para diferentes destinatários - pois o autor não utilizava o mesmo tipo de discurso ao se comunicar com pessoas de alto cargo em Washington ou com seus pais – e indagar acerca do grupo para o qual o autor escrevia, em sua maioria intelectuais do meio acadêmico ligados às disputas políticas do período.

Da mesma forma nos auxiliou o trabalho de Marco Antonio de Moraes acerca do estudo da correspondência como meio de traçar um perfil biográfico através de confidências e impressões de quem escreve, além da possibilidade de verificarmos o processo de desenvolvimento de um texto literário.³¹ Moraes vê o gênero epistolar como uma espécie de “laboratório” de criação e reelaboração de uma obra, permitindo observarmos como Arnold pensava a escrita e a recepção ao seus livros.

* * *

O presente trabalho foi estruturado em quatro capítulos. No primeiro, buscamos contextualizar o leitor a respeito da trajetória pessoal de Thurman Arnold, compreendendo sua formação desde o Meio-Oeste. Mas, também consideramos

²⁹ CHARTIER, Roger. *Do livro à leitura*. In: CHARTIER, Roger. *Práticas da Leitura*. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

³⁰ FREDRIGO, Fabiana de Souza. *Guerras e escritas: a correspondência de Simón Bolívar (1799-1830)*. Edição Kindle. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

³¹ MORAES, Marcos Antonio. A epistolografia de Mário de Andrade: memória da criação. *Patrimônio e Memória*. v.3, n.1, 2007, p.63-70.

acontecimentos e discussões políticas que influenciaram de alguma forma o pensamento do autor.

O segundo capítulo trata dos diagnósticos que o autor esboçou a propósito da situação alarmante do país na época. Thurman Arnold procurou desenvolver os conceitos de “símbolos” e “folclore” que compreendiam uma série de hábitos, condutas e convicções dos norte-americanos que inferiam sobre seus posicionamentos políticos.

No terceiro capítulo, procuramos considerar as soluções propostas pelo autor para atacar os problemas do seu tempo. Ainda que seu maior enfoque fosse em identificar as principais questões que impediam a recuperação da economia norte-americana, Arnold defendeu uma postura a ser adotada pelos políticos e intelectuais do governo: a promoção de um Estado comprometido com políticas sociais e a consolidação de uma tecnocracia na condução dos negócios da nação.

Por fim, no quarto e último capítulo, discutimos, na medida do possível, a recepção das duas obras a partir principalmente de resenhas sobre os livros de Arnold que foram veiculadas na imprensa, além das suas cartas. Aqui, a partir da epistolografia do autor, procuramos compreender sua reação às críticas, mas também identificar alguns relatos de Arnold a respeito do processo de publicação de seus livros. As correspondências do autor revelam também parte de suas ambições pessoais em relação ao *New Deal*.

Acreditamos ser necessário alertar o leitor quanto à tradução das citações utilizadas na dissertação. Nos empenhamos em manter, dentro do possível, o sentido original dos trechos e expressões em inglês, por vezes colocando entre parênteses uma expressão não tão facilmente traduzida ou que ofereça diferentes significados. Quanto às citações das fontes, optamos por deixar a tradução em português no corpo do texto, com os trechos originais, em inglês, nas notas de rodapé. Não é simples traduzir um intelectual que faz uso em demasia de expressões sarcásticas e hipérboles para chamar atenção de seu leitor. Ainda assim, buscamos conservar a intenção de Thurman Arnold em seus livros ao fazermos a tradução. Como veremos, Arnold não queria somente convencer seu leitor a respeito de suas propostas, mas atacar seus adversários. Ele julgava necessário expor a fragilidade e o que concebia como irracional nos argumentos de quem se opunha às reformas do *New Deal*.

CAPÍTULO 1 – Trajetória intelectual de Thurman Arnold: da Grande Depressão ao New Deal de Franklin D. Roosevelt (1891-1937)

No presente capítulo, introduziremos ao leitor o intelectual Thurman Arnold. Desde o início do século XX, no Wyoming, até o momento de produção de suas principais obras, na segunda metade da década de 1930, as quais analisaremos nos próximos capítulos. Nos interessa observar a forma como diferentes eventos foram importantes por moldar e influenciar as opiniões do autor.

Além disso, buscaremos mapear parte das mudanças postas pelo *New Deal* e de que forma a Crise de 1929 e a Grande Depressão tiveram papel central para intensificar discussões a respeito da atuação estatal na recuperação da economia norte-americana, após um período em que se intensificou a crença em políticas de livre-mercado.

Nos propomos também a relacionar ideias das reformas liberais com as do movimento progressista, de grande importância para os debates dos anos 1930. Para isso, apresentaremos um breve panorama sobre o surgimento do liberalismo e sua relação com outras tradições reformistas. Em seguida, trataremos de algumas das principais correntes intelectuais envolvidas com o *New Deal* e de que forma o autor dialogava com elas.

Nos é também importante trazer o peso das discussões acadêmicas, nas quais Arnold havia se inserido desde os anos 1920, na formulação de suas ideias e na promoção da defesa do *New Deal* de Roosevelt. Além de apresentar de que forma se deu a aproximação e posteriormente incorporação do autor ao círculo de intelectuais do presidente. O constante diálogo que ele teve com indivíduos que buscavam soluções para a nação e que também fizeram parte do governo, o auxiliaram no desenvolvimento de suas obras e no fomento a projetos de maior interferência estatal no âmbito econômico.

Thurman Arnold assumiu a clara defesa do *New Deal* e do governo Roosevelt e tal postura estava por vezes entrelaçada aos ideais pessoais do autor. Tomando por exemplo sua ligação com reformas no campo do Direito e convicções acerca de políticas que, em determinados momentos, acabaram por distanciá-lo de uma posição mais crítica sobre as reformas.

1.1 Formação inicial: do Wyoming ao Leste dos Estados Unidos (1891-1918)

Thurman Wesley Arnold nasceu no dia 2 de junho de 1891, em Laramie no Wyoming, cidade do Meio-Oeste dos Estados Unidos. Oriundo de uma família protestante, tinha avô missionário e fundador da primeira igreja presbiteriana da cidade.

Thurman possuía grande admiração por ele e parece ter sido influenciado por sua visão de mundo e postura moral.

É possível compreendermos tal posição diante dos relatos de Arnold sobre o avô na sua autobiografia. Seu nome era Carl Franklin Arnold e havia dedicado boa parte da vida à sua fé. Conheceu a avó de Thurman durante um período como missionário no continente africano, após concluir seus estudos na Faculdade de Oberlin, Ohio.

O autor indica um episódio chave na sua infância em que fora proibido pelo avô de correr com seu pônei de estimação. O temor do avô era de que pessoas da cidade poderiam fazer apostas na corrida que ele participaria, o que gerou trauma em Arnold. Ele admitiu, posteriormente, que tal fato fora responsável por ter “plantado as sementes do ceticismo sobre a antiga religião que me assolaram e atormentaram desde então”.³²

Thurman cresceu no rancho de seu pai, Constantine Peter Arnold, um advogado bem-sucedido da região, em meio a uma paisagem que ao descrever mais de meio século depois, relatou de forma nostálgica como “de qualidade pitoresca” e com um “senso de aventura”, algo que afirmava ter se perdido com o tempo e com a modernização das estradas e automóveis: “Na verdade, fora o fato de que eles ainda falam a língua inglesa no Wyoming, sua atmosfera e cultura estão completamente mudadas de quando eu era um garoto”.³³ Durante seus primeiros anos, foi inicialmente educado por sua mãe, uma ex-professora de colégio, até ser enviado na adolescência para uma escola preparatória da Universidade do Wyoming.³⁴

Em suas memórias sobre Laramie, percebemos a clara influência de sua criação sobre questões envolvendo a moralidade. Em uma das principais ruas da cidade, havia bares e casas de prostituição. Essa lembrança se misturava com convicções expressas por seu avô:

“De fato, a moralidade do período era estrita e rigorosa. Meu avô, um minucioso estudante da teoria Presbiteriana, teria categoricamente se oposto a qualquer tentativa de proibir a prostituição pelo cumprimento da lei. Era sua crença de que Deus colocou o pecado no mundo para testar a humanidade. A proibição de qualquer forma de pecado pela lei seria diretamente contrária aos ensinamentos da Bíblia Sagrada. A igreja tinha jurisdição exclusiva sobre a moralidade. Era sua função

³² “This incident planted the seeds of skepticism about the old-time religion that have plagued and tormented me ever since”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1965. p.3-6.

³³ “Indeed, apart from the fact that they still speak the English language in Wyoming, its atmosphere and culture are completely changed from what I knew as a boy. (...) Life in the West has lost its picturesque quality and its sense of adventure”. Ibid. p.6.

³⁴ AYER, Douglas. op. cit., p.1052.

observar que todos os seus membros não cometiam pecado. E, curiosamente, essa simples filosofia se mantém válida para mim”.³⁵

No outono de 1907, poucos meses antes de completar dezesseis anos, Thurman foi para o Wabash College em Indiana, onde teve uma experiência academicamente bem-sucedida, mas com altos custos para a adaptação pessoal. Esse período lhe trouxe tanto sofrimento que optou por omitir de sua autobiografia a experiência em Indiana.³⁶

No ano seguinte foi para Princeton, lugar que foi supostamente escolhido, segundo ele, por sua “influência presbiteriana”. Essa mudança representou um choque de realidade, já que se viu posicionado como homem do Oeste na presença de colegas oriundos do Leste que caçoavam do jeito como se vestia e se expressava. Por causa desse tratamento, Thurman nunca foi admitido nos clubes de Princeton, cuja exclusão considerava um “reflexo dos ideais do mundo externo”, o da “Sociedade com um S maiúsculo”. Para Arnold, os clubes de Princeton reproduziam uma certa “aristocracia” norte-americana.

Seu ressentimento com Princeton ia além do tratamento recebido pelos colegas, ele passou a criticar lições de cultura “clássica”, como grego e latim. Para Arnold, “a única coisa que deveria ser evitada a todo custo [em Princeton] era a discussão de novas ideias. Tal empreendimento era tão inútil porque não havia novas ideias dignas de serem discutidas”.³⁷ Ele concluiu sua graduação, bem sucedida, em 1911, apesar do ambiente solitário. Em outras palavras, Arnold ainda se sentia desconfortável nos ambientes universitários elitistas das grandes universidades norte-americanas.

Após umas férias de verão em Laramie, Thurman decidiu seguir sua vida acadêmica na Harvard Law School, onde foi mais bem aceito, pois já havia perdido a maioria de seus hábitos interioranos. Lá também entrou em contato com professores que lhe agradavam mais, considerando-os “gigantes intelectuais” quando comparados aos de Princeton. Ainda assim, acreditava, em suas palavras, que o mundo de Harvard era o “mesmo mundo de verdades e certezas absolutas” que o de Princeton.

³⁵ “Indeed, the morality of the time was strict and rigorous. My grandfather, a through student of Presbyterian theory, would have strenuously opposed any attempt to prohibit prostitution by enforcement of the law. It was his belief that God put sin into the world to test mankind. To prohibit any form of sin by law would be directly counter to the teaching of the Holy Bible. The church had exclusive jurisdiction over morality. It was the function of the church to see to it that its members did not commit sin. And oddly enough, this simple philosophy still seems valid to me”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1965, p.13.

³⁶ GRESSLEY, Gene M. op. cit., 1979, p.9; BRINKLEY, Alan. op. cit., 1993, p.559; WALLER, Spencer Weber. op. cit., 2005, paginação irregular.

³⁷ “The one thing that had to be avoided at all cost was the discussion of new ideas. Such an enterprise was useless because there were no new ideas worth discussing”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1965, p.16-18.

Nesse período o autor entrou em contato pela primeira vez com as Ciências Sociais, que tiveram grande importância em suas reflexões futuras. A partir dessas experiências, passou a se desenvolver como produto de dois mundos diferentes, o por vezes provinciano e simples mundo do Oeste norte-americano, em que cresceu, e o cosmopolita mundo da elite intelectual do Leste, onde realizou seus estudos de nível superior, e onde esteve a maior parte da vida adulta.³⁸

Ao terminar sua graduação em Harvard, Arnold tentou em 1914 se estabelecer em Chicago trabalhando em um escritório de advocacia por um baixo salário e morando em uma unidade da YMCA – *Young Men's Christian Association* (no Brasil, Associação Cristã de Moços). Após, abriu escritório próprio com outros dois sócios: a O'Bryan, White e Arnold.

Nessa época se alistou na Guarda Nacional de Illinois, visando utilizar o campo de hipismo da instituição como passatempo. Na época, isso lhe pareceu uma boa ideia dado que, segundo relatou em sua autobiografia, a Guarda Nacional não recebia muitos chamados para resolver conflitos, pois, em suas palavras, “não havia tensões nem tumultos de raça ou algo assim necessitando de intervenção militar”.³⁹

Ainda assim, acabou sendo chamado pela Guarda Nacional em junho de 1916 para ir ao México atrás de Pancho Villa, a quem chamava de “infame” e que havia saqueado, incendiado e matado dezessete norte-americanos na cidade de Columbus, Novo México, localizada próxima à fronteira entre os países. Arnold passou dois meses na fronteira do Texas, onde relatou ter sofrido com o “calor, a inércia, a comida intragável e a miséria de seus colegas soldados”.

Em sua volta para Chicago, continuou trabalhando em seu escritório até que em abril de 1917, com a declaração de guerra dos EUA contra a Alemanha, foi convocado pelo exército e enviado para França. Casou-se com a sua companheira, Frances Arnold, um pouco antes de partir para a Europa, onde ficaria até agosto de 1918. O período de Thurman como soldado na Primeira Guerra Mundial foi muito difícil para o jovem advogado, de forma a considerá-lo um dos piores momentos de sua vida.

Em sua autobiografia, afirmou ter sofrido bastante com o frio e a umidade. Enviou diversas cartas para sua família, reclamando do “despropósito” da guerra e pedindo que lhe mandassem tabaco, roupas quentes e comida. Ao fim de seu período na França, de volta aos Estados Unidos serviu como instrutor de novos recrutas. Contudo, uma mudança

³⁸ Ibid. p. 20; BRINKLEY, Alan. op. cit., 1993 p.559.

³⁹ “There were no race tensions or race riots or anything else requiring military intervention”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1965, p. 23-25; GRESSLEY, Gene M. op. cit., 1979, p.11.

de ordens faria sua unidade ser mandada novamente para o *front*, algo que somente não aconteceu em decorrência do armistício assinado pouco antes. Com o fim da Primeira Guerra Mundial e agora com uma companheira ao seu lado, ele decidiu retornar à Laramie.⁴⁰

1.1.1 A volta para Laramie e a entrada na vida pública (1918-1926)

Ao retornar para sua cidade natal, Arnold passou a trabalhar no escritório de advocacia do seu pai, resolvendo pequenos casos locais. Foi nesse momento que se viu compelido, segundo afirmava, a entrar para a política, uma situação que julgava relevante para aumentar seu prestígio e reputação – o que, segundo ele, poderia também contribuir para seu crescimento profissional.

Antes de completar dois anos do seu retorno da França, ele se lançou como candidato para a Câmara do Wyoming, o único a concorrer pelo Partido Democrata. Sua candidatura pelo partido teve relação com o fato de os Arnolds pertencerem a um grupo de famílias tradicionais da região, que conviviam em esferas intelectualizadas, ainda que interioranas, e possuíam laços ativos com o Partido Democrata. Seu pai, inclusive, concorreu a um cargo político sob o apoio do ex-candidato à presidência William Jennings Bryan.⁴¹

Durante a vida pública, Thurman se considerava um “ardente proibicionista” – a lei que proibia a comercialização de bebidas alcoólicas – e estava fortemente vinculado aos ideais do movimento progressista norte-americano.⁴² O progressismo abrangia enorme agenda política que contava entre outras questões com o controle dos grandes negócios, particularmente os trustes, diminuição da pobreza dos trabalhadores, “purificação da política” com o intuito de abranger relações de gênero, incluindo um novo papel para as mulheres na sociedade, lutar pela regeneração do lar (ambiente familiar), disciplinar o prazer e o lazer, e finalmente a defesa da segregação racial.

⁴⁰ Ibid. p.13-14.

⁴¹ William Jennings Bryan foi candidato a presidência dos Estados Unidos pelo Partido Democrata nas eleições de 1896 e 1900, se notabilizando por uma plataforma de caráter “populista”, conforme veremos posteriormente. Foi derrotado pelo republicano McKinley em ambos os pleitos. Ver: HOFSTADTER, Richard. op. cit., 1955. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1965, p.16-32; AYER, Douglas. op. cit., 1971, p.1052-1053.

⁴² A Proibição (1920-1933) compreendeu um esforço por parte dos progressistas em proibir a produção e venda de bebidas alcólicas. Essa ideia surgiu da necessidade de eliminar os vícios da sociedade norte-americana, como forma de preservação do lar e da unidade familiar. Ela foi ratificada em todo o território através da 18ª emenda.

Os progressistas viam a necessidade de reformar a nação após o estabelecimento de uma sociedade altamente industrializada, em busca de restabelecer uma visão de harmonia entre diversos setores sociais, mas que também objetivava determinar um “mundo seguro” para as novas gerações de norte-americanos, almejando a criação de um “paraíso da classe-média”.⁴³

Para o historiador Michael McGerr, o progressismo surgiu através de uma mudança na sociedade estadunidense do século XIX impulsionada por um ideal modificador:

"Essa transformação ideológica não somente levou pessoas de classe-média a mudarem elas mesmas e criar novos lares; isso também demandou que mudassem o mundo ao seu redor. Progressismo liberou uma poderosa dinâmica reformista através da América, quando fazendeiros, trabalhadores, e toda a classe alta estavam todos fracos ou divididos para comandar a nação. Aproveitando a oportunidade, a classe-média progressista ofereceu um radicalismo ao centro da sociedade americana, um programa ambicioso para frear a fricção e os conflitos da nação industrializante".⁴⁴

Arnold compartilhou de características comuns à parte dos progressistas: “uma origem de classe-média alta, infância em uma cidade pequena, educação superior, faculdade de direito, advocacia em cidade grande, carreira política centrada na questão do ‘bom governo’ e a sensibilidade ao sofrimento da classe trabalhadora”.⁴⁵ Esse argumento pode ser corroborado pela afinidade de Arnold com “cruzadas puritanas” contra bebidas, pornografia, prostituição e jogos de apostas, algo que na maior parte de sua vida pública no Wyoming ele não somente defendeu como procurou aplicar.

Prova disso estava em uma lei que ele apoiava que aplicava duras penalidades para indivíduos cuja propriedade fosse usada para prostituição, apostas e produção de bebidas. Seu alinhamento com essas questões tinha também relação com Laramie, cidade altamente pautada por ideais morais e na qual ele focou sua atenção durante o período na Câmara do Wyoming.⁴⁶

A popularidade de Arnold com os cidadãos locais se materializou em uma posterior eleição para o cargo de prefeito de Laramie em 1922, derrotando o republicano Frank Blair, que trabalhava para uma refinaria local da Standard Oil. Ele foi bem-

⁴³ LIMONCIC, Flávio. *Liberalismo e Contratação do trabalho nos Estados Unidos da Era Progressista*. In: LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Intelectuais do antiliberalismo: alternativas à modernidade capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.505; MCGERR, Michael. *A Fierce Discontent: The Rise and Fall of the Progressive Movement in America, 1870-1920*. New York: Free Press, 2005. Prefácio.

⁴⁴ Ibid. p.42.

⁴⁵ AYER, Douglas. op. cit., 1971, p. 1051.

⁴⁶ Ibid. p.1053; GRESSLEY, Gene M. op. cit., 1979, p.20-22.

sucedido em razão da cruzada moral que promovia, mas também pelo jogo político que realizou ao acusar Blair de estar a serviço da “exploração [pelas grandes corporações] do Leste” no Wyoming. Durante esse período, se notabilizou por um programa que traduziu bem o progressismo, atacando o “colonialismo” das grandes corporações no Meio-Oeste e entrando em conflito com o IWW (*Industrial Workers of the World*) por conta de um estabelecimento por eles ocupado, onde supostamente se produziam e se tomavam bebidas alcóolicas, resultando em distúrbios locais.⁴⁷

Entretanto, o programa progressista de Arnold como prefeito não foi unânime para a população, ocasionando em derrota inesperada. Em 1924, ele anunciou a decisão de concorrer ao cargo de promotor de justiça do condado, ficando em último nas eleições primárias. Essa primeira derrota política foi muito dura para Arnold, que optou por abandonar momentaneamente a carreira política e, presumivelmente, uma das razões pelas quais optou por sair de Laramie. Essa frustração foi inclusive omitida em sua autobiografia.⁴⁸

1.1.2 Mudança de carreira e cidade (1926-1930)

Após sua saída da vida pública, Arnold se manteve como advogado em Laramie e passou a integrar cada vez mais círculos de intelectuais com membros de diversas áreas de conhecimento. Esteve na companhia de pessoas influentes na cidade, como o professor de literatura norte-americana Wilson O' Clough, o decano da faculdade de agricultura John A. Hill, o geólogo S. H. Knight, o professor de direito Clarence Morris, o historiador Frederick Nussbaum e o cientista político Henry J. Peterson, um grupo considerado cosmopolita para as circunstâncias locais e cujos interesses iam além de Laramie e do Wyoming. Nesse período, Arnold passou a “ler avidamente publicações como o *New Republic*, *The Nation*, *American Mercury* e o *New York Times*” e começou a se interessar

⁴⁷ O *Industrial Workers of the World* (IWW) surgiu em 1904, em Chicago, e reunia sindicatos de trabalhadores de diversas indústrias, chamados *wobblies*, em torno da tentativa de unir empregados de diversos setores industriais independente de sua qualificação. Em meio a “tempos de violento racismo e nativismo”, o IWW era uma organização mais aberta e com menos preconceitos. Estavam em contraposição com o ideal da grande força sindical de então, a *American Federation of Labor*, AFL, que restringia a organização sindical através da qualificação dos empregados e privilegiava trabalhadores de origem anglo-saxônica, alemã e irlandesa. Os *wobblies* se posicionavam contrariamente aos interesses da classe-média, afastando-os de algum tipo de solidariedade por parte do movimento progressista, optando, no lugar, pela defesa do anarco-sindicalismo. Ver: BRODY, David. *Workers in Industrial America. Essays on the 20th Century Struggle*. New York: Oxford University Press, 1980; MCGERR, Michael. op. cit., 2005; GRESSLEY, Gene M. op. cit., p.20-22; AYER, Douglas. op. cit., 1971, p.1054-1055.

⁴⁸ GRESSLEY, Gene M. op. cit., 1979, p.22.

pelo ensino do Direito, tendo inclusive ajudado no estabelecimento da Faculdade de Direito do Wyoming.⁴⁹

No verão de 1926, Arnold foi contatado pelo seu ex-colega Dave Howard, que deveria selecionar um novo decano para a Escola de Direito da Universidade da Virgínia Ocidental (West Virginia). Howard o teria chamado para uma entrevista na qual prontamente lhe foi oferecido o cargo. Essa teria sido a versão da esposa de Arnold para o ocorrido. Entretanto, outra versão para sua entrada em West Virginia coloca como uma indicação por parte de Roscoe Pound, decano em Harvard, e amplamente conhecido no meio do Direito e também defensor de reformas no funcionamento das cortes de justiça, como responsável por sua contratação, algo que Thurman teria reconhecido nos anos 1930.⁵⁰

A mudança para West Virginia teria sido acima de tudo, uma saída das condições econômicas do Wyoming, em ponto de deterioração, a respeito do qual o autor faz referência em sua autobiografia como fortemente relacionadas à presença cada vez maior das grandes corporações industriais do Leste no mundo rural do Oeste e do Sul do país. Em uma retórica muito próxima daquela usada para atacar os grandes negócios em suas obras principais, Arnold identificava o seguinte cenário:

“Era um claro assassinato dos pequenos negócios, mas ninguém parecia se importar. Advogados locais eram tão ignorantes sobre leis antitruste quanto das leis dos medos e dos persas. Economistas respeitáveis e sensatos provavelmente ouviram falar da Lei Sherman, mas eles não acreditavam nela. Concentração de poder econômico nas cidades do Leste era um sinal de economia forte. Maior evidência de economia sólida nos anos 1920 foi a disseminação da especulação do mercado de ações em cada pequena cidade da região. (...) Corporações gigantes continuaram a absorver a indústria local, drenando para grandes cidades o poder de compra do Oeste e do Sul”.⁵¹

⁴⁹ AYER, Douglas. op. cit., 1971, p.1058.

⁵⁰ Ibid.; GRESSLEY, Gene M. op. cit., 1979, p.23-25; Roscoe Pound era tão prestigiado à época que foi considerado no meio como o “grande decano das leis americanas”. Ainda que tivesse um histórico ligado ao progressismo, já no início dos anos 1930 passou a ser visto como conservador e menos favorável às reformas. Ver: FISHER III, William W.; HORWITZ Morton J.; REED, Thomas A. (org.) *American Legal Realism*. New York: Oxford University Press, 1993, p.49-52.

⁵¹ “It was plain murder of small business, but nobody seemed to mind. Local lawyers were as ignorant of the antitrust laws as they were of the laws of the Medes and the Persians. Respectable and sound economists might have heard of the Sherman Act, but they did not believe in it. Concentration of economic power in Eastern cities was the sign of a strong economy. Further evidence of a sound economy in the 1920’s was the spread of stock-market speculation to every small town in the land. (...) Giant corporations continued to absorb local industry, draining off to the big cities the purchasing power of the West and the South”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1965, p.33-34.; A ideia de se estabelecer uma legislação antitruste foi uma pauta adotada pelo movimento progressista, percebida como uma forma de resolver os problemas econômicos da nação. Teve seu ápice no desenvolvimento da Lei Sherman de 1890, cujo objetivo era restaurar a competição das empresas dos diversos ramos industriais e conter o crescimento dos monopólios.

O impacto econômico causado por uma crise agrícola que assolou as terras do Wyoming também teria contribuído para a sua vontade de deixar o estado, ainda que o fizesse, conforme relatou, com certa tristeza.⁵²

Durante seus anos em West Virginia, Arnold passou a pesquisar os procedimentos jurídicos e a administração das cortes locais com o intuito de otimizar seu funcionamento e torná-las mais eficientes, pois considerava as estruturas legais e políticas locais antiquadas, assim, tratou de tentar reformá-las. Com o passar do tempo, acabou por adotar um objetivo mais ousado: mudar o funcionamento dos processos não somente da sua região, mas de todo o país. Sua pesquisa foi importante na criação de uma comissão de especialistas que buscava reconstruir procedimentos legais através de análises quantitativas de processos. Esse estudo o colocou em contato com Charles E. Clark da Universidade de Yale, homem com semelhantes convicções sobre o sistema judicial norte-americano e importante figura para seu trabalho e que posteriormente levaria Arnold para trabalhar com ele na universidade.⁵³

Se os anos em West Virginia foram importantes para seu desenvolvimento acadêmico e reconhecimento profissional, deixando uma grande impressão que se estendia além do estado, no âmbito pessoal Arnold e sua família se sentiam infelizes e solitários em West Virginia, conforme ele relatou a seu amigo Frederick Nussbaum em uma carta em 1929. O convívio com pessoas bem mais velhas e o ambiente “formal e puritano” da cidade de Morgantown, onde se situava a Universidade de West Virginia, causavam mal-estar para a família.⁵⁴

Diante disso, ao receber um convite de Charles Clark no outono de 1930 para ser professor visitante em Yale, Arnold aceitou prontamente, principalmente se tratando de uma decisão que tiraria sua família de um ambiente infeliz, ao menos temporariamente. Clark, posteriormente elevado ao patamar de decano de Direito em Yale, conseguiu tornar o compromisso de Arnold permanente.

Seu ciclo na universidade foi marcado pelo convívio com influentes intelectuais do momento, como William O. Douglas, Wesley Sturges, Walton Hamilton, Arthur Corbin e Underhill Moore. Foi na Yale Law School que Arnold entrou em contato com o projeto reformista conhecido como realismo legal, responsável por colocá-lo em debates

Ver: CULLIS, Philip. The Limits of Progressivism: Louis Brandeis, Democracy and the Corporation. *Journal of American Studies*, v. 30, n. 3, dez. 1996, p.381-404.

⁵² ARNOLD, op. cit., 1965, p.35.

⁵³ BRINKLEY, Alan. op. cit., 1993, p.560.

⁵⁴ GRESSLEY, Gene M. op. cit., 1979, p.27-28, 166-168.

que posteriormente chamariam a atenção do presidente Franklin Delano Roosevelt e de sua equipe de intelectuais liberais, conforme trataremos em breve.⁵⁵

1.1.3 Arnold em Yale: propostas reformistas do realismo legal (1930-1937)

Para Arnold, a nova posição na Yale Law School representou maior prestígio, salário e principalmente a saída do isolamento social vivido por sua família em West Virginia. Ainda que tenha recebido uma oferta para Harvard feita por Roscoe Pound após meio ano em Yale, ele optou por seguir na instituição por se tratar de um núcleo central para o desenvolvimento do realismo legal, que consistia acima de tudo em uma “crítica aos conceitos tradicionais da lei”, o que o atraía bastante:

“Realistas legais desafiavam a crença prevalecente, geralmente conhecida como conceitualismo, que os conceitos legais são verdades fixas e atemporais (ou, como um crítico escreve, ‘entidades sobrenaturais que não têm uma existência verificável exceto aos olhos da fé’). Os realistas argumentavam que regras legais fixadas e princípios eram ‘símbolos vazios que tomam significado somente para a extensão em que eles são informados com as tradições sociais e profissionais de um período e lugar particulares. A maioria dos advogados e juízes afirmava estar agindo sob os princípios legais atemporais, quando eles estavam na verdade operando em resposta a um contexto específico socioeconômico’. Realistas clamavam pelo reconhecimento dessa contradição. Advogados deveriam, segundo argumentavam, nas palavras de Laura Kalman, ‘mudar o foco das regras e conceitos legais para os fatos’. Essa mudança poderia ajudar a transformar o sistema legal de um instrumento usado para preservar as coisas como estão, em um para promover mudanças políticas e sociais. Mas, ao menos tão importante quanto – até porque as mudanças que os realistas visavam eram relativamente moderadas – a redefinição tornaria a lei um mecanismo mais eficiente e previsível, mais apto a responder às situações reais. Arnold encontrou no realismo legal uma estrutura e uma linguagem para suas convicções já bastante desenvolvidas de que crenças não examinadas, particularmente mitos e símbolos ultrapassados, obstruíam o trabalho efetivo do governo e das leis.”.⁵⁶

O realismo influenciou Arnold a perceber a importância de se observar as leis a partir de uma perspectiva das Ciências Sociais, a mesma área de conhecimento que anos atrás tinha chamado sua atenção em Harvard:

“Antropólogos, sociólogos e cientistas políticos se uniram com seus amigos do mundo legal para promover a busca pela realidade. Os realistas legais possuíam um profundo ceticismo sobre regras, fatos e precedentes. Realistas eram céticos das regras em duas premissas: a) em qualquer litígio, a autoridade legal pode ser identificada por decisões opostas; como o resultado, muitas opiniões judiciais são

⁵⁵ Ibid. p.29; AYER, Douglas. op. cit., 1971, p.1064.

⁵⁶ BRINKLEY, Alan. op. cit., 1993, p.560-561.

baseadas nas visões secretas da política social; b) a escolha entre duas opiniões conflitantes pode geralmente ser feita somente após se considerar a magnitude do resultado social”.⁵⁷

As Ciências Sociais teriam, portanto, um caráter de identificação sobre o pano de fundo em que as decisões judiciais eram tomadas e assim assumiam um caráter indispensável para romper ideais considerados atemporais.

O contato de Arnold com o realismo legal foi fundamental para o desenvolvimento de suas obras principais. Contudo, ao se aproximar da psicologia em Yale, através do Professor Edward S. Robinson, ele desenvolveu um esquema a ser utilizado para defender reformas sociais e jurídicas, conforme veremos no Capítulo 3. Arnold e Robinson foram responsáveis pela condução de um curso na instituição chamado “Processo Judicial do Ponto de Vista da Psicologia Social”, onde ambos desenvolviam argumentos a partir de uma ótica interdisciplinar que contemplava diversos referenciais para questões jurídicas aplicadas na sociedade.⁵⁸

Arnold estava acima de tudo empenhado em promover uma perspectiva interdisciplinar para o Direito, quando este ainda era um tema em desenvolvimento, com outras áreas das ciências humanas. Seu objetivo era melhor compreender o funcionamento da sociedade e propor reformas aos processos da lei, algo que pudesse atrair cientistas sociais e teóricos da legislação.

Entretanto, sua busca por mudanças no campo jurídico não suscitava a necessidade de quaisquer reformas estruturais “revolucionárias”, como buscaremos demonstrar nos capítulos seguintes. Na verdade, ele defendia novas perspectivas práticas que resolvessem questões mais urgentes na nação, o que incluía a eficiência de princípios e ideais judiciais.

Esse tipo de raciocínio reformista que buscava empregar no Direito foi também utilizado para defender mudanças sociais ou institucionais. Isso estava claro conforme o raciocínio de um de seus amigos mais próximos, William McGovern, ao descrevê-lo: “Nunca se esqueça, Thurman era sempre por Deus, pelo país e pela torta de maçã da mãe”, o que define muito bem o caráter restrito de suas propostas, pois estavam fortemente alinhadas às instituições as quais ele não somente pertencia, mas defendia conforme seu passado ligado aos ideais progressistas.⁵⁹

⁵⁷ GRESSLEY, Gene M. op. cit., 1979, p.31.

⁵⁸ Ibid. p.32.

⁵⁹ Ibid. p.19; AYER, Douglas. op. cit., 1971, p.1076.

A época em que Arnold trabalhou em Yale coincide com a ocorrência de um dos maiores fenômenos sociais dos Estados Unidos do século XX, a Grande Depressão, de forma que esse vínculo empregatício foi determinante para seu sustento pessoal durante o início dos anos 1930. Ele havia sido diretamente afetado pela perda de seu “pequeno capital” na quebra da bolsa, além de ver parte de seus amigos do Wyoming entrarem em “bancarrota e ruína”. Arnold afirmou em sua autobiografia que nada podia fazer em relação a eles, pois qualquer tipo de ajuda representaria uma “ruína” para o caráter de seus amigos. O autor considerava que estavam presos a um ideal de individualismo contrário à ajuda externa, inclusive do governo, uma concepção que passou a atacar em suas obras, conforme veremos nos próximos capítulos.⁶⁰

1.2 O New Deal de Roosevelt e os Estados Unidos da Grande Depressão

“As condições econômicas desse período seriam completamente evitáveis – se os homens somente compreendessem o mundo econômico em que estavam vivendo. Algum reconhecimento do possível uso de planejamento nacional para evitar a catástrofe econômica tinha, contudo, saído da guerra. Nunca em nossa história tinha a economia sido tão completamente planejada e mobilizada como na Primeira Guerra Mundial. Muitos que haviam tido uma mão no bem-sucedido planejamento governamental, pensavam que os mesmos princípios poderiam ser seguidos em um período de ajuste de tempos de guerra para uma economia de paz. Mas Woodrow Wilson não fez nada disso e quando Harding foi eleito, o *laissez-faire* sob o nome de Normalidade atingiu seu zênite. Quando o mercado de ações quebrou, ninguém tinha dinheiro sobrando e a espiral desastrosa da Depressão tomou lugar”.⁶¹

Em uma quinta-feira, dia 29 de outubro de 1929, conhecida como Quinta-Feira Negra, ocorreu a quebra da bolsa de valores de Nova York, jogando os Estados Unidos em um período de vasta crise econômica denominado de Grande Depressão. Até aquele momento o país vivia um período de estabilidade econômica, apesar do contínuo aumento

⁶⁰ ARNOLD, Thurman. op. cit., 1965, p.36-37.

⁶¹ “The economic conditions of this period were completely avoidable – if men had only understood the economic world in which they were living. Some recognition of the possible use of national planning to avoid economic catastrophe had, indeed, arisen out of the war. Never before in our history had the economy been so completely planned and mobilized as during the First World War. Many who had had a hand in successful government planning then thought that the same principles should be followed during the period of adjustment from a wartime to a peacetime economy. But Woodrow Wilson would have none of it, and when Harding was elected, *laissez faire* under the name of Normalcy reached its zenith. When the stock market crashed, no one had ready money left, and the disastrous spiral of the Depression took over”. Ibid. p.37.

da desigualdade social e na importância cada vez maior de políticas em favor do *laissez-faire* e da ausência do Estado na economia.

Durante a década de 1920, nos governos dos republicanos Warren G. Harding, Calvin Coolidge e Herbert Hoover, houve um grande empenho em desmontar as iniciativas centradas em uma maior atuação estatal durante a Primeira Guerra Mundial, voltadas para o esforço de guerra e capitaneadas pelo democrata Woodrow Wilson (1913-1921), ampliando o domínio dos grandes negócios na economia.⁶²

Os anos 1920 foram caracterizados até o momento da Grande Depressão como uma breve “história econômica de sucesso”, pelo fato do PIB da nação ter passado por um crescimento de aproximadamente 50% entre os anos 1920 e 1929, muito em função do desenvolvimento da indústria automotora, que se tornou a principal indústria norte-americana, com produção anual de 3,7 milhões de automóveis em 1925. Ela foi alimentada em parte pela necessidade de integração do interior do país durante a Primeira Guerra Mundial. Na época, o governo minimizou o investimento em ferrovias e inaugurou, nas palavras de Klaus Patel, uma era de “postos de gasolina, garagens e expansão suburbana”.⁶³

Além dos automóveis, o desenvolvimento econômico se deu também através da introdução de novos bens domésticos movidos a eletricidade, entre eles rádios, geladeiras, aspiradores de pó e ferros de passar roupa. As atividades de lazer como turismo, esportes e cinema também cresceram juntamente com a renda dos trabalhadores urbanos. Entretanto, em regiões ainda em desenvolvimento, principalmente no Sul dos Estados Unidos, essas inovações tecnológicas continuavam limitadas.

Em termos de exportação a nação se tornou dominante do ponto de vista industrial no período; e seus produtos “alcançavam visibilidade internacional”. Na mesma época, os EUA assumiram o papel de grande credor mundial, emprestando entre 1924 e 1929 aproximadamente 6,4 milhões de dólares para investimentos em países das Américas e principalmente da Europa, que ainda se reconstruía do conflito mundial terminado em 1918.⁶⁴

⁶² MCGERR, Michael. op. cit., 2005, p.315.

⁶³ PRADO, L.C.D. *A economia política da Grande Depressão da década de 1930 nos EUA: visões da crise e política econômica*. In: LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *A Grande Depressão: política e economia na década de 1930: Europa, Américas, África e Ásia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.20; PATEL, Kiran Klaus. op. cit., 2016, p.10-11.

⁶⁴ Ibid. p.13-14.

Diante de grandes mudanças econômicas, a ocorrência de uma crise na produção agrícola, que havia se desenvolvido espantosamente durante a Primeira Guerra Mundial e que com a estabilização dos mercados internacionais perdeu capacidade de exportação, foi também uma importante dimensão da Grande Depressão. A acentuada queda nos preços dos produtos agrícolas resultou em grave situação para os fazendeiros norte-americanos. A instabilidade econômica teve seu início explicado a partir da “teoria da regulação” na qual mudanças nas condições de produção e reprodução do trabalho assalariado entraram num período instável, gerando um desequilíbrio entre consumo e renda. A falta de meios para estimular o consumo foi fundamental para chegar a tal situação.⁶⁵

Com esse diagnóstico, o governo do republicano Herbert Hoover (1929-1933), que era contrário ao uso direto de verba federal no alívio econômico da população, buscou tardiamente solucionar o problema através de empreendimentos como o *Reconstruction Finance Corporation* (RFC). Era um programa de investimento público que viabilizou o empréstimo de cerca de 1,5 bilhões de dólares para bancos, ferrovias, companhias de seguros e outras instituições de crédito pessoal. Sua perspectiva na RFC se entrelaçava ao ideal de “associações”, de compromissos voluntários entre o governo e os negócios, objetivando resgatar a “confiança” dos investidores, a quem via como fundamentais na recuperação do país.⁶⁶

A atitude do presidente se baseava na forma como enxergava o alívio econômico promovido pelo governo federal, baseado no pressuposto de um orçamento fiscal governamental equilibrado e influenciado por ideias contrárias ao aumento da atuação de Washington na economia. O republicano defendia uma postura de *rugged individualism*, ou seja, um individualismo forte e afirmava ser contra políticas de auxílio social pois seriam responsáveis por “afundar o país no socialismo e no coletivismo”.⁶⁷

Dessa forma, seguiu não disponibilizando os recursos necessários para a recuperação da economia, o que o fez amargar grande impopularidade que até então políticos republicanos adeptos do *laissez-faire* não tinham passado, fator importante em sua derrota na tentativa de se reeleger.⁶⁸ A Grande Depressão foi, assim, responsável por

⁶⁵ Ibid. p.31-34; LIMONCIC, Flávio. op. cit., 2009, p.125.

⁶⁶ BADGER, Anthony J. *The New Deal: The Depression Years, 1933-1940*. Chicago: Ivan R. Dee, 2002. p.41-48.

⁶⁷ RAUCHWAY, Eric. *The Great Depression and the New Deal: A Very Short Introduction*. New York: Oxford University Press, 2008, p.24-32.

⁶⁸ LIMONCIC, Flavio. op. cit., 2009, p.128-131.

fazer os republicanos perderem o “status” de “partido da prosperidade”, diante de sua incapacidade de resolver os problemas econômicos da nação.

Além disso, Hoover tornou-se alvo de críticas de democratas pela forma como gastava os recursos federais na tentativa de levantar a economia. As péssimas condições econômicas da época fizeram um grupo de veteranos da Primeira Guerra Mundial se dirigirem a Washington DC para protestarem em favor de ajuda governamental, tendo se estabelecido em habitações de estrutura precária e temporárias próximas do centro de poder nacional.

A reação do presidente foi enviar o exército para reprimir e expulsar o *Bonus Army*, como foi chamado o grupo de veteranos que exigia o pagamento de indenizações pela participação na guerra. Sob o comando de dois militares que seriam futuramente condecorados na Segunda Guerra Mundial, Douglas MacArthur e George S. Patton, o exército dos Estados Unidos abusou da truculência e teve êxito em sua missão, o governo Hoover, entretanto, apenas ampliou a insatisfação da população.⁶⁹

Diante do cenário, o Partido Democrata buscou um nome para capitalizar a impopularidade do republicano nas eleições de 1932, optando por Franklin Delano Roosevelt, governador de Nova York. FDR, como era chamado, tinha crescido politicamente de forma rápida durante a década de 1920. Ele foi convidado em 1928 pelo então governador de Nova York, o democrata católico Al Smith, para disputar o governo do estado, enquanto Smith concorria pela eleição presidencial contra Herbert Hoover.

Apesar de sofrer desde o início dos anos 1920 com poliomielite, que resultou na sua incapacidade de andar e ficar em pé sem auxílio de muletas ou de outras pessoas, Roosevelt teve destaque no cargo de governador ao enfrentar os primeiros anos da Grande Depressão com uma política de recuperação econômica promovida com recursos públicos.

Ele capitaneou uma série de pequenas reformas que reforçaram uma imagem de verdadeiro progressista, entre elas o desenvolvimento de eletricidade pública, defesa da diminuição das taxas de cobrança de serviços, redução da carga tributária dos fazendeiros e criação de uma agência de alívio para desempregados, além de promover um seguro desemprego de alcance nacional e auxílio do governo aos necessitados. Apesar dessas características, Roosevelt sempre se afastou de qualquer imagem de radical e fez coro junto ao seu partido no ataque ao governo republicano por comprometer o orçamento federal e pela presença, que julgava excessiva, do Estado na economia estadunidense.⁷⁰

⁶⁹ LEUCHTENBURG, William E. op. cit., 2009. p.15-16.

⁷⁰ BRINKLEY, Alan. op. cit., 2000, p.11-12.

O candidato democrata não somente derrotou Herbert Hoover de forma contundente, com 57% do voto popular, cerca de 22,8 milhões de votos, como garantiu 472 votos no colégio eleitoral contra somente 40 para o candidato a reeleição. Assim, 34 estados que apoiaram Hoover nas eleições passadas mudaram de lado e elegeram o democrata. Além disso, 282 condados que sempre haviam votado com republicanos resolveram mudar de lado. Números arrebatadores que evidenciam o já citado desgaste que sofria o então presidente Hoover. Os Estados Unidos que Roosevelt assumiu em março de 1933, se pautava no momento pela esperança depositada no democrata para reverter o cenário econômico desolador.⁷¹

1.2.1 New Deal: negócios, trabalho e governo

Durante sua campanha em 1932, Roosevelt havia defendido o estabelecimento de um “Novo Acordo” ou um “*New Deal*” para a nação, ainda que não tivesse especificado exatamente o que significava esse novo pacto e como seria capaz de retirar o país da depressão econômica. Ao assumir o cargo para o qual foi eleito, ele indicou que favoreceria políticas que aumentassem o poder do Estado como forma de vencer uma “guerra” contra a crise econômica, ainda que tivesse anteriormente criticado essa expansão estatal. Roosevelt buscava influência nas ideias de intervenção econômica surgidas com o esforço durante a Primeira Guerra Mundial.⁷²

O recém-empossado presidente diagnosticou que deveria desempenhar três tarefas urgentes para seu *New Deal*: elaborar políticas que acabassem com a Grande Depressão, criar programas de alívio para ajudar a população em dificuldade e encabeçar reformas duradouras que prevenissem outra depressão, essas tarefas compunham “três erres”, *Recovery, Relief and Reform*.

A recuperação viria através de diferentes políticas econômicas. Roosevelt lançou várias peças administrativas, visando entre outras coisas: equilibrar o orçamento, diminuir os gastos com veteranos de guerra, e o rompimento com o lastro ouro. Em seu primeiro dia no gabinete, implementou um “feriado bancário” almejando estancar a crise que ocorria no setor através do auxílio direto do governo aos bancos, além de promover um maior controle sobre Wall Street.

Esses passos foram importantes para recuperar a segurança da população no funcionamento do sistema bancário. Para isso o presidente também inaugurou seus “bate-

⁷¹ RAUCHWAY, Eric. op. cit., 2018; LEUCHTENBURG, William E. op. cit., 2009, p.17.

⁷² Ibid. p.41-42.

papos ao pé de lareira” (*fireside chats*), transmitidos por rádio, onde buscava explicar de forma simplificada para a população medidas adotadas pelo governo no decorrer de seus mandatos. Roosevelt foi o primeiro presidente no país cuja voz passou a ser conhecida pelo público geral.⁷³

O alívio estava relacionado a programas de auxílio para os norte-americanos, entre eles o *Civilian Conservation Corps* (CCC), voltado para jovens desempregados de centros urbanos deslocando-os para trabalho em parques nacionais e florestas. O programa possuía uma notável semelhança com o *Nazi Arbeitsdienst* da Alemanha de Hitler. A *Federal Emergency Relief Administration* (FERA) que oferecia assistência financeira para agências estaduais de alívio e a *Civil Works Administration* (CWA) que gerenciava programas de trabalho e era capitaneada pelo influente assistente social Harry Hopkins.

Para a reforma, foram propostas políticas que garantissem o bem-estar e a segurança econômica da população. Entre elas o *Social Security Act* (SSA) de 1935, que inicialmente contemplava somente uma parte dos trabalhadores urbanos e brancos dos Estados Unidos. A partir da legislação de segurança social, o *New Deal* também buscou oferecer assistência para famílias de baixa renda com crianças através do *Aid to Dependent Children* (ADC), programa que durou até a década de 1990.⁷⁴

Entretanto, as duas grandes peças legislativas mais impactantes para o início do *New Deal* foram a NIRA, *National Industrial Recovery Act*, focada na recuperação da economia industrial e o *Agricultural Adjustment Act* ou *Triple-A* (AAA), responsável por resgatar a produção agrícola.

A NIRA foi aprovada em 16 de junho de 1933 e defendia a criação de códigos de competição para os diferentes setores industriais com a supervisão do Estado, além de representar uma mudança nas relações entre o setor público e o privado. A lei promovia um ideal de “planejamento ordenado” nas indústrias e se beneficiava de programas já iniciados por Hoover anteriormente.

Esses códigos eram elaborados pelas próprias corporações num cenário de cooperação com o governo e com trabalhadores de cada setor. Uma agência foi criada com a função de administrar os esforços governamentais, a NRA – *National Recovery Administration* – simbolizada por uma Águia Azul. O objetivo era recuperar o país através da cooperação e evitar a ocorrência de novas crises.

⁷³ BRINKLEY, Alan. op. cit., 2014, p.46-48.

⁷⁴ BRINKLEY, Alan. op. cit., 2000, p.18-23; PATEL, Kiran Klaus. op. cit., 2016, p.90; DE CARVALHO, Fernando J. Cardim. *Keynes, FDR e a Grande Depressão*. In: LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Op. cit., 2009, p.83-84.

Entretanto, a NRA não possuía um mecanismo de punição para a corporação que se recusasse a participar do empreendimento. Ela somente perderia o selo de cooperação atribuído pela agência. Além disso, a administração foi responsável de certa maneira por “sancionar” um processo de cartelização dos grandes negócios, privilegiando as corporações milionárias e pouco fazendo para combater as concentrações de dinheiro e poder no país.

A NIRA também falhou em melhorar as condições dos trabalhadores, pois as empresas se recusavam a negociar com sindicatos, tradição consolidada da nação e apoiada por gigantes do setor industrial. Finalmente, a lei não alcançou o ideal de “economia mobilizada” em prol da recuperação, baseada na experiência da indústria norte-americana durante a Primeira Guerra Mundial. A tentativa de criar uma versão estadunidense de “corporativismo” teve inclusive curta duração, sendo julgada inconstitucional pela Suprema Corte dos Estados Unidos em 1935, num caso envolvendo legislação estadual e um abatedouro de frangos.⁷⁵

No campo, o AAA se mostrou um empreendimento mais bem-sucedido, muito em função de agências para a coordenação da produção agrícola que já existiam no país antes da Depressão, algo que não ocorria na indústria. O *Agricultural Adjustment Act* foi responsável por fixar os preços das *commodities* e assumiu a responsabilidade pela sua comercialização. A lei se pautava através da queda dos valores dos produtos, por vezes sem considerar necessidades materiais e a nutrição da população rural.

A atuação do *New Deal* no campo deu prosseguimento ao *Federal Farm Board*, criado ainda durante o governo de Herbert Hoover, porém agindo de forma mais centralizada no que tangia à fixação de preços. A partir de uma política de subsídio, o governo focou na redução e controle de farinha, milho, arroz, suínos e leite. A lei gerou um novo sentido de ação estatal em 1933, pois a fixação dos preços impactou diretamente na vida de milhões de fazendeiros, arrendatários e meeiros. Desde então, o Estado se tornou peça-chave para os assuntos agrícolas, transformando todos os programas das décadas seguintes e desenvolvendo um aparato administrativo responsável por empregar milhares de agentes governamentais.⁷⁶

Importante ressaltarmos que a lei acabou por privilegiar os grandes latifundiários em detrimento de pequenos produtores e entregou para as grandes associações o controle da produção e desenvolvimento das políticas no campo. O AAA também gerou

⁷⁵ LIMONCIC, Flávio. op. cit., 2009, p.135-139; BADGER, Anthony J. op. cit., 2002. p.67; BRINKLEY, Alan. op. cit., 2000, p.27-30.

⁷⁶ PATEL, Kiran Klaus. op. cit., 2016, p.56-65.

controvérsia ao promover o abate de milhares de animais como forma de controle de preço. Todavia, no geral, diferentemente da NIRA, o AAA foi um sucesso econômico pois estabilizou os preços, limitou a produção e foi bem recebido pelos fazendeiros comerciais, mas assim como sua contraparte industrial acabou também sendo considerado inconstitucional em 1935.⁷⁷

Entretanto, a legislação foi responsável por acelerar o processo de saída de muitos pequenos fazendeiros negros para o Norte urbano em busca de melhores condições. Isso ocorreu diante da incapacidade do governo federal de impedir práticas discriminatórias em seus programas, mas também pelas limitações dos primeiros anos do *New Deal*. Sustentando por democratas sulistas, maioria em ambas câmaras, Roosevelt se afastou de políticas que promovessem melhores condições para os afro-americanos em um primeiro momento. Mais do que isso, o foco de seu governo em torno do alívio econômico e da recuperação financeira da nação o aproximou de sujeitos como o texano John Nance Garner, seu vice-presidente, e Cordell Hull, Secretário de Estado, ambos áduos defensores da segregação racial e contrários às políticas sociais para afro-americanos.

Mesmo que liberais ligados ao governo defendessem pautas que promovessem os direitos dos afro-americanos, a pressão sulista dificultou a adoção de práticas e posturas contrárias à discriminação nas agências do *New Deal*. Programas como o CCC empregavam somente uma pequena parcela de aproximadamente 6% de jovens negros durante seus dois primeiros anos.⁷⁸

Apesar disso, salientamos que o *New Deal* foi também responsável pelo desenvolvimento de áreas consideradas atrasadas do país, principalmente através da *Tennessee Valley Authority* (TVA), cuja idealização era defendida desde os anos 1920 pelo senador republicano progressista George W. Norris, do Nebraska. A ideia por trás da TVA era alterar a região ao redor do Rio Tennessee, para geração de eletricidade e manufatura de explosivos e fertilizantes.

O programa propunha não somente um “desenvolvimento unificado dos recursos do vale, mas um experimento regional em planejamento social que poderia afetar diretamente as vidas das pessoas do vale”.⁷⁹ A TVA foi considerada um importante símbolo do *New Deal*, tanto pela transformação da natureza através de especialistas técnicos, como por levar eletricidade para milhares de lares e reformular a estrutura da

⁷⁷ BRINKLEY, Alan. op. cit., 2000, p.30-31; LEUCHTENBURG, William E. op. cit., 2009, p.86.

⁷⁸ SITKOFF, Harvard. op. cit., 2009, p.30-41.

⁷⁹ RAUCHWAY, Eric. op. cit., 2008, p.89-92; PATEL, Kiran Klaus. op. cit., 2016, p.97-99.

região, ainda que tivesse privilegiado indivíduos brancos em detrimento de afro-americanos.

O empreendimento de Roosevelt não estava, entretanto, confinado aos Estados Unidos continental, de forma que em Porto Rico, território não-incorporado norte-americano até os dias de hoje, tentou-se desenvolver um “*New Deal* latino-americano”, iniciado em agosto de 1933. Com uma situação econômica e social caótica desde dezembro de 1929 e uma taxa de 65% de desemprego, o território teve a sua situação mais agravada com o *New Deal*, pois o AAA aumentou o preço de commodities agrícolas e reduziu a quota de produção do açúcar porto-riquenho, principal produto de exportação. A NRA também foi, segundo Patel, “caótica e envenenou as políticas locais, pois encontrou clara oposição da comunidade de negócios”.⁸⁰

Ambos os empreendimentos de Roosevelt aumentaram o custo de vida da ilha e para resolver a questão econômica do país foi lançada a *Puerto Rico Emergency Relief Administration* (PRERA) como extensão da FERA, focada em recuperar a ilha através da criação de empregos, melhorias estruturais, erradicação de doenças, entre outros. A PRERA resultou no aumento da capacidade administrativa porto-riquenha, gerando empregos e foi apoiada por parte da população.

Entretanto, acabou sendo desmontada diante da insatisfação de nacionalistas porto-riquenhos que se posicionaram contrários às tentativas de engenharia social que acompanhavam a PRERA. Segundo Patel, o governo se utilizou de práticas de eugenia e esterilização como forma de combater a pobreza. O pouco investimento por parte de Washington, acusações de corrupção e a oposição interna acabaram com o projeto dos *new dealers* em Porto-Rico.⁸¹

Ao fim de seus primeiros cem dias como presidente, Roosevelt tinha instaurado uma série de iniciativas. Segundo William E. Leuchtenburg, o presidente

“Comprometeu o país a um programa sem precedentes de cooperação entre indústria e governo; prometeu distribuir estupendas somas para milhões de fazendeiros; aceitou responsabilidade pelo bem-estar de milhões de desempregados; aceitou envolver-se em uma abrangente experimentação em planejamento regional; empenhou-se em bilhões de dólares para salvar casas e fazendas do despejo; empreendeu altas despesas em gasto de obras públicas; garantiu depósitos em pequenos bancos ao redor do país; e pela primeira vez, estabeleceu regulação federal em Wall Street.”⁸²

⁸⁰ Ibid, p.160-161.

⁸¹ Ibid. p.161-167.

⁸² LEUCHTENBURG, William E. op. cit., 2009, p. 61.

1.2.2 Um “Segundo” New Deal: o fim do ideal de cooperação

Ainda que o governo Roosevelt trouxesse novidades na maneira de se pensar o Estado na economia norte-americana, o insucesso da questão industrial e a oposição de setores empresariais ao *New Deal* resultou em mudança de postura por parte do presidente democrata, de forma que a partir de então o governo se voltou para uma posição mais antagônica com os negócios, diante da falta de cooperação.

Importante ressaltarmos que, nesse período, discussões em torno da regulação da economia já se faziam presentes no trabalho do economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946). Se tratando de um crítico da chamada ortodoxia econômica, além de contrário ao comunismo e ao nazifascismo, Keynes se esforçou em oferecer soluções para o capitalismo que perpassassem pela maior atuação do Estado na economia. Ele sustentava a necessidade de centralizar os poderes através de uma “autoridade central” em oposição à ideia de “contrato social” que por sua vez era associada ao individualismo e característica ao liberalismo clássico.⁸³

Para Keynes, o Estado deveria suprir o papel de “investidor” em períodos de “incerteza” econômica, quando o mercado recuaria em termos de investimento – portanto, era necessário ao governo injetar dinheiro público para sustentar a demanda de produção e de consumo de bens, consequentemente estimulando a contratação de trabalhadores e reduzindo os níveis de desemprego.

Ainda que tivesse posicionamentos próximos aos do britânico, Roosevelt divergia a respeito de como a “insegurança ou a incerteza” da economia deveria ser corrigida. Diferentemente de Keynes, o presidente norte-americano favorecia nos primeiros anos do *New Deal* uma política de equilíbrio fiscal juntamente com a cooperação entre governo e indústria como saídas para a Grande Depressão. Isso explicaria, de acordo com Cardim, o esforço de Roosevelt em adotar medidas de estabilização de preços nas indústrias e no campo, objetivando “quebrar o ritmo do processo deflacionário” e ao mesmo tempo utilizar políticas de alívio para a população até que a economia estivesse novamente estabilizada.⁸⁴

Portanto, a transição de um ideal cooperativo para políticas mais intervencionistas, ao menos no campo da retórica, por parte de Roosevelt e os liberais, evidencia um novo

⁸³ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Keynes: o liberalismo econômico como mito*. In: LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *Os intelectuais do antiliberalismo: projetos e políticas para outras modernidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.148.

⁸⁴ DE CARVALHO, Fernando J. Cardim. op. cit., 2009, p.82-84.

momento, uma espécie de “segundo *New Deal*”, caracterizado por promover uma maior ação estatal na economia industrial, se apoiando no fortalecimento dos sindicatos industriais.

Parte dessa mudança passou também pela pressão de setores da esquerda que se fortaleceram diante da incapacidade do governo de recuperar a economia. Como forma de reduzir o radicalismo e a onda de greves que se iniciou a partir de 1934, o presidente democrata buscou estabelecer uma agenda mais à esquerda que visasse atrair os trabalhadores estadunidenses e repelisse a crescente presença de grupos comunistas e socialistas nos sindicatos.⁸⁵

Assim, a administração empenhou-se em ampliar a capacidade de organização dos sindicatos de trabalhadores, algo que já estava presente na Seção 7(a) da NIRA, que permitia “o direito de livre organização e de negociação coletiva por meio de representantes por eles escolhidos, ficando livres de interferência, restrição ou coerção dos empregadores ou de seus agentes na designação de tais representantes”.⁸⁶

Essa foi a solução pensada pelo governo para alcançar um maior equilíbrio nas relações industriais e consequentemente aproximar mais os trabalhadores do *New Deal*. Assim, através da Seção 7(a), os liberais tentaram acabar com o mecanismo das *company unions*, sindicatos organizados e controlados pelas empresas, que restringiam a sindicalização de empregados, que poderiam fazer parte somente daqueles comandados pelo patronato. A lei objetivava também a garantia de que os empregadores seguissem um código de horas diárias e de remuneração mínima para os funcionários.⁸⁷

A implementação da Lei Wagner de 1935, inaugurando o *National Labor Relations Act* (NLRA), se tornou uma espécie de continuação das tentativas de consolidar a ação dos sindicatos como meio de estabilização da economia industrial. Sem as punições para empresas que ignoravam a Seção 7(a) e a declaração de inconstitucionalidade da NRA, o *National Labor Relations Board* (NLRB) surgiu como ferramenta do governo para equilibrar as disputas. Nesse contexto, a Seção 7(a) norteou a legislação que buscava garantir direitos de negociação coletiva aos trabalhadores e possibilidade de organização livre. A Lei Wagner dialogava com a nova postura do *New*

⁸⁵ GERSTLE, Gary. *American Crucible: Race and Nation in the Twentieth Century*. Princeton: Princeton University Press, 2017, p.141-152; LEUCHTENBURG, William E. op. cit., 2009, p.111-115; Para um estudo de caso a respeito da atuação de comunistas em sindicatos, principalmente de trabalhadores negros do campo no Sul dos Estados Unidos, ver: KELLEY, Robin D. G. *Hammer and Hoe: Alabama Communists during the Great Depression*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1990.

⁸⁶ LIMONCIC, Flávio. op. cit., 2009, p.136-139.

⁸⁷ Ibid.

Deal, pois os sindicatos permaneciam como organizações consideradas adversárias aos grandes negócios, contribuindo para o estabelecimento de uma “luta de dois poderosos grupos de interesses”.⁸⁸

O Senador democrata Robert Wagner acreditava que o objetivo original da Seção 7(a) era: “extrair os maiores benefícios [da nova economia] (...) Sob a nova lei, cada código de competição deve reconhecer o direito dos trabalhadores de negociar coletivamente. Todos os códigos devem conter cláusulas de salários mínimos, horas máximas e outras condições de trabalho, que devem ser aprovadas pelo presidente. Dessa forma, produção e consumo serão coordenados”. Além disso, os códigos deveriam conter cláusulas de salários mínimos, horas máximas, entre outras condições de trabalho, que necessitavam de aval do presidente. Wagner acreditava que “dessa forma”, a “produção e consumo serão coordenados”.⁸⁹

A NLRA representava uma importante peça legislativa dessa segunda fase do *New Deal*, pois consertava uma das principais fragilidades na NIRA: a falta de mecanismos legais que punissem o patrão contrário à Seção 7(a). Assim, a Lei Wagner buscou “garantir aos trabalhadores os direitos básicos de auto representação e contratação coletiva do trabalho criando uma nova agência administrativa”.⁹⁰

A NLRB possuía autoridade para investigar denúncias e combater interferências, restrições ou coerções de trabalhadores, além de derrubar as *company unions* e promover a sindicalização independente. Sua presença representou o início do processo de transformação do governo em árbitro das relações industriais, conforme advogado por intelectuais liberais, em diferentes intensidades, que abordaremos em breve.

Essa segunda fase do *New Deal* foi principalmente caracterizada por ações contrárias aos negócios, com leis que combatiam a concentração industrial, além da *Wealth Tax Act* de 1935, cuja função era aumentar os impostos dos mais ricos, visando uma melhor distribuição de renda no país. Além disso, a *Banking Act* do mesmo ano permitiu a diminuição da influência de bancos privados na economia norte-americana, assim como uma tentativa de centralização do sistema bancário sob o governo, através da capacidade de Roosevelt de nomear um conselho para o *Federal Reserve System*.⁹¹

Foi durante esse período que surgiu o projeto mais “duradouro” do *New Deal*: a Lei de Segurança Social (SSA). Ela era baseada nos modelos de agências de seguro

⁸⁸ BRINKLEY, Alan. op. cit., 2000, p.30.

⁸⁹ LIMONCIC, Flávio. op. cit., 2009, p.140-141.

⁹⁰ Ibid. p.170-171.

⁹¹ LEUCHTENBURG, William E. op. cit., 2009, p.154-161.

privado e não oferecia recuperação econômica imediata, pois antes era necessária a contribuição dos trabalhadores através de anos.

Justamente por esse caráter, a lei foi vista posteriormente como incompleta e de caráter conservador, pois negava a cobertura a numerosas classes de trabalhadores, inclusive alguns dos que mais necessitavam, como aqueles no campo e os domésticos, evidenciando também um caráter racista abraçado pelos democratas segregacionistas do Sul, pois grande parte desses trabalhadores eram afro-americanos.

Enfermidades, responsáveis pelo desemprego de muitos trabalhadores, também foram desconsideradas. A lei, nas palavras do historiador William E. Leuchtenburg, “falhou em estabelecer um sistema nacional de compensação de desemprego” e “sequer providenciou padrões nacionais adequados” para a recuperação econômica da população.⁹²

A despeito do aumento das funções no governo, conforme buscamos demonstrar, observamos a intensificação de ideias sobre a atuação estatal na economia norte-americana após mais uma recessão econômica enfrentada no ano de 1937. Nesse ponto, percebemos a volta de um ideal progressista que defendia a necessidade do governo “domar o capitalismo”, além de uma retórica ainda mais contrária aos industrialistas.

A partir desse período, um influente grupo de liberais alinhados com propostas de maior regulação pelo Estado ganhou voz no governo de Roosevelt. Céticos com relação aos projetos de associação econômica com o grande capital, críticos da NRA e do mundo corporativo, apesar de não serem contrários à sua existência, almejavam não sua destruição, mas um maior controle através de órgãos públicos.

Eles abraçavam a expansão do governo, que por sua vez teria o papel de “grande administrador” auxiliado por várias agências capazes de sustentar esse aumento de supervisão econômica. Esses *new dealers* miravam a experiência da Primeira Guerra Mundial como exemplo e pensavam no Estado como árbitro com o objetivo de regular a produção e o consumo no país.⁹³

Ideias assim eram críticas ao ideal econômico de livre-mercado pregado até então e esses liberais ajudaram a pensar em diferentes caminhos nesse momento de crise. Dessa forma, é importante retroceder cronologicamente e observar a trajetória do liberalismo

⁹² Ibid, p.132-133; PATEL, Kiran Klaus, op. cit., p.193-199.

⁹³ BRINKLEY, Alan. *The New Deal and The Idea of State*. In: FRASER, Steve; GERSTLE, Gary (org.). *The Rise and Fall of The New Deal Order, (1930-1980)*. Princeton: Princeton University Press, 1989, p.86-94.

norte-americano e de que forma o *New Deal* foi influenciado por diferentes tradições reformistas.

1.3 Liberalismo nos Estados Unidos: das origens no séc. XIX à Grande Depressão

Para melhor compreender as ideias em torno das propostas de recuperação e reformas econômica e social nos Estados Unidos dos liberais, voltamos para o século XIX e para a ascendência de correntes reformistas de grande importância no desenvolvimento do liberalismo no país.

Historiadores como Richard Hofstadter e Arthur S. Link propuseram a ocorrência de um período na história norte-americana marcado por fortes impulsos reformistas entre os anos 1890 e 1930.⁹⁴ Segundo eles, a exceção teria ocorrido na década de 1920, quando o ideal de livre-mercado e o liberalismo clássico dos republicanos triunfaram na arena política da nação. Hofstadter argumentou que esse período se iniciou através de um movimento heterogêneo populista, que teria alcançado seu ápice político na candidatura do democrata William Jennings Bryan, apoiado pelo Partido Populista, nas eleições de 1896, quando perdeu para o republicano William McKinley (1897-1901).⁹⁵

Segundo o autor, os populistas ganharam força nos Estados Unidos após a Guerra Civil e defenderam, entre outros, mudanças na economia do país, seja pelo estabelecimento de uma moeda fiduciária (*greenback*), ou pela volta do lastro-prata (em oposição ao lastro-ouro), mas também promoviam a criação de associações agrárias, visando desenvolvimento da produção agrícola e ataque aos monopólios urbanos e rurais.

Essa última proposta era motivada pela insatisfação de fazendeiros e homens de pequenos negócios com o processo de industrialização do país, que acelerou durante a segunda metade do século XIX, impactando no modo de vida desses sujeitos. Hofstadter percebia a origem do populismo ligada às concepções de individualismo e democracia

⁹⁴ HOFSTADTER, Richard. op. cit., 1955; LINK, Arthur S. What Happened to the Progressive Movement in the 1920's?. *The American Historical Review*, v.64, n.4, jul. 1959, p.833-851.

⁹⁵ Utilizaremos “populismo” e “populista” como forma de nos dirigirmos a grupos políticos norte-americanos cuja maioria possuía grande influência no meio rural durante o final do século XIX. Esses sujeitos se viram ameaçados pela força que ganhava o capital industrial e financeiro nos Estados Unidos e passaram a mirar ideias políticas dos tempos de Andrew Jackson (1829-1837) na presidência, defendendo empreendimentos individuais contra monopólios industriais. Conforme veremos, eles abraçavam uma visão que percebiam como “tradicional”: a do mundo da pequena propriedade rural e eram contra a “modernização” do país em torno da produção industrial e do crescimento da população urbana. Ver: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. op. cit., 2010, p.980-986.

popular (*grassroots democracy*), enraizada em pequenas fazendas e vilas contrárias às grandes corporações que surgiam tanto na cidade quanto no campo.⁹⁶

Os populistas tinham uma visão das relações produtivas ainda focada nas tradições pré-industriais, rurais, e encontraram no movimento uma forma de denunciar o que percebiam como os males da modernização nas relações produtivas dos Estados Unidos. Seu discurso se baseava no conflito entre a população desamparada e os grandes negócios, vistos como ladrões das riquezas da nação – isto é, para os populistas, as corporações eram responsáveis por tomar as oportunidades de “empreendedores locais”.⁹⁷ Eles percebiam seu período como marcado pelo conflito entre

“pessoas contra os juros, o público contra os plutocratas [grandes homens de negócios], a multidão trabalhadora contra o poder do dinheiro – em várias frases esse antagonismo central era expresso. Dessa simples classificação social parecem ter surgido a ideia de que uma vez que técnicas de enganar pessoas fossem expostas, a vitória sobre o poder do dinheiro seria facilmente alcançada, pois em números absolutos as pessoas [população do país] eram esmagadoras”.⁹⁸

Importante ressaltarmos a associação feita entre as dificuldades do período e a presença cada vez maior de imigrantes nos grandes centros urbanos, vistos nessa perspectiva como também responsáveis por um processo de “degeneração moral” do país. Hofstadter enfatizou o impacto do que considerou “conspirações históricas” na mentalidade dos populistas. Eram narrativas que juntavam o preconceito racial e o antissemitismo como forças de mobilização de sujeitos do campo contra elites econômicas, associando o número cada vez maior de judeus e imigrantes de origem não anglo-saxônica em solo estadunidense com os problemas que encaravam.⁹⁹ Isso quer dizer que os populistas atacavam a concentração de renda, em nome de setores médios brancos, agrários, nativos, sem chance de manter a sua condição.

Mais recentemente, autores como o britânico Samuel DeCanio propuseram uma ligação entre as propostas econômicas que mencionamos anteriormente e o crescimento do movimento populista, principalmente na questão envolvendo o lastro-prata que configurou o valor do dólar até 1873. O autor atesta a influência de sujeitos nos bastidores do Congresso com interesses econômicos em torno da mineração de prata, além da

⁹⁶ HOFSTADTER, Richard. op. cit., 1955, p.4-7.

⁹⁷ WIEBE, Robert H. *The search for order 1877-1920*. 36. ed. New York: Hill and Wang, 1999, p.45-46.

⁹⁸ HOFSTADTER, Richard. op. cit., p.64-65.

⁹⁹ Ibid. p.66-82.

descoberta de novas minas no Oeste do país, para que o movimento abraçasse essas políticas monetárias.¹⁰⁰

Acima de tudo, DeCanio chama a atenção para uma outra característica presente nessas propostas econômicas, vinculada à plataforma presidencial de William Jennings Bryan em 1896: o caminho que o Partido Democrata passou a adotar, se distanciando do *laissez-faire* e indo em direção a políticas de maior atuação estatal nas relações econômicas. Ele sugere que as propostas da campanha de Bryan colocaram os democratas no caminho do “Estado regulatório” e na promoção da “redistribuição de renda e poder”, que culminaria em políticas contrárias ao poder das grandes corporações na *New Freedom* de Woodrow Wilson, mas encontrariam eco também nas propostas de reforma do *New Deal*.

O elo entre populistas e o reformismo dos anos 1930 se dá principalmente nas demandas e pautas do movimento que acabaram consolidando iniciativas liberais entre fim do século XIX e o pós-depressão; entre elas os programas agrícolas do *New Deal* que subsidiavam produção, fim do lastro-ouro e da moeda controlada pelo governo federal, a criação do sistema ferroviário interestadual, eleições diretas para o Senado e demandas trabalhistas como oito horas diárias e negociações coletivas.¹⁰¹

Ainda que o insucesso da campanha de 1896 tenha sido duro golpe para o populismo, Richard Hofstadter argumentou que a agência desses sujeitos foi importante para uma comoção reformista que tomou conta do país e que acabou capitalizada por setores da classe-média em ascensão norte-americana:

“Um amplo e significativo público político emergiu [da nova classe-média] que era em sua maioria bastante bem-educado, polido em suas perspectivas, cheios de aspirações e completamente carentes de organização econômica. Não tinham sindicatos ou associações comerciais; as sociedades profissionais não tinham poder de barganha. Somente tinham meios políticos através dos quais externar seus descontentamentos”.¹⁰²

O autor indicava que o progressismo bebia da mesma fonte que o populismo, influenciando representantes de uma classe-média de trabalhadores de “colarinho branco” que se desenvolveu juntamente com o processo de industrialização dos Estados Unidos em torno de grandes corporações, mas que também ressentia e temia o poder e a

¹⁰⁰ DECANIO, Samuel. Populism, Paranoia, and the Politics of Silver. *Studies in American Political Development*, Vol. 25, abr. 2011, p.1–26

¹⁰¹ CANTRELL, Gregg. Lyndon's Granddaddy: Samuel Ealy Johnson Sr., Texas Populism, and the Improbable Roots of American Liberalism. *The Southwestern Historical Quarterly*, Vol. 118, No. 2, out. 2014, p.133-156.

¹⁰² HOFSTADTER, Richard. op. cit., 1955, p.218.

capacidade administrativa dos negócios. A crença em um modelo econômico pautado pela pequena propriedade perdia força em face das corporações que surgiam nos Estados Unidos e isso se traduziu na inquietação dos progressistas que também adotaram um discurso contra o crescimento de sua presença nas políticas do país.

Para Hofstadter, a transformação da economia, cada vez mais complexa e com elementos corporativos, se refletiu na ameaça ao empreendimento e a iniciativa individuais para a classe-média. Dessa maneira, o capitalismo “competitivo” e a liberdade dos indivíduos sofriam, à luz da época, ataques. Esse aspecto se somava, segundo o autor, às questões morais que condicionavam o êxito próprio financeiro dos estadunidenses e se atrelavam à sua ética protestante, criticando a ostentação dos milionários donos de corporações.¹⁰³

A ideia de que grandes indústrias ameaçavam essa visão de democracia foi determinante para o ataque dos progressistas aos negócios. Da mesma forma, foi também de grande importância o temor em relação à incapacidade de governos estaduais e federais de controlarem o setor privado, que se expandia rapidamente. O “espectro do poder privado bem maior do que o poder público”, nas palavras de Hofstadter, era visível na estrutura administrativa dos estados até aquele momento, ainda pouco organizada no país.

Essa situação passou a incidir nas opiniões dos estadunidenses sobre as capacidades reguladoras do Estado. Se antes percebiam sua interferência de forma negativa, agora o entendiam como “último recurso para controlar os negócios”. O autor argumentava que

“Na América o crescimento do Estado nacional e seu poder regulatório nunca foi aceito com complacência por grande parte do público de classe-média, que não relaxou em sua suspeita de autoridade, e que até agora fornece evidência repetida de seu intenso desgosto por políticas estatais. (...) Na Era Progressista [o crescimento do Estado] era possível por causa de um medo difundido e urgente da consolidação dos negócios e da autoridade das organizações privadas. Desde que se tornou comum nos anos recentes que ideólogos da extrema direita retratem o crescimento do estatismo como resultado de uma conspiração sinistra de coletivistas inspirados por ideologias estrangeiras, é talvez importante enfatizar que os primeiros passos em

¹⁰³ Ibid. p.219-223. O termo “ética protestante” surge a partir de Max Weber, que sustentava que os estadunidenses possuíam um traço cultural que permitia a conexão entre “religião e política, puritanismo e liberalismo político”; segundo Cecília Azevedo, essa doutrina que objetiva a salvação espiritual impõe a “frugalidade em oposição ao desperdício e à ostentação, a substituição do ócio pelo trabalho intensivo, em suma, um constante autocontrole e uma obsessiva consideração sobre as consequências éticas de cada ato da vida diária” e uma valorização da “ação moral, da prova de fé através das obras [ações pessoais]”. Ver: AZEVEDO, Cecília. A santificação pelas obras: experiências do protestantismo nos EUA. *Tempo*, n.11, 2001, p. 111-129.

direção à organização moderna da sociedade foram tomados por grandes individualistas – os magnatas da Era Dourada – e que o começo primitivo do estatismo foi amplamente o trabalho de homens que tentavam salvar o que podiam dos valores nativos eminentemente ianques [protestantes e anglo-saxões do Norte do país] do individualismo e empreendimento”.¹⁰⁴

Podemos perceber o progressismo também por uma perspectiva de resgate de valores de um passado idealizado dos primeiros anos da nação. Mas, essas mesmas ideias impulsionaram uma série de medidas que visavam a reforma de indivíduos, principalmente dos imigrantes recém-chegados ao país. Para isso, viam no governo a ferramenta ideal de interferência em questões como saúde, educação e conforto, o que implicava também na introdução do conhecimento técnico – a partir de especialistas – na resolução de questões sociais.¹⁰⁵ Mas, também como meio de acabar com o conflito entre classes e outros problemas trazidos pelo capitalismo industrial.¹⁰⁶

Segundo Michael McGerr, a classe-média objetivava uma “revolução moral”, onde indivíduos não somente seguissem seus interesses próprios, mas que vivessem em “associação”, transcendendo diferenças de classe. Essa ideia se norteava pela possibilidade de desmobilizar focos de radicalismo entre os trabalhadores.¹⁰⁷

Importante salientarmos que, no que tangiam as relações raciais nos Estados Unidos, os progressistas em geral apoiavam a segregação dos afro-americanos e eram contrários às políticas de integração. Entre as razões desses sujeitos estava a de que os negros eram incapazes de se expressar politicamente e dessa forma defendiam também sua exclusão de sindicatos de trabalhadores, formados majoritariamente por brancos.

Para aqueles ligados ao movimento, aspectos como falta de moral, pobreza e desemprego entre a população afro-americana eram problemas causados não pelo caráter racista da sociedade, mas por características dos próprios negros. Importantes progressistas como John R. Commons, que eram favoráveis à segregação, afirmavam que o sofrimento dos afro-americanos se explicava por uma questão de inferioridade racial.¹⁰⁸

Assim, podemos perceber que as discussões envolvendo relações raciais eram relevantes para esses sujeitos, de forma que uma das lideranças mais influentes entre os progressistas, o presidente republicano Theodore Roosevelt (1901-1909), possuía ideias semelhantes. Tendo alcançado grande popularidade nos Estados Unidos após sua

¹⁰⁴ HOFSTADTER, Richard. op. cit., 1955, p.228-234.

¹⁰⁵ WIEBE, Robert H. op. cit., 1999, p.167-170.

¹⁰⁶ MCGERR, Michael. op. cit., 2005, p.68.

¹⁰⁷ Ibid. p.134-135.

¹⁰⁸ SITKOFF, Harvard. op. cit., 2009, p.11-12.

participação na Guerra Hispano-Americana (1898), Roosevelt encorajou a necessidade de assimilar imigrantes europeus para que fossem mais bem aceitos no país. Ao mesmo tempo, relegou aos afro-americanos, asiáticos e latinos o papel de inferiores racialmente.

Para Roosevelt, os imigrantes europeus, mesmo aqueles de origem judaica e católica vindos de regiões do Sul e Leste da Europa, deveriam ser aqueles sujeitos capazes de integrar seu projeto de nação. Ele via os Estados Unidos como um “cadinho” (*melting pot*) que misturava estrangeiros e os tornava cidadãos estadunidenses. Roosevelt via o norte-americano como produto de uma mistura de diversos povos europeus e não somente de brancos de origem anglo-saxã.

Contudo, defendia a necessidade desses imigrantes de passarem por um processo de “americanização”, que consistia em imprimir valores, crenças e a língua inglesa nesses recém-chegados. Sua visão era mais positiva sobre os imigrantes no país do que alguns de seus contemporâneos, inclusive daqueles que percebiam ameaças nos imigrantes do Leste e do Sul da Europa.¹⁰⁹

Acima de tudo, as ideias de Roosevelt se aproximavam do ideal progressista, que restringia a cidadania norte-americana aos indivíduos capazes de abraçar os ideais nacionais e excluía aqueles que não se adaptassem ou fossem considerados racialmente inferiores. Ao término de seus anos na presidência, o republicano passou a ser influenciado pela proposta de um “Novo Nacionalismo”, defendida pelo intelectual Herbert Croly, outro importante sujeito progressista.¹¹⁰ Croly apresentou uma nova “filosofia política” para os Estados Unidos, que consistia no desenvolvimento de um Estado forte para regular a indústria, cada vez mais rica e influente, e promover assistência econômica e melhorias nas condições dos trabalhadores.

O político republicano, assim como Croly, via a economia como cada vez mais complexa e percebia a necessidade de regular as atividades das grandes corporações. Roosevelt defendeu essa agenda em sua plataforma eleitoral ao concorrer novamente à presidência em 1912, quando se candidatou pelo recém-criado Partido Progressista. Seu programa tinha como emblema as ideias do “Novo Nacionalismo”, que também se

¹⁰⁹ GERSTLE, Gary. op. cit., 2017, p.15-43.

¹¹⁰ Herbert Croly (1869-1930), proeminente intelectual progressista do início do século XX, advogava em favor de ações do Estado, segundo Flávio Limonic, reorganizando a sociedade norte-americana, redistribuindo renda e riqueza, além de combater o “individualismo caótico, resultando em uma sociedade moralmente aceitável, em bases organicistas e comunitárias, em que o individualismo e o egoísmo fossem suplantados pela cooperação e a solidariedade e na qual cada indivíduo encontrasse sua função na construção do projeto nacional”. LIMONCIC, Flavio. op. cit., 2010, p.508.

apresentavam como alternativas capazes de derrubar propostas radicais como o anarquismo e o socialismo, além de estimular o reformismo no país.

Theodore Roosevelt, o candidato dos “alces” (*bull moose*), o símbolo do Partido Progressista, disputou a eleição com o republicano William Howard Taft e o democrata Woodrow Wilson. Apesar do programa baseado em reformas, Roosevelt acabou buscando o apoio de conservadores sulistas, defensores da segregação racial, cuja lealdade ao Partido Democrata, em compensação, foi determinante para a vitória de Wilson (1913-1921) no pleito eleitoral.¹¹¹

Para alguns autores, a presidência de Wilson representou o período que o progressismo teria atingido seu ápice, mas também sua decadência, muito em função da participação dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial. O esforço de mobilização resultou em uma grande mudança na relação entre o governo e os norte-americanos, que envolvia entre outras coisas, a imposição de apoio e de uma postura patriótica durante a guerra.

Além disso, o aumento dos impostos, o ressentimento com programas de “americanização” forçada, o racionamento de alimentos, entre outros, aumentou o sentimento de desgaste entre a população e o governo, cada vez mais presente e até mesmo intrusivo. Como consequência, a maré virou para os reformistas, de forma que a arena política ficou marcada por ataques à expansão desses mecanismos administrativos estatais em desenvolvimento. O governo voltou a ser novamente acusado de se intrometer demais na vida e nos negócios da população e assim, o ideal do livre-mercado reafirmado.¹¹²

Ao mesmo tempo, o movimento perdeu a capacidade de mobilização de lideranças em escala nacional como Roosevelt e Wilson, além de ter vários de seus defensores criticando a conduta das reformas durante a Primeira Guerra. Um número de intelectuais, jornalistas, pensadores políticos e acadêmicos passaram a não mais se identificar com o progressismo e repudiá-lo diante de circunstâncias que envolviam as consequências de guerra, inclusive pela atuação do governo na promoção da proibição de bebida alcoólica e na supressão da liberdade de expressão.¹¹³

Se por um lado o progressismo perdeu espaço em um momento de fragilidade nos anos 1920, algumas das ideias e propostas foram resgatadas e muitas vezes revistas por intelectuais e políticos progressistas norte-americanos. Nesse momento eles passaram a

¹¹¹ GERSTLE, Gary. op. cit., 2017, p.53-68.

¹¹² MCGERR, Michael, op. cit., 2005, p.288-304, 310-313.

¹¹³ LINK, Arthur S. op. cit., 1959.

se apropriar do termo liberalismo, que até então era relacionado aos defensores do *laissez-faire*, e se reconheceram como liberais.

Segundo Alan Brinkley, em diferentes momentos na história dos Estados Unidos o termo “liberalismo” foi ressignificado, sendo primeiramente associado à defesa do livre-mercado, posteriormente às reformas propostas por Roosevelt e os *new dealers* que objetivavam “proteger indivíduos, comunidades e o próprio governo” das grandes corporações privadas, além de garantir cidadania, subsistência e dignidade para a população em geral e, finalmente, durante os anos 1960, o termo passou a estimular “direitos” envolvendo aspectos como “raça, etnicidade, família, gênero e comportamento pessoal”.¹¹⁴

Conforme tratamos anteriormente, com a ocorrência da Grande Depressão o cenário voltou a favorecer políticas de recuperação econômica a partir da atuação do Estado, o que impulsionou a força de propostas reformistas nas tendências políticas. Com o advento do *New Deal*, esses novos liberais passaram a defender uma reforma não mais de indivíduos, mas focada em aspectos econômicos.

Segundo Gary Gerstle, objetivos como “segurança, oportunidade e democracia industrial” assumiram o espaço das tentativas de mudar os hábitos das pessoas. Enquanto os progressistas se preocupavam com questões como consumo alcoólico, sexualidade e as relações de gênero e raça, os liberais do *New Deal* entendiam como econômicas as prioridades da nação.

Assim, prontamente derrubaram a proibição de venda de bebida alcoólica, percebida como uma repressão cultural aos imigrantes não-protestantes, e se voltaram para as causas da Grande Depressão. Eles seguiam preocupados com os conflitos de classe, como consequência da radicalização de trabalhadores e com o aumento da influência comunista e socialista no país após a Revolução Russa.¹¹⁵

O liberalismo ganhou grande projeção em centros urbanos dos Estados Unidos, caracterizados por ambiente cosmopolita e de forte presença de imigrantes europeus e universidades de elite, onde intelectuais debatiam acerca dos problemas de distribuição de renda e pobreza. Nova York, sede da Universidade de Columbia, responsável pela formação de sujeitos atuantes no governo conforme veremos a seguir, se caracterizou como uma grande cidade difusora do liberalismo em função de possuir uma comunidade

¹¹⁴ BRINKLEY, Alan. op. cit., 1996, p.8-10.

¹¹⁵ GERSTLE, Gary. The Protean Character of American Liberalism. *The American Historical Review*, v. 99, n. 4, out. 1994, p.1043-1073.

de intelectuais, escritores e reformistas, além de ser sede de publicações como a *New Republic* e a *The Nation*.¹¹⁶

Nas disputas eleitorais, os liberais ganharam fôlego em função da Grande Depressão, mas também através da campanha presidencial de Al Smith já em 1928. Smith, que era católico de origem irlandesa, foi candidato pelo Partido Democrata e havia sido eleito anteriormente para o cargo de governador do estado de Nova York. Ele se posicionou na campanha como uma liderança para os imigrantes das grandes cidades, que ganhavam cada vez mais relevância no cenário político nacional.

Mesmo sendo derrotado por Herbert Hoover, sua candidatura acelerou um processo de mudança no Partido Democrata, que até então gravitava em torno de uma base sulista, de costumes agrários, anglo-saxônica, protestante e comprometida com a segregação racial. Smith foi responsável por fortalecer um eleitorado urbano imigrante descontente com os resultados de seus esforços de assimilação.¹¹⁷

Buscamos até aqui demonstrar a relação entre o desenvolvimento do liberalismo norte-americano, influenciado por diferentes propostas reformistas e a consolidação da participação política dos “homens esquecidos”, termo utilizado pelo próprio presidente Franklin Roosevelt, na arena eleitoral, cujas necessidades passaram a ter grande relevância na agenda do país.

Em outras palavras, o *New Deal* é devedor de tradições reformistas norte-americanas, em particular do progressismo e do populismo, cujas demandas indicavam suas possibilidades, como fazer pressão em níveis estadual e federal e eleger candidatos, em nome de setores médios brancos, em geral protestantes. Ainda que os limites das propostas eram também claramente demarcados, como a rejeição a determinados grupos de imigrantes e manutenção da segregação racial.

A história do *New Deal* e o impacto da Grande Depressão se entrelaçam ao pensamento liberal em busca de uma redefinição do papel do Estado, que deveria assumir um novo compromisso econômico e social, olhando dessa vez para esses sujeitos “esquecidos”, entre eles cidadãos urbanos de origem católica e judaica. Mas também, aos poucos abrindo espaço para mulheres e afro-americanos, ainda que de forma por vezes simbólica, como na nomeação de Frances Perkins para a Secretaria do Trabalho e a existência de um gabinete na Casa Branca formado por intelectuais negros defensores dos direitos civis para afro-americanos.¹¹⁸

¹¹⁶ Ibid.

¹¹⁷ HOFSTADTER, Richard. op. cit., 1955, p.298-301.

¹¹⁸ LIMONCIC, Flavio. op. cit., 2009, p.24-30; SITKOFF, Harvard. op. cit., 2009, p.58-61.

A aproximação com esses setores e o ataque ao individualismo representado pelos grandes homens de negócios alçou o liberalismo à capital na década de 1930. Ainda que não existisse consenso em torno de uma única solução para os problemas da nação, que diante da depressão econômica exigiam rápidas tomadas de decisões. Os intelectuais liberais passaram então a propor uma série de diferentes remédios. Abordaremos agora algumas das correntes às quais faziam parte esses intelectuais e como influenciaram o *New Deal* de Roosevelt em diferentes momentos.

1.3.1 Os Intelectuais do “Primeiro” New Deal

O *New Deal* permitiu a convergência de intelectuais oriundos das principais universidades norte-americanas para Washington, de forma que durante o governo Roosevelt, a capital se tornou um lugar atrativo para jovens profissionais e acadêmicos que passaram a trabalhar em conjunto com políticos na ampliação das funções do Estado na economia.

Desde sua campanha em 1932, o presidente contou com o conselho de um grupo de acadêmicos liberais aos quais se referia como seu *Brain Trust*. Eram nomes ligados à Universidade de Columbia, Nova York, como Raymond Moley, Adolf Berle Jr. e Rexford Tugwell. Eles contribuíram na elaboração de seus discursos e no desenvolvimento de ideias baseadas na “necessidade de um plano racional para a vida econômica americana”.

O *Brain Trust* de Roosevelt foi muito importante na formulação das propostas iniciais do *New Deal*. Eles se inspiravam na observação de modelos de nações que tinham superado a crise, inclusive algumas autoritárias como a União Soviética, a Itália fascista e a Alemanha nazista. Importante frisarmos que o foco desses sujeitos estava no planejamento nacional que esses países ofereciam e não no ideal antidemocrático que as caracterizava.¹¹⁹

A Itália e a União Soviética serviram como referências por conta de seu enfoque na intervenção econômica por parte do Estado, além de políticas como a *carta del lavoro* e o *stato corporativo* que serviram como referência para a NRA. A Itália em particular era bem vista em 1933 por conta de sua postura anticomunista e pela promoção de um corporativismo que, nas palavras de Klaus Patel, “deixava a propriedade privada e outras

¹¹⁹ PATEL, Kiran Klaus. op. cit., 2016, p.249; BRINKLEY, Alan. op. cit., 2000, p.13; KATZNELSON, Ira. op. cit., 2014. p.236.

premissas do capitalismo intactas, enquanto oferecia uma alternativa para o *laissez-faire*".¹²⁰

Acima de tudo, o interesse de parte desses intelectuais e do próprio Roosevelt com regimes autoritários de direita era resultado da capacidade desses regimes de “criar estabilidade e segurança” em um mundo assolado pela Grande Depressão. Isso se explicava na ausência de fórmulas econômicas já estabelecidas em torno da utilização do Estado como ferramenta de saída da crise. Além do fato de que o fascismo até então era observado por uma perspectiva mais positiva, representando mais um modelo de controle da economia pelo governo.¹²¹

O argumento central dos intelectuais do *New Deal* era de que a Grande Depressão tinha origem nacional, que a estrutura da economia doméstica estava “quebrada” e a grande questão estava relacionada à distribuição de renda e à perda do poder de compra do consumidor norte-americano. A pobreza no campo, a rigidez dos preços na indústria e os baixos salários dos trabalhadores colocavam o país em uma situação em que os bens produzidos não eram plenamente consumidos.¹²²

A primeira solução proposta pelos intelectuais liberais foi o estabelecimento de uma cooperação entre “negócios, trabalho e governo” que se uniriam em torno da estabilização da economia, conforme vimos anteriormente. Homens como Rexford Tugwell pensavam com isso em uma forma mais direta de planejamento econômico por parte do governo.

É importante salientarmos que desde esse primeiro *Brain Trust*, os intelectuais disputavam a atenção do presidente para as reformas que traçavam. Isso se dava pelo caráter “ecclético”, nas palavras de Alan Brinkley, dos formuladores de políticas públicas próximos à Roosevelt, oriundos de diferentes correntes ideológicas. Entre eles estavam adversários das grandes corporações vindos do Sul e do Oeste dos Estados Unidos, mas também banqueiros como o texano Jesse Jones, responsável por uma série de projetos de infraestrutura e posteriormente nomeado para a Secretaria do Comércio.¹²³

De forma geral, os intelectuais dos primeiros anos de *New Deal*, a despeito de suas diferentes propostas para solucionar a crise, acreditavam na necessidade de se promover políticas que equilibrassem as relações econômicas entre capitalistas e trabalhadores. Para isso, pressupunham ser imprescindível o aumento do salário nas indústrias. Eles

¹²⁰ PATEL, Kiran Klaus. op. cit., 2016, p.68-70.

¹²¹ Ibid.

¹²² BADGER, Anthony J. op. cit., 2002, p.63.

¹²³ BRINKLEY, Alan. op. cit., 2000, p.13-15.

acreditavam que o problema não estava no tamanho e no poder das grandes corporações, mas nos abusos cometidos pelos homens de negócios e na falta de estímulo ao consumo.¹²⁴

Conforme abordamos anteriormente, a necessidade de se encontrar uma rápida solução para a crise fez do *New Deal* um “laboratório de testes” para diferentes propostas econômicas. Seu caráter de experimentação e as sucessivas falhas em alcançar a almejada recuperação fizeram com que diferentes grupos de intelectuais deixassem sua marca no processo de redefinição do papel estatal na economia estadunidense.

Se o *Brain Trust* foi influente inicialmente, pelo menos outros três grupos de acadêmicos ganharam a cena durante um segundo momento do *New Deal*. Os “atomistas”, que defendiam a diminuição do poder das grandes indústrias, os pluralistas industriais e os realistas legais, grupo do qual Thurman Arnold fazia parte.

Os pluralistas e os realistas debatiam de que forma o Estado poderia influenciar nas relações econômicas entre trabalhadores e corporações industriais, que detectavam ser o grande problema que a nação encarava. No entanto, também defendiam o desenvolvimento de políticas que favorecessem a sindicalização desses trabalhadores, como no caso da Lei Norris - La Guardia. Levando o nome de dois políticos progressistas republicanos, a lei garantia a possibilidade da não interferência do patronato na formação de sindicatos, representando o fruto de um esforço colaborativo entre intelectuais pluralistas e realistas legais.¹²⁵

1.3.2 Os intelectuais do “Segundo” New Deal: atomistas e a grande unidade

O grupo dos “atomistas” era composto em sua maioria por indivíduos do Direito e que possuíam como principal referência intelectual o juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, Louis Brandeis, um progressista histórico e árduo defensor da “quebra” de monopólios industriais.¹²⁶ O magistrado defendia desde os anos 1890 o combate às grandes corporações através de leis antitruste.

Ele percebia a necessidade de atacar a concentração econômica e a influência industrial como forma de preservar a competição entre produtores concorrentes. Mais do

¹²⁴ LEUCHTENBURG, William E. op. cit., 2009, p.34-36.

¹²⁵ ERNST, Daniel R. Common Laborers? Industrial Pluralists, Legal Realists, and the Law of Industrial Disputes, 1915-1943. *Law and History Review* v.11, n.1, 1993, p.59-100.

¹²⁶ Fazemos uso do termo “atomistas”, empregado por Alan Brinkley para se referir ao grupo de seguidores das ideias de Brandeis acerca do combate e quebra monopólios. Ver: BRINKLEY, Alan. op. cit., 2000, p.41-42.

que isso, ele via as corporações industriais como uma ameaça à liberdade dos norte-americanos, cada vez mais atrelados aos interesses dessas indústrias.

Os atomistas olhavam de forma saudosista para o passado do país, quando a nação era composta por pequenos comerciantes encorajados pelo empreendedorismo e pela oportunidade de prosperidade individual. Alan Brinkley identifica essa visão dos atomistas como um “ressentimento” contra os grandes negócios que dialogava com o populismo e o progressismo, conforme observamos anteriormente. Durante a década de 1930, essas ideias foram também defendidas por políticos do Meio-Oeste como os senadores William Borah de Idaho, Robert La Follete Jr. do Wisconsin e George W. Norris de Nebraska.¹²⁷

A ideia de uma economia descentralizada e mais competitiva, estava presente em programas do *New Deal* onde o grupo se fez presente. Foi o caso da *Securities and Exchange Commission* (SEC), uma agência que regulava os mercados de ações financeiras para evitar especulações e a ocorrência de fraudes que criassem instabilidade no mercado.

Eles foram também responsáveis por inspirar agências como o *Public Utility Holding Company Act* (PUHCA) que objetivava quebrar carteis nos setores de serviços elétricos e estimular uma política de preço mais favorável ao consumidor. Além de terem capitaneado o *Temporary National Economic Committee* (TNEC), um comitê que investigava o poder e a atuação das grandes corporações na economia.

Ainda que os dados levantados pelo comitê tenham produzido um rico estudo sobre as indústrias do país, o trabalho do TNEC não teve impacto direto nas políticas do *New Deal*. Os atomistas também apoiavam o *Fair Labor Standards Act* de 1938 que resultou no direito dos trabalhadores ao salário mínimo, carga semanal de quarenta horas e proibição do trabalho infantil.¹²⁸

O grupo esteve entre os do círculo de assessores próximos de Roosevelt, entre eles o influente Felix Frankfurter, professor universitário de origem judaica e que posteriormente foi nomeado à Suprema Corte, e dois de seus mentores: Benjamin Cohen e Thomas Corcoran, lideranças entre os *new dealers*. Desde o primeiro mandato de FDR, os atomistas se manifestaram contra o plano associativo da NRA e em favor de iniciativas

¹²⁷ MCGERR, Michael. op. cit., 2005, p.153; LEUCHTENBURG, William E. op. cit., 2009, p.148; BRINKLEY, Alan. op. cit., 1996, p.58-61.

¹²⁸ BRINKLEY, Alan. op. cit., 2000, p.24-25.

de desenvolvimento regional como a TVA, cujo impacto na transformação da região era considerado positivo.¹²⁹

Importante frisar que para esses intelectuais o combate aos monopólios não se limitava às corporações privadas. Os atomistas percebiam também como ameaça uma possível expansão excessiva do governo. Brandeis argumentava na virada do século XIX para o XX que a supervisão federal dos negócios serviria para “centralizar ainda mais o poder do nosso governo e aumentar ainda mais o poder das corporações”.¹³⁰

Em 1930, como forma de impor limites à própria atuação do Estado, o juiz da Suprema Corte propôs a implementação de altos impostos para grandes corporações privadas, atacando a concentração de renda e fomentando o fim dos cartéis, limitando ao governo a responsabilidade pela aplicação da política.

As ideias defendidas por esses sujeitos caminhavam em direção a um governo mais atuante nas estruturas das corporações capitalistas do que nas relações econômicas da sociedade. É possível notarmos a presença das ideias progressistas de controle do capitalismo, algo que é também encontrado nos projetos dos pluralistas e dos realistas legais, conforme veremos a seguir.

1.3.3 Pluralistas industriais e os acordos coletivos

“Durante o início dos anos 1930, esses pluralistas industriais e realistas legais se tornaram, para todos os fins, trabalhadores na luta para limitar o escopo da intervenção jurídica nas disputas industriais. Sua posição crítica contra ortodoxias que reinavam nas suas disciplinas e o seu compartilhado comprometimento com o empirismo, funcionalismo e institucionalismo os tornaram aliados naturais no ataque à Lei Comum das relações trabalhistas. O que os juristas de então assentiam como senso comum amplamente endossado, os liberais desmascararam como produto de conhecimentos parciais de juízes sobre a ordem social americana. Enquanto reformistas se limitavam ao ataque ao regime legal existente, os dois grupos poderiam evitar confrontar suas diferenças de opinião sobre as origens dos grupos sociais, a plasticidade das instituições humanas e o papel próprio do Estado na sociedade pluralista. Quando o *New Deal* apresentou a eles a oportunidade de criar novos mecanismos para resolver disputas trabalhistas, contudo, o conflito entre os dois grupos se tornou inevitável.”¹³¹

Diferentemente dos atomistas, os pluralistas favoreciam a maior atuação do Estado, assumindo o papel de mediador de acordos salariais entre os trabalhadores,

¹²⁹ LEUCHTENBURG, William E. op. cit., 2009, p.148-149.

¹³⁰ MCGERR, Michael. op. cit., 2005, p.173.

¹³¹ ERNST, Daniel R. op. cit., 1993, p.61.

representados por sindicatos, e empregadores das diversas indústrias nacionais. Seu nome fazia referência à crença, por eles sustentada, nos grupos de trabalhadores e patrões responsáveis pelos processos de negociação no meio industrial. Para os pluralistas, o interesse coletivo deveria estar acima do individual.

Eram fortemente movidos pelos debates progressistas a respeito do papel do governo nas relações trabalhistas e eram economistas de origem no Meio-Oeste dos Estados Unidos, liderados por John R. Commons, e dois de seus alunos, Edwin Witte e William Leiserson. Ambos fizeram parte do *New Deal* auxiliando na formulação de políticas públicas.

Os pluralistas, segundo Daniel Ernst, eram contrários à aplicação de conceitos e leis consideradas “atemporais” e que eram usadas por economistas defensores do liberalismo clássico. A crítica pluralista se baseava no fato de que as políticas econômicas do momento falhavam em levar em conta os contextos de trabalhadores que movimentavam a economia industrial do país.¹³²

Commons, que no passado fora ligado ao socialismo-cristão, acreditava que nos Estados Unidos havia não apenas um tipo de conflito entre classes, mas vários, e que deveriam ser resolvidos em disputas entre diferentes setores. Sua perspectiva se baseava na promoção por parte do governo da contratação coletiva, cujo papel era garantir, nas palavras de Ernst, uma “equidade” entre partes que negociavam de forma desigual.

Seu aluno William Leiserson identificou no setor produtivo do país uma série de disputas, que chamavam atenção pelo nível de complexidade que se estabelecia nas relações industriais nos Estados Unidos. Leiserson verificou “lutas de classe” entre “donos de capital, em toda sua variedade” e “trabalhadores semiespecializados, administrativos, não especializados, técnicos e profissionais, além de todos em ocupações supervisórias”. Para resolver essas questões, esses homens acreditavam na possibilidade de se utilizar uma Lei Comum do trabalho que consistia em costumes, regras e tradições de um mesmo setor industrial que percebiam já enraizados entre a classe trabalhadora, para atacar a conduta dos homens de negócios, normalmente ratificada pelas decisões das cortes de justiça.¹³³

As negociações em torno da greve dos mineiros de antracito de 1902 serviram como referência para os pluralistas no processo de resolução das divergências entre esses dois “sistemas legais”, o da Lei Comum aplicado nas cortes e aquela paralela mantida

¹³² Ibid. p.62-64.

¹³³ Ibid. p.64-66.

pelos trabalhadores.¹³⁴ A atuação do Estado como interventor no conflito de antracito abria espaço para o estabelecimento de um novo compromisso industrial com o governo como responsável por garantir o entendimento entre diferentes grupos.

Importante salientarmos que Commons e os pluralistas não confiavam em um planejamento estatal da indústria capitaneado por intelectuais, pois acreditavam que sua função se restringia a conselhos técnicos para lideranças sindicais, pois as centrais possuíam melhor conhecimento sobre as regras e preocupações correntes dos trabalhadores do que pessoas de fora da indústria.¹³⁵

Commons favorecia a solução dos conflitos industriais através de ações “voluntárias” incentivadas pelos grupos interessados, que deveriam agir a partir dos sindicatos, vistos como meio ideal de representação dos trabalhadores. A atuação das associações ligadas à *American Federation of Labor*, AFL, compreendidas como instituições voluntárias com propósitos privados, junto à visão de um Estado menos robusto, agindo somente como supervisor dos acordos eram bem-vistas pelo grupo, a despeito do segregacionismo presente nos sindicatos ligados à AFL. Para eles, questões envolvendo o tamanho e o poder das corporações estavam em segundo plano, pois seu principal objetivo era a promoção da negociação coletiva entre trabalhadores e indústria.¹³⁶

1.3.4 Os realistas legais e o fortalecimento do governo

“É preciso que haja uma regulação [estatal] eficiente; e deve ser uma regulação que atinja o mal pela raiz, não apenas os sintomas. A atual concentração de riqueza e poder financeiro nas mãos de poucos homens irresponsáveis é o desdobramento inevitável do individualismo caótico de nossa organização política e econômica, ao passo que é inimiga da democracia, porque tende a introduzir abusos políticos e desigualdades

¹³⁴ A greve dos trabalhadores de carvão de 1902 foi uma grande manifestação que impactou diretamente na vida da sociedade norte-americana, primeiro pela falta de antracito, utilizado no aquecimento das casas, durante o rigoroso inverno do mesmo ano e segundo por representar o primeiro caso onde o governo norte-americano arbitrou um conflito entre patronato e trabalhadores. A resolução da greve serviu como modelo ideal para resolver os problemas das relações de trabalho dos Estados Unidos industrializado. A participação do presidente republicano progressista Theodore Roosevelt nas negociações representou a ação do Estado em nome da manutenção e da estabilidade do interesse público. Entretanto, no curto prazo, a “lição” aprendida com a greve perdeu força e somente nos anos 1930 foi resgatada a proposta do governo como árbitro dos conflitos trabalhistas. MCGERR, Michael. op. cit., 2005, p.120-125; WIEBE, Robert H. op. cit., 1999, p.194.

¹³⁵ ERNST, Daniel R. op. cit., 1993, p.67-68.

¹³⁶ Ibid.; LIMONCIC, Flavio. op. cit., 2010, p.511, 521; A AFL só mudaria sua postura com relação à presença de afro-americanos em seus sindicatos a partir da metade da década de 1930. Ver: SITKOFF, Harvard. op. cit., 2009.

no sistema. A conclusão a que se chega pode não ser consensual, mas não deve ser abandonada. Ao tornar-se responsável pela subordinação dos indivíduos às demandas de propósito nacional dominante e construtivo, o Estado americano vai, com efeito, fazer de si próprio o responsável por uma distribuição da riqueza moral e socialmente desejável”.¹³⁷

Os realistas legais se posicionavam como adversários do que concebiam como “ortodoxia universalista”, que nada mais era que a utilização de conceitos gerais, abstratos e atemporais nas decisões legais nos Estados Unidos. Essas concepções eram normalmente apresentadas como “verdades” nas análises sobre a sociedade norte-americana. O realismo se pautava pelo ataque aos valores tidos como absolutos e universais da Lei Comum e se comprometiam ao empirismo e ao conhecimento dos problemas sociais. Em outras palavras, o contexto era importante para os realistas legais, já que leis do século XIX poderiam ou não ser adequadas às crises do século XX, o que fazia com que se desse papel importante para aquele que interpretava a lei.

Desde a década de 1920 os realistas se reuniram em torno de autores contrários ao que era então conhecido como “princípio geral” das leis que privilegiavam os interesses das classes abastadas. Um grande número de realistas se juntou ao *New Deal*, entre eles Adolf Berle, William O. Douglas, Felix Frankfurter, Jerome Frank e, claro, Thurman Arnold, em que atuaram no estabelecimento de leis e agências reguladoras.¹³⁸

Esses intelectuais julgavam que as instituições estadunidenses eram capazes de influenciar as convicções das pessoas, a partir da forma como instigavam seu pensamento em situações específicas, ou seja, identificavam padrões de perspectiva e opinião de indivíduos como moldados nas relações com as instituições que os cercam.¹³⁹ Soma-se a isso o resgate das ideias propostas de Croly sobre o novo nacionalismo que de acordo com Alan Brinkley foram importantes para aqueles *new dealers* que propunham a adoção de políticas de planejamento centralizado por parte do governo.¹⁴⁰

Os realistas se utilizaram também das ideias do economista norte-americano de origem norueguesa, Thorstein Veblen, que defendia que as instituições eram produto de estímulos artificiais ligados à modernidade. E no caso dos trabalhadores da indústria, como resultado das mudanças tecnológicas no ambiente de trabalho. Para esses intelectuais, convicções de setores da sociedade, entre eles os defensores do liberalismo clássico, poderiam representar barreiras no desenvolvimento de reformas sociais, de

¹³⁷ LIMONCIC, Flávio. op. cit., 2009, p.83. Texto original de Herbert Croly.

¹³⁸ FISHER III, William W.; HORWITZ, Morton J.; REED, Thomas A. op. cit., 1993, p.xi-xv.

¹³⁹ ARNOLD, Thurman. op. cit., 1941, p.iv.

¹⁴⁰ BRINKLEY, Alan. op. cit., 2000, p.25-26.

forma que Veblen e outros, como os *new dealers* Wesley Mitchel e Rexford Tugwell, advogavam a expansão do controle estatal na economia e na sociedade como condição essencial para o reformismo.

Ao caracterizar as instituições como artificiais, eles indicavam que elas não passavam de “arranjos sociais” e que poderiam ser mudadas, além de abraçar a presença direta de intelectuais nos cargos do governo. A proposta incluía o desenvolvimento de um Estado com amplo alcance, principalmente na economia, que consistia na principal questão da época. Para os realistas a resolução da crise econômica residia na maior atuação estatal no setor produtivo do país, algo que para os pluralistas representava uma postura excessiva e para os atomistas um desequilíbrio nas relações de poder.¹⁴¹

De forma geral, os liberais se posicionavam em favor da sindicalização como ferramenta para a estabilização dos conflitos industriais, conforme buscamos abordar anteriormente. Assim, advogados liberais, entre eles realistas legais, se aproximaram de sindicatos e auxiliaram o desenvolvimento de organizações como a *Amalgamated Clothing Workers of America* (ACWA) e a *United Mine Workers* (UMW) ambos ligados ao *Congress of Industrial Organizations*, o CIO, capitaneado por John L. Lewis e que surgiu de uma ruptura na AFL.¹⁴²

Essa aproximação de realistas ao CIO mostrava um descontentamento em relação à atuação da AFL, que privilegiava o trabalhador especializado, principalmente na restrição às práticas de sindicalização, mas também representavam um posicionamento contrário às organizações sindicais que não contribuíam para a estabilização dos preços e com a revitalização da economia e aumento do poder de compra. Não interessava aos realistas acordos industriais que atrapalhassem a produção e o consumo de bens industriais pelos norte-americanos.¹⁴³

¹⁴¹ ERNST, Daniel R. op. cit., 1993, p.69-75.

¹⁴² O CIO, *Congress of Industrial Organizations*, originalmente *Committee for Industrial Organization*, foi formado no dia 9 de novembro de 1935 por John L. Lewis, liderança do UMW, Sidney Hillman da ACWA e David Dubinsky da ILGWU (*International Ladies' Garment Workers' Union*). A central sindical surgiu como dissidência da AFL, que consideravam estar obstruindo o processo de sindicalização dos trabalhadores no país ao restringir os membros a trabalhadores especializados. O CIO ganhou força rapidamente e buscou apoiar o governo, principalmente em meio à adoção por Roosevelt de uma retórica contra os negócios a partir de 1935. Sua atuação foi importante para os afro-americanos, a partir da segunda metade da década de 1930, que se sentiam desamparados em relação à AFL e seu favorecimento aos trabalhadores de origem branca. O CIO teve forte presença na luta dos trabalhadores das indústrias automotivas norte-americanas, que à época eram fortes adversárias da organização de sua força de trabalho em sindicatos autônomos. Ver: GREEN, James R. *The World of the Worker. Labor in Twentieth-Century America*. 9. ed. New York: Hill and Wang, 1990; LIMONCIC, Flavio. op. cit., 2009; SITKOFF, Harvard. op. cit., 2009.

¹⁴³ ERNST, Daniel R. op. cit., p.75.

Roscoe Pound, cujas produções até a década de 1930 inspiraram o grupo, atacava visões que colocassem trabalhadores e empregadores em condições semelhantes de negociação em torno de condições e remuneração pelo trabalho. Ele acreditava que a sociedade era engessada a uma concepção de individualismo que nas cortes privilegiava questões como direitos de propriedade, contrato e direitos privados acima dos públicos, o que beneficiava o segmento mais rico, conforme colocado anteriormente.¹⁴⁴

Segundo Daniel Ernst, o realismo via o “estado-coletivista” como o modelo ideal para resolver os conflitos industriais, enquanto o pluralismo promovia posições mais voluntaristas e de associação entre trabalhadores e corporações. Acima de tudo, ambos rejeitavam mudanças que percebiam como radicais na estrutura de governo do país, se posicionando como alternativa ao socialismo e ao fascismo. Enquanto isso, promoviam a expansão da atuação do Estado como forma de diminuir os problemas de distribuição.¹⁴⁵

O contato de Arnold com o realismo, conforme tratamos anteriormente, o influenciou a estimular políticas reformistas para o país, e consequentemente apoiar o *New Deal* e defendê-lo de críticos. Ele percebeu que os programas econômicos e sociais articulados pelo governo de Roosevelt sofriam oposição a partir do que considerava “padrões universais de julgamento” sustentados por “hábitos de pensamento”, baseados no liberalismo clássico que ignoravam as “necessidades materiais da nação”.¹⁴⁶

De forma geral, os diferentes grupos de intelectuais que debatiam a participação estatal na economia compartilhavam algumas propostas de reforma esboçadas no progressismo, conforme tentamos esclarecer anteriormente. O fato de sujeitos como Brandeis, Commons e Croly, entre outros, terem sido influentes na proposição de projetos liberais deixa nítida a existência de uma “ponte” ligando o *New Deal* aos movimentos de reforma anteriores. Mais do que isso, indica a permanência de sua influência mesmo durante a década de 1920, quando o reformismo perdeu espaço em Washington.¹⁴⁷

1.4 O chamado de Washington (1933-1938)

A produção de Arnold em Yale e os debates nos quais estava inserido chamaram a atenção de membros do governo Roosevelt, empenhados em trazer professores

¹⁴⁴ LIMONCIC, Flávio. op. cit., 2009, p.90.

¹⁴⁵ ERNST, Daniel R. op. cit., 1993, p.99-100.

¹⁴⁶ Ibid. p.91-92.

¹⁴⁷ MAXWELL, Robert S. The Progressive Bridge: Reform Sentiment in the United States between the New Freedom and the New Deal. *Indiana Magazine of History*, v. 63, n.2, jun. 1967, p.83-102.

universitários para auxiliar na promoção do *New Deal*. Desde 1933, o nome de Arnold ganhava força na capital. Inicialmente ele advogou em defesa do Departamento de Agricultura em um processo envolvendo o *Agricultural Adjustment Act*.

No verão de 1934, foi para as Filipinas como conselheiro do Governador Geral local, Frank Murphy, na administração de outro empreendimento liberal fora dos Estados Unidos continental, o *Jones-Costigan Sugar Act*, que impôs um sistema de quota que regulava a produção do açúcar local. Nos seguintes anos de 1935 e 1936, serviu em Washington como examinador de ações judiciais da *Securities and Exchange Commission*, liderada por seu amigo de Yale, William O. Douglas.

Se desligou temporariamente do ambiente acadêmico em 1937, quando atuou em seis casos ante a Suprema Corte norte-americana envolvendo a Divisão de Taxas do Departamento de Justiça. Nessa trajetória, entrou em contato com homens importantes na concepção do *New Deal* como Benjamin Cohen, Thomas Corcoran, Rexford Tugwell, Jerome Frank, Harold Ickes e Homer Cummings.

Foi dessa forma que acabou sendo nomeado no dia 21 de março de 1938 para o cargo de Procurador-Geral Adjunto na Divisão Antitruste do Departamento de Justiça, algo que causou surpresa na época, pois Arnold criticava o uso das ações antitruste até então, focadas no combate do monopólio e do tamanho das corporações.¹⁴⁸ É possível argumentar que ele acabou alçado ao cargo no Departamento de Justiça mais pelas suas contribuições com o *New Deal* do que por se tratar de um especialista na aplicação das leis antitruste.

É fato que Robert Jackson, o predecessor de Arnold na posição, e que assumiu o cargo de Advogado-Geral dos Estados Unidos, se situava ideologicamente de forma bem próxima daquela defendida pelos atomistas, condenando a concentração econômica de grandes corporações e percebendo nelas um empecilho à iniciativa privada individual.

Isso reforça o indício de que o prestígio que Thurman havia conquistado com outros importantes *new dealers* foi fundamental para sua indicação a um cargo do governo.¹⁴⁹ Na opinião de Gene Gressley, o fato de Roosevelt querer se ligar cada vez mais ao que chamou de “clero” de professores universitários e Arnold apresentar “ideias seguras”, ou seja, favoráveis ao governo em suas obras, atraíram a visibilidade necessária para sua indicação.¹⁵⁰

¹⁴⁸ GRESSLEY, Gene M. op. cit., 1979, p.38-40.

¹⁴⁹ MISCAMBLE, Wilson D. Thurman Arnold goes to Washington: A Look at Antitrust Policy in the Later New Deal. *The Business History Review*, v.56, n.1, spring 1982, p.1-15.

¹⁵⁰ GRESSLEY, Gene M. op. cit., 1979, p.38.

Imagem 1: Thurman Arnold (centro) fazendo juramento para o cargo de *Assistant Attorney General* (Procurador Geral Adjunto) da Divisão Antitruste, com o *Attorney General* (Procurador Geral) Homer Cummings (direita) e o *Solicitor General* (Advogado-Geral) Robert Jackson (esquerda). Fonte: <https://www.roberthjackson.org/artifact/thurman-arnold-sworn-in-as-assistant-attorney-general-march-1938/>

Sua entrada no governo representou a oportunidade de atuar diretamente na defesa do *New Deal*. Douglas Ayer, acadêmico do Direito que estudou as propostas e atuação de Arnold, afirmou que grande parte do interesse sobre o *New Deal* para um progressista como ele estava justamente na entrada de um novo aparato governamental capaz de tornar mais eficiente a resolução de disputas sociais.¹⁵¹

O trabalho de Arnold na Divisão Antitruste foi responsável por ampliar consideravelmente o tamanho e os recursos do órgão, aumentando o número de advogados de 58 para 300 e de processos de 923 em 1938 para 3,4 mil em 1940.¹⁵² Seu método de expansão se deu através de duas situações: primeiramente pela sua capacidade de conseguir mais dinheiro para o tesouro através de penas e acordos do que o que era gasto em ações penais, e também pela forma como utilizou táticas agressivas para fechar

¹⁵¹ AYER, Douglas. op. cit., 1971 p.1077-1078.

¹⁵² BRINKLEY, Alan. op. cit., 1993, p.565.

acordos entre o governo e as empresas, a partir de processos contra indústrias de diferentes setores.

Seu tempo na administração foi marcado por uma tentativa de adaptar a Lei Sherman Antitruste, buscando disciplinar o comportamento de homens de negócios, incitando o fim de práticas que considerava injustas no setor produtivo. Suas ações denunciavam também “práticas não competitivas” não restritas a firmas e organizações individuais, mas verdadeiras cadeias de produção.

O setor mais impactado por sua atuação foi o de construção, considerado pelos defensores do *New Deal* um dos grandes obstáculos na recuperação econômica da nação. Arnold acreditava que o ramo era caracterizado por restrições e tarifas protecionistas que impediam mudanças consideráveis. E um dos maiores empecilhos para ele estava na ação dos sindicatos relacionados ao setor de construção civil. Arnold acusava o segmento de se recusar a usar novos produtos e processos que tornariam a indústria mais efetiva, “por temerem que o novo método pudesse possibilitar a construção da casa em menos horas de trabalho do que o antigo”, representando para eles perdas financeiras.¹⁵³

Isso demonstrava seu comprometimento com o ideal de eficiência, mesmo que resultasse em conflitos com uma parcela da sociedade aparentemente cada vez mais alinhada ao *New Deal*: a dos trabalhadores sindicalizados. Desde quando se lançou como candidato a reeleição em 1936, Roosevelt teve grupos ligados ao CIO colocando-o como apoiador dos movimentos sindicais. Lideranças à época promoveram o slogan “*The President Wants You to Organize*” (O presidente quer você no trabalho organizado). Essa aproximação com os trabalhadores foi bastante motivada pelas expectativas que surgiram a partir da Lei Wagner que levaram movimentos a notarem uma relação entre a participação em sindicatos e a melhoria de suas condições de vida.¹⁵⁴

Porém, antes mesmo de participar diretamente do *New Deal*, Arnold alcançou um segmento de leitores a nível nacional com suas obras *Symbols e Folklore*, que ressonaram principalmente em Washington, pavimentando seu caminho para o governo.¹⁵⁵ Nos propomos dessa forma a considerar a trajetória pessoal e intelectual do autor, além de contextualizar as mudanças do *New Deal* e o liberalismo dentro do âmbito da Grande Depressão, como forma de melhor compreendermos o conteúdo das obras de Arnold.

¹⁵³ Ibid. p.565-566.

¹⁵⁴ BRODY, David. *Workers in Industrial America. Essays on the 20th Century Struggle*. New York: Oxford University Press, 1980, p.146; FRASER, Steve. *The “Labor Question”*. In: FRASER, Steve; GERSTLE, Gary (org). *The Rise and Fall of the New Deal Order, (1930-1980)*. Princeton: Princeton University Press, 1989, p.68-69.

¹⁵⁵ A partir de agora as obras podem ser tratadas somente por *Symbols e Folklore*.

Passamos agora a analisá-las, identificando o projeto político defendido pelo autor e como ele caracterizou a atuação do governo Roosevelt e a oposição ao *New Deal*.

CAPÍTULO 2 – Diagnósticos sobre a sociedade norte-americana durante a Depressão: a defesa do New Deal

Abordaremos no presente capítulo os diagnósticos identificados por Thurman Arnold sobre a situação dos Estados Unidos durante a Grande Depressão e a sua defesa das iniciativas reformistas do *New Deal* nas obras *The Symbols of Government* (1935) e *The Folklore of Capitalism* (1937). Ambas surgiram após os primeiros anos de governo liberal de Franklin Delano Roosevelt de forma que vários debates que se intensificaram a partir de 1933 foram resgatados pelo autor. Ele tratou de conduzir sua discussão por meio da análise e da observação do comportamento de indivíduos em sociedade e como reagiam a determinados eventos.

A forma como Arnold defendia as reformas, passava por sua condenação aos opositores dos projetos reformistas. Segundo ele, eram oposições originárias em convicções e crenças enraizadas na sociedade norte-americana e que não cabiam em momento dramático como aquele que viviam, cujas exigências de ações incisivas era premente. Assim, em grande parte, o autor procurava identificar quais as crenças e convicções que informavam uma certa mentalidade norte-americana que por sua vez influenciava no comportamento das pessoas, dificultando o caminho das reformas.

Primeiramente, focaremos nos diagnósticos desenvolvidos em *Symbols*, onde procuramos identificar o método utilizado por Arnold para desenvolver suas ideias, pautado por abstrações e significados que percebia em torno de ideias e palavras expressas pela população. Em seguida, abordaremos três importantes tópicos identificados pelo autor que impediam o apoio às reformas como as certezas e os credos da sociedade norte-americana: os princípios econômicos que os norte-americanos acreditavam, a força das leis na oposição às reformas e finalmente a maneira como as decisões da Suprema Corte, contrárias ao *New Deal*, tiveram influência na condução das reformas. Para ele, os norte-americanos viam esses princípios como perenes e imutáveis, enquanto ele clamava pela urgência do contexto da Grande Depressão em que essas concepções não funcionavam.

Após tratarmos esses pontos, examinamos os discursos do autor em *Folklore*, onde seguiu utilizando as mesmas ferramentas de análise, porém se preocupando com outras questões relativas ao cenário político. Nessa obra o autor se debruçou principalmente em críticas à figura dos empresários e das grandes corporações nos Estados Unidos. Mas também analisa a disputa do período em torno da Suprema Corte, discute o individualismo como elemento fundamental da nação, ao qual ele acreditava impeditivo principalmente na forma como incidia sobre a política fiscal do governo em

questões como empreendimentos e gastos públicos. Abordamos também de forma breve o posicionamento do autor sobre a legislação antitruste, que concebia como importante na relação entre governo e negócios.

Diante de sua aproximação com os intelectuais do *New Deal*, percebemos que Arnold escolheu seus temas também pela importância que poderiam ter nas discussões reformistas do momento. Dessa forma, buscamos identificar em seu discurso com quem ele dialogava e qual era sua intenção ao escrever as obras.

Conforme veremos, a verdade é que Arnold, como outros *new dealers*, questionava alguns dos princípios basilares das tradições norte-americanas: o individualismo, o livre mercado e as “antigas leis”.

2.1 Os diagnósticos em *Symbols* (1935)

Thurman Arnold se tratava de um intelectual vinculado à ação, com propostas no âmbito do *New Deal* durante a primeira fase do projeto reformista. Em sua obra *Symbols*, de 1935, buscou compreender a situação, forjando significados, termos definidores, espécie de conceitos, que o auxiliassem, e convencesse a outros, no desenvolvimento de um diagnóstico sobre a crise econômica do país.

A compreensão de suas ideias estava associada ao que ele denominava como “símbolos”, que representavam crenças, costumes, convicções e juízos enraizados na sociedade norte-americana e que eram responsáveis por comportamentos preconcebidos. No prefácio de sua obra, Arnold buscou explicar ao leitor o significado desses símbolos:

“Por símbolos do governo, nos referimos tanto a cerimônias como teorias das instituições sociais. Geralmente, essas cerimônias e teorias são reunidas e estudadas, não como símbolos, mas como princípios fundamentais das ciências separadas da lei, economia, teoria política, ética e teologia. Nesse livro nos propomos a examinar a lei e a economia não como coleções de verdades, mas, como pensamento e conduta simbólicos que condicionam o comportamento de homens em grupos. Uma única frase é necessária para descrever todas essas ciências e para indicar que elas são parte de um folclore comum, e por essa razão o termo “*Symbols of Government*” foi escolhido”.¹⁵⁶

¹⁵⁶ “By the symbols of government we mean both the ceremony and the theories of social institutions. Ordinarily, these ceremonies and theories are collected and studied, not as symbols, but as the fundamental principles of the separate sciences of law, economics, political theory, ethics, and theology. In this book we propose to examine law and economics, not as collections of truths, but as symbolic thinking and conduct which condition the behavior of men in groups. A single phrase is needed to describe all of these sciences and to indicate that they are all part of a common folklore and for that purpose the term ‘Symbols of Government’ has been chosen”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1941, p.iv.

Ele concebia condutas e ideais sociais como símbolos, para estabelecer um sistema que justificasse atitudes que presumia “irracionais”, sem base no juízo e ponderação, fazendo com que os norte-americanos reagissem de maneira descuidada, automaticamente, e sem o devido julgamento. A postura a respeito de uma “crença” ou “verdade” na mente da população, era manipulada na opinião do autor, como meio de “controle social” por grupos conservadores interessados em criticar propostas reformistas.¹⁵⁷

Um exemplo disso estava na convicção no individualismo nos Estados Unidos, um ideal que estava em oposição ao projeto do *New Deal* de fortalecimento do Estado. Isso ocorria pois um Estado forte e centralizador poderia incidir sobre a liberdade individual, particularmente a dos empresários, mas também as do comerciante e as do pequeno fazendeiro. O autor resgatou algumas críticas de conservadores a respeito do experimento da *Tennessee Valley Authority* (TVA), a grande construção de barragens e geração de energia elétrica na região para explicar a maneira como o individualismo atrapalhava empreendimentos do *New Deal*.

Ele argumentou que a agência era responsável por levar eletricidade, infraestrutura e formação de novas cidades na região em contraposição à acusação por parte de companhias privadas de eletricidade de que o projeto representava uma forma de competição desleal do Estado no negócio de geração de energia. Além disso, para parte da população local, a TVA representava a invasão do governo nos assuntos e nas propriedades privadas da região.

Desconsiderando os impactos na vida dos moradores do vale, como realocação forçada de suas terras para outros lugares pela construção das barragens, o que importava para Arnold era a recusa dos fazendeiros em obter melhorias. A convicção de que o governo não deveria interferir na vida das pessoas era vista por ele como uma reação gerada pelo símbolo do individualismo e da não interferência estatal, introjetados na cultura do país. Essa situação não permitia que o pequeno proprietário do vale visse vantagens na construção da grande hidrelétrica na região. Para o autor era incoerente que

¹⁵⁷ “From the viewpoint of the detached observer, however, it is both interesting and instructive. He begins to see that this situation will not be altered by wishing it were otherwise. He realizes that rational or moral principles are useless as explanations, or bases for prediction, but that they are of the utmost utility in moving groups of people, and that a symbol which is a fundamental philosophy, as religion, or an eternal truth in the mind of one man, may be a very useful tool in the hands of another, who wishes to exercise social control”. Ibid. p.10.

aqueles homens recusassem a “modernização” trazida pela hidrelétrica e outros empreendimentos apenas por terem origem nas ações do governo.¹⁵⁸

Ele observou nesses comportamentos, ideias que geravam hábitos, fazendo com que sujeitos agissem sem avaliar, de fato, o que faziam, ainda que essas atitudes tenham tido uma origem racional quando da sua formulação. O autor entendia que alguns dos “valores” dos norte-americanos estavam tão arraigados e fixados, e eram tão eficientes por sua capacidade mobilizadora, que deixavam de ser princípios para se tornarem símbolos, entre eles a defesa do individualismo e a desconfiança para com o governo.

Arnold compreendia que a verificação dessas crenças a partir desse referencial poderia auxiliar no desenvolvimento de instituições governamentais pois inaugurava um “método” que percebia a cultura para além das referências acadêmicas:

“É bastante aparente para o especialista desse tempo que as teorias econômicas e legais são métodos de pregar e não de orientação prática. Essas ciências estão falando sobre comunismo, capitalismo, fascismo, socialismo, burocracia e individualismo como coisas separadas e identificáveis. Eles estão testando um plano para encontrar uma situação particular identificando-a entre uma dessas classificações. Como resultado o conhecimento da anatomia das instituições governamentais caiu para trás como quase todo outro campo de conhecimento. Nós falhamos em desenvolver uma classe governante competente – isso é, um grupo com as técnicas necessárias para as curas sociais.”¹⁵⁹

Para ele símbolos haviam se enraizado porque intelectuais e governo não haviam trabalhado para desacreditá-los. A solução era “desenvolver uma classe [de políticos] governante competente” que ele percebia ligada aos intelectuais “tecnocratas” em torno do projeto do *New Deal*. Assim, propunha que os formuladores de políticas públicas devessem por vezes abrir mão daqueles conceitos forjados no meio acadêmico e voltassem sua atenção para comportamentos da população. Para Arnold, era incômodo o fato de que até mesmo “personalidades ignorantes e até psicopatas parecem ser mais

¹⁵⁸ Ibid. p.16-17.

¹⁵⁹ “It is quite apparent to the expert by this time that economic and legal theories are methods of preaching rather than of practical advice. These sciences are talking about communism, capitalism, fascism, socialism, bureaucracy, and individualism as separate and identifiable things. They are testing any plan to meet a particular situation by identifying it as belonging to one of those classifications. As a result knowledge of the anatomy of governmental institutions has fallen behind almost every other field of thought. We have failed to develop a competent governing class – that is, a group gifted with the necessary techniques for social cures”. Ibid. p.21.

habilidosas em mover grandes massas de pessoas para suas vontades do que pessoas de conhecimento e humanidade”.¹⁶⁰

Importante percebermos a sua escolha pela utilização dessas ideias em meio ao campo do Direito ligado ao grupo dos realistas legais. Ele denunciava situações e propunha reformas a partir de uma linguagem específica. Assim, encontramos em suas obras diálogos com propostas anteriores para tornar mais eficientes a atuação das cortes de justiça nos Estados Unidos. Conforme vimos anteriormente, Arnold encontrou nas reformas do *New Deal* um meio de experimentação social, principalmente no caso das agências administrativas que surgiam, mas também importante para o âmbito judicial.¹⁶¹

Dessa maneira, podemos perceber no discurso do autor uma ênfase na questão da “experimentação”:

“Ainda somos informados por cientistas mais instruídos na Lei e Economia que instituições governamentais não devem ser experimentadas. Esse método em que os assuntos da ciência são o único caminho para novo conhecimento está fechado para os estudantes do governo. (...) Parece ser o eterno paradoxo da mente humana que princípios e crenças que são tão essenciais para seu conforto e para a organização ordenada e transmissão de ideias devem ao mesmo tempo sempre ser o maior obstáculo para a descoberta”.¹⁶²

Para ele o que estava em jogo nos diversos empreendimentos reformistas iniciados durante o *New Deal* era a possibilidade de se “descobrir” uma saída da depressão econômica para o país a partir de uma nova postura. Assim, identificou conceitos e crenças introduzidas que inferiam na formação da opinião, motivação e atitude das pessoas, principalmente aquelas com tendências mais próximas ao *laissez-faire*.

Ele tratou das convicções enraizadas na área do Direito norte-americano, criticando a maneira como elas eram muitas vezes vistas, em suas palavras, como “princípios fundamentais”. Segundo o autor, as leis eram consideradas como grifadas em pedra, imutáveis e deveriam ser seguidas literalmente. Diante disso, defendia uma reflexão sobre a legislação da época. Insistia para que fosse verificada dentro do contexto

¹⁶⁰ “There are no recognized technicians in this art nor any recognized methods of political training. Indeed, ignorant and even psychopathic personalities seem more skillful in moving great masses of people to their will than persons of learning and humanity”. Ibid. p.1-2.

¹⁶¹ AYER, Douglas. op. cit., 1971.

¹⁶² “We are still informed by the scientists most learned in both law and economics that governmental institutions are not to be experimented with. That method which in affairs of science was the only road to new knowledge is closed to the student of government. (...) It seems to be the eternal paradox of the human mind that principles and faiths which are so essential to its comfort and to the orderly organization and transmission of ideas should at the same time always stand as the greatest obstacle to discovery”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1941, p.21-24.

que se apresentava nos Estados Unidos da Grande Depressão; isto é, com interpretações adequadas para aquele contexto:

“Apesar de toda a lógica irrefutável dos realistas, homens insistem na crença de que há princípios fundamentais da lei que existem apartados de casos ou atividades humanas; que esses princípios [as leis] devem ser buscados com atitude respeitosa; que eles estão sendo constantemente aperfeiçoados; e que nossos sacrifícios de eficiência e humanitarismo em sua honra nos conduzem a uma governança melhor. A verdade de tal filosofia não pode ser demonstrada ou provada. Ela existe somente porque parecemos incapazes de achar conforto sem ela. Aquilo que chamamos de “Lei” de forma reverente, quando normalmente falamos do governo, e não prevendo os resultados de processos particulares, pode ser descrita como uma atitude ou forma de pensar sobre o governo. É uma maneira de pensar sobre instituições humanas em termos de ideais no lugar de fatos observados”.¹⁶³

No trecho anterior, observamos que símbolos, para Arnold, não deveriam funcionar como acima dos homens, mas ponderados a partir de cada conjuntura e contexto. Não deveriam, portanto, ser aplicados sem a devida reflexão. Fica claro que esse era um dos argumentos do autor para compreender a resistência ao *New Deal*: as concepções arraigadas na sociedade norte-americana que não permitiam verificar a urgência das mudanças requeridas. Desse modo, o *New Deal* seria não apenas uma oportunidade para a reforma, mas a revisão dessas ideias cristalizadas. Importante lembrarmos que a crise de 1929 e a posterior Depressão tiveram sua origem em crises econômicas, após superprodução e concentração de renda baseadas em um Estado com menos atuação em relação ao Estado do *New Deal*. Havia, portanto, desconfiança em relação às decisões de Franklin Delano Roosevelt.

Chamamos atenção para o fato de Arnold utilizar a palavra “humanitarismo” em sua defesa do reformismo. Ela foi usada no contexto da época como forma de designar políticas de alívio econômico por parte do governo, que eram muitas vezes atacadas por caminharem contra o ideal conservador de “equilíbrio fiscal”, tido como necessário para o sucesso da economia do país.

¹⁶³ “In spite of all the irrefutable logic of the realists, men insist upon believing that there are fundamental principles of law which exist apart from any particular case, or any particular human activity; that these principles must be sought with a reverent attitude; that they are being improved constantly; and that our sacrifices of efficiency and humanitarianism in their honor are leading us to a better government. The truth of such a philosophy cannot be demonstrated or proved. It exists only because we seem unable to find comfort without it. The thing we reverently call ‘Law’ when we are talking about government generally, and not predicting the results of particular lawsuits, can only be properly described as an attitude or a way of thinking about government. It is a way of writing about human institutions in terms of ideas, rather than observed facts”. Ibid. p.32-33.

Ele deixou clara sua convicção de que as leis do período não permitiriam a expansão do Estado, que pensava ser a ferramenta para a saída da crise. Isso ocorria por se tratar de uma legislação pensada antes do turbilhão da Depressão e que não levava em conta a necessidade de uma grande parcela da população, desempregada e sem amparo, considerada o “terço da nação” que mais passava necessidades.¹⁶⁴

Para Arnold, novamente, em oposição ao que poderia ser considerado humanitário, estavam crenças gerais, arraigadas à mentalidade das pessoas, que ele imputava abstratas, e cuja função, em suas palavras, era servir como “paraíso que o homem criou para si mesmo na terra”. Essa última afirmação explicava a recusa dos norte-americanos em aceitar os experimentos liberais da administração de Roosevelt, pois os ideais econômicos “abstratos” eram tratados como verdades que não poderiam ser colocados à prova.

Esse tipo de pensamento se enquadra na postura dos críticos do *New Deal* descrita por Richard Hofstadter, que identificou nos discursos uma “indignação moral” contra reformas, apreendidas como afrontas aos ideais norte-americanos. O historiador percebeu uma inversão no período, de forma que até então eram reformistas que discursavam em torno da “responsabilidade moral” da nação.

Isso ocorreu, segundo Hofstadter, pelo fato desses críticos, em sua maioria republicanos defensores do liberalismo clássico, serem empurrados para a oposição ao governo de Roosevelt, responsável por uma série de inovações políticas que “pareciam romper com todas as regras herdadas”.¹⁶⁵ Mais recentemente, o historiador Eric Rauchway propôs que essa mudança se tratava também do surgimento de um pensamento republicano, influente até os dias de hoje, que se desenvolvia em torno das propostas de Herbert Hoover, um defensor da mínima intervenção estatal, que insuflava a ideia de que

¹⁶⁴ LEUCHTENBURG, William E. op. cit., 1963, p.118-120.

A expressão “um terço da nação” foi inicialmente utilizada por Franklin Roosevelt no discurso de posse em janeiro de 1937, ao ser reeleito. O presidente buscava associar os esforços de seu governo, desde que assumiu em março de 1933, em melhorar a situação da parcela da população que via com problemas de habitação, que viviam com roupas desgastadas e estavam malnutridas (“ill-housed, ill-clad, ill-nourished”). Esse discurso teve tamanha repercussão que posteriormente foram produzidos uma peça teatral financiada pela *Federal Theatre Project*, braço da WPA, e um filme produzido pela Paramount Pictures. Sobre o anúncio do filme: SCREEN news here and in Hollywood: 'Life of Rudolph Valentino,' Starring Jack Dunn, to Be Made by United Artists TWO FILMS OPEN TODAY Orlob, Producer, Buys Motion-Picture Rights to ' - - - One-third of a Nation - - - ' Of Local Origin. *New York Times*, New York, p. 27, 15 jun. 1938. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1938/06/15/archives/screen-news-here-and-in-hollywood-life-of-rudolph-valentino.html>. Acesso em: 15 jun. 2019.

¹⁶⁵ HOFSTADTER, Richard. op. cit., 1955, p.317.

experimentos reformistas como os do *New Deal* representavam o caminho do “socialismo” e do “coletivismo”.¹⁶⁶

Portanto, a partir de um olhar conservador, a manutenção dos ideais econômicos representava um cenário de conforto, enquanto que a incorporação de novos elementos, principalmente os que Arnold identificava como humanitários, geravam insegurança nas convicções de muitos, ou um ataque ao “paraíso”.

Essa maneira do autor fazer o seu diagnóstico a partir da concepção de hábitos e símbolos era influenciada pelos métodos de análise das Ciências Sociais. Assim, ele acreditava que a Economia, juntamente com o Direito, ajudava na compreensão dessas idealizações as quais era crítico. Já a Sociologia poderia oferecer ferramentas mais adequadas para a compreensão da realidade.

Lembramos que Arnold havia demonstrado interesse nas Ciências Sociais desde seus anos em Harvard, encontrando no debate com realistas legais um meio de discutir sua aplicação nas reformas. Ele acreditava que a Sociologia era uma ferramenta de ajuda para pensar as cristalizações das leis e da economia, sendo essa última vista naquele momento como capaz de reger-se sozinha.¹⁶⁷ Em *Symbols* ele criticava intelectuais que se opunham a esse método de análise:

“Para cumprir essa função de manter viva a crença de que instituições são de alguma forma racionais, o estudo do governo é dividido em três ciências separadas como forma de esconder o fato de que símbolos encontrados em situações como as que analisamos, são contraditórios. O Direito prova que o bom governo é alcançado pela constante refinação e reiteração de regras. Economia nos convence de que tudo vai dar certo se nós a deixarmos por si só. Sociologia, um método vago e nebuloso de pensar, nos fornece uma plataforma onde podemos colocar os ideais humanitários que contrariam a eterna criação de leis do Direito e o eterno automatismo da Economia. Isso deixa intelectuais felizes porque eles podem lançar fatos inconvenientes de uma ciência para outra para catalogar e classificar. Pessoas irracionais são confortadas pela crença de que em alguma parte dos livros que elas

¹⁶⁶ RAUCHWAY, Eric. op. cit., 2018, p.10-13.

¹⁶⁷ O interesse do autor pelas Ciências Sociais estava de acordo com discussões entre realistas legais já na década de 1920. Eles haviam defendido a ideia de que as Ciências Sociais estavam “carregadas de uma energia reformista”. Ou seja, a partir da análise de dados e de condutas da sociedade, era possível identificar possíveis desigualdades nas relações econômicas e sociais no país. Era uma forma como realistas acreditavam poder questionar e alterar leis nos Estados Unidos que percebiam como inadequadas para o período. Por exemplo, o juiz progressista da Suprema Corte Benjamin Cardozo, alinhado ao realismo, considerava a Sociologia como uma disciplina capaz de auxiliar a repensar o funcionamento das leis no país. Em sua opinião, as cortes de justiça deveriam abandonar o uso de conceitos ligados ao individualismo, que privilegiavam os mais abastados, e passar a considerar a diminuição das desigualdades. Ver: FISHER III, William W.; HORWITZ, Morton J.; REED, Thomas A. op. cit., 1993, p.232-233.

nunca têm tempo para ler, existe prova absoluta da racionalidade de seus símbolos”.¹⁶⁸

A afirmação nos revela a crítica do autor à maneira como acadêmicos do período analisavam a sociedade norte-americana, as diferentes áreas do conhecimento eram estanques e não necessariamente dialogavam entre si. Arnold não somente se incomodava por essa falta de interdisciplinaridade, como tinha convicção no papel do intelectual como sujeito de ação política.

Atentemos para o trecho onde é possível perceber como ele via os campos do Direito e da Economia como reprodutores de ideias já consolidadas, enquanto cabia à Sociologia um papel secundário, ainda pouco conhecido, ou seja, “vago e nebuloso”. O diálogo com as ciências sociais era muito importante para ele, pois entedia serem elas necessárias na identificação dos padrões de pensamento dos norte-americanos: “devemos considerar instituições e a psicologia de massa ao seu redor como organismos vivos, e não distintas das personalidades humanas, moldadas por hábito, abaladas por conflitos emocionais, transformadas dessa maneira”.¹⁶⁹

Ora, se as instituições eram influenciadas por hábitos, isso constituía para o autor um padrão de “psicologia em massa” que explicava a recusa de setores da sociedade em apoiar as reformas do *New Deal*. Assim, cabia aos políticos e intelectuais reformistas identificar os padrões enraizados na sociedade, através das Ciências Sociais, e compreender como as reformas propostas eram repudiadas para adequar soluções. O que ele propunha, portanto, era que se olhasse para o comportamento dos norte-americanos de uma maneira diferente em busca de respostas.

¹⁶⁸ “To accomplish this task of keeping alive the faith that institutions are somehow rational the study of government is divided into three separate sciences in order to conceal the fact that the symbols found in situations like those which we have just analyzed are contradictory. Law proves that good government is achieved by constantly refining and restating rules. Economics convinces us that everything will work out all right if we only leave it alone. Sociology, a loose and cloudy way of thinking, provides us a shelf on which we may put the humanitarian ideals which run counter to the eternal rule-making of the law and the eternal automatism of economics. This makes the intellectuals happy because they can toss facts inconvenient to one science over to another science for cataloguing and classification. Unthinking people are comforted by the belief that somewhere in books which they never get time to read there is absolute proof of the rationality of their symbols”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1941, p.18.

¹⁶⁹ “If we are to escape from Galen’s anatomy in one form or another, we must consider institutions and the mass psychology surrounding them as living organisms, not dissimilar to human personalities, molded by habit, shaken by emotional conflicts, turned this way and that by words, constantly making good resolutions which affect them but not in the way that the terminology of the resolutions might indicate, and never quite understanding themselves or the part they are actually playing because of the necessary illusions with which they must surround themselves to preserve their prestige and self-respect.” Ibid. p.25-26.

Para que os problemas dos Estados Unidos fossem identificados, era necessário um diagnóstico, fazendo referência à medicina, para em seguida utilizar os remédios adequados. Dessa forma, Arnold pensava que os formuladores de políticas públicas deveriam “dissecar” a sociedade em busca de soluções, comparando essa atitude com a de precursores da fisiologia como o grego Cláudio Galeno:

“Não seremos nunca capazes de realizar grandes descobertas na técnica de organização humana similares às da Medicina e da Psicologia sobre a organização individual? Não existe um processo pelo qual instituições sociais podem ser abordadas diretamente? É interessante apresentarmos como forma de analogia, uma atitude da parte de acadêmicos da medicina que retardou a descoberta da circulação do sangue até o começo do século XVII. Galeno formulou seus princípios fundamentais de anatomia antes que a dissecação humana fosse aceitável”.¹⁷⁰

Dessa forma, fenômenos sociais como a eleição de governantes que ele reputava “demagogos”, como o senador Huey Long da Louisiana e a governadora Miriam “Ma” Ferguson no Texas, deveriam ser vistas como mobilizadas por símbolos, padrões irracionais coletivos, somente revelados pela análise sociológica. Ao insistir no argumento de que as pessoas agiam e tomavam decisões de forma irracional, ele por vezes desconsiderava os fatores que de fato poderiam explicar a eleição desses sujeitos que ele chamava de “demagogos” por serem políticos de forte ligação com as demandas de seus eleitorados. Arnold, por exemplo, se posicionou de forma negativa sobre as ações do grupo de veteranos do *Bonus Army*, que buscavam indenizações pela participação na Primeira Guerra Mundial. Para o autor as duras condições do Sul do país ou a miséria dos veteranos durante o período da Depressão eram sintomas menos relevantes para sua tentativa de explicar os processos pelos quais a nação passava.

Afirmações gerais sobre o Direito e a Economia eram mais importantes para explicar o cenário turbulento da época e diagnosticar os maiores empecilhos para o

¹⁷⁰ “Are we never to make great discoveries in the technique of human organization similar to medical and psychological discoveries about the individual organization? Is there no process by which social institutions may be objectively directed? It is interesting to present by way of analogy an attitude on the part of medical scholars which delayed the discovery of the circulation of the blood until the beginning of the seventeenth century. Galen formulated his fundamental principles of anatomy before human dissection had become respectable”. Ibid. p.23.

Cláudio Galeno foi um médico, escritor e filósofo de origem grega que viveu entre os anos 129 e 216 d.C. Ele se notabilizou por realizar a dissecação de mamíferos como forma de compreender melhor o funcionamento de seus órgãos internos. Sendo impossibilitado por questões da época de dissecar um cadáver humano, Galeno buscou adequar seus resultados à fisiologia humana. Deixou estudos que serviram como referência até o período do Renascimento, quando passaram a ser realizados estudos anatômicos em cadáveres humanos. Ver: Galen of Pergamum. [S. l.], 20 dez. 2018. Disponível em: <https://academic.eb.com/levels/collegiate/article/Galen-of-Pergamum/35854>. Acesso em: 28 mar. 2019.

empreendimento reformista do *New Deal*. Essa sua preferência estava ligada à hipótese de que buscava estabelecer em suas obras um diálogo com intelectuais ligados ao *laissez-faire*, porém de caráter mais moderado, procurando agregar mais simpatizantes às reformas liberais. Trataremos a seguir da maneira como o autor percebia o papel das crenças gerais sobre políticas econômicas e a utilização das leis no período da Grande Depressão.

Como veremos à frente, Thurman Arnold carregava os limites da sua época: ainda que progressista e dialogando com o liberalismo, era preconceituoso, julgava outras partes do mundo a partir do ideário racista e era elitista. Importante frisarmos que Arnold não apresentava posições diferentes da maioria dos liberais do período, conforme demonstramos no capítulo anterior.

2.1.1 Os princípios cristalizados da Economia

“A Economia representa uma atitude sobre a conduta social que é como a jurisprudência ao aspirar ser lógica e ordenada e reconciliar instituições inconsistentes e ideais conflituosos. Como a jurisprudência, ela fornece crenças e slogans mais efetivos para aqueles que nunca leram cuidadosamente sua literatura, enquanto somente cria dúvidas e confusão para aqueles que o fazem. Tanto Karl Marx quanto Adam Smith dão um sentimento de certeza científica para diferentes grupos que somente os conhecem por nomes. Nos vários conflitos diários sobre política governamental – seja proteção contra livre comércio, dinheiro seguro contra inflação, equilíbrio fiscal contra gastos governamentais em uma depressão – escritores editoriais e pregadores financeiros, geralmente não podem falar de ambos os lados com a tranquilidade de um engenheiro que está lidando com projetos, se não fosse por sua crença de que a Economia é um corpo de fatos científicos”.¹⁷¹

Ao tratar as políticas econômicas e a forma como influenciavam as discussões durante o período em que escreveu, o autor resgatou dois clássicos para se pensar as teorias. Em sua visão as disputas econômicas da época eram guiadas por fundamentos vinculados a Karl Marx no caso das propostas da esquerda, tanto a radical quanto a

¹⁷¹ “Economics represents an attitude toward social conduct which is like jurisprudence in that it strives to be logical and orderly and to reconcile inconsistent institutions and conflicting ideals. Like jurisprudence, it furnishes faiths and slogans most effectively to those who never thoughtfully read its literature, while it raises only doubts and confusion for those who do. Karl Marx and Adam Smith both give a feeling of scientific certainty to different groups who know them only as names. In the various daily conflicts about governmental policy – whether it be protection vs. free trade, sound money vs. inflation, budget-balancing vs. governmental spending in a depression – editorial writers and financial preachers, generally could not talk on both sides with the positiveness of an engineer who is dealing with blueprints were it not for their belief that economics is a body of scientific fact”. ARNOLD, Thurman op. cit., 1941, p.72.

reformista, ou a Adam Smith para as de direita, normalmente representando defensores do liberalismo clássico. A forma como a imagem desses autores incidia em debates e editoriais sobre a atuação do governo na economia influenciava no pensamento sobre as políticas do *New Deal*, por vezes empurrado para um campo mais “radical” e, portanto, em conflito com o livre-mercado. Todavia, para Arnold, os que citavam Marx e Smith o faziam por convicções anteriores, às vezes sem o devido conhecimento do trabalho dos dois.

Como não podia deixar de ser, Arnold era crítico contundente do liberalismo clássico, dos grandes negócios e pressupunha que as teorias econômicas da época tinham a função de:

“justificar a luta desordenada da classe comercial que insistia em respeitabilidade e prestígio. Essa filosofia era necessária para justificar a luta egoísta por dinheiro e poder por uma classe que recusava a se submeter à regulação em termos de ideais éticos. Portanto, a filosofia da Economia foi criada para mostrar como o egoísmo sem restrições, em parte desses grupos competidores, foi produto de um bem maior em longa duração. As leis fundamentais da Economia foram inventadas para provar que o maior bem do mundo vem de atividades competitivas de não impedimento e de cobiça esclarecida. Um homem que trabalhasse somente pelo lucro era postulado como ser humano típico e uma complicada teoria foi meticulosamente criada mostrando como esse egoísmo era a causa real de todas as nossas bênçãos temporais. Essa teoria hoje suplementa a lei como um dos nossos mais importantes símbolos de governo”.¹⁷²

Nessa citação ele expôs sua opinião de que o liberalismo econômico clássico privilegiava a competição entre investidores em detrimento de uma melhor distribuição de renda para a população, expressa como “ideais éticos”. Mais: afirma que as leis da Economia foram pensadas para favorecer grupos competidores. Arnold presumia que as teorias econômicas até aquele momento legitimavam um processo de “cobiça esclarecida”, ou seja, o acúmulo de riquezas através da competição entre indivíduos.

Assim, a defesa de um mercado com mínima intervenção estatal e a noção do lucro como grande ideal norte-americano eram fatores que atrapalhavam a realização das

¹⁷² “Hence a philosophy was needed to justify the disorderly struggle of a commercial class which insisted on respectability and prestige. This philosophy was required to justify a selfish struggle for money and power by a class which refused to submit to regulation in terms of ethical ideals. Therefore the philosophy of economics was created to show how unhampered selfishness, on the part of competing groups, was productive of the greatest good in the long run. The fundamental laws of economics were invented to prove that the greater good to the world comes from the unimpeded competitive activities of enlightened greed. A man who would work only for profit was postulated as the typical human being, and a complicated theory showing how this selfishness was the real cause of all our temporal blessings was painstakingly built up. That theory today supplements the law as one of our most important symbols of government”. Ibid. p.73-74.

reformas e reafirmavam o papel dos negócios como “fonte de um bem maior”, cujos princípios eram enaltecidos.

O autor repudiava completamente esse tipo de ideia, considerando os ideais econômicos clássicos como responsáveis pelo desenvolvimento do que chamou de “anarquia industrial”, afirmando que a classe empresarial era incapaz de se organizar pelo bem dos setores produtivos. Isso quer dizer que Arnold não criticava os setores produtivos, cuja importância era inegável, mas o autor atacava o lucro fácil, o individualismo e as fortunas em mãos de poucos. Essa discrepância deveria ser combatida pelas reformas do *New Deal* que previam a regulação desses setores.

Nessa tentativa de denunciar a falta de cooperação com as reformas por parte dos grandes negócios, ele considerou os empresários como inarticulados. Entretanto, apesar da ideia de “anarquia” expressa pelo autor, é necessário salientarmos o fato de que o empresariado era hábil em se unir em torno de seus interesses, conforme o exemplo da mobilização da indústria automotiva em 1934 contra a aprovação da Lei Wagner, que garantia o direito de sindicalização de funcionários, se utilizando de uma campanha publicitária contrária à legislação.¹⁷³

Na defesa de seu ponto de vista, Arnold se apoiou em seu colega Walton Hamilton, economista e professor em Yale que, assim como ele, era vinculado ao realismo legal. O autor resgatou uma passagem de Hamilton sobre as relações na indústria do carvão betuminoso, onde fez uma analogia sobre um homem oriundo do planeta Netuno que visitava a Terra:

“Ele [o extraterrestre] vê um conflito de interesses em que operadores, trabalhadores das minas, assim como consumidores, se recusam a render as vantagens correntes para as grandes promessas de um futuro nebuloso. (...) Ele vê a impressionante ignorância da situação geral e uma confusa abundância de mal informados conselhos. Ele vê uma inércia que rejeita o novo pela razão de que é novo e se agarra cegamente ao velho porque é costumeiro. E, permeando tudo isso, como criador e criaturas de todo o resto, ele descobre noções estranhas, pensamentos obsoletos, as ideias confusas que atrapalham a visão, promovem desordem e mantém uma indústria caótica em uma prensa”.¹⁷⁴

¹⁷³ LIMONCIC, Flavio. op. cit., 2009, p.152.

¹⁷⁴ "He sees a clash of vested interests in which operators, mine-workers, and consumers alike refuse to surrender current advantages for the greater promises of a nebulous afterwhile (sic). He sees an array of vested rights compelling individuals to do as they will with their own even though their blind doings return to plague their authors. He sees the chance of action by all concerned with coal pent in by the laws of the land which make a unified direction of the industry impossible. He sees a bewildering ignorance of the larger situation and a confusing abundance of fearless and illinformed (sic) advice. He sees an inertia which rejects the new for the reason that it is the new, and clings blindly to the old because it is the customary. And, permeating it all, as the creator and the created of all the rest, he discovers the strange notions, the obsolete thoughts, the confused

Arnold utilizou a passagem para reforçar sua crítica ao que chamava de “caos industrial” legitimado pelo liberalismo econômico, cuja ideia era provar que a condução dos negócios nos Estados Unidos era desorganizada. Utilizou o excerto acima também como exemplo das crenças que não permitiam aos norte-americanos enxergarem a urgência das reformas. Para o autor, a aparência de organização era resultado da convicção nos ideais clássicos econômicos: “Teorias econômicas provam que o que parece ser anarquia, não é de fato anarquia, mas um sistema de controle por forças naturais [livre-mercado] que a lei pode guiar e conduzir, mas não pode distorcer”.¹⁷⁵

Esse mesmo tipo de pensamento servia como barreira para o desenvolvimento de políticas mais intervencionistas por parte do Estado, o que é indicado por Arnold no trecho “a lei pode guiar e conduzir, mas não pode distorcer”. Ou seja, a lei deveria assegurar a liberdade econômica a partir do liberalismo clássico, ideia defendida por empresários dos grandes negócios como Irenée Du Pont, que atacou a *Securities and Exchange Commission* (SEC) do *New Deal*, criada para regular os mercados de ações, avaliando-a como uma tentativa de “mudar a natureza” da economia, pois julgava que “homens são especuladores por natureza” e, portanto, não cabia ao governo se intrometer nessa área.¹⁷⁶

O autor estendeu a crítica aos defensores dessa tendência que atrapalhavam o que chamava de “promoção da justiça social” com base na ideia de que as reformas do *New Deal* representavam gastos desnecessários para o governo. A limitação do desenvolvimento de políticas de cunho social ocorria porque:

“Ideais éticos e humanitários com que a maioria das pessoas concordam, mas que parecem ser politicamente impossíveis, por causa do conflito de interesses e símbolos aceitos, geralmente são chamados de socialistas. E é o papel da Economia provar que esses ideais seriam opostos ao bem geral, *mesmo se eles forem politicamente viáveis*, porque obstáculos políticos não são coisas temporárias, mas fundamentais na organização humana. É o negócio da Economia explicar a recusa da lei em fazer cumprir seus ideais nos assuntos dos negócios”.¹⁷⁷

ideas which thwart vision, promote disorder, and hold a chaotic industry in a vise". ARNOLD, Thurman. op. cit., 1941, p.74-75.

¹⁷⁵ “Economic theories prove that what appears to be anarchy is not really anarchy at all, but a system of control by natural forces which the law may guide and drive, but must not distort”. Ibid. p.75.

¹⁷⁶ PHILIPP-FEINS, Kim. op. cit., 2010, p.3-4.

¹⁷⁷ “General ethical and humane ideals with which most people agree but which happen to be politically impossible because of the conflict which the operation of those ideals would have upon vested interests and accepted symbols, are usually called socialism. It is the business of economics to prove that these ideals would be opposed to the general good, *even if they were politically feasible*, because the political obstacles are not temporary things, but fundamental in human

Infere-se dessa passagem que discursos em favor de políticas sociais eram recebidos não somente com o argumento de serem inviáveis economicamente, mas com a acusação de serem na realidade de cunho socialista, em função dos símbolos em torno do que o autor chamava de “justiça social”.

Se os Estados Unidos eram uma nação de economia capitalista, Arnold então compreendia nos economistas da época uma tendência de repudiar políticas assistencialistas do governo e endossar a crença na autorregulação do mercado e no equilíbrio fiscal como saídas da Depressão. Esse era um princípio defendido por formuladores de políticas públicas da própria administração Roosevelt como o Secretário do Tesouro Henry Morgenthau Jr, que era favorável ao corte de gastos governamentais após a recuperação econômica.¹⁷⁸ Além disso, mostra concepções ainda hoje em voga: projetos reformistas eram tidos como socialistas e mesmo antagônicos ao funcionamento do mercado.

O argumento da oposição que o autor levantou: a acusação do *New Deal* instigar políticas de cunho socialista, era algo comum no contexto dos Estados Unidos da década de 1930, de forma a associar por vezes, empreendimentos do governo Roosevelt com políticas soviéticas ou fascistas. Era uma retórica que visava atacar o *New Deal* afastando-o das tradições norte-americanas, caracterizando suas ações como “estrangeiras” e antidemocráticas.¹⁷⁹

Arnold argumentava que o desenvolvimento dos grandes negócios sob essas teorias econômicas ocorreu a partir da possibilidade de experimentar, pela “tentativa e erro” que resultou em sua vasta expansão e na concentração de renda. Contudo, o mesmo ideal econômico que permitiu o êxito dos negócios impedia o desenvolvimento de instituições governamentais que pudessem resgatar o país da crise a partir da já citada “experimentação”:

“Sob esse conjunto de ideias nós tivemos grande progresso na organização e técnica dos negócios. A razão tem sido a de que o efeito geral da situação é o de permitir aos negócios progredir através da experimentação. A filosofia econômica não exigiu que os homens de negócios fossem cultos ou teóricos”.¹⁸⁰

organization. It is further the business of economics to explain the refusal of the law to enforce its ideals in business affairs”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1941 p.76.

¹⁷⁸ BRINKLEY, Alan. op. cit., 1996, p.23-28.

¹⁷⁹ A respeito das discussões acerca do *New Deal* como dotado de uma agenda reformista “estrangeira” e a influência de países como a Suécia nas ideias dos *New Dealers*, ver: PATEL, Kiran Klaus. op. cit., 2016, p.228-233.

¹⁸⁰ “Under this set of ideas we have made great progress in business organization and technique. The reason has been that the whole effect of the picture has been to allow business to progress by

A partir do trecho acima é possível percebermos a tentativa do autor de aproximar os intelectuais do *New Deal* da atitude ativa e pouco voltada para discussões acadêmicas, ou assim ele os distinguia, dos sujeitos por trás das grandes corporações. Ora, para ele os ideais da época impediam o governo de lançar experimentos sociais, mas privilegiavam indivíduos que não necessariamente possuíam conhecimento teórico econômico, mas eram pautados por condutas práticas de êxito.

Os *new dealers* poderiam propor ferramentas para a regulação da economia. Arnold escrevia em momento de fragilidade de grande parte dos empresários que precisavam das políticas de Estado para se reerguer. Para nosso autor, os setores produtivos foram tomados pela competição incontrolável, concentrando o lucro nas mãos de poucos, o que acabou por afetar a própria competição. Aos grandes negócios era permitida a liberdade, até que a Grande Depressão surgiu para contestar essa visão:

“Com relação ao desenvolvimento da capacidade produtiva, esse sistema desordenado de feudalismo industrial obteve sucesso além dos sonhos mais loucos de cinquenta anos atrás. Entretanto, ele nos impôs uma forma de pensar que tornou muito difícil para nós percebermos os benefícios dessa capacidade produtiva. Produção e transporte parecem ter crescido além dos limites do controle da competição entre indivíduos. A única agência centralizada de controle que existe no momento é o governo. Mas, o governo se tornou tão amarrado a princípios que deram aos negócios liberdade irrestrita, que pode exercer no problema da distribuição, com alguma dificuldade, o mesmo método de tentativa e erro que os negócios americanos usaram na solução de seu problema de produção. Nós estamos agora lutando para formular uma filosofia que possa dar um poder maior, liberdade para aprender com a experiência”.¹⁸¹

Arnold utiliza o termo feudalismo certamente para tratar as práticas industriais como atrasadas, atribuindo a algumas indústrias tamanho e poder, inclusive sobre o trabalhador, incomensuráveis. Ressaltamos aqui que o termo é particularmente inadequado para se tratar de grandes negócios industriais, ainda que saibamos que o autor

experimentation. Economic philosophy has not required businessmen to be learned or theoretical”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1941, p.99.

¹⁸¹ “In so far as the development of productive capacity is concerned, this disorderly system of industrial feudalism has succeeded beyond the wildest dreams of fifty years ago. However, it has imposed on us a way of thinking which makes it very difficult for us to realize the benefits of that productive capacity. Production and transportation seem to have grown beyond the limits of control through the competition of individuals. The only centralized agency of control which at present exists is the Government. But the Government has become so tied up with the principles under which it gave business unrestricted freedom that it can with difficulty exercise toward the problem of distribution the same trial-and-error method which American business used in solving the problem of production. We are now struggling to formulate a philosophy which will give a more centralized power the freedom to learn from experience”. Ibid, p.100.

sabia o que estava fazendo. Como historiadores sabemos que termos como Idade Média e feudalismo permanecem com significados e conotação pejorativas.

O fato de a crise ter ocorrido em um cenário de limitada atuação do Estado e maior liberdade para os negócios explica sua escolha em classificá-los como “desordenados”, incapazes de sustentar o equilíbrio do país. Com isso, advogava políticas regulatórias e maior atuação do governo no país, que até então possuía reduzido aparato estatal para tal. Esse seria o foco de uma nova “filosofia” imaginada pelo autor.

Arnold destacou alguns princípios econômicos que dificultavam a organização de um novo papel para o Estado na economia, entre eles a defesa do equilíbrio fiscal e consequentemente o corte de gastos governamentais defendido por setores conservadores, algo que “amarrava” os projetos do *New Deal*, em suas palavras, a gastos com investimentos públicos.

Segundo ele, esse era um dos princípios mais enraizados, pois à ótica da ortodoxia econômica, as reformas deveriam estar ajustadas de acordo com regras fiscais, buscando manter o orçamento equilibrado e evitando gastos que pudessem ser considerados inadequados. Esse princípio do liberalismo clássico incidia diretamente sobre as possibilidades de recuperação econômica e reforma propostas pelo *New Deal*:

“O próprio governo não tem sido tão estagnado ao pensar sobre o próprio governo. Noções humanitárias como aquelas a respeito do cuidado dos mais velhos e dos doentes, saúde pública e até alívio pela ação do governo surgiram. Ainda assim, princípios e ideias racionais de governo, no lugar de tornar mais fácil a introdução de novas técnicas sanitárias ou de habitação, as tornou mais difíceis. Princípios se tornaram obstáculos e não ajudas. Teoria governamental tem sido o grande suporte para abusos sociais. Ela continua a oferecer razões fundamentais do porquê qualquer movimento humanitário ou prático é infundado e tais medidas tem êxito somente após uma prologada batalha sobre os princípios fundamentais do governo”.¹⁸²

Na passagem acima ele defende ações “humanitárias” e “práticas” do governo Roosevelt na forma de políticas públicas de alívio econômico e garantia de serviços para a população. Mas também critica o papel das teorias econômicas clássicas que sustentavam a necessidade de equilibrar gastos ao afirmar que ofereciam um “grande

¹⁸² “Government itself has not been quite as stationary as thinking about government has been. Humanitarian notions such as those concerning the care of the aged and the sick, public health, and even of relief by government action have crept in. Yet principles and rational ideas of government, instead of making easier the introduction of new techniques in sanitation or housing have only served to make it harder. Principles have been obstacles, and not aids. Governmental theory has been the chief support of social abuses. It continues to offer fundamental reasons why any humanitarian or practical movement is unsound, and such measures succeed only after a prolonged battle over the fundamental principles of government”. Ibid. p.2.

suporte para abusos sociais”, aqui compreendidos como posturas inadequadas de governos anteriores em oferecer alívio para a população.

Para o autor, essas ideias conservadoras dificultavam o desenvolvimento das políticas liberais pois eram associadas à ideia de que não cabia ao Estado ajudar financeiramente os cidadãos mais pobres. A justificativa era de que esse auxílio representava uma “esmola” e o ato danificava o caráter moral de trabalhadores em situação de desemprego:

“A maneira direta de tomar conta dos necessitados era distribuir uma subsistência decente para eles sem se importar com os efeitos em seu caráter. Isso, entretanto, era a única coisa que não poderia ser feita. A esmola deve ser somente temporária. Ela não pode ser grande. Precisamos inventar coisas que façam nosso gasto governamental se conformar aos ideais do período, quando não havia gastos governamentais. Assim, observamos as tentativas frenéticas de fazer o alívio parecer o emprego produtivo e ataques igualmente apaixonados na forma fictícia de emprego que se seguiu. Vimos desperdício, lutas, preocupações, acompanhando todas as variações de conflito eterno entre radicais, liberais e conservadores sobre a roupagem moral em que o alívio para os desempregados deveria se revestir”.¹⁸³

Acima percebemos a relação, do ponto de vista de críticos dos auxílios governamentais, que se estabelecia entre o alívio financeiro, com o dinheiro do contribuinte, “revestido” na imagem de “esmola” e o dano à moral das pessoas que supostamente resultava dessa situação. Arnold chamou atenção para essa retórica de que não somente o governo estava gastando os recursos públicos, mas também contribuindo para o desenvolvimento de pessoas que se afastariam do trabalho para viver “às custas” do Estado.

Para combater essa ideia conservadora e estimular a recuperação econômica a partir de investimentos, a solução encontrada foi na promoção de obras públicas e de infraestrutura pelo governo. Dessa maneira estaria empregando sujeitos e não somente distribuindo “esmolas”. Essa discussão não fugiu nem mesmo a Roosevelt que se

¹⁸³ “Therefore the legislation of the depression partook of all these attitudes. The direct practical way of taking care of the needy was to distribute a decent subsistence to them without regard to its effects on their character. This, however, was the one thing that could not be done. The dole must be only temporary. It must not be large. We must invent things which will make government-spending conform to the ideals of a time when there was no government-spending. Hence we observed the frantic efforts to make relief look like productive employment, and the equally impassioned attacks on the fictitious form of employment that followed. We saw waste, quarrels, worry, accompany all the variations of the eternal conflict between radicals, liberals, and conservatives about the moral clothing in which relief for unemployment should be dressed”. Ibid. p.110-111.

posicionou em favor desses programas financiados pela administração no lugar de políticas de transferência de renda direta.¹⁸⁴

O autor, entretanto, questionava a eficácia do método, afirmando que certas obras não eram necessárias e dessa forma se tornavam alvos de questionamento de partidários do liberalismo clássico:

“O programa de obras públicas caiu sobre a mesma confusão. A ideia prática de que o governo tinha que gastar o tanto de dinheiro necessário para obras públicas que seriam úteis, se confundiu com a ideia de que obras públicas eram um método de criar caráter, de injetar dinheiro, de estabilizar indústrias de bens produtivos ou indústrias de consumo de bens, de quebrar grandes corporações ao criar critérios para elas – de fato, qualquer coisa que não um caminho simples e direto de gerar melhorias. O efeito simbólico das obras se tornou mais importante do que a sua necessidade prática. Portanto, as obras públicas que começaram como um esquema útil, se tornaram mais vulneráveis a ataques baseados na praticidade e senso comum”¹⁸⁵

Chamamos a atenção para a importância de algumas agências estabelecidas durante o *New Deal* para a promoção de políticas sociais. Uma delas era a *Works Progress Administration* (WPA), surgida em 1935 e capitaneada por Harry Hopkins, um assistente social de forte atuação no governo de Roosevelt e que era considerado por Arnold o “maior empregador do país” durante a Grande Depressão.¹⁸⁶ A WPA foi responsável pela construção de várias relevantes obras de infraestrutura. Através da agência, 480 aeroportos, 78 mil pontes e 40 mil prédios públicos foram erguidos no país.¹⁸⁷

Por outro lado, a imagem de investimentos em infraestrutura feita fora do país, como aqueles que os Estados Unidos empreenderam nas Filipinas após a sua tomada em 1898, eram vistas de forma positiva na percepção de críticos do *New Deal*, pois estariam melhorando as condições dos filipinos, gerando empregos para a população, sem atacar concepções em torno da moral trabalhadora da população local.

¹⁸⁴ RAUCHWAY, Eric. op. cit., 2008, p.63-69.

¹⁸⁵ “The public-works program fell under the same confusion. The practical idea that the Government should spend as much money as it needed for public projects which would be useful, became confused with the idea that public works were a method of creating character, of priming the pump, of stabilizing productive-goods industries or consumer-goods industries, of breaking up large corporations by creating yardsticks for them – indeed, anything rather than a simple and direct way of creating needed improvement. The symbolic effect of public works became more important than their practical need. Hence public works, which started as practical scheme, became most vulnerable to attacks based on practicality and common sense”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1941, p.111.

¹⁸⁶ “And now we are startled to observe that the greatest employer of labor in the country is not an industrial baron, but Harry Hopkins, a social worker, operating a growing organization in violation of all the axioms of our former economics” Ibid. p.265.

¹⁸⁷ PATEL, Kiran Klaus. op. cit., 2016, p.245.

Lembrando que os norte-americanos tomaram o arquipélago, até então colônia espanhola, ao saírem vitoriosos em uma guerra contra a Espanha, quando também estabeleceram relações desiguais de caráter exploratório em Cuba. Esse período, no final do século XIX, foi caracterizado por significativa expansão imperialista norte-americana em diversos pontos do Pacífico e posteriores intervenções em países latino-americanos. As Filipinas em questão eram estratégicas: próximas da China, de grande interesse comercial, em meio ao Pacífico, e também próximas da Austrália.¹⁸⁸

Arnold classificou o investimento da nação posterior à conquista com obras de infraestrutura como ferrovias, sistema de distribuição de água e saneamento básico, além de melhorias no porto da capital Manila como “imperialismo humanitário”, a despeito da clara contradição em torno do conceito. A quantia de 400 milhões de dólares gasta com programas de alívio financeiro e trabalho social, segundo ele, perpassava contestações a respeito de sua utilidade, uma vez que para ele a “história do aprimoramento americano nas Filipinas é uma história de heroísmo e de auto sacrifício por parte de pioneiros, altruístas em seus interesses”.¹⁸⁹

Esse argumento estava embasado por uma visão preconceituosa e racista de Arnold, e provavelmente de grande parte de seus contemporâneos, de que os filipinos eram um povo “primitivo”, sem o apreço pelo trabalho e que poderiam viver sob a condição de esmola, diferente dos norte-americanos.

É importante ressaltarmos que o modelo de investimento dos Estados Unidos nas Filipinas entre os anos de 1900 e 1920 foi realizado a partir da venda de títulos de mercado adquiridos por grandes empresários que viabilizaram as construções no arquipélago; uma parceria entre a administração das ilhas e investidores privados, principalmente em Wall Street. Isso diminuía questionamentos em torno das ações sociais empregadas nas ilhas.

Além disso, o empreendimento no Pacífico poderia ser observado por uma perspectiva progressista, pois representava para os norte-americanos a possibilidade de

¹⁸⁸ JUNQUEIRA, Mary Anne. *Estados Unidos: Estado Nacional e Narrativa da Nação (1776-1900)*. São Paulo: Edusp, 2018, p.154-158.

¹⁸⁹ The humanitarian work done in these islands by the United States is amazing. Disease was reduced, social work carried on, living conditions made better, until the population doubled under the improved conditions. The story of American improvement in the Philippines is a story of heroism and self-sacrifice on the part of pioneers unselfish in their interests. Yet it would have been psychologically impossible at that time to have spent an equivalent amount of money on our own poor. The reason was that in the ideology of the time, the spot on the map which represented these islands was considered a national asset. Hence we were not ‘spending’ the money. We were investing it. Every American felt richer because the Philippines belonged to the United States.” ARNOLD, Thurman. op. cit., 1941, p.111-112; MOORE, Colin D. *State Building Through Partnership: Delegation, Public-Private Partnerships, and the Political Development of American Imperialism, 1898-1916*. *Studies in American Political Development*, v.25, abr. 2011, p.27-55.

melhorar a estrutura das ilhas em relação à forma como elas foram deixadas após o domínio espanhol. Segundo Colin Moore, o projeto pretendia ser uma propaganda para que os demais países do mundo, principalmente os europeus, vissem a capacidade dos Estados Unidos levarem “progresso”, ou seja, melhorias no campo da educação, infraestrutura e estabilidade econômica, para outras regiões do mundo, consolidando o país como potência extra europeia.¹⁹⁰

Dessa forma, ao trazer o exemplo das Filipinas, ainda que se baseasse em convenções preconceituosas a respeito dos habitantes do arquipélago, Arnold buscou demonstrar o impacto positivo do investimento em obras de infraestrutura, a despeito do posicionamento de seus críticos. Em um momento, como o da Grande Depressão, esse programa se tratava de um dispositivo do governo capaz de atenuar o sofrimento dos norte-americanos, gerando empregos para milhares de desempregados.

Um último aspecto sobre o qual Arnold se debruçou em crítica aos ideais econômicos do período, era o da influência de empresários e donos de grandes corporações na oposição às reformas propostas pelo governo Roosevelt. Em suas obras, denunciou o segmento como responsável pelos problemas econômicos da nação. Ele percebia grande influência daqueles a quem chamava de “barões industriais”, cuja imagem no país até o momento da Grande Depressão era positiva, em decorrência do desenvolvimento do grande sistema produtivo norte-americano. Esse grupo compunha um “feudalismo industrial”, como mencionado:

“Princípios legais, humanitários e econômicos foram todos violados por aqueles que criaram nosso império industrial. Eles construíram em seus erros, sua ação foi oportunista, eles experimentaram com o material humano com pouca consideração para com a justiça social. Ainda assim, eles aumentaram o nível de capacidade produtiva acima dos sonhos de seus pais”.¹⁹¹

Ele acreditava que as conquistas econômicas atingidas pelos grandes negócios não sustentavam argumentos de que a volta de investimento por parte desses sujeitos seria o caminho para o fim da crise. Para Arnold, o problema da nação não se limitava a uma “falta de confiança” de investidores em um momento de crise econômica. Em sua autobiografia atacou duramente as políticas empregadas por Herbert Hoover as quais

¹⁹⁰ Ibid.

¹⁹¹ “Legal, humanitarian and economic principles were all violated by those who created our industrial empire. They built on their mistakes, their action was opportunistic, they experimented with human material and with little regard for social justice. Yet they raised the level of productive capacity beyond the dreams of their fathers”. Ibid. p.125.

segundo ele se baseavam fortemente na esperança da volta dos investimentos privados para recuperar a economia.¹⁹²

O problema, entretanto, segundo Arnold, estava nas convicções dos norte-americanos no livre-mercado e na liberdade das organizações, de forma que o país tinha preterido políticas sociais em troca do desenvolvimento do que chamava “império industrial”:

“Liberdade para indivíduos viverem sem serem perturbados pelo poder de senhores se confundiu com a liberdade de grandes senhores industriais de deter em sua discrição descontrolada o meio de vida de indivíduos. A própria Declaração de Independência é agora um símbolo das organizações de grandes negócios, que insistem que cada corporação nasce livre, igual e que companhias de holding são susceptíveis a vida, liberdade e busca de poder. O ideal da competição livre é usado para erradicar competição. Assim, grandes organizações se tornam o governo de fato de pessoas em seus assuntos práticos. Os governos em Washington e nos capitólios estatais se tornam o governo espiritual cuja função principal era de um repositório de ideais e de cerimônia. Esses governos eram constantemente mantidos em cheque e impedidos de usurpar o poder prático das organizações de negócios por aquela instituição que sempre representa os ideais da civilização Ocidental, o sistema judicial”.¹⁹³

No trecho acima o autor atribui aos homens de negócios o posto de governo “temporal” dos Estados Unidos, aquele que rege as leis e as condutas do país. Enquanto ao governo central, localizado em Washington e aos demais estados da federação, lhes restava a posição de governo “espiritual”, cuja função era garantir o bem comum, unir a população através de “ideais” compartilhados.

Ele defendia que as indústrias tinham sido capazes de se apropriar de crenças e símbolos antes ligados ao governo federal, como a Declaração da Independência do país, para legitimar suas ações. Assim, o documento histórico do final do século XVIII se tornava uma defesa dos ideais de livre mercado nos anos 1930 e munição para atacar políticas econômicas regulatórias. Esse processo, segundo Arnold, era respaldado pelo sistema judicial, principalmente pela Suprema Corte.

¹⁹² ARNOLD, Thurman. op. cit., 1965, p.45-48.

¹⁹³ "Liberty of individuals to live unmolested by the power of overlords has become confused with the liberty of great industrial overlords to hold in their uncontrolled discretion the livelihood of individuals. The very Declaration of Independence is now the symbol of great business organizations, who insist that every corporation is born free and equal, and that holding companies are entitled to life, liberty, and the pursuit of power. The ideal of free competition is used to stamp out competition. Thus great organizations became the actual government of the people in their practical affairs. The governments at Washington and at the state capitols became the spiritual government whose chief function was that of a repository of ideals and ceremony. These governments were held in constant check, and prevented from usurping the practical powers of business organization by that institution which always represents the ideals of Western civilization, the judicial system". ARNOLD, Thurman op. cit., 1941, p.239.

A situação econômica, segundo argumentou, empurrava o governo a um maior controle sobre a economia, pois a classe empresarial, incapaz de resolver os problemas, se afastou do que chamava de “negócios do governo”. Aos empresários, enfraquecidos pela instabilidade econômica, restou uma postura antagônica diante da expansão da ação do Estado, o que resultava na tentativa de “obstruir” projetos, aqui percebidos como a legislação e as agências reguladoras propostas pelo governo de Roosevelt.

A argumentação de Arnold se desdobrava na defesa de que aquele “individualismo forte” por parte dos empresários estava “sabotando” a produção industrial do país, comprometendo sua eficiência e a utilização de recursos naturais em nome de interesses pessoais:

“Aqueles que mandam no nosso grande feudalismo industrial ainda acreditam completamente nos antigos axiomas em que o homem trabalha eficientemente somente para seu ganho pessoal; que os ideais humanitários não são possíveis como meta principal do governo ou da organização de negócios; que o controle dos recursos naturais, eliminação de desperdício e a distribuição planejada de bens destruiriam tanto a liberdade quanto a eficiência. Ainda assim, esses ideais que já foram fonte de energia e liberdade, que uma vez permitiram técnicos industriais a liberdade para experimentar e desenvolver técnicas construtivas, são hoje usados para obstruir grandes projetos governamentais e sabotar a produção industrial. A classe financeira que foi sustentada no poder por esses ideais está gradualmente resignando dos negócios do governo, pois as funções desse governo necessitam maior controle da distribuição de bens”.¹⁹⁴

Em seu ataque às grandes corporações, é possível perceber a influência da retórica progressista contra os homens de negócios, algo que o autor desenvolve de forma ainda mais contundente em *Folklore*, conforme veremos posteriormente.

2.1.2 O papel do judiciário e os “ideais enraizados nas Leis”

Thurman Arnold se esmerava na defesa do *New Deal*. Um exemplo estava na forma como argumentava que a legislação do período era contrária ao que chamava de

¹⁹⁴ “Those who rule our great industrial feudalism still believe inalterably the old axioms that man works efficiently only for personal profit; that humanitarian ideals are unworkable as the principal aim of government or business organization; that control of national resources, elimination of waste, and a planned distribution of goods would destroy both freedom and efficiency. Yet those ideals, which once were sources of energy and hope, which once permitted industrial technicians the freedom to experiment and develop constructive techniques, are today used to obstruct great governmental projects and to sabotage industrial production. The financial class which was sustained in power by these ideals is gradually resigning from the business of government as the functions of that government require greater control over the distribution of goods”. Ibid. p.259-260.

“atitudes benevolentes”, ou “humanitárias” do governo que pretendiam políticas de alívio econômico como as das agências *Federal Emergency Relief Administration* (FERA) e a *Civil Works Administration* (CWA), também capitaneadas por Harry Hopkins.

Para ele, as atitudes “benevolentes” empregadas pelos liberais eram repudiadas pela ausência de peças legislativas na sociedade norte-americana que legitimassem o uso de recursos públicos para a população. Conforme colocado anteriormente, a convicção dos defensores do livre-mercado da época era a de que os gastos do governo deveriam estar sempre de acordo com o equilíbrio fiscal. Isso quer dizer que no seu julgamento sobre o judiciário, ele oscilava entre mostrar a ausência de leis efetivas em determinados pontos e no enraizamento de outras leis pela sociedade norte-americana.

Assim, o autor nos descreve um exemplo em que a população exigiu a atuação do governo na assistência aos necessitados: durante os primeiros anos do governo Hoover, quando a Depressão se acentuava, houve um processo de remoção de várias casas precárias por uma construtora em uma região de Nova York, onde moradias foram desocupadas. A ideia do “individualismo forte” defendida por Hoover e a mentalidade da época, validavam a atitude da construtora, pois aqueles cidadãos eram considerados como marginalizados e incapazes de manter suas propriedades.

Contudo, a partir do momento em que foram encontrados dois homens inconscientes entre os barracos que eram removidos, a opinião pública mudou, cobrando uma postura do governo para com os desabrigados, resultando em gastos com o transporte de ambulâncias, combustível, hospital e médicos. Arnold recuperou esse episódio como exemplo de que: “ideais humanitários não são definidos pela lógica. Era o dever da ambulância levar esses homens até o hospital, não era o caso de discutir jurisprudência”.¹⁹⁵

Ele percebeu nessa situação uma maneira de explicar o que supunha ser a irracionalidade dos norte-americanos com relação à ajuda econômica do Estado, de forma que essas ações assistenciais eram incompatíveis com a lógica, pois a certeza do momento era de não interferência estatal. Em sua opinião, essa postura revelava a necessidade de se desenvolver aparatos governamentais que deveriam ser capitaneados por “técnicos”, em clara alusão à sua defesa da presença de intelectuais nas agências do *New Deal*, sujeitos de conhecimento e capacidade para recuperar o país e promover as reformas.

Ao mencionar a jurisprudência, Arnold estava referenciando a aplicação das leis, que ele observava, conforme colocado anteriormente, como imutáveis, dotadas de

¹⁹⁵ “Humanitarian ideals are not defined by logic. It was the duty of the ambulance to get the men to the hospital, not to discuss jurisprudence”. Ibid. p.48.

princípios quase religiosos e que impediam a realização dos projetos liberais. Mas também se referia à uma crítica dos realistas de que na época os casos eram julgados nas cortes a partir da invocação de precedentes, sem levar em consideração aspectos particulares à cada ação judicial.¹⁹⁶ Ele entendia que “a jurisprudência hoje é a maior justificativa do ideal da regra da lei sobre homens, assim como a teologia do passado foi a maior justificativa de uma regra de um deus moral e lógico sobre homens e até governos”.¹⁹⁷

Para ele tanto a forma como a jurisprudência era aplicada quanto os preceitos religiosos aos quais os norte-americanos se agarravam, configuravam como “resultados de uma necessidade de ordem moral, apoiada logicamente, que nós descrevemos como pensamento racional moral”.¹⁹⁸ Assim, criticava a forma como a sociedade norte-americana da década de 1930 compreendia as leis, como de caráter quase religioso, pois se tornavam entraves para a ação de ideais progressistas, que deveriam seguir a “ordem moral” da Constituição, que era normalmente utilizada na defesa do *status quo* pelos críticos do governo:

“A ideia recorrente na maioria dos sistemas de jurisprudência ocidentais é a de que existe uma constituição acima da lei ordinária que é igualada somente pela ideia definitiva de que existe uma lei ou conjunto de princípios acima até mesmo de Deus. Pois, nem mesmo Deus poderia mudar a lei que requer que o homem seja punido por seus pecados. Portanto, o perdão dos pecados deve ser alcançado por um sentido indireto muito elaborado, através de uma instituição ilógica [a igreja] juntamente com uma lógica [o judiciário] e a reconciliação de ambas logicamente. Existe uma constituição e um plano acima de Deus, que é o único plano que Deus pode ter feito (...) É o melhor plano que já foi firmado por qualquer religião, assim como nossa Constituição é o maior documento já firmado por mente ou caneta de um homem”.¹⁹⁹

¹⁹⁶ FISHER III, William W.; HORWITZ, Morton J.; REED, Thomas A. op. cit., 1993, p.xii.

¹⁹⁷ “Just as jurisprudence today is the ultimate justification of the ideal of a rule of law above men, so the theology of yesterday was the ultimate justification of a rule of a moral and logical god above men and even above governments”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1941, p.59.

¹⁹⁸ “Both are the result of a craving for a moral order, logically supported, which we have described as rational moral thinking”. Ibid.

¹⁹⁹ “The recurrent idea in most Western systems of jurisprudence that there is a constitution above the ordinary law is matched by the very definite idea that there is a law or set of principles even above God. For not even God himself could change the law which required man to be punished for his sins. Therefore the forgiveness of sins must be accomplished by a very elaborate indirection, by setting up an illogical institution alongside of a logical one, and reconciling the two logically. There is a constitution, and a plan above God, which is the only plan God could have made, since it is the best plan, and God is capable of following only the best plan, even though he has infinite free will. It is the best plan which was ever struck off by any religion, just as our Constitution is the greatest document ever struck off by the mind or pen of man”. Ibid. p.67.

Longe de criticar a Constituição dos Estados Unidos, elaborada em 1787 e de enorme peso simbólico para a nação, o que Arnold indicava em seu discurso é a utilização do documento como constituído por princípios imutáveis e interpretada de forma literal, assim como outras leis. Novamente, o problema estava na forma como as teorias legais e a Constituição eram resgatadas no momento da Grande Depressão, pois, a maneira como as instituições funcionavam era fortemente afetada pela crise e isso representava a necessidade de se refletir sobre seu uso.

Nesse aspecto o autor julgou que as decisões deliberadas pela Suprema Corte dos Estados Unidos atrapalhavam a possibilidade de se mudar o funcionamento das outras instituições nacionais. Membros mais conservadores da corte se apresentavam como tenazes críticos das reformas do governo Roosevelt, a ponto de serem chamados à época de “quatro cavaleiros do apocalipse” pelos liberais.²⁰⁰ Trataremos a seguir dos argumentos do autor sobre o papel da Suprema Corte como entrave para o *New Deal*.

2.1.2.1 As decisões da Suprema Corte e a oposição às reformas

A forte oposição de Arnold ao judiciário tomou corpo após a Suprema Corte tornar inconstitucional um dos principais símbolos das iniciativas liberais, a *National Recovery Administration* (NRA). Com a declaração de inconstitucionalidade do *National Industrial Recovery Act* (NIRA), e consequentemente da NRA, a Suprema Corte passou a ser alvo da atenção de Roosevelt e dos *New Dealers*. Segundo Leuchtenburg, desde o início os intelectuais do *New Deal* temiam que a corte pudesse atrapalhar as reformas, e, após o fim da NIRA, passaram a identificar o órgão judicial como ameaça para as demais iniciativas. Isso se refletiu posteriormente na atitude do presidente democrata em seu discurso de posse do segundo mandato em 1937, quando propôs mudanças no funcionamento da corte, apresentando novas regras de aposentadoria para os magistrados, conforme abordaremos em breve.²⁰¹

Os argumentos utilizados pelos magistrados na declaração de inconstitucionalidade estavam relacionados ao fato de que o governo federal não poderia

²⁰⁰ O bloco dos “Quatro Cavaleiros do Apocalipse” (“*Four Horsemen*”), composto pelos juízes Pierce Butler, James Clark McReynolds, George Sutherland e Willis Van Devanter, foi considerado à época um grupo fortemente ligado aos republicanos e contrário ao liberalismo. Ver: CUSHMAN, Barry. The Secret Lives of the Four Horsemen. *Virginia Law Review*, v.83, n.3, abr. 1997, p.559-645; KALMAN, Laura. The Constitution, the Supreme Court, and the New Deal. *American Historical Review*, v.110, n.4, out. 2005, p.1052-1080.

²⁰¹ LEUCHTENBURG, William E. op. cit., 1963, p.143-145, p.231-233.

interferir com questões de comércio entre estados fixados pela Constituição, e assim a NIRA havia representado a violação de uma cláusula comercial constitucional.²⁰²

Consideramos importante atentar para as disputas em torno do papel do governo federal em relação à soberania dos estados no país. Desde os primeiros debates para a formação do Estado nacional nos Estados Unidos, no final do século XVIII, o tema é recorrente. O embate entre federalistas, defensores de um Estado mais centralizador, e anti-federalistas, partidários do poder local em detrimento de um forte governo nacional, em torno dos limites da autoridade federal, desde a Convenção da Filadélfia (1787-1788), quando a Constituição foi elaborada, reverbera até os dias de hoje.²⁰³ A década de 1930 não foi uma exceção, de forma que a soberania e os direitos dos estados serviram como argumento para os defensores do *laissez-faire* contra as reformas que ampliavam a atuação do Estado, em caráter federal, na economia norte-americana.

Thurman Arnold, já em 1935, observava as ações da Suprema Corte — ataques ao *New Deal* e às agências — como um grande perigo para as políticas reformistas, já que a corte era vista como uma instituição de grande respeitabilidade nos Estados Unidos. Empresários dos grandes negócios e republicanos da oposição passaram a associar a corte à defesa de um “*American Way*” baseado no liberalismo clássico.²⁰⁴ Assim, a maneira como a sociedade norte-americana via a Suprema Corte, tal qual um “Oráculo de Delfos”, que representava tudo que é “bom e razoável sobre nossos caminhos antigos”, impossibilitava a condução das reformas e favorecia a manutenção das convicções correntes.²⁰⁵

Ao contestar a conduta da corte em relação à NIRA, ele argumentava que a corte tinha esperado o momento ideal em que a opinião pública passou a ter dúvidas sobre o empreendimento:

“Quando isso ocorreu a Suprema Corte atacou e atacou duro, destruindo não somente todos os absurdos cristalizados em torno da legislação, mas também a grande máquina administrativa que poderia ter iniciado alguma forma de controle social preenchendo as lacunas onde o controle era necessário”.²⁰⁶

²⁰² RAUCHWAY, Eric. op. cit., 2008, p.108-109.

²⁰³ Sobre como se constituíram as ideias anti-federalistas, vistas pela perspectiva de dissenso em relação ao projeto federalista, considerado o vencedor na elaboração da Constituição, e sua influência nos debates políticos desde os primeiros anos do país, ver: CORNELL, Saul. *The other founders. Anti-Federalism & the dissenting tradition in America, 1788-1828*. Chapel Hill: University of Carolina Press, 1999.

²⁰⁴ RAUCHWAY, Eric, op. cit., 2008, p.109-110.

²⁰⁵ “Like a great Delphic oracle, representing all that was good and reasonable about our ancient ways, stood the Supreme Court”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1941, p.117.

²⁰⁶ “When this occurred the Supreme Court struck and struck hard, destroying not only all the absurdities which had clustered this legislation, but also the great administrative machine which

O autor não era um defensor da NIRA; pelo contrário, ele sustentava que a organização foi responsável por gerar “absurdos” na economia do país. Consideramos que estivesse falando, entre outros aspectos, das vantagens que os homens de negócios receberam com o advento da lei, de maneira que, conforme explicamos no capítulo anterior, garantiam a concentração da produção nas mãos de corporações milionárias, apenas acentuando relações desiguais nas indústrias.

Na mesma passagem deixou clara sua convicção de que reformas propostas pelo *New Deal* poderiam resultar em “alguma forma de controle social unificado”, expandindo a ação do Estado nas relações industriais. Além de compreender que as grandes corporações tinham deixado um vazio nas relações econômicas do país, o que poderia ser devidamente preenchido pela atuação das agências do *New Deal*.

A postura da Suprema Corte contra o *New Deal* estava, segundo o autor, favorecendo argumentos de que as iniciativas democratas poderiam piorar ainda mais a situação dos Estados Unidos:

“A ação da Suprema Corte enfatizou um novo conjunto de símbolos; dramatizou o medo de que um governo que assumiu responsabilidade por vazios, deixados pelas falhas de um feudalismo industrial, estava sendo gradualmente levado à uma cultura russa ou alemã. As palavras-símbolo para essa ideia – arregimentação, burocracia, fascismo e comunismo – era o que era creditado à corte para nos salvar”.²⁰⁷

Nos parece claro na passagem acima que Arnold, ainda que tivesse sido crítico do órgão, temia a forma como a repercussão da inconstitucionalidade da NIRA poderia associar o *New Deal* ao comunismo ou ao fascismo e como a imprensa influenciaria a opinião pública. Ele era um defensor do “capitalismo democrático”, com a economia regulada pelo governo e sabia que deveria evitar comparações com os regimes autoritários. Para o autor, a Suprema Corte tinha, portanto, criado um cenário em que as reformas estavam fortemente ligadas a palavras de conotação negativa para os norte-americanos, “arregimentação, burocracia, fascismo e comunismo”.

Nota-se que ele tinha forte convicção sobre o que escrevia, pois temia que os norte-americanos se prendessem de forma “irracional” a essas palavras e aos significados

might have had the beginnings of some form of unified social control to fill the gaps where control was needed”. Ibid. p.117-118.

²⁰⁷ “The action of the Supreme Court emphasized a new set of symbols; it dramatized the fear that a government which assumed responsibility for gaps left by the failures of an industrial feudalism was gradually pushing toward a Russian or a German culture. The word-symbols for this idea – regimentation, bureaucracy, fascism, and communism – were what the Court was credit with saving us from”. Ibid. p.118.

que carregavam no período. Somavam-se as preocupações do governo de Roosevelt sendo comparado com os regimes soviéticos e nazistas.

Arnold julgava ter bons argumentos para se preocupar com a atitude da Suprema Corte, pois ela fora elogiada por pessoas de diferentes alinhamentos políticos, como o influente empresário do setor de comunicações William Randolph Hearst, o advogado progressista Clarence Darrow, o “demagogo” Huey Long e o senador republicano William Borah, todos críticos da NRA e que haviam, segundo o autor, “agradecido a Deus pela atuação da Suprema Corte”.

“A unanimidade de pessoas tão diversas foi a unanimidade dos que acreditam em diferentes utopias, e de todos aqueles que condenaram uma organização prática que não se conformou a uma utopia. A NRA conseguiu um entusiasmo da nação inteira quando teve uma pequena utopia própria. Ela perdeu aquele entusiasmo quando seus sonhos estavam desaparecendo e começava a pressão da forte necessidade de construir uma organização administrativa prática”.²⁰⁸

Thurman julgava que a própria Suprema Corte representava um símbolo idealizado na sociedade norte-americana, sugerindo que assim como o rei da Inglaterra para os ingleses, a corte representava para os norte-americanos um modelo que se situava acima do governo. Ele resgatou novamente a ideia de governo “temporal” e “espiritual” para explicar a interação entre Roosevelt e a Suprema Corte, compreendendo que o presidente e suas legislações representavam o “temporal”, enquanto a corte representava os princípios atemporais da sociedade norte-americana, ou seja, estavam acima das circunstâncias do momento, operando quase que de forma sobrenatural.

“Nosso governo espiritual de hoje está centrado no sistema judicial. Aqui está o baluarte de todos os símbolos antigos e teorias tanto legais quanto econômicas. Aqui está o palco em que os ideais da sociedade recebem uma realidade concreta. Portanto, é para as cortes que os homens conservadores se dirigem quando novas ideias de governo lhes causam desconforto mental. É nessa grande instituição que o novo e o velho devem de alguma forma ser reconciliados se nós devemos alcançar confiança e estabilidade”.²⁰⁹

²⁰⁸ “The unanimity of such a diverse people was the unanimity of those believing in different utopias, all of whom condemned a practical organization which conformed to no utopia. The N.R.A. had enlisted nation-wide enthusiasm when it had a little utopia of its own. It lost that enthusiasm when its dreams were disappearing and it was beginning under the pressure of hard necessity to build up a practical administrative organization”. Ibid.

²⁰⁹ “Our spiritual government today centers in the judicial system. Here is the bulwark of all the older symbols and theories both legal and economic. Here is the stage on which the ideals of society are given concrete reality. Therefore it is to the courts that conservative men turn when new ideas in government cause them mental distress. It is in this great institution that the new and the old must somehow be reconciled if we are to achieve confidence and stability”. Ibid. p.127.

A passagem afirma, portanto, que o mais alto órgão judicial norte-americano estava reproduzindo as convicções da época, que ele chamou de “símbolos antigos”, e que estavam ligados a crenças legais e econômicas. Em seu papel de repositório dos ideais da nação, a corte deveria se subordinar ao documento de caráter “sagrado” que era a Constituição dos Estados Unidos, assim como a bíblia para a fé cristã. Arnold identificava aí o problema da idealização da Suprema Corte, pois a postura contrária à “reconciliação” entre o “novo e o velho”, ou seja, entre a nova legislação do *New Deal* e o texto da Constituição, fazia a corte decidir em favor das políticas que já estavam estabelecidas.

Ele argumentou que ações fundamentadas por essas ideias, dando ênfase novamente ao caso da *National Recovery Administration*, incidiam sobre a legitimidade do governo Roosevelt e no andamento das reformas propostas:

“No verão de 1935, manchetes escandalosas anunciavam que a N.R.A. tinha sido considerada inconstitucional. Os membros da vasta organização espalhados por todo o país se viram sem salários e sem um lugar no esquema das coisas. Aceitando essa decisão como ‘lei’, o público estava perplexo para explicar como uma organização inconstitucional tinha existido sem qualquer controle por dois anos. A responsabilidade foi amplamente apontada para o Congresso, o Presidente, os oficiais executivos do governo, o *brain trust*, radicais e outros, mas não ocorreu a ninguém que a Suprema Corte poderia ter algo com o atraso”.²¹⁰

²¹⁰ Conforme mencionado anteriormente, o *Brain Trust* era um grupo de formuladores de políticas públicas, de maioria ligada à Universidade de Columbia, próximo ao presidente. O termo originalmente surgiu como “*Brains Trust*” em uma reportagem de James M. Kieran para o *New York Times* e fazia referência a indivíduos influentes da administração – entre eles os professores Raymond Moley, Adolf Berle, Rexford Tugwell, o conselheiro pessoal do presidente Louis Howe e o General Hugh Johnson do NIRA. Segundo Ira Katznelson, o *Brain Trust* funcionou desde o início da administração Roosevelt como fonte de “ideias e possibilidades” para o projeto de recuperação da nação. Eles estavam empenhados em pensar soluções que preservassem o capitalismo democrático através da maior influência do governo no planejamento econômico do país. O *Brain Trust* também auxiliou o presidente na formulação de seus discursos desde a campanha eleitoral em 1932, quando indicaram um programa baseado no alívio, recuperação e reforma para o país. Ver: KATZNELSON, Ira. op. cit., 2014, p.234-238; RAUCHWAY, Eric. op. cit., 2018; KIERAN, James. The “cabinet” Mr. Roosevelt already has; The group of advisers who assist him in plotting his course on political seas. *New York Times*, New York, p.2, 20 nov. 1932. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1932/11/20/archives/the-cabinet-mr-roosevelt-already-has-the-group-of-advisers-who.html>. Acesso em: 16 de jun. 2019; ASSOCIATED PRESS. How Roosevelt aides became “brain trust”: Label casually offered by news writer in campaign days stuck to Moley-Berle Group. *New York Times*, New York, p.3, 29 jun. 1933. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1933/06/29/archives/how-roosevelt-aides-became-brain-trust-label-casually-offered-by.html>. Acesso em: 16 jun. 2019.

“In the summer of 1935 screaming headlines announced that the N.R.A. had been declared unconstitutional. The members of the vast organization spread all over the country found themselves without salaries and without a place in the scheme of things. Accepting the decision as ‘law’, the public was greatly puzzled to explain how an unconstitutional organization could have existed unchecked for two years. Blame was variously apportioned to Congress, the President, the executive officers of the Government, the brain trust, radicals, and others, but it occurred to no one that the Supreme Court of the United States might possibly have had something to do with it”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1941, p.172.

O autor constatou que a Suprema Corte agia de forma enviesada em relação ao *New Deal*, afirmando que suas ações representavam um ataque à Constituição ao interferir politicamente com órgãos do governo de forma inadequada sob o pretexto de “restringir” políticas autoritárias ou “burocráticas”.²¹¹

Aqui podemos perceber a forma como considerava a oposição da corte às políticas do *New Deal* e a ameaça à capacidade de promoção e desenvolvimento de reformas econômicas e sociais no país. Além de chamar atenção para o fato de que as novas agências criadas por essas políticas eram responsáveis por empregar várias pessoas em diferentes cantos do país, contribuindo de certa forma para a resolução do problema do desemprego.

Arnold tratava a ideia de que a respeitabilidade em torno da Suprema Corte a deixava imune a questionamentos e críticas, como em determinados momentos equivocada e responsável ainda por ameaçar outras iniciativas reformistas que ele julgava importantes no processo de recuperação econômica da nação:

“Não somente a Suprema Corte escapou de críticas por atrasar a decisão [de inconstitucionalidade da NRA] em dois anos e fazê-la somente quando havia se tornado seguro fazê-lo, mas a decisão não permitiu mencionar se *quaisquer* outras leis pendentes perante o Congresso eram constitucionais. Havia a Lei de Segurança Social, a Lei Guffey [*Guffey Coal Act*], que estabeleceu uma pequena NRA [agência reguladora] para a indústria do carvão, a Lei Wagner Trabalhista, emendas para a TVA entre outras. A decisão não mudou a opinião sobre essas leis, mas tornou a luta mais árdua. A nova legislação foi pressionada com vigor renovado. E ainda assim, de tudo isso a Suprema Corte emergiu como aproximadamente o maior e mais alto pináculo do governo. Seus pronunciamentos délficos eram tão amplos que eles aterrorizam os advogados de uma nova legislação e tão cheio de lacunas que atingiam os oponentes da legislação com grande inquietação. Aqui está um governo dos símbolos em sua essência mais rarefeita. A Corte jogou sua mão com grande habilidade e emergiu triunfante como uma instituição. A Constituição foi mais reverenciada e temida que antes”. Mas, ainda assim, ninguém sabia realmente o que tinha acontecido, - o que era constitucional e o que não era”.²¹²

²¹¹ “To interpret the N.R.A. case in this way was simply another attack of a different kind on the Constitution. The public wanted to think of the Constitution as tending to restrict such things as tyranny and bureaucracy without interfering with any necessary exercise of national power”. Ibid.

²¹² “Not only did the Supreme Court escape criticism for delaying the decision for two years, and making it only when it had become quite safe to do so, but its decision left no *certain* way of telling whether any of the other acts pending before Congress were constitutional. There was the Social Security bill, the Guffey bill, setting up a miniature N.R.A. for the coal industry, the Wagner Labor bill, amendments to the T.V.A. and others. The decision had changed the opinion of no one on these acts, but only made the fight more bitter. The new legislation was pressed with renewed vigor. And yet out of it all the Supreme Court arose somehow or other the highest and most ultimate pinnacle in government. Its delphic (sic) pronouncements were so broad that they terrorized the advocates of the new legislation and so full of loopholes that they filled opponents

Percebemos acima como ele considerou nas ações da corte uma defesa de ideais do liberalismo clássico e a forma como ela tinha “jogado” suas cartas, como em uma partida de baralho, no momento oportuno, de menor apoio popular à NRA. O autor via a corte tomando partido contra o governo e utilizando seu prestígio para se esquivar de possíveis críticas às suas atitudes e seguir como instituição a ser amplamente respeitada. Em suas palavras, o “maior e mais alto pináculo do governo”.

2.2 Os diagnósticos de Arnold em *Folklore* (1937)

“A premissa fundamental do folclore sobre o governo durante a Grande Depressão era que princípios podiam ser mais confiáveis do que organizações. Organizações eram perigosas por causa de sua tendência a errar e se perder. Princípios, desde que fossem adequados, duravam para sempre e poderiam sozinhos compor a tendência constante de grupos sociais a recuarem”.²¹³

Se em 1935 o autor pretendia abordar diferentes situações dentro do contexto do país que atrapalhavam o desenvolvimento das reformas propostas pelos *New Dealers*, em *Folklore*, em 1937, ele permanece com algumas das ideias propostas em *Symbols* e estende seu diagnóstico. Assim como o governo Roosevelt se deslocava para um discurso mais incisivo contra os grandes negócios, Thurman Arnold seguia a guinada e reforçava sua convicção negativa sobre o setor como um dos maiores responsáveis pelo cenário econômico da Depressão.

Ele explica a escolha pelo termo “folclore” se referindo a “ideias sobre organizações sociais que não são consideradas folclore, mas aceitas como princípios fundamentais da lei e da economia”, uma estrutura próxima dos “símbolos” empregados anteriormente.²¹⁴ Além de sugerir que a obra possuía uma continuidade em relação à

of the legislation with a great uneasiness. Here is a government of symbols in its most rarefied essence. The Court had played its hand with great skill, and emerged triumphant as an institution. The Constitution was more revered and feared than ever before. But still no one quite knew just what had happened, - what was constitutional, or what unconstitutional". Ibid. p.177-178.

²¹³ “The fundamental assumption of the folklore about government during the great depression was that principles could be more trusted than organizations. Organizations were dangerous because of their tendency to err and stray. Principles, provided that they were sound, endured forever, and could alone make up for the constant tendency of social groups to backslide”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.68-69.

²¹⁴ “By ‘The Folklore of Capitalism’ I mean those ideas about social organizations which are not regarded as folklore but accepted as fundamental principles of law and economics. This book is an application to a broader field of the same point of view represented in my former book, ‘The Symbols of Government’”. Ibid. preface.

Symbols, não somente a respeito de seus posicionamentos políticos, mas na aplicação de seus diagnósticos através do realismo legal.

Conforme abordamos anteriormente, Arnold via os Estados Unidos durante a Grande Depressão arraigados em princípios absolutos, fortemente ligados ao liberalismo clássico, e que funcionavam como forma de repelir os projetos reformistas da nação. Termos como “espiritual”, “heresia”, “inferno” e “demônio”, resgatados de discursos religiosos, eram utilizados para definir posicionamentos políticos e antigas condutas governamentais:

“Todos os argumentos contra heresia seguem um mesmo padrão. Um demônio, que está desviando as pessoas, deve ser descoberto. Um inferno que ilustra o que acontece com aqueles que escutam o demônio deve ser inventado. O conceito de livre-arbítrio é essencial. Assim a velha história é contada. Rússia e Alemanha ouviram o demônio. Elas estão, portanto, no Inferno. Em nossa era racional e sofisticada, o demônio e o inferno se tornam muito complexos. A crença verdadeira é o capitalismo. Seus pregadores são advogados e economistas. O demônio consiste no homem abstrato chamado de demagogo. Ele é um tipo de pessoa que se recusa a ser movido por economistas e advogados sensatos e que está constantemente enganando as pessoas fazendo o pior parecer a melhor razão”.²¹⁵

Pelo trecho, percebemos a crítica a teóricos, como advogados e economistas, tidos como pregadores; isto é, seguidos sem a devida discriminação. Arnold sugere ao leitor que esses sujeitos, detentores de conhecimentos sobre as leis e Economia, eram considerados responsáveis por afastar a sociedade de determinadas condutas. Eram “demagogos”, políticos com discursos populares e que ofereciam certas direções, as quais Arnold concebia como ruins para a nação.

Para o autor, as pessoas estavam conectadas a valores “irracionais”, o que ele designou como folclore, e incapazes de perceber que poderiam estar sendo enganadas por esses sujeitos. Mas, essa mesma certeza em torno desses princípios era capaz de obstruir os objetivos do *New Deal*: a recuperação da economia do país e a consolidação de reformas que evitassem novas crises. Portanto, interessava a ele demonstrar para o leitor, a forma como conceitos arraigados que eram vistos como verdades, perdiam sua

²¹⁵ “All arguments against heresy follow the same pattern. A Devil must first be discovered who is trying to lead the people astray. A Hell must be invented which illustrates what happens to those who listen to the Devil. The conception of free will is essential. Then the age-old story is told. Russia and Germany listened to the Devil. They are therefore in Hell. In our rational and sophisticated age the Devil and the Hell become very complicated. The true faith is Capitalism. Its priests are lawyers and economists. The Devil consists of an abstract man called a demagogue. He is the kind of person who refuses to be moved by sound economists and lawyers and who is constantly misleading the people by making the worst appear the better reason”. Ibid. p.4-5.

validação ao serem percebidos como equivocados. Em suas palavras, quando o “folclore” passava a ser “reconhecido somente como folclore”.

“Ninguém pensava em princípios adequados de lei ou economia como religião. Eram consideradas como verdades inescapáveis, leis naturais e princípios de justiça, e o único método de uma sociedade ordenada. Isso é característico a todo folclore ou religião vital. O momento em que esse folclore é reconhecido somente como folclore, ele deixa de ter esse efeito”.²¹⁶

Discussões em torno desses princípios eram, na opinião do autor, capazes de ignorar aspectos alarmantes sobre as condições do país. Debates sobre a definição de um “*American Way*” distanciavam as pessoas de questões mais relevantes para o país, como argumentações sobre políticas públicas de maior atuação do Estado na economia.

Prova disso estava em sua denúncia de que a constante preocupação com a política fiscal do governo se sobrepunha às tentativas de resolução do desemprego na nação. Segundo ele, as crenças do momento sustentavam que quem defendesse propostas de intervenção estatal era considerado “comunista, fascista, burocrata ou advogados de um gasto catastrófico, ou como adversários da Constituição por um lado e do sistema capitalista do outro”.²¹⁷

Dessa forma, Arnold encarou o contexto como aquele em que o governo devesse tomar as rédeas da organização econômica da nação, apesar dos obstáculos. Após as primeiras políticas de recuperação dependerem de ações dos próprios homens de negócios e banqueiros em conjunto com o governo, em 1937, com a reeleição acachapante de Roosevelt, o cenário era favorável a propostas de maior atuação estatal nas finanças norte-americanas.

Importante ressaltarmos que ao assumir a presidência em 1933, FDR e os liberais não contavam com estafe ou conhecimento técnico o suficiente para traçarem planos de recuperação econômica sem a contribuição de homens de negócios, o que pautava a necessidade de cooperação, proposta inicialmente por influentes *new dealers*.²¹⁸

²¹⁶ “No one thought of sound principles of law or economics as a religion. They were considered as inescapable truths, as natural laws, as principles of justice, and as the only method of an ordered society. This is a characteristic of all vital folklore or religion. The moment that folklore is recognized to be only folklore it ceases to have the effect of folklore”. Ibid. p.46.

²¹⁷ “The wastage of human labor was so obvious that it needed no report to bring it to public attention. Yet plans for the utilization of this labor to stop the waste of resources were the most avoided of all political issues. The reason for all this was that men did not want to be branded as Communists, or Fascists, or bureaucrats, or advocates of ruinous spending, or as opponents of the Constitution on the one hand and the capitalistic system on the other. Capitalism, Communism, and Fascism were the greatest political realities among people, none of whom could give an intelligible account of any of those ‘systems’”. Ibid. p.1-2.

²¹⁸ BADGER, Anthony J. op. cit., 2002, p.67-84.

Portanto, com o fracasso de políticas envolvendo o governo e a indústria, uma “pressão” surgia para que a economia recebesse maior atuação do Estado:

“Hoje existe uma grande pressão no governo para tomar conta das técnicas dos banqueiros e formar corporações governamentais, usar crédito governamental para promover distribuição de bens como banqueiros haviam usado e até diretamente para distribuir os bens eles mesmos. Tais novas atividades, é claro, encontraram a mesma oposição teológica que encontrou o banco privado na Idade Média. Eles eram imorais; eles vão causar a ruína do caráter nacional; eles vão quebrar o lar; eles vão destruir a liberdade”.²¹⁹

Podemos observar que o autor denunciava princípios econômicos da época como defasados. A oposição às reformas era movida por convicções irracionais como “imoralidade”, “ruína do caráter”, ameaça ao “lar” e principalmente à “liberdade” dos norte-americanos. Percebemos assim sua intenção de criticar aqueles que defendiam o liberalismo clássico como movidos por preconceitos, assumindo posição contrária ao que concebia como nova etapa econômica:

“Pode ser argumentado que como um princípio de organização humana, quando novos tipos de organização social são necessários, pessoas respeitáveis, admiráveis e conservadoras são incapazes de tomar parte nelas. Seus preconceitos morais e econômicos, seu desejo pela aprovação de outros membros do grupo as compele a se opor a qualquer forma de organização que não se encaixe na imagem de sociedade que elas conhecem do passado. Esse princípio é por um lado a roda de equilíbrio da organização social e por outro seu maior elemento de rigidez”.²²⁰

É possível perceber a intenção de Arnold em dialogar com parte dos críticos ao *New Deal*, de posicionamento mais moderado, a partir da indicação de que esses sujeitos eram movidos por princípios imbuídos de preconceitos com relação a reformas. Isso está em evidência em diferentes trechos na obra, compreendendo que sua função era dialogar com segmentos intelectualizados que elegiam medidas ortodoxas em oposição aos

²¹⁹ “Today there is great pressure on the Government to take over the techniques of bankers, to form Government Corporation of goods as bankers, to form government corporations, to use government credit to promote the distribution of goods as bankers had used it and even directly to distribute the goods themselves. Such new activities, of course, meet the same kind of theological opposition as met the growth of private banking in the Middle Ages. They are immoral; they will cause the ruin of national character; they will break up the home; they will destroy freedom”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.3.

²²⁰ “It may be asserted as a principle of human organization that when new types of social organization are required, respectable, well-thought-of, and conservative people are unable to take part in them. Their moral and economic prejudices, their desire for the approval of other members of the group, compel them to oppose any form of organization which does not fit into the picture of society as they have known it in the past. This principle is on the one hand the balance wheel of social organization and on the other hand its greatest element of rigidity”. Ibid.

projetos liberais. Portanto, Arnold era um intelectual que discutia políticas públicas e disposto a negociar com seus opositores.

Ele não tinha dúvidas de que o desenvolvimento de políticas governamentais era visto com diferente viés quando comparado com as atitudes de homens de negócios bem-sucedidos, como John D. Rockefeller, que segundo o autor, “construiu um império” de forma “inescrupulosa” para os padrões da época em que surgiu. Arnold argumentou que até mesmo John L. Lewis, um dos líderes do CIO, teria realizado semelhante ascensão, a despeito da visão positiva que o autor possuía sobre o líder sindical:

“Quando John D. Rockefeller construiu um império em um mundo que era supostamente composto de indivíduos competitivos, ele violou a mitologia e folclore que retratavam o que o grande homem de negócios deveria ser. Da mesma forma, John L. Lewis com sua greve de ocupação, violou os ideais do que líderes sindicais deveriam fazer. Tivessem Rockefeller e Lewis seguido os escrúpulos correntes, eles não teriam construído suas grandes organizações. A razão, obviamente, é que tais escrúpulos eram produtos de um período que não reconhecia a necessidade ou até a legalidade de tais organizações que Rockefeller e Lewis estavam tentando estabelecer”.²²¹

²²¹ “When John D. Rockefeller built an empire in a world which was supposed to be composed of competing individuals, he violated the mythology and folklore which pictured what the great businessman was supposed to do. In the same way, John L. Lewis, with his sit-down strike, violated the ideals of what respectable labor leaders should do. Had Rockefeller and Lewis followed current scruples, they would not have built their great organizations. The reason is, of course, that such scruples were the products of a time which did not recognize the necessity, or even the legality, of such organizations as Rockefeller and Lewis were trying to form”. Ibid. p.4 John D. Rockefeller (1839-1937) foi um magnata da indústria do petróleo, considerado um dos “capitães da indústria”, termo associado àqueles industrialistas que fizeram suas fortunas após a Guerra Civil dos Estados Unidos (1861-1865) e responsáveis pela aceleração do desenvolvimento econômico do Norte do país, cuja influência se fazia presente nos partidos políticos da nação. Rockefeller, nascido em Nova York, mudou-se para Cleveland, Ohio, ainda jovem quando investiu em empresas mirando o pequeno agricultor. Em 1863 passou a tratar de negócios relacionados ao refino de petróleo, obtendo grande sucesso, e no ano de 1870 organizou a *Standard Oil Company*, adquirindo as refinarias de Cleveland e posteriormente de outras cidades no Leste do país. Já nos primeiros anos do século XX a *Standard Oil* era responsável por 84% do refino do petróleo no país e controlava 86% do óleo destinado à iluminação. Seus herdeiros se tornaram proprietários de grandes áreas de terra no país e seus negócios se diversificaram. Ver: JUNQUEIRA, Mary Anne, op. cit., 2018, p.136.

John L. Lewis (1880-1969) foi um dos mais influentes líderes sindicais na primeira metade do século XX. Nasceu em uma família de mineiros de origem galesa e seguiu o mesmo ofício por um tempo e, apesar das dificuldades, quase concluiu o ensino médio em um período em que mineiros em geral não tinham acesso a esse nível de educação. Com o passar dos anos tentou a sorte na política local em Lucas, Iowa, e trocou as minas por um negócio de produção de grãos. Após falhar em ambos os empreendimentos, se mudou em 1908 para Panama, Illinois, onde ascendeu no sindicato local e rapidamente se tornou conhecido em escala nacional, assumindo a presidência da UMW em 1920. Foi um ator importante no estabelecimento do CIO e seu posterior crescimento. Entrou em divergências com Roosevelt a partir da década de 1940, quando também passou a perder força no meio sindical. Ver: BRODY, David. op. cit., 1980, p.166-172.

A grande diferença, segundo o autor, no contexto de surgimento dos empreendimentos de Rockefeller e os Estados Unidos da Depressão, estava na postura que a sociedade via a crescente atuação do governo na “distribuição de bens”, o que segundo ele era algo até então visto como responsabilidade das organizações privadas. Assim, o folclore do momento engessava a expansão do governo.

Para convencer seus leitores sobre seu diagnóstico, Arnold se referiu à figura do “homem racional”, que era uma forma de atingir letrados e sujeitos com discernimento. A esse homem deveriam ser direcionados os debates públicos, pois era dotado de “pensamento racional”, responsável pela “salvação econômica e legal” da nação. Para Arnold, homens capazes de julgar e discriminar não cairiam facilmente na manipulação de demagogos, nem seriam engolfados pelos símbolos e folclores da sociedade norte-americana.

Arnold distinguia essa figura como “imbuída com o espírito pioneiro da América”, porque ele compreendia bem o funcionamento da economia e das leis da nação, além de defensores do “livre-arbítrio coletivo”, aqui sinônimo de democracia. Assim, eram agentes essenciais nas discussões sobre “sistemas de governo”:

“A Alemanha foi confrontada com a escolha entre os princípios corretos de governo e os errados. Ela escolheu os errados porque as pessoas foram enganadas por demagogos. Uma vez que os errados foram escolhidos, a perseguição dos judeus prosseguiu automaticamente. Isso deveria estar claro para o homem racional da Alemanha, mas ou não existiam tantos assim na Alemanha ou o homem racional alemão não era particularmente inteligente no que dizia respeito ao governo. Os homens racionais da América veem isso muito claramente e avisam as pessoas sobre os perigos de aceitar esses princípios estrangeiros. Da mesma forma, nós encontramos pessoas na Alemanha e na Rússia falando da mesma forma sobre a América e a Inglaterra”.²²²

Acima percebemos que conferia ao homem com discernimento como defensor dos Estados Unidos contra “princípios errados” de governo, ou seja, o comunismo e o nazifascismo. Graças a esses homens diferenciados, a sociedade seguiria capitalista mesmo que optasse pela adoção de políticas reformistas, ainda que elas gerassem desconfiança na população. Isso ocorreria pois os indivíduos instruídos seriam capazes

²²² “Germany was confronted with a choice between the right principles of government and the wrong. It chose the wrong ones, because people were misled by demagogues. Once the wrong ones were chosen, the persecution of the Jews automatically followed. This should have been clear to the thinking men of Germany, but either there were not enough of them in Germany or else the German thinking man was not particularly bright about government. The thinking men of America see this very clearly and warn people about the dangers which follow the acceptance of these foreign principles. On the other side, we find people in Germany and Russia talking in the same way about America and England”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.5-8.

de afastar o país de propostas radicais. Arnold acreditava que bastava bom senso para que as reformas do governo fossem apoiadas.

Arnold seguiu sua convicção, já apresentada em *Symbols*, de que era importante o apoio desses homens “racionais” para que a sociedade seguisse caminhos, ou princípios, “adequados”. Dessa forma, ele se colocava como um porta-voz de novas propostas políticas, procurando apoio desses homens letrados e de discernimento.

Segundo Richard Hofstadter, o sujeito racional de Arnold era uma sátira dos defensores do progressismo que não se voltaram para as necessidades práticas do período da Grande Depressão, ainda focados na reforma moral dos cidadãos. Essa escolha se explicava pela necessidade de mobilizar os segmentos intelectualizados reformistas para que apoiassem pautas do *New Deal*.²²³

Ainda que denunciasse as críticas dos defensores do livre-mercado em relação às políticas sociais promovidas pelo *New Deal*, Arnold era defensor do capitalismo e da liberdade individual, pois confiava nas reformas que defendia para, inclusive, se afastar de radicalismos. Entretanto, condenava visões simplistas sobre conflitos políticos:

“[O] Capitalismo é um bom sistema, onde o indivíduo tem liberdade. Comunismo e fascismo destroem a liberdade do indivíduo. A campanha política inteira de 1936 consistiu em ressoar essas ideias ingênuas. Cada esquema prático para melhoria social tinha que ser testado levando-se em conta tendências de um ou outro desses sistemas. Se fosse levado para o comunismo ou o fascismo, pensava-se que era melhor humilhar os desempregados ou gastar recursos naturais do que dar passos que poderiam mudar o ‘sistema capitalista’. Essa forma de pensar sobre o governo pode ser atribuída à falha de programas como habitação pública e administração da agricultura. Desperdício e carência se fizeram presentes em larga escala numa terra de abundâncias”.²²⁴

A “humilhação” mencionada pelo autor faz referência aos degradantes “testes de meios” empregados pelas agências de alívio estaduais, cuja renda era capitalizada pela FERA desde os primeiros anos do governo Roosevelt. Testes esses que cobravam dos requerentes provas de que passavam necessidades. Além disso, o alívio vinha por vezes em forma não de dinheiro, mas de “cupons” que deveriam ser trocados em lojas por

²²³ HOFSTADTER, Richard. op. cit., 1955, p.321.

²²⁴ “Capitalism is a good system, in which the individual has freedom. Communism and Fascism destroy the freedom of the individual. The whole political campaign of 1936 consisted in ringing the changes on these naïve ideas. Every practical scheme for social betterment had to be tested for tendencies leading to one or other of these systems. If it led to Communism or Fascism, it was thought better to humiliate the unemployed or to waste natural resources rather than take steps which would change the ‘capitalistic system’. To this way of thinking about the government may be attributed the failure of such schemes as governmental housing and the control of agriculture. Waste and want were present on a large scale in a land of plenty”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.14-15.

alimentos, o que resultava na ideia de que quem recebesse o benefício era incapaz de lidar com seu próprio dinheiro.²²⁵

Os fundamentos econômicos que vigoravam durante a Grande Depressão impediam, para o autor, que o governo fosse capaz de melhor atender as necessidades dos cidadãos. Mas também dificultavam a administração das indústrias da nação, tanto nas cidades quanto no meio rural. Aqui estava presente a ideia de Arnold em torno de uma maior eficiência da produção nacional capitaneada pelo Estado, garantindo emprego e evitando desperdício dos recursos naturais. Para ele era importante reafirmar o papel do capitalismo nesse processo, afastando as políticas do governo de organizações “radicais”:

“Tanto a revolução russa e a alemã pintaram o Estado numa nova relação com outras organizações sociais. Essas revoluções fizeram progredir essa ideia ao focar a atenção em possibilidades atuais de realização prática. Entretanto, ao mesmo tempo elas retardaram a aceitação do aumento da atividade estatal ao criar novas fobias de violência e supressão. É importante lembrar disso porque é geralmente aceita a noção de que as revoluções são promotoras de novas ideias. O que elas fazem de fato é dar moral e organização para indivíduos radicais. Isso pode ou não promover uma nova ideia. Normalmente isso cria um conflito em que até as ideias progressistas familiares parecem ter um tom radical. Portanto, comunismo e fascismo nesse país fornecem um ímpeto às organizações radicais e ao mesmo tempo fazem ideais humanitários familiares parecerem violentos ao coordená-los com eventos em países violentos e desordeiros. O conflito resultante faz com que pessoas respeitáveis se oponham aos ideais humanitários por medo de serem identificados com organizações radicais que as advogam sob esses nomes estranhos”.²²⁶

A análise do excerto nos permite inferir que Arnold não se considerava um radical, mas a ideia progressista seja vista de forma positiva. Assim, Arnold se posicionava como um progressista, ainda que muitas das propostas dele possam ser vistas hoje como de um reformismo mais radical e próprias da segunda fase do *New Deal*. Ora, não somente era necessário para o autor reiterar constantemente a sua convicção no capitalismo

²²⁵ BADGER, Anthony J. op. cit., 2002, p.194-195.

²²⁶ “Both the Russian and the German revolutions pictured the State in a new relation to other social organizations. These revolutions advanced that idea by focusing attention on the actual possibility of its practical realization. Yet at the same time they retarded the acceptance of enlarged state activity by creating new phobias of violence and suppression. This is important to remember because of the generally accepted notion that revolutions advance new ideas. What they actually do is to give morale and organization to radical individuals. This may or may not advance the new idea. Too often it creates a conflict in which even familiar progressive ideas appear to have a radical tinge. Thus, Communism and Fascism in this country gave impetus to radical organizations and at the same time made familiar humanitarian ideals look violent by coordinating them with events in violent and disorderly countries. The resulting conflict caused respectable people to oppose humanitarian ideals for fear of being identified with the radical organizations which advocated them under these strange names”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.13.

democrático, sob maior atuação do Estado, como defender um sistema de governo capaz de recuperar o país, como também era necessário demonstrar que o reformismo era alternativa ideal para combater o comunismo e o nazifascismo. Esse discurso objetivava principalmente o apoio de setores moderados que tivessem ressalvas sobre o *New Deal*.

Assim, Arnold via uma “grande batalha ideológica” no período, em torno da questão de se “o capitalismo era digno de ser preservado” sob uma nova perspectiva, se mais comprometida com políticas sociais, voltada para ideais humanitários, iniciando uma nova etapa. Para os críticos dessa perspectiva, a querela girava em torno da “preservação” do capitalismo contra “outros ‘ismos’ e ideias estrangeiras”, nas palavras do autor. Ao passo que ele defendia que primeiro se definisse “o que o capitalismo realmente era”, por confiar na capacidade de adaptação do sistema sem grandes mudanças estruturais, ou seja, alheio principalmente a ideias “revolucionárias”.²²⁷

2.2.1 As controvérsias em torno da Suprema Corte

Se em *Symbols* o autor concentrou suas observações sobre o judiciário e a Suprema Corte em críticas à forma como as cortes agiam na defesa do liberalismo clássico e contra o desenvolvimento de leis capazes de tirar o país da crise, em *Folklore* ele tratou da tentativa de Roosevelt de alterar a composição do tribunal através de uma reforma proposta a partir de 1937. O plano de aumento de juízes da Suprema Corte (*court-packing plan*) foi proposto pelo presidente para diminuir a influência de juízes identificados com o Partido Republicano e com o liberalismo clássico e ao mesmo tempo indicar progressistas que fossem favoráveis às reformas para os cargos.

O projeto de lei permitia que Roosevelt indicasse um novo magistrado sempre que um membro da corte chegasse aos setenta anos, e que estivesse a pelo menos dez anos à serviço do tribunal, mesmo que o juiz não se aposentasse. O fato de que boa parte dos membros da corte durante a Grande Depressão estava próxima dessa idade revelava os objetivos do presidente ao propor essa legislação – aumentar o número de juízes que pudessem auxiliar na passagem de leis favoráveis ao *New Deal*, diminuindo a influência daqueles que se opunham às reformas.²²⁸ A repercussão em torno da iniciativa do governo

²²⁷ Ibid. p.61.

²²⁸ KATZNELSON, Ira. op. cit., 2014, p.178.

foi grande, com paralelos traçados pela oposição entre Roosevelt e o líder nazista Adolf Hitler.²²⁹

Arnold, por sua vez, questionou o fato de que as principais discussões políticas de 1937 estavam focadas na “reforma” da Suprema Corte, o que fazia com que assuntos por ele percebidos como “urgentes” ficassem de lado na discussão. Se tratando de um crítico da Suprema Corte, o autor considerava que a instituição se posicionava como a “última linha de defesa contra um mandato popular”, antagonizando os magistrados e referenciando a incontestável vitória de Roosevelt nas eleições de 1936.²³⁰ Para Arnold, os juízes eram dotados do que chamou de “oposição religiosa automática” enraizada em preceitos do liberalismo clássico, “atrasando” o caminho para a recuperação a partir da maior presença do Estado na economia.

Segundo Arnold, a Suprema Corte estava “confundindo” a população ao considerar as propostas reformistas do governo como inconstitucionais. Dessa forma, o autor se posicionou em favor da lei de reforma da corte, por acreditar que ela de fato representava um empecilho para o desenvolvimento de novas políticas administrativas.

“Um ótimo exemplo dessa oposição religiosa automática às novas formas de organização é encontrado na controvérsia entre a Suprema Corte e Roosevelt. A corte tem confundido e atrasado cada exercício de poder para solucionar problemas nacionais. Ela estava paralisando organizações administrativas do governo com sua atitude hostil. Dessa forma, ela deu grande conforto espiritual para aqueles que temiam o exercício do poder para solucionar problemas nacionais. (...) Ela [a Suprema Corte] possibilitou que eles atacassem essas novas atividades governamentais de um ponto de vista espiritual, e assim evitava discussões sobre fatos incômodos que tornavam essas atividades necessárias. Quando o governo buscou se livrar dessa dominação espiritual da corte, toda a discussão prática se perdeu em prognósticos de catástrofe moral”.²³¹

²²⁹ Segundo Alan Brinkley, a proximidade cronológica entre a proposta de reforma da corte e a agitação na Europa causada pelo expansionismo nazista – principalmente com a anexação da Áustria na primavera de 1938 – serviu como argumento para opositores da medida estabelecerem paralelos entre Roosevelt e Hitler. Os críticos do presidente o acusavam de tentar enfraquecer as demais esferas do governo, inclusive o Congresso, derrotando seus adversários e estabelecendo um regime autoritário. BRINKLEY, Alan. op. cit., 1996, p.21-23.

²³⁰ ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.52.

²³¹ “A beautiful example of this automatic religious opposition to new forms of organization is found in the controversy between the Supreme Court and Roosevelt. The Court had been confusing and delaying every exercise of national power to solve national problems. It was paralyzing new administrative organizations of the Government by its attitude of hostility. In this way it gave great spiritual comfort to those who feared the exercise of national power to solve national problems. (...) It enabled them to attack these new government activities from a mystical point of view and thus to avoid discussing the unpleasant facts which made these new activities necessary. When the Government sought to free itself from the mystical domination of the Court, all practical discussion was drowned in predictions of moral catastrophe”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.10-11.

Diante da comoção, a reforma foi derrotada no ano seguinte pelo Congresso, contando inclusive com oposição por parte de congressistas democratas.²³² Ainda que o projeto de lei não tenha sido aprovado, a pressão que a administração exerceu foi fundamental para que a Suprema Corte passasse a aprovar medidas que beneficiassem o *New Deal* apesar do insucesso do presidente. Diante da repercussão, os juízes Owen Roberts e Charles Hughes, de posicionamento mais moderado, passaram a votar em favor das legislações do *New Deal*. A afirmação da constitucionalidade da Lei de Segurança Social após as ameaças direcionadas à corte representou um êxito para os reformistas.²³³

Para historiadores como Alan Brinkley, a proposta de reforma foi responsável por acelerar uma “revolução na lei constitucional”: a adoção de uma perspectiva mais fluida da Constituição em oposição aos princípios fixos.²³⁴ O interesse de Arnold em uma mudança de postura da corte estava relacionado à um desejo partilhado pelos realistas: o de que os juízes das cortes passassem a considerar contextos socioeconômicos, e não somente princípios preconcebidos, por vezes ultrapassados, ao analisar os casos que recebiam.²³⁵

O caráter emergencial da crise econômica gerava polarizações que o autor percebia como inevitáveis, a ponto de chegarem até mesmo à mais alta corte, que a despeito da forma venerável como era considerada por setores da sociedade, acabou diretamente envolvida em disputas partidárias. Arnold tinha consciência de que a Suprema Corte jamais fora “apartidária”, mas ele temia os efeitos de uma crença inabalável da população no judiciário, conforme já havia relatado em *Symbols*.

²³² Boa parte dos democratas que votou contra a reforma da corte era do núcleo sulista do partido. Eles temiam que uma corte mais progressista possibilitasse um ataque ao sistema de segregação racial em vigor no Sul. Como reação, os sulistas se articularam em uma coalizão com republicanos críticos do governo e derrubaram a proposta. Ver: KATZNELSON, Ira. op. cit., 2014, p.178-179.

²³³ A Lei de Segurança Social teve sua constitucionalidade garantida pela Suprema Corte dos Estados Unidos em 24 de maio de 1937 a partir de três decisões: a primeira a respeito do seguro desemprego, a segunda sobre as pensões de velhice e a última garantindo cooperação entre estados e federação na aplicação das leis, com vitórias respectivamente de 5-4, 7-2 e 5-4 votos a favor. O juiz liberal Benjamin Cardozo afirmou no momento que a legislação se justificava “pelas condições econômicas” do período, em nome de políticas de bem-estar que não poderiam seguir “estáticas”. NEW DEAL VICTORY. *New York Times*, New York, p.1, 24, 25 abr. 1937.

Sobre as discussões a respeito da influência política de Roosevelt na mudança das decisões da Suprema Corte, ver: KALMAN, Laura. op. cit., 2005.

²³⁴ BRINKLEY, Alan. op. cit., 1996, p.17-20.

²³⁵ FISHER III, William W.; HORWITZ, Morton J.; REED, Thomas A. op. cit., 1993, p.249. Arnold também considerou os desdobramentos da tentativa de reforma da corte em sua autobiografia. Ele observou que a despeito do insucesso da proposta, a Suprema Corte passara a adotar uma “filosofia social” julgando em favor de medidas reformistas. O autor considerava que as discussões promovidas pelos realistas legais tiveram um papel nessa nova postura do judiciário. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1965, p.69-70.

Ele acusou os juízes que se opunham ao *New Deal* de decidirem somente a partir de convicções políticas pessoais sem levar em conta a gravidade da situação precária pela qual passavam milhares de pessoas no país. Era motivo de preocupação para ele que parte da sociedade não percebesse isso, pois se tratava, em sua opinião, de um entrave para a recuperação da nação.

“Nesse país, o julgamento de assuntos políticos pela Suprema Corte dos Estados Unidos, na verdade uma propaganda política, parecia ser outra coisa. A falha do lastimável bloco conservador da Suprema Corte dos Estados Unidos em perceber que estavam na verdade decidindo assuntos políticos chegou perto de quebrar a Corte. A Corte foi finalmente compelida a fazer publicamente uma inversão da sua atitude anterior que teria sido desnecessária se a maioria soubesse, como o Sr. Juiz Stone sabia, da limitação da função judicial. Uma filosofia social realmente útil para o futuro é uma que reconheça as funções que disputas dramáticas de todo tipo funcionam em dar unidade e estabilidade ao governo”.²³⁶

Arnold defendeu a tentativa do governo de mudar o tribunal, pois percebia como uma solução legítima por parte de Roosevelt. Para ele, o fato de os magistrados agirem de acordo com convicções pessoais sem pensar no bem-estar da população justificava a postura da administração. Segundo o autor, os juízes teriam, a partir da pressão do governo, reconhecido o peso político em suas decisões e passado a focar na recuperação do país.

2.2.2 Crítica de Arnold aos defensores do liberalismo clássico

Folklore segue grande parte do padrão de pensamento e dos diagnósticos propostos por Arnold em *Symbols*, como já indicado. Entretanto, o autor dá maior atenção para alguns pontos, entre eles a forma como defensores do liberalismo clássico observavam e criticavam a política fiscal do governo. Se tratando de sujeitos favoráveis ao ideal do livre-mercado, eles reivindicavam a necessidade de se manter um Estado “enxuto”, ou seja, com orçamento equilibrado, controlando déficits e com atuação limitada na economia.

²³⁶ “In this country the trial of political issues by the Supreme Court of the United States, while it was actually political propaganda, was supposed to be something else. The failure of the unfortunate conservative bloc of the Supreme Court of the United States to realize that they were actually deciding political issues came near to wrecking the Court. The Court was finally compelled to make a public reversal of its former attitude which would have been unnecessary had the majority known, as Mr. Justice Stone knew, the limitation on the judicial function. A most useful social philosophy for the future is one which recognizes the functions which dramatic contests of all sorts perform in giving unity and stability in government”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.344.

Como já desenvolvido, Arnold era crítico dessas ideias e buscava argumentar com esses sujeitos, afirmando que esse pensamento contrário ao governo se ligava a uma crença enraizada de que o dinheiro recolhido pelo Estado, na forma de impostos, pertencia “aos outros”, ou seja, à população. Dessa maneira, o montante recolhido não poderia ser gasto de forma irresponsável, como acusavam os *new dealers* de o fazerem.

O autor denunciava a existência de uma “mitologia” em que empresários tinham a imagem de “figura predominante”, ou seja, grande influência, ao passo que ao governo federal cabia “imitar o homem de negócios”. Isso representava a ideia de seguir regras de orçamento, mantendo o equilíbrio fiscal. Diante dessa sociedade onde o empresário tinha grande influência, cabia ao governo um papel secundário, até mesmo na promoção de políticas de bem-estar social, de forma que a ajuda aos mais pobres era vista mais como responsabilidade de setores mais ricos, sob a perspectiva da caridade, e da ação de governos estaduais. Portanto, a proposta de Thurman Arnold previa o protagonismo do governo federal sobre todos os outros setores da vida econômica e social, o que desagradava principalmente os mais ricos, apesar da crise em que estavam mergulhados.

Preceitos daquele momento faziam com que muitos percebessem de forma desfavorável políticas de bem-estar promovidas pelo governo federal, pois eram sustentadas pelo dinheiro do contribuinte. Além disso, para os opositores, a expansão das capacidades administrativas do Estado, ou aumento da “burocracia”, representava uma ameaça para a forma como os negócios eram conduzidos. Eles supunham que a ampliação do governo resultaria em menor liberdade dos cidadãos. A interferência governamental nos negócios era vista como ação de “burocratas, pequenos tiranos, destruidores da regra da lei”.²³⁷

Outro exemplo estava no significado político da palavra “inflação”. Em um contexto de desequilíbrio das finanças públicas ocasionado pela injeção de recursos pelo governo, ele remetia à condição financeira da Alemanha. Ainda que o autor se repetisse constantemente sobre as situações russa e alemã, em *Folklore* elas eram ainda mais recorrentes. O desfecho da República de Weimar e a ascensão do nazismo serviram como munição para esses opositores, pois implicavam na possibilidade de ocorrer o mesmo no país:

“O conhecimento filosófico que torna o orçamento equilibrado a cura para todos os males foi inseparavelmente intercalado com o conhecimento amplo circundante da palavra ‘inflação’. Para a maioria das pessoas inflação significava uma repetição do que eles haviam lido sobre o que ocorreu na Alemanha e que eles acreditavam ter sido por

²³⁷ Ibid. p.35-37.

causa de uma temível manipulação do marco alemão intencionalmente projetado por pessoas que seguiam princípios errados. O problema, na verdade, consistia na produção e distribuição de bens”.²³⁸

Assim, tornava-se importante para Arnold demonstrar que as imagens criadas a partir de ideias sobre o equilíbrio fiscal do governo não representavam realidades a respeito da atuação de um Estado mais forte na economia. Ele solicitava ao leitor que enxergasse o dinheiro investido em organizações industriais pela perspectiva de “imposto” do capital privado.

Dessa forma, propunha que se considerasse a existência de dois “tributos” distintos: aquele que provinha do governo e era utilizado em políticas sociais, alvo de protestos de partidários do livre-mercado, e o dinheiro investido em organizações industriais que deveriam gerar lucro para seus acionistas e em caso de perdas financeiras, vistos somente pela perspectiva de um investimento individual sem êxito.

Arnold julgava que as grandes indústrias eram tão influentes, que aqueles que defendiam o liberalismo clássico eram incapazes de perceber que o dinheiro da nação poderia ser igualmente desperdiçado pelo capital privado e que a falta dessa percepção fazia parte do folclore da Grande Depressão:

“O folclore de hoje, portanto, protege quaisquer gastanças das investigações ou críticas, não importando quão impressionante sejam, uma vez que elas eram feitas por grandes organizações industriais. Tal gasto era considerado o mesmo que o indivíduo livre gastando seu próprio dinheiro. O mesmo folclore atrapalhava os gastos do governo ao correlacioná-los com o desagradável símbolo do coletor de impostos. A diferença na atitude era causada pela reação emocional a essas questões subjacentes, não por qualquer processo racional de argumentação. A real explicação verbal para a diferença era, assim como todas as crenças, uma série de contradições. O gasto governamental era perigoso porque o governo poderia continuar a gastar o dinheiro ‘dos outros’. Entretanto, o gasto das empresas privadas deveria ser uma virtude da organização privada, porque era dinheiro privado.”²³⁹

²³⁸ “The philosophical learning which made budget balancing a cure for all ills was inseparably intertwined with a larger learning surrounding the word ‘inflation’. For most people inflation meant a repetition of what they had read had happened in Germany, which they believe was due to a wicked manipulation of the German mark intentionally engineered by people who were following the wrong principles. The problem actually concerned the production and distribution of goods”. Ibid. p.102.

²³⁹ “The folklore of the day thus protected any expenditures, however fantastic, from investigation or criticism, provided they were made by great industrial organizations. Such spending was considered that of a free individual spending his own money. The same folklore hampered government expenditure by correlating it with the unpleasant symbol of the taxgatherer (sic). The difference in attitude was caused by the emotional reaction to these underlying pictures, not by any rational process of argument. The actual verbal explanation of the difference was, like all creeds, a series of contradictions. Government spending was dangerous because the government

Em outras palavras, o autor argumentava que para muitos o dinheiro privado era privado e o dinheiro público – uma vez arrecadado por corporações de indivíduos – era privado também. Ele argumentava também que os opositores se prendiam tanto aos gastos governamentais em seus discursos, que viam diferenças até mesmo nas relações dos funcionários do capital privado e dos funcionários públicos. Ou seja, para esses opositores, o salário pago para os funcionários públicos era dinheiro privado, já que eram originários dos impostos. Ele continuava sobre as diferenças entre empregados das empresas privadas e do governo:

“Era ruim para os homens se tornarem dependentes de uma organização governamental; mas era uma coisa boa para empregados se tornarem completamente dependentes de uma organização industrial que deveria gerar iniciativa e independência no mais baixo dos trabalhadores. Todos tinham a chance de se tornar oficiais de altos negócios. Empregados do governo não deveriam ter incentivo similar porque amizade e clientelismo os controlavam sob o nome de ‘política’”.²⁴⁰

Ainda que seja necessário percebermos esse tipo de argumentação como uma crítica à liberdade que gozavam as grandes corporações, cujo poder financeiro era fruto de um mercado consumidor, hoje nos parece estranha a tentativa do autor de estabelecer uma relação entre investimentos públicos e privados. Ele tentava convencer o leitor de que em seu contexto, as liberdades que o setor industrial possuía sobre as finanças eram vistas de forma positiva, enquanto que o dinheiro recolhido pelo governo através de impostos que seriam utilizados para o bem público, era malvisto.

Esse argumento sugeria, portanto, uma visão do realismo legal sobre a economia, onde os preços pagos pelos produtos das indústrias representavam uma “concessão voluntária”, enquanto impostos eram desagradáveis por serem “contribuições forçadas” e utilizadas de maneiras “suspeitas”, ou seja, podendo favorecer irresponsabilidades e corrupção. Para ele, o norte-americano não se importava em pagar por produtos e serviços de organizações privadas, mas questionava demasiadamente a necessidade de pagar impostos ao governo:

“Através desse folclore, um curioso conjunto de hábitos mentais cresceu. Pessoas passaram a desconfiar dos serviços fornecidos a elas pela organização chamada Estado, porque elas perceberam que

would keep on spending ‘other people’s’ money. Such continued spending, however, was supposed to be a virtue in private organization because it was private money”. Ibid. p.263.

²⁴⁰ “It was also bad for men to become dependent on governmental organization; but it was a good thing for employees to become completely dependent on industrial organization, which was supposed to foster initiative and independence down to the lowest worker. Everyone had a chance to become a high business official. Government employees were supposed to have no similar incentive because friendship and patronage controlled under the name ‘politics’”. Ibid.

poderiam ser ‘taxas a serem pagas’. Elas preferiram os serviços de grandes organizações industriais [como aluguel, luz, aquecimento e transporte em detrimento de proteção policial e manutenção de bibliotecas e parques que se dava através de impostos] porque elas não consideravam seus pagamentos para tais corporações como taxação. Homens na América eram tão condicionados que eles se sentiam diferentes a respeito de taxas e preços. A primeira era obrigatória, involuntária; a segunda concessão voluntária. Preços eram algo que uma pessoa poderia pagar ou não pagar como ele escolhesse. Portanto, toda a atividade governamental se tornou associada com um símbolo bem desagradável, aquele das contribuições forçadas. A atividade dos negócios era correlacionada com os símbolos agradáveis do homem livre indo ao mercado e comprando o que ele escolhesse. Dessa forma, homens se opunham aos esforços do governo de provê-los com luz, energia, habitação, crédito e olhavam com suspeita os esforços governamentais de resolver problemas nacionais. Tudo que o governo fazia significava taxas maiores, pagas involuntariamente”.²⁴¹

Aos olhos de Arnold, os princípios da época eram arraigados às leis de oferta e procura. Isso desestimulava a população a perceber melhorias sociais nas atitudes do governo. Mais do que isso, a imagem dos impostos era assim associada à corrupção de políticos interessados em arrecadar dinheiro, não para o bem comum, mas para o próprio bolso:

“Ninguém observou o fato claro de que em termos de renda total de um indivíduo, não fazia diferença se seu dinheiro ia para preços [de produtos e serviços] ou taxas. Os homens acreditavam que havia uma diferença porque preços eram automaticamente regulados por leis de oferta e procura. Se alguma grande organização corporativa cobrasse muito, a longo prazo ela seria expulsa dos negócios por outras corporações que não cobrassem tanto. (...) Assim, os homens se convenceram da proteção automática sobre os preços, ao demonstrar que onde essa proteção não existia era em decorrência de se seguir um princípio insensato que poderia ser corrigido por homens decentes. O contrário era verdade exata com respeito a taxas. Nesse aspecto, os homens estavam à mercê de políticos e nenhum princípio sensato operava nessa área. Leis de oferta e procura estavam constantemente sendo colocadas de lado por políticos. Eles estavam interessados somente em seu próprio lucro pessoal. Se fosse observado a essa altura que o egoísmo dos homens de negócios era um tipo diferente de egoísmo, a resposta era porque nós operamos sob a economia de lucro

²⁴¹ “By means of this folklore a curious set of mental habits grew up. People grew to distrust service rendered them by that type of organization called the State, because they felt they would be “taxed” to pay for it. They preferred the services of great industrial organizations because they did not consider their contributions to such corporations as taxation. Men in America were so conditioned that they felt differently about taxes and about prices. The former was an involuntary taking; the latter a voluntary giving. Prices were something a person could pay or not pay as he chose. Thus all government activity became associated with a very unpleasant symbol, that of forced contributions. Business activity was correlated with the pleasant symbols of a free man going into the market place and buying what he chose. So it was that men opposed government efforts to furnish them with light, power, housing, credit, and looked with suspicion at government efforts to solve national problems. Everything that the government did meant higher taxes, involuntarily paid”. Ibid. p.268-269.

e em que o lucro dos negócios sempre trabalhou para um bom fim e os lucros políticos sempre trabalharam para o mau. Isso tudo foi explicado em livros de Economia e foi garantido pela Constituição dos Estados Unidos. Portanto, lealdade aos líderes de negócios e desconfiança de líderes políticos foram fundamentais para a religião dos homens decentes, que confiavam em preços e temiam impostos”.²⁴²

O autor propunha um questionamento a respeito das atitudes dos homens de negócios, tópico que exploraremos mais em breve. Ele defendia a necessidade de convencer seus leitores sobre novas maneiras de se enxergar o papel do Estado e a injeção de dinheiro público na economia do país, remetendo não só à recuperação, mas também às reformas que sustentassem as condições de vida dos norte-americanos que mais sofriam com a Grande Depressão, importantes pilares do *New Deal*.

Arnold cobrava, inclusive, uma postura de investimento nacional por parte dos capitalistas norte-americanos, mencionando os valores em torno dos títulos de dívidas de países estrangeiros adquiridos por investidores estadunidenses. O autor questionou sua não utilização para a infraestrutura dos Estados Unidos. Em seu ataque aos defensores do livre-mercado, ressaltou o caráter transnacional desses investimentos, ainda que não com esses termos.

“A venda de títulos estrangeiros nesse país para beneficiar as repúblicas sul-americanas pode ser comparada a uma grande campanha de obras públicas. Construiu-se escolas, parques, estradas e exércitos em países sul-americanos. Claro que nem tudo foi para obras públicas. Parte foi usada para propinas e vários tipos de atividades ocultas que são uma parte inevitável das atividades públicas. Mas em aspectos maiores isso significou que os Estados Unidos tinham trabalhado e arranjado a melhoria das repúblicas sul-americanas, coletando para esse propósito

²⁴² “No one observed the obvious fact that in terms of total income of an individual it made no difference whether his money went for prices or taxes. Men believed there was a difference because prices were automatically regulated by the laws of supply and demand. If any great corporate organization charged too much, in the long run it would be forced out of business by other corporations which did not charge so much. This might not be quite so true if the corporation had a monopoly, but our antitrust laws protected us from any situation like that (or if they didn’t, it was the fault of the politicians who could always be removed from the office by right-thinking individuals). So men convinced themselves of automatic protection with respect to prices by showing that where such protection did not exist it was due to following some unsound principle which could be corrected by ‘thinking men’. The exact contrary was true with respect to taxes. Here men were at the mercy of politicians and no sound principle operated in this field. Laws of supply and demand were constantly being set aside by politicians. They were interested only in their own personal profit. If it were observed at this point that the selfishness of businessmen interested in their own personal profit might have the same effect, the answer was that the selfishness of businessmen was a different kind of selfishness, because we operated under a profit economy in which business profit always worked to a good end and political profits always worked to a bad one. This was all explained in the books on economics and it was guaranteed by the Constitution of the United States. Thus loyalty to business leaders and distrust of political leaders was fundamental to the religion of all right-thinking men, who trusted prices and feared taxes”. Ibid. p.269-270.

taxas nas instituições deste país [Estados Unidos], incluindo orfanatos e hospitais. Esse programa de obras-públicas não tinha nenhum dos perigos psicológicos presentes nos projetos de obras-públicas promovidos pelo governo. Por exemplo, ninguém se preocupou com o caráter dos sul-americanos. O caráter deles não foi devidamente considerado e nós não sentimos responsabilidade por eles como nós sentimos por nosso próprio povo. Portanto, se chilenos se sentassem sob suas pás durante obras de construção de estradas no Chile ou El Salvador, nenhum dos editores de jornal indignados encheria suas colunas com protesto sobre a ganância do dinheiro americano.²⁴³

O exemplo acima, apesar de tratar de um país sul-americano como é o caso do Chile, remete aos investimentos das primeiras décadas do século XX, período da chamada “Diplomacia do Dólar”, quando os Estados Unidos interviam, até mesmo tomando conta da alfândega em alguns casos, em países endividados da América Central e Caribe como República Dominicana, Honduras e Nicarágua e estimulavam os bancos norte-americanos a adquirir títulos de dívida e injetar dinheiro nesses países, objetivando maior estabilidade econômica, mas também afastando credores europeus de países vizinhos.²⁴⁴ É possível percebermos na passagem, uma atitude de superioridade moral dos norte-americanos em relação aos povos ao sul do continente, cujo caráter na opinião de Arnold não era ligado ao trabalho, reforçando estereótipos sobre os latino-americanos.²⁴⁵

²⁴³ “The sale of foreign bonds in this country for the benefit of South American republics may be likened to a great public-works campaign. It built schools, and parks, and roads, and armies in South American countries. Of course, not all of it went to public works. Some of it was used for bribes and all sorts of *sub rosa* activities which are an inevitable part of public activities. But in its larger aspects it meant that the United States had worked and schemed to improve South American republics, collecting for that purpose taxes on institutions in this country, including orphanages and hospitals. This public-works program had none of the psychological hazards attending public-works projects promoted by the Government. For example, nobody worried about the character of South Americans. Their characters were not highly regarded, and we felt no responsibility for them as we did for our own people. Therefore, if Chileans leaned on their shovels or sat in the shade while building roads in Chile or El Salvador, no outraged newspaper editors filled their columns with protest at the wastage of American money. Ibid. p.277-278.

²⁴⁴ Segundo Lars Schoultz, a “Diplomacia do Dólar” representava uma forma dos norte-americanos consolidarem sua influência na região da América Central e Caribe exercendo intervenções militares seguidas de arranjos financeiros entre os governos latino-americanos e o setor privado estadunidense. Era uma forma de conter os avanços de países europeus sobre os vizinhos dos Estados Unidos e de incentivar negócios vantajosos para os bancos e empresas norte-americanos, envolvendo empréstimos e pagamentos de dívidas garantidos pela presença de forças militares e tomada de parte das rendas alfandegárias. Ver: SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

²⁴⁵ Sobre a ideia dos norte-americanos como “povo eleito” cuja missão seria redimir os males dos demais povos do mundo, ver: SHUMWAY, Nicholas. *Estados Unidos da América: alegorias do apocalipse no Discurso sobre a Nação*. In: PRADO, Maria Lígia Coelho e VIDAL, Diane Gonçalves (org.). *À margem dos 500 anos. Reflexões irreverentes*. São Paulo: Edusp, 2002. A respeito da narrativa de “excepcionalidade” dos norte-americanos, ver: JUNQUEIRA, Mary Anne. op. cit., 2018.

No mesmo trecho verificamos também um argumento sobre a ausência do dinheiro privado nos investimentos estruturais em solo norte-americano, algo que o autor já tinha diagnosticado em *Symbols*, conforme o exemplo que trouxemos sobre as Filipinas. Para ele, os homens de negócios investiam fora do país em busca de retorno financeiro, mas esqueciam os problemas internos:

“Ninguém se preocupou de onde vinha o dinheiro para pagar por essas melhoras, porque as taxas para pagar juros nesses títulos tinham que ser pagos por estrangeiros, e, portanto, não eram um fardo para nossa própria posteridade. De fato, todas as desvantagens simbólicas que preveniam que nosso governo gastasse dinheiro para melhorar o *West Side* de Chicago estavam ausentes quando nós melhoramos o Chile, o Peru ou a Alemanha. Portanto, foi possível nesses dias curiosos fazer coisas para outros que nós não poderíamos fazer para nós mesmos, coletar um bilhão de dólares por ano como grande bônus para países estrangeiros porque nós os considerávamos indivíduos que nos pagariam, ao mesmo tempo negligenciar a erosão do solo e o controle de inundações desse país, porque eles seriam um fardo para os pagadores de impostos do futuro”.²⁴⁶

Consideramos que ao argumentar sobre percepções do público e privado, ele buscava acenar para possíveis leitores de posição moderada, mas ainda entrelaçados ao liberalismo clássico, através de comparações que pudessem convencer sobre uma nova postura em relação ao governo. É possível perceber essa tentativa quando Arnold citou um editorial da jornalista do *New York Herald Tribune*, de matiz moderado, Dorothy Thompson. Sua intenção era demonstrar o tipo de discurso favorecido pelos leitores da jornalista, a quem Arnold se dirigiu como “conservadores” que gostavam de pensar serem “mais liberais”.²⁴⁷

²⁴⁶ “No one worried about where the money to pay for these improvements was coming from, because the taxes to pay interest on the bonds had to be met by foreigners and hence were not a burden on our own posterity. Indeed, all the symbolic handicaps which prevented our spending money to improve the West Side of Chicago were absent when we improved Chile, or Peru, or Germany. Therefore, it was possible in those curious days to do things for others which we could not do for ourselves, to collect a billion dollars a year as a great bonus for foreign countries because we regarded them as individuals who would pay us back and at the same time neglect soil erosion and flood control in this country because they would be a burden on the taxpayers of the future”. ARNOLD, Thurman. op. cit., p.278.

²⁴⁷ O *New York Herald Tribune* era um jornal mais voltado para um público de segmento médio. Durante a segunda metade da década de 1930, Dorothy Thompson, que havia sido repórter na Alemanha no contexto de surgimento do nazismo, teve grande espaço no jornal, onde se notabilizou por seu discurso contrário a regimes autoritários. Na ocasião das eleições de 1940, Thompson e o *Herald Tribune* se posicionaram em favor do republicano Wendell Wilkie na disputa contra Roosevelt e o *New Deal*. A jornalista depois mudou de lado e pouco depois saiu do jornal. Sobre a história da publicação ver: KLUGER, Richard. *The Paper: the life and death of the New York Herald Tribune*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1986.

Dorothy Thompson criticava programas do governo de gastos federais com a compra de flautas para habitantes das montanhas, reassentamento de pessoas em vilas desertas e pagamento de assistentes sociais para que “medissem a temperatura econômica” dessas famílias, em clara alusão ao trabalho de profissionais de enfermagem. Ainda no editorial em questão, ela zombou de um oficial do *New Deal* que teria oferecido acres de terra improdutivas a serem replantadas pelo *Civilian Conservation Corps* sob canções de montanhistas flautistas.²⁴⁸

Arnold se refere a Thompson não através de críticas, mas analisando que sua fala se aproximava daquela reproduzida por moderados, que teriam a mesma “reação instintiva”, em suas palavras, sobre os gastos do governo. “Uma colunista que não foi pega no folclore atual como foi Dorothy Thompson, não teria alcançado sua popularidade”, argumentou.²⁴⁹ Ou seja, para Arnold a interpretação da jornalista só era possível em razão do folclore em que estava imersa. Dessa forma, demonstrava a tentativa de convencer esses moderados a verem no *New Deal* formas positivas de ação do Estado na economia.

O autor via relação direta entre as críticas sobre a expansão do governo e “controvérsias” em torno de políticas de taxação e utilização do orçamento público. E no meio dessa situação estava a Suprema Corte, que ao declarar o AAA inconstitucional,

“desenvolveu a doutrina de que o poder fiscal não poderia ser usado para controlar a agricultura, porque a agricultura era algo que o Governo Federal não deveria controlar; esse tipo de controle interferia com os direitos dos estados, o lar, a liberdade e nosso sistema de governo”.²⁵⁰

²⁴⁸ “Great gobs of it are just handed over to the administration to spend as they see fit, and if they want to buy piccolos to improve the musical sense of mountaineers or settle families in a deserted village, attended by nurses in the form of social workers, to take their economic temperatures three times a week and record in interminable card catalogues their ways of feeding the baby and dressing him they can’t expect enthusiasm from the contributors. (...) it was suggested to me some months ago by a New Deal official that I might buy myself a few thousand acres of eroded land for a song and have it reforested by the C.C.C. boys at Government expense, and that seemed to me a rather more immoral procedure”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.279.

²⁴⁹ “A columnist who was not caught in current folklore as Dorothy Thompson was would not have achieved her popularity. Thus the implicit belief that nothing but efficiency could result from uncontrolled private organization, and nothing but inefficiency could result from government organization enabled us to spend vast sums as bonuses to improve every other country but our own”. Ibid. p.280.

²⁵⁰ “But since government regulation was looked at with suspicion, taxes for regulatory purposes also became subjects of bitter controversy. The Supreme Court of the United States in the case declaring the Agricultural Adjustment Act unconstitutional developed the doctrine that the taxing power could not be used to control agriculture, because agriculture was something which the Federal Government was not supposed to control; this sort of control interfered with states rights, the home, freedom, and our system of government”. Ibid. p.325.

Ele propôs que se mudasse a forma de compreender a utilização de recursos públicos, constantemente associada a “ineficiência” e má-administração do dinheiro da população, para uma concepção que exigia dos órgãos governamentais eficiência imediata, ou “maturidade”, nas palavras do autor. Aqui novamente verificamos o discurso em torno da “experimentação”, proposta por ele, como caminho para o desenvolvimento de aparatos administrativos estatais, cujo surgimento era recente.

O autor percebeu que os críticos do governo, principalmente aqueles partidários do liberalismo clássico, observavam os “erros” das organizações públicas como má utilização dos impostos, enquanto os fracassos financeiros das indústrias eram responsabilidades individuais, de investidores, trabalhadores e consumidores, desconsiderando possíveis impactos nas economias locais e para o país em geral.

Arnold sugeriu, portanto, que as legislações do *New Deal* deveriam ser vistas como “plataformas políticas” inovadoras, ainda em formação, sendo que as diversas propostas legislativas em torno de políticas públicas representavam o começo de um “processo necessário e ainda desordenado pelo qual as instituições em crescimento devem passar”, o que possibilitava a inclusão de emendas às leis.²⁵¹

2.2.3 Perspectiva do autor sobre as grandes indústrias durante a Grande Depressão

Thurman, assim como outros liberais ligados ao *New Deal*, percebeu a influência excessiva das indústrias e grandes corporações na arena política como um dos maiores sintomas da ausência de um governo regulador no campo da economia. Ele distinguia esse setor como diretamente responsável pela depressão que assolava a nação. O autor já havia denunciado o segmento, classificando-o como “anárquico” em termos de operação e “feudal” no que diz respeito a sua capacidade de se organizar para obter vantagens.

Em *Folklore* ele enfatiza a complexidade das relações industriais e a composição das grandes organizações do período, as quais conceituava como “exércitos” em razão da quantidade de pessoas responsáveis por sua sobrevivência. Em contraponto a essa perspectiva, o autor destacava a forma norte-americana de abordar organizações como “indivíduos”, cuja conduta estava associada à liberdade (individual), em detrimento de um organismo composto por administradores, investidores e trabalhadores.

²⁵¹ “Amendments to the bill will follow as a matter of course. The first function of such legislation can be only to give an organization a respectable place in which to begin the necessary fumbling which all growing institutions have to go through with”. Ibid. p.330.

Ele considerava que apesar das certezas de que o mercado se regulava em função da concorrência, o sistema industrial norte-americano tinha se tornado mais complexo com o passar do tempo. O surgimento dos trustes e das grandes indústrias foi responsável por mudanças nas relações industriais no país. Dessa forma, Arnold via na ocorrência da Grande Depressão, uma contestação à chamada Lei de Say, e acreditava que cabia ao governo regular as relações econômicas da nação.²⁵² Por outro lado, as grandes indústrias – a despeito de inúmeros acionistas espalhados pelo país e de sua vasta influência na política – eram vistas como “propriedade privada” de indivíduos e assim, não cabia ao governo se intrometer em sua operação:

“Controle público dos negócios se torna o mesmo que tirar sua propriedade. Grandes organizações nacionais se tornam indivíduos. Há pouco tempo atrás ninguém percebia nada estranho ou fora do caminho da mudança [de política do governo]. Acadêmicos em escolas de Direito provaram que não era uma mudança e foram de modo geral considerados. Não é, portanto, o conteúdo do credo governamental que molda instituições, mas as personalidades imaginárias que constroem a mitologia nacional”.²⁵³

O autor defendia que era necessário perceber as indústrias no país, principalmente as maiores, como espécies de “governos” cujo objetivo coletivo era em torno da produção e do lucro. Ele avaliava expressões como “paternalismo, burocracia, arregimentação, controle arbitrário”, cuja aplicação, nessa retórica da época, era restrita predominantemente às formas de criticar o governo, possíveis de serem pensadas nos contextos das indústrias. Ou seja, se o governo tinha problemas, as indústrias também os tinham – e até maiores do que os do primeiro.

Ele estava dialogando com outros intelectuais liberais do período. Os economistas Adolf Berle e Gardiner C. Means promoviam a ideia de que as corporações não poderiam mais ser consideradas “privadas” diante de seus diversos donos, na concentração de

²⁵² A Lei De Say foi postulada por Jean Baptiste Say (1767-1832), um economista francês que afirmou que o mercado era autorregulado a partir da produção de bens (oferta) que por sua vez gerava uma demanda. No caso de ocorrência de depressões econômicas, a superprodução de mercadorias seria contida por mudanças nas atitudes dos próprios produtores, percebendo a falta de demanda para seus bens. Say argumentava também que o mercado por si só favorecia ao pleno emprego de máquinas e pessoas. PRADO, L.C.D., op. cit., 2009, p.39; J.-B. Say. [S. L.], 8 de abr. de 2019. Disponível em: academic.eb.com/levels/collegiate/article/J-B-Say/65984. Acesso em 15 jun. 2019.

²⁵³ “Public control of business becomes the same as taking away property. Great national organizations become individuals. Only a short time ago nobody saw anything strange or out of the way in the change. Scholars in law schools proved that it was not a change at all and were generally believed. It is therefore not the content of the governmental creed which molds institutions, but the imaginary personalities which make up the national mythology”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.34.

acionistas, cujo controle estava nas mãos de administradores, processo que supunham ser “irreversível” e “inevitável”.²⁵⁴

Arnold acenou a seus leitores, para que mudassem sua visão sobre as grandes empresas e indústrias. Que a partir de então as percebessem, não mais como controladas por um único indivíduo, mas como organizações complexas. O autor afirmou que as concepções da época viam a estrutura industrial do país como composta por uma competição entre indivíduos que agiam através de métodos inescrupulosos e egoístas para atingir seus “interesses mesquinhos” em um contexto sem nenhum “árbitro” que condicionasse às “regras do jogo”.²⁵⁵

“Havia algo peculiarmente medieval nas concepções que sustentaram o governo dos negócios na América. Em primeiro lugar, homens, com a incrível habilidade de se desligar da realidade característica do pensamento coletivo, na verdade acreditavam que não representavam um governo de forma alguma. A *American Telephone*, a *Telegraph Company* e a *United States Steel Corporation* eram ‘indivíduos’ que ‘possuíam’ essas indústrias”.²⁵⁶

O autor cria que essa forma de conceber as indústrias somente a partir de seus principais acionistas era uma “ficção”, um devaneio de setores da sociedade no período, que foi legitimado pelos membros da Suprema Corte em suas decisões contrárias ao *New Deal*. Argumentando em torno dessa ideia de indústrias como “governos de negócios”, ele rebateu argumentos em torno do conceito de “livre-mercado”. O fez resgatando a postura do próprio mercado e das organizações privadas, que se posicionam, até os dias de hoje, em favor de medidas junto ao governo. Tarifas protecionistas poderiam beneficiar indústrias locais em detrimento de competidores externos. A clara contradição na ideia de um “livre-mercado” conforme aquele idealizado pela retórica do liberalismo clássico, apontava para importância do papel do Estado para a indústria e para o capitalismo, já que frequentemente industriais recorriam aos governos a seu favor.²⁵⁷

²⁵⁴ BRINKLEY, Alan. op. cit., 1996, p.37.

²⁵⁵ ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.107-108.

²⁵⁶ “It was the general opinion in America before the depression that the government at Washington should render unto Caesar the things which were Caesar’s, and confine its own activities to preaching. The attitude of the conservatives toward government in business was the same as toward a minister of the church who deserted his pulpit to buy a seat on the stock change. There was something peculiarly medieval in the faiths which sustained the business government in America. In the first place, men, with that astonishing ability to shut out reality characteristic of group thinking, actually believed that it was not government at all. The American Telephone and Telegraph Company and the United States Steel Corporation were ‘individuals’ who ‘owned’ their industries”. Ibid. p.110.

²⁵⁷ Ibid. p.111-112.

Grande parte das convicções de Arnold sobre os negócios parecem ter amadurecido em sua participação em diferentes empreendimentos do governo de Roosevelt, entre eles a SEC, *Securities and Exchange Commission*.²⁵⁸ Seu contato com a comissão foi importante para a elaboração da sua argumentação em favor do aumento da influência do governo nas questões econômicas da nação. Não é demais repetir que, para ele, os rumos da economia do país não deveriam estar somente nas mãos de homens de negócios, cujos interesses pessoais e busca do lucro sobrepujassem a eficiência produtiva e distribuição industrial da nação.

O autor criticou a ideia de que a produção eficiente era alcançada somente a partir de “motivos lucrativos”, ou seja, através dos negócios privados. Para isso, analisou uma situação comum do mundo industrial: a das reorganizações de grandes indústrias em busca de recuperação judicial.

O fato de sujeitos responsáveis pelo déficit de suas empresas acabarem retomando suas posições privilegiadas constituía para o autor uma séria contradição para os argumentos de eficiência dos defensores do livre-mercado:

“Se uma pessoa lê cuidadosamente a investigação feita pela *Securities and Exchange Commission* nas atividades de comitês protetores de reorganização, essa pessoa percebe que aqueles no controle eram quase sempre financiadores e não técnicos. Uma classe comerciante que não sabia nada das técnicas de organização que eles lidavam foi alçada ao poder. Bens e serviços foram dispensados pelo grande exército de técnicos assalariados que não haviam recebido nem poder nem segurança. Economia e lei assumiam que todos adquiriam propriedade privada sob a impulsão de ‘motivo lucrativo’. ‘Você não pode ter eficiência na operação sem um motivo lucrativo’, diziam os profundos estudantes de organização social. Quando tais organizações se encrencaram, os remédios propostos eram formulados sob a afirmação de que deveriam ser aplicados a indivíduos que estavam exercendo controle independente de coisas tangíveis que possuíam”.²⁵⁹

²⁵⁸ A *Securities and Exchange Commission*, criada a partir do *Securities Act* de 1933 tinha, segundo William E. Leuchtenburg, o objetivo de “prevenir manipulação do mercado de ações por pessoas com informações privilegiadas ao colocar práticas de venda sob regulação federal”. Foi utilizada como forma de tentar reduzir a “especulação irresponsável” no país, principalmente em Wall Street. A comissão era presidida por William O. Douglas, um dos responsáveis pela aproximação de Arnold com o governo. A SEC era pensada através da perspectiva de regulação e monitoramento dos negócios por parte do governo. LEUCHTENBURG, William E. op. cit., 2009, p.90-91; BRINKLEY, Alan. op. cit., 1996, p.62-64.

²⁵⁹ “If one reads the careful investigation made by the Securities and Exchange Commission into the activities of protective committees in reorganization, one finds that those in control were almost always financiers and not technicians. A trading class was elevated to power who knew nothing of the techniques of the organizations which they led. Actual goods and services were dispensed by a great army of salaried technicians who were given neither power nor security. Economics and law assumed that everyone was acquiring private property under the impulsion of the ‘profit motive’. ‘You can’t get efficiency in operation without a profit motive’, said the profound students of social organization. When such organizations got into trouble, the remedies proposed were formulated on the assumption that they were to be applied to individuals who were

Arnold concordava que o modelo de condução dos negócios nos Estados Unidos representava um grave problema que deveria ser solucionado através da regulação e principalmente da participação de homens “com um diferente sentido de responsabilidade”: intelectuais com conhecimento técnico capaz de assumir um papel de “general” para que um “exército industrial”, em seus termos, fosse comandado de maneira mais eficiente e não somente através do lucro pessoal.

Em seu período na agência governamental o autor se deparou com uma série de investigações sobre processos de reorganização de grandes empresas. Apoiando-se na transcrição de alguns desses processos, ele ponderava sobre esse procedimento como uma tentativa das corporações se “redimirem” perante o mercado. Porém, criticava sua condução, considerando os aspectos jurídicos e econômicos correspondentes como “uma das mais loucas orgias ideológicas da história intelectual”.²⁶⁰ A escolha desses termos era sintomática do quanto o autor reputava absurda a forma como ocorriam essas reorganizações: com aparente corrupção e cercada por sujeitos com informações privilegiadas, representando uma relação bastante desigual entre investidores, vista de forma natural pela legislação da época e pela ortodoxia econômica.

2.2.4 Questionamentos na aplicação das leis antitruste nos Estados Unidos

Na construção de diagnósticos que explicassem atitudes contrárias à atuação do Estado na regulação de empreendimentos privados, Arnold considerou pertinente tratar sobre a compreensão de que os norte-americanos expressavam sobre as políticas antimonopolistas do país. É importante salientarmos que o autor era crítico da forma como era aplicada a Lei Sherman Antitruste. Para ele, a legislação antitruste não somente era incapaz de “quebrar” monopólios industriais, como impedia o desenvolvimento de políticas de maior interferência nas indústrias por parte do governo – a partir de agências administrativas, as quais reconhecia como mais eficientes para a tarefa. Além disso, sua visão sobre a função da Lei Sherman era oposta àquela defendida por liberais “atomistas”, pois o autor não favorecia a diminuição do tamanho das grandes corporações.²⁶¹

exercising independent control of tangible things which they owned”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.126-127.

²⁶⁰ “Here the union of law and economics is celebrated by one of the wildest ideological orgies in intellectual history”. Ibid. p.230.

²⁶¹ Segundo Alan Brinkley, Arnold interpretava as leis antitruste de uma forma diferente do consenso da época, que consistia na diminuição do poder das corporações e no foco aos interesses do público consumidor, ressentido pelo poder dos monopólios. Arnold, por outro lado,

Para o autor, o grande problema na execução das leis antitruste residia na incapacidade da legislação de resolver os problemas ligados às grandes corporações. Parte disso se explicava pela apreensão dessas últimas como indivíduos privados. Arnold propunha que as leis estavam sendo aplicadas a partir da perspectiva da concorrência entre pequenos comerciantes, ao passo que se tratavam, na verdade, de grandes corporações. Ele afirmava que o país possuía dificuldades no emprego dos códigos, pela forma como as leis interpretavam princípios de comércio, considerando indústrias de alcance nacional como “cidadãos” resguardados por leis estaduais:

“Leis contra o monopólio e a restrição do comércio foram facilmente contornadas no conto de fadas onde homens pretendiam que organizações eram homens que possuíam propriedades. (...) Igualmente incrível era a noção de que uma corporação tinha os direitos de um cidadão do estado que a incorporava. Isso permitiu o uso da doutrina sagrada dos direitos dos estados para coibir a regulação de impérios industriais [nacionais] que não tinha conexão com qualquer um estado em particular”.²⁶²

Arnold apontou a falta de compromisso das corporações com os estados, com o coletivo, com o governo. As corporações só tinham compromissos com os lucros. Percebemos novamente o uso de expressões como “direitos dos estados”, que se escoravam em regras de comércio interestadual. Esse tipo de justificativa se baseava na decisão da Suprema Corte em um processo movido pelo governo federal a partir da Lei Sherman contra a Standard Oil em 1911, quando ficou estabelecido que a legislação não poderia restringir todo tipo de comércio entre estados, somente aqueles considerados “injustos”, gerando um caráter subjetivo para a aplicação da lei.²⁶³

Diante das dificuldades econômicas em que os Estados Unidos se encontravam durante a Grande Depressão, Arnold compreendia que era necessária uma nova forma de interpretação e aplicação da lei durante o período. Concluía que “nessa atmosfera as leis

considerava pouco relevante o tamanho das corporações e a forma como elas respondiam às demandas de consumo da população. Ele via que as relações econômicas tinham se tornado complexas demais para que a estrutura de mercado voltasse ao período anterior aos monopólios. Assim, propunha, como veremos, que o governo deveria se tornar um árbitro permanente, através de “especialistas, agências e processos burocráticos no controle do poder do monopólio”. BRINKLEY, Alan. op. cit., 1996, p.113-115.

²⁶² “Laws against monopoly and restraint of trade were easily evaded in the fairyland where men pretend that organizations were men who owned property. Nothing in the Middle Ages compares for sheer fantasy with the holding company, or with modern security manipulation by which control of large organizations may be obtained without investment risk. Equally fantastic was the notion that a corporation had the rights of a citizen of the state which incorporated it. This permitted the use of the sacred doctrine of states rights to hamper regulation of industrial empires which had no connection with any particular state”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.193.

²⁶³ MCGERR, Michael. op. cit., 2005, p.157-159.

antitruste eram a resposta para uma sociedade que percebia inconscientemente a necessidade das grandes corporações”, que “negavam a elas [as leis antitruste] um lugar na ideologia moral e lógica da estrutura social”, entretanto, elas faziam parte da “crença no individualismo forte” que se adaptava ao seu período: o da influência dos monopólios.²⁶⁴

Em sua percepção, as leis tinham, portanto, uma função mais simbólica do que prática. Para isso, o autor utilizou como exemplo a sua interpretação sobre as ações contra os monopólios executadas por Theodore Roosevelt durante sua presidência (1901-1909) – que lhe renderam a alcunha de destruidor de trustes (“*trustbuster*”). Arnold chamou atenção para o fato de que historiadores já haviam verificado que os resultados do republicano foram bem mais modestos do que se pensava.

Sendo assim, ele propôs que, na verdade, Theodore Roosevelt não tinha alcançado mudança alguma na sociedade com a aplicação da legislação.²⁶⁵ Isso justificava a convicção do autor acerca da lei que julgava como simbólica, porque resolvia “conflitos morais” da população acerca do tamanho e das atuações das corporações. Ou seja, para uma sociedade que se ressentia da força dos trustes, mas se sentia cada vez mais dependente de seus produtos e serviços. Arnold reputava que a Lei Sherman não corrigia as práticas abusivas de produção (salários e condições de trabalho) e consumo (preços dos produtos) cometidas pelas indústrias.

O autor foi além, considerando a legislação como “a maior proteção para as *ditaduras* incontroladas dos negócios”, que agiam conforme seus próprios interesses e repudiavam a intervenção do governo.²⁶⁶ Sua argumentação se baseava justamente nessa ideia de que restringiam práticas de maior controle sobre as corporações. Esse uso das leis antitruste atrapalhava aquilo que Arnold pensava ser o caminho correto: que o governo assumisse um papel perante a indústria, atuasse como espécie de árbitro na sociedade, promovendo uma produção eficiente que recuperasse a economia e impedisse

²⁶⁴ “In this atmosphere the antitrust laws were the answer of a society which unconsciously felt the need of great organizations, and at the same time had to deny them a place in the moral and logical ideology of the social structure. They were part of the struggle of a creed of rugged individualism to adapt itself to what was becoming a highly organized society.” ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.211.

²⁶⁵ “Thus, in those days anyone who attacked the ‘Trusts’ could achieve the same public worship as a minister of the gospel who had the energy to attack vice. It was this that made Theodore Roosevelt a great man. Historians now point out that Theodore Roosevelt never accomplished anything with his trust busting. Of course, he didn’t. The crusade was not a practical one. It was part of a moral conflict and no preacher ever succeeded in abolishing any form of sin”. Ibid.

²⁶⁶ “In this way the antitrust laws became the greatest protection to uncontrolled business dictatorships”. Ibid. p.214. *Itálico nosso.*

novas crises. Portanto, para Arnold, as regras antitruste atrapalhavam o surgimento de novas políticas e práticas envolvendo maior regulação do governo no funcionamento das empresas:

“Theodore Roosevelt, com seu *big stick* que nunca atingiu ninguém, conquistou duas coisas. Primeiro, ele convenceu o público que se somente levássemos políticas para fora do Departamento de Justiça, as leis seriam suficientes para fazer esses grandes indivíduos competir. Segundo, ele convenceu executivos de corporações de que era uma boa coisa contratar um conselho de relações públicas [formado por advogados e economistas a quem Arnold chamou de profissionais de “posição respeitável na sociedade”] e mostrar que eles também eram seguidores da verdadeira religião. As leis antitruste continuaram como um símbolo muito importante. Toda vez que alguém exigia uma regulação prática, elas eram um obstáculo moral efetivo, já que todos os liberais responderiam à demanda de que as leis antitruste deveriam ser aplicadas”.²⁶⁷

Em outras palavras, a lei antitruste era acionada, mas raramente aplicada de fato. Ainda que Thurman considerasse que Theodore Roosevelt nunca “atingiu ninguém” com seu *big stick*, algo refutado pela historiografia das relações entre os Estados Unidos e a América Latina, ele novamente se utilizava de sarcasmo para convencer o leitor de que as leis antitruste não tinham alcançado o objetivo idealizado – o de combater as práticas abusivas e a crescente influência dos monopólios na vida dos norte-americanos.²⁶⁸ Mais do que isso, elas serviam também para desmobilizar progressistas que buscassem novas formas de regular os negócios.

O autor presumia que os processos contra monopólios eram algo mais do campo da retórica do que da ação, como o senador do Meio-Oeste William Borah, e outros que “fundaram suas carreiras políticas na continuidade de tais cruzadas [antimonopolistas],

²⁶⁷ “Theodore Roosevelt, with his big stick that never hit anybody, accomplished two things. First, he convinced the public that if we would only drive politics out of the Department of Justice the laws were sufficient to make these big individuals really compete. Second, he convinced corporate executives that it was a good thing to hire public-relations counsel and show that they also were followers of the true religion. The antitrust laws remained as a most important symbol. Whenever anyone demanded practical regulation, they formed an effective moral obstacle, since all the liberals would answer with a demand that the antitrust laws be enforced”. Ibid. p.217.

²⁶⁸ Sobre Theodore Roosevelt e sua política externa do “*speak softly and carry a big stick*”, Antônio Pedro Tota a descreve como “marcada por várias intervenções imperialistas no subcontinente, em especial na América Central e no Caribe. O canal do Panamá, por exemplo, foi construído em território da Colômbia, obrigada a reconhecer a independência da região por pressão dos Estados Unidos. Nos jornais norte-americanos da época há caricaturas mostrando um Teddy Roosevelt forte, musculoso, ensinando noções de civilização e bom comportamento a índios, negros e mestiços da América Latina”. TOTA, Antônio Pedro. *O amigo americano: Nelson Rockefeller e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.29. A respeito da imagem de Theodore Roosevelt como *cowboy* e da justificativa para as intervenções baseadas na crença da superioridade norte-americana aos demais povos latino-americanos, ver: JUNQUEIRA, Mary Anne. op. cit., 2018, p.159-163.

que eram inteiramente fúteis, mas bastante pitorescas e que pagavam grandes dividendos de prestígio pessoal”.²⁶⁹ Ironicamente, ao ser nomeado para a Divisão Antitruste, Arnold foi questionado pelo mesmo Senador Borah sobre as críticas que lhe haviam sido lançadas e mais especificamente se o autor acreditava na quebra de monopólios, a qual obteve respostas positivas de Thurman.²⁷⁰

Buscamos até aqui levantar uma série de diagnósticos do autor em ambas as obras, de forma que passamos a partir de agora para os remédios, ou soluções, que Thurman Arnold propôs em suas obras, objetivando a saída do país da instabilidade econômica e social. Embora não apresentasse respostas de forma clara ou definida, o autor seguiu expressando suas observações, descrevendo fatos, elaborando argumentos, na tentativa de convencer seu leitor sobre a necessidade de um programa de governo voltado para a resolução dos problemas sociais e contrário ao livre-mercado.

²⁶⁹ “Men like Senator Borah founded political careers on the continuance of such crusades, which were entirely futile but enormously picturesque, and which paid big dividends in terms of personal prestige”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.217.

²⁷⁰ BRINKLEY, Alan. op. cit., 1993, p.563-564.

CAPÍTULO 3 – O caminho para a recuperação: um Estado comprometido com políticas sociais e a importância do intelectual nos processos administrativos

Se anteriormente examinamos os diagnósticos elaborados pelo autor, trataremos a seguir do caminho que ele apontou para que o país saísse da Grande Depressão. Primeiramente, abordaremos o que Arnold considerou uma “filosofia social humanitária”. Trata-se de uma proposta que o autor não apresentou de forma clara, mas que compreendia seu pensamento a respeito das condutas do Estado na economia e na resolução das necessidades da população.

Essa filosofia social estava atrelada às propostas do *New Deal* e é possível percebermos nesse processo a maneira como o próprio o autor se prestava à defesa das políticas de Roosevelt. Isso se explica em grande parte pela oportunidade que ele verificava no empreendimento do governo: conservar o capitalismo democrático nos Estados Unidos pela via da reforma. Percebia, dessa forma, o *New Deal* como uma alternativa oportuna em meio a um período de grande instabilidade econômica e social. Arnold estava longe de ser um partidário de mudanças drásticas no país e se preocupava com o aumento do radicalismo na sociedade.

Ele concebia em seu projeto a conservação das liberdades individuais e a consolidação de um papel para o Estado na gerência dos negócios da nação. Também julgava que esse processo deveria sair das mãos de banqueiros e empresários, passando para uma elite de pensadores com conhecimento técnico e políticos reformistas. E para que o *New Deal* tivesse êxito, o autor sustentava que era fundamental uma nova postura a esses homens, que deveriam deixar de lado discussões teóricas e morais – em torno de assuntos como gastos públicos, expansão das capacidades administrativas do governo e auxílio financeiro à população – e abraçar uma conduta mais pragmática e voltada para a resolução dos problemas do período.

Como ferramenta de auxílio para esses indivíduos, Arnold propôs a utilização da Psicologia Social na compreensão das demandas e do comportamento das massas. Uma perspectiva que desenvolveu a partir do convívio com seu colega, o psicólogo e acadêmico Edward S. Robinson.²⁷¹ Arnold acreditava que o intelectual ao detectar os

²⁷¹ Edward S. Robinson foi professor em Yale durante os anos 1930, onde desenvolveu, juntamente com Thurman Arnold, o seminário de “Processo Judicial do Ponto de Vista da Psicologia Social”, além de ter sido editor do *American Journal of Psychology*. Foi vitimado em um acidente após ser atingido por uma bicicleta em 1937. Ver: GRESSLEY, Gene. op. cit., 1977, p.32; PROF. ROBINSON IS DEAD: Yale Psychologist Succumbs to Injuries After Bicycle Hit Him. *The New York Times*, New Disponível em:

símbolos e o folclore alcançava um método de percepção dos hábitos e padrões de pensamento considerados irracionais dos norte-americanos – avaliava que eram instrumentos de uso prático por se tratar de uma ferramenta de convencimento e até mesmo manipulação da população.

Por fim, tentaremos posicionar Thurman no espectro liberal verificando, a partir de suas ideias, um contraponto a outros autores reformistas. Se tratando de um homem ligado inicialmente ao progressismo, é importante compararmos a influência das ideias do movimento no discurso de Arnold. Ademais, também consideramos pertinente aferir a respeito do distanciamento do autor de alguns desses conceitos progressistas e a forma como foi aos poucos abandonando-os e abraçando o liberalismo do *New Deal*.

Adiantamos que um ponto central do pensamento de Arnold é a sua concepção em que denotava grande importância a uma elite tecnocrata na condução dos rumos do país e um papel secundário ao homem comum. Arnold defendia que somente indivíduos com conhecimento técnico eram capazes de tornar mais eficiente a distribuição e consumo de bens industriais nos Estados Unidos – uma ideia essencial na visão do autor para a recuperação econômica.

Veremos, entretanto, que Thurman Arnold gastou mais tinta e tempo na busca pelo diagnóstico dos problemas do seu tempo do que propriamente em buscar soluções mais concretas. Se o problema consistia em hábitos arraigados da sociedade norte-americana, deveria ser aí o foco de ataque. Assim, Arnold com seus livros quis, em grande parte, chamar atenção dos seus leitores para os símbolos e o folclore que regiam a sociedade, buscando mudar concepções e visões consolidadas.

3.1 Uma filosofia social “humanitária” para o futuro

Ainda que não tivesse dificuldades em diagnosticar os problemas dos Estados Unidos da Grande Depressão, Arnold se absteve de oferecer soluções ou remédios específicos em suas obras. De fato, o autor se preocupou mais em defender o *New Deal* e as políticas da administração e destacar a importância que tinham no processo de recuperação do país.

Assim, ele optou por promover o que chamava de uma nova “filosofia social”, que estaria afinada com as propostas de alívio, recuperação e reforma pela ação do governo federal. Em *Symbols*, o autor explicou superficialmente essa filosofia, considerando sua

<https://www.nytimes.com/1937/02/27/archives/prof-robinson-is-dead-yale-psychologist-succumbs-to-injuries-after.html>. Acesso: 24 set. 2019.

utilidade para “políticos humanitários”: aqueles que defendiam condutas do governo como “esmola, seguro desemprego, e os grandes gastos governamentais”. Ao tratar da importância dessas ações, ele as considerava “inevitáveis” diante do contexto, apesar de reconhecer que não eram percebidas como tal por boa parte da população. Para o autor, era imprescindível a compreensão da sociedade em relação à pertinência das políticas sociais adotadas pela administração.

Dessa maneira, Arnold sustentou a importância de garantir o funcionamento das agências recém desenvolvidas pelo *New Deal*. Essas “instituições práticas” – referenciando os diversos órgãos surgidos no contexto de alívio da população e regulação da economia – permitiriam o desenvolvimento de “fórmulas” que, segundo o autor, não poderiam ser concebidas somente por homens. Para ele, as instituições tinham uma força que sobrepujava o indivíduo:

“Ninguém pode fornecer uma fórmula que reconcilie as ideias em conflito de hoje. A esmola, o seguro desemprego e os grandes gastos governamentais parecem inevitáveis. Entretanto, os valores humanitários que eles representam, e que não nos permite abandoná-los, ainda não estão amarrados à estrutura teológica [capitalismo] que nos dá paz e certeza sobre o futuro. O autor não imagina que ele ou outra pessoa possa inventar *uma fórmula* que nos tire desse mar de problemas. Tais fórmulas não são construídas por indivíduos. Elas [fórmulas] vêm de um lugar de onde a linguagem e a poesia surgem; elas se desenvolvem com as instituições que as apoiam. Entretanto, para que tenham sucesso, isso é exigido delas: elas devem permitir que instituições práticas funcionem com garantia e provê-las com liberdade para experimentar; elas devem apoiar e defender; não podem ser guias. Ainda assim, somente para o propósito de uma plataforma para examinar a confusão dos dias de hoje, vamos oferecer uma teoria que denominaremos de filosofia para políticos humanitários”.²⁷²

Levando em conta a situação do país, o autor defendia que o caminho para a recuperação econômica estava ligado à política do governo Roosevelt, capaz de desenvolver saídas para o “mar de problemas” em que a nação se encontrava. Arnold estava convencido em relação ao papel que o Estado deveria exercer na economia e

²⁷² “No one can give a formula which reconciles the conflicting ideas of today. The dole, unemployment insurance, huge governmental spending, seem inevitable. However, the humanitarian values which they represent, and which prevent us from abandoning them, are not yet tied up with any theological structure which gives us peace and certainty for the future. The writer does not pretend that he or anyone else can invent a formula to remove us from this sea of doubt. Such formulas are not constructed by individuals. They come from the place from which language and poetry come; they grow up with the institutions which they support. However, if they are to be successful, this much is required of them: they must permit practical institutions to function with security, and provide them with freedom to experiment; they must be supports and defenses; they cannot be guides. Nevertheless, for the purposes only of a platform from which to examine the present-day confusion, we will offer a theory which we will call a philosophy for humanitarian politicians”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1941, p. 232 *Itálico nosso*.

reafirmava sua importância nas políticas sociais. Entretanto, parte da população seguia arraigada à uma “estrutura teológica” (capitalismo) verificada a partir do liberalismo clássico, privilegiando o lucro em detrimento de uma sociedade menos desigual.

Isso ocorria, segundo o autor, pelo fato de os Estados Unidos estarem agindo sob um pensamento econômico dividido em duas escolhas: “consentir o sofrimento presente, mesmo sendo evitável pela existência de bens de consumo disponíveis, ou afundar o país na ruína econômica ou moral pela inflação”.²⁷³ Para Arnold, a Grande Depressão havia demonstrado as contradições em torno do livre-mercado e era imperativo que os partidários desse modelo o percebessem como insustentável. Assim, ele reiterava o que percebia como um dever, o desenvolvimento de uma nova teoria para o capitalismo que levasse em conta ideais “humanitários”. Ele via o livre mercado como displicente com relação ao bem comum e propunha que se incluísse aspectos humanitários onde não havia.

“Nós sugerimos que a fórmula para essa nova filosofia social que está surgindo possa ser o axioma fundamental que o homem somente trabalhe para o seu círculo; que é *essa* tendência que deve ser restringida pela lei, ética e senso comum, de forma que deva haver espaço incidental no sistema para o homem que trabalhe somente para o ganho pessoal, assim como há espaço incidental para a velha crença do humanitário. Sob a crença do lucro, o maior perigo estava nos humanitários bem-intencionados e não práticos. Sob o novo modelo, o maior perigo vai estar entre os que lucram e são bem-intencionados, mas não práticos”.²⁷⁴

Essa nova concepção que o autor propunha, portanto, não negava a possibilidade que homens vivessem para o lucro, desde que se abrissem para políticas de cunho social. Em outras palavras, Arnold estava aqui defendendo a permanência do capitalismo democrático, sob a égide do Estado, que assumia responsabilidade pela condução de projetos de diminuição da pobreza. O autor também considerou o papel dos homens de negócios: não mais deveriam agir somente pelo lucro, mas em nome de um processo produtivo mais eficiente, que pensasse a sociedade. A ganância desses indivíduos havia colocado o país em crise e Arnold insinuava que era preciso priorizar a economia do país acima dos interesses desses homens. Ao Estado cabia, por um lado, estimular o consumo

²⁷³ “Economic life was a choice between two evils: acceptance of present suffering even though it is avoidable because of the existence of available goods, or plunging the country into future economic or moral ruin by inflation”. Ibid. p.262

²⁷⁴ “We suggest that the formula of the new social philosophy which is appearing may be the fundamental axiom that man works only for his fellow man; that it is *this* tendency which must be curbed by law, ethics, and common sense, so that there may be incidental room in the system for the man who works only for personal gain, just as there was incidental room in the old economic creed for the humanitarian. Under the profit creed the chief danger was from well-meaning but impractical humanitarians. Under the new creed the chief danger will be from well-meaning but impractical profit takers”. Ibid. p.263.

mas tendo-se em vista as políticas sociais, por outro regular as condutas dos empresários. Isso quer dizer que Arnold defendia os capitalistas e o lucro, desde que eles não perdessem de vista a sociedade onde enriqueciam.

Em *Folklore*, Arnold reiterou a defesa desse novo capitalismo, comprometido com o bem-estar dos cidadãos, apesar de não se empenhar em torno da defesa da redistribuição de renda. O autor novamente não se expôs a apoiar uma fórmula específica, pelo contrário, seguiu dando ideias gerais sobre uma nova postura que sugeria como inevitável para o país. Dessa vez, ele o fez sob o argumento de que não era capaz de prever o futuro e, portanto, não se sentia “confortável” para “produzir uma plataforma de princípios em que ele [o autor] pudesse subir para rechaçar ataques”.²⁷⁵

Conforme colocado por Douglas Ayer, a intenção de Arnold era buscar uma mudança de atitude para seus leitores, homens cultos, de classes mais abastadas e intelectualizadas, do que propriamente abraçar algum aspecto em particular das reformas:

“Arnold em *Folklore* era muito mais um pregador do que um organizador. Ele defendia o *New Deal* como 'organização' em ascendência, mas é uma referência à elasticidade do uso da palavra, ainda que certas novas atividades de uma antiga organização (o governo) pudessem ser descritas como uma nova organização. *Folklore* não propôs nenhum plano para sindicalização dos trabalhadores nos anos 1930 - os necessitados, os negros, os trabalhadores imigrantes. Arnold também não tinha muito a dizer sobre os sindicatos de trabalhadores, uma genuína nova organização emergente no tempo em que ele escreveu. (...) O que Arnold fez em *Folklore* foi pregar seu próprio sermão. Através de seu desdém sobre as atitudes prevaletentes, ele pediu aos seus leitores que mudassem as suas, para passar pelo tipo de conversão de eficiência social que ele passou no curso de sua jornada ideológica através do período entreguerras”.²⁷⁶

Ayer depreendeu que o real comprometimento do autor era com o que chamou de “eficiência social”, ou seja, ele sustentava que as agências reguladoras que surgiam a partir do governo Roosevelt fossem capazes de tornar mais “eficiente” o consumo de bens industriais. E o próprio autor insistia em deixar claro seu posicionamento sobre o assunto.

Na filosofia social que propunha, os norte-americanos não deveriam mais se prender em questões como gastos públicos e equilíbrio fiscal em relação às políticas públicas. Ele acreditava na possibilidade de se consolidar no futuro uma “contabilidade social” (*social bookkeeping*) – que pensava como a administração das finanças da nação

²⁷⁵ “No one writing on social organization can escape the demand that he formulate a social philosophy. Not only does the demand come from others, but the writer himself is so much a part of the culture of his own time that he feels uncomfortable if he fails to produce a platform of principles on which he can stand in order to repel attacks”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.332.

²⁷⁶ AYER, Douglas. op. cit., 1971, p.1083-1084.

pelo Estado, “aprendendo e usando as técnicas de banqueiros”.²⁷⁷ Esse método seria capaz de resolver os problemas de renda e consumo, tornando a agenda reformista central para o governo e finalmente, na otimista concepção de Thurman Arnold, “sendo apoiada pela mesma atitude que hoje chamamos de economia *laissez-faire*”:

“Somente isso pode ser dito com segurança pelo autor [Arnold] sobre a contabilidade social do futuro. Em primeiro lugar, ela vai personificar quaisquer organizações que alcancem um lugar estável na distribuição de bens. Em segundo lugar, ela não vai ser descritível na conduta atual, porque situações práticas sempre requerem desvios da doutrina. Portanto, liberais vão novamente ressurgir em relevância, como eles fazem em tempos quando uma filosofia governamental consolidada é aceita com fé inquestionável. Movimentos liberais sempre morrem em um período em que o folclore é questionado. Eles ressurgem quando homens acreditam que sabem o que são as verdades eternas e, portanto, podem achar uma plataforma firme para atacar o contínuo recuo dessas verdades. Em terceiro lugar, a contabilidade social do futuro vai ser apoiada pela mesma atitude que hoje chamamos de economia *laissez-faire*. O que isso significa é que aqueles que defendem instituições contra os ataques lógicos que não podem ser facilmente respondidos em termos lógicos, necessariamente devem desenvolver uma técnica argumentativa que os protege contra reformas contínuas”.²⁷⁸

É provável que Arnold acreditasse que vivia momento divisor de águas em que transformações importantes deveriam modificar o capitalismo para sempre, dando-lhe uma cara mais humana. Em resumo, o que Arnold defendia era de fato uma nova postura voltada para a justiça social. Ele percebia que se tratava de um período de “combate” entre o pensamento econômico até o momento da Grande Depressão e o que se

²⁷⁷ “There are signs of acceptance of taxes somewhat heavier than we have had in the past. There are also many signs of the Government’s becoming the greatest credit agency in the country – in other words, learning and using the techniques of bankers”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.342.

²⁷⁸ Ao referenciar a existência de “movimentos liberais”, ainda que ele não tenha se dedicado a explicar esse ponto, é provável que Arnold estivesse se referindo aos liberais, no sentido de progressistas, como contestadores de “verdades eternas”, como ele o fez em suas obras. Arnold acreditava que em momentos de crise, a contestação dos liberais era secundária, pois era mais difícil contestar argumentos a favor de reformas.

“This much only about the social bookkeeping of the future the writer can say with confidence. In the first place, it will personify whatever organizations achieve a stable place in the distribution of our goods. In the second place, it will not be descriptive of actual conduct because practical situations will always require deviations from doctrine. Therefore, liberals will again rise to importance, as they do in times when a settled governmental philosophy is accepted with unquestioning faith. Liberal movements always die in a time when the folklore is questioned. They rise again when men think they know what the eternal verities are, and therefore can find a firm platform from which to attack the continual backsliding from those verities. In the third place, the social bookkeeping of tomorrow will be supported by the same attitude which we call today ‘*laissez-faire*’ economics. All this means is that those who defend institutions against logical attacks which cannot easily be answered in logical terms necessarily have to develop an argumentative technique which protects them against continual reform”. Ibid. p.342-343.

desenvolvia a partir de sua ocorrência.²⁷⁹ No trecho acima ele também considerou o papel que atribuía ao intelectual liberal: o de questionar conceitos e políticas do governo que eram aceitos como “verdades eternas”.

A partir desses pontos, é possível avaliarmos que a filosofia que o autor favorecia, tratava-se de uma alternativa no âmbito do capitalismo para o liberalismo clássico. É importante salientar que entre as preocupações de Thurman Arnold estava afastar o país de soluções radicais, ou seja, a adoção do nazifascismo ou do comunismo. Para ele, países como a Suécia tinham sido capazes de encontrar um “caminho do meio” e eram observados pelos formuladores de políticas públicas norte-americanos.²⁸⁰ Era preciso convencer aos críticos da administração de que era possível salvar o capitalismo, oferecendo uma alternativa que ele supunha ser mais democrática, a partir de um novo papel para o Estado, assim como veremos a seguir.

3.1.1 New Deal como “proposta razoável” em oposição ao nazifascismo e ao comunismo

Conforme buscamos demonstrar desde o Capítulo 1, os projetos reformistas pós-depressão econômica pretendiam oferecer um meio de preservar a democracia e a

²⁷⁹ “The social philosophy of the United States today is that of a great battle in which both sides are fighting each other to attain the same end. The sum total of law and economics which is the literature of our social philosophy today *must* represent the two sets of principles held by opposing camps, in order to justify the struggle”. Ibid. p.336.

²⁸⁰ Durante a década de 1930, reformistas norte-americanos desenvolveram grande interesse na Suécia. Obras como *Sweden: The Middle Way* (Suécia: O Caminho do Meio) de 1936, escrita pelo jornalista Marquis Childs (1903-1990) foram responsáveis por elaborar uma imagem das políticas de bem-estar social da Suécia como “modernas e atrativas”, dotadas de qualidades como: “pragmatismo, democracia, capitalismo, objetividade e serenidade [em oposição aos conflitos de classe]” nas palavras de Klaus Patel. O próprio título do livro dava a impressão de que o país europeu poderia ser uma alternativa para a preservação do capitalismo e da democracia em meio aos regimes autoritários. A Suécia aparecia como um modelo para os Estados Unidos pois possuía uma tecnocracia auxiliando o governo no desenvolvimento de novas políticas administrativas a partir de meios racionais – pesquisas e coleta de dados sobre a sociedade. Ao analisar as diferentes propostas de saída da Depressão nos Estados Unidos, Inglaterra e Suécia, as autoras Margaret Weir e Theda Skocpol chamaram atenção para um histórico de centralização administrativa e de investimentos públicos no país escandinavo que antecedia à Grande Depressão. Portanto, a Suécia teria se adaptado mais rapidamente que os Estados Unidos a uma economia de maior intervenção estatal. Além de possuir maior participação de intelectuais (tecnocratas) nas decisões do governo. Essas características tornavam o país bastante atrativo para formuladores de políticas norte-americanos como Arnold e outros *new dealers*. Ver: PATEL, Kiran Klaus. op. cit., 2016, p.228-231; WEIR, Margaret; SKOCPOL, Theda. *State Structures and the Possibilities for “Keynesian” Responses to the Great Depression in Sweden, Britain, and the United States*. In: EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. (org). *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

essência capitalista norte-americana. Em seus escritos Arnold não fugiu à regra, considerando que o cenário da época propiciava o fortalecimento de movimentos em favor de regimes e projetos antidemocráticos. Ao longo das obras, o autor atacou o nazismo por seu autoritarismo e comentou a perseguição aos judeus, ainda que sem se alongar muito a respeito do tema. Ele também criticou o regime soviético, julgando os russos como um povo que “pulou da estagnação [servidão] para a atividade moderna industrial, carregando consigo uma ideologia da Idade Média” e sem conhecimento em relação à estrutura de consumo e à produção capitalista.²⁸¹

A despeito de sua atitude de desdém e ironia em torno da cultura e dos hábitos dos soviéticos – embora não seja possível aferir até que ponto o autor conhecia a URSS – Arnold sem dúvidas concebia os partidários do comunismo, mas também do nazifascismo, como ameaças ao país. Em *Symbols*, ele observou que o enfraquecimento da economia norte-americana e os questionamentos em torno do *laissez-faire* recaíam sobre as discussões políticas da nação e causavam apreensão. As incertezas do período, segundo o autor, possibilitavam o “crescimento” de ideologias radicais nos Estados Unidos, que se somavam à desconfiança em torno do capitalismo democrático.

“Na verdade, a falta de fé no futuro não é causada por uma legislação específica ou pela defesa de objetivos específicos. É a falha no funcionamento das instituições práticas que trouxe dúvidas nos corações dos conservadores. Vinte anos atrás, ninguém se preocupava com socialismo, porque se pensava ser impossível [sua ocorrência]; assim como água subir uma colina. Leis econômicas automáticas o preveniam. Hoje, nós vemos na nossa frente em operação tanto o fascismo como o comunismo, com seus governos crescendo em poder. A lei econômica não mais previne esse tipo de controle. O único bastião contra a mudança é a Constituição. Mas, com o desaparecimento das certezas econômicas, as palavras da Constituição não parecem mais um bastião. Não há crença estabelecida em nossa forma de governo [democracia] como a única possível. Portanto, falta [na forma de governo norte-americana] um impulso unificado que acompanha a crença estabelecida [no capitalismo democrático]. Quando uma convicção em símbolos correntes enfraquece, a agitação social aumenta”.²⁸²

²⁸¹ “Russia jumped from stagnation into modern industrial activity, carrying with it the ideology (sic) of the Middle Ages. It never went through those ages of thinking of debts and credits as the only logical natural way of distributing the products of an industrial machine”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1941, p.234-235.

²⁸² “As a matter of fact the lack of faith in the future is not caused by specific legislation or the advocacy of specific objectives. It is the failure of practical institutions to function which has raised doubts in the hearts of conservatives. Twenty years ago no one worried about socialism, because it was thought to be impossible; just as water running up hill is impossible. Automatic economic laws prevented it. Today we see before us both fascism and communism in actual operation, with their governments growing in power. Economic law no longer prevents such types of control. The only bulwark against change is the Constitution. But with the disappearance of the economic certainties, the actual words of the Constitution no longer appear like a bulwark.

Arnold temia um aumento na “agitação social” e afirmava que o problema residia na “falha no funcionamento das instituições práticas” que funcionavam a partir das leis de livre-mercado. Ou seja, ele diagnosticou que a incapacidade do governo Hoover e de seus antecessores em resolver os problemas financeiros e sociais da nação permitiu maior espaço para partidários do fascismo e do comunismo nos debates públicos.

Como forma de evitar o “conflito social”, nas palavras de Douglas Ayer, o autor também atentou para a forma como o *New Deal* poderia preservar o sistema social norte-americano. Assim, ele defendeu as reformas como meio de melhorar a condição de vida da população e afastar o radicalismo no país – tudo isso sem um “ataque direto na distribuição desigual de riqueza da nação”.²⁸³ Isto é, não somente a democracia seria preservada, mas também a propriedade privada e as relações de poder, pois somente a crença no livre-mercado estava em questionamento.²⁸⁴

Portanto, Arnold não acreditava na possibilidade de grandes mudanças estruturais na sociedade norte-americana, preferindo se posicionar em favor de reformas “graduais”. O autor concebia a exigência de se preservar as instituições e tradições do país, a ponto de advogar reformas que pudessem “satisfazer os conservadores de que seus símbolos não estão sendo abandonados”.²⁸⁵ Ainda que se tratasse um liberal comprometido com causas sociais, importante considerarmos a opinião de Gene Gressley ao interpretar Arnold como “mais politicamente conservador do que a maioria de seus amigos ou oponentes jamais percebeu”.²⁸⁶

Dessa forma, ele levava em conta o interesse de uma parcela mais moderada ao tratar de seu projeto. Arnold considerou importante refletir em suas obras sobre a forma como pessoas intelectualizadas e de origem abastada se opunham às políticas governamentais de Roosevelt com base em argumentos incoerentes. A recusa desses homens cultos em compreender o *New Deal* como uma alternativa para ideologias radicais incomodava ao autor.

Ele destacou esses indivíduos como os “mais afetados pela doença social da escravidão aos símbolos”, pela sua recusa em cogitar a importância de um Estado mais

There is no settled faith in our form of government as the only workable type. Therefore the unified drive which accompanies settled faith is lacking. When belief in current symbols wavers, social unrest grows”. Ibid. p.231.

²⁸³ AYER, Douglas. op. cit., 1971, p.1077-1078.

²⁸⁴ Ibid. p.1080.

²⁸⁵ SAMUELS, Warren J. Legal Realism and the Burden of Symbolism: The Correspondence of Thurman Arnold. *Law & Society Review*, v.13, n.4, summer 1979, p.997-1011.

²⁸⁶ GRESSLEY, Gene. op. cit., 1979, p.94.

intervencionista. Para o autor, eles seguiam vendo as ações da administração Roosevelt pela perspectiva de “excêntricos e demagogos”, quando deveriam perceber a oportunidade de se adaptar o capitalismo às exigências do período, evitando a “violência social” – o que consistia, para Arnold, no aumento do radicalismo das massas.

“Entretanto, é sempre aquela grande classe de pessoas conservadoras e sistemáticas, que esteve tocando os pequenos negócios e dando apoio aos grandes assuntos da nação que é a mais afetada pela doença social da escravidão aos símbolos. Essa é a classe da qual poderia se esperar bom senso e eficiência. É a única classe em que a mudança ordenada sem a deslocação da violência social poderia ser esperada. Ainda assim, são eles os mesmos que mais prontamente preveniram que se chegasse a um bom senso ou caminho humanitário, porque eles são um grupo que têm, por exemplo, feito leituras e reflexões venerando a conexão entre as organizações existentes. É por essa razão que os esquemas sensíveis e humanitários se tornaram propriedade exclusiva de pessoas que são reconhecidas como excêntricos e demagogos e recebidos com entusiasmo por aqueles elementos da sociedade considerados pelas melhores pessoas como instáveis. Isso agrava a doença social em tempos em que a mudança é urgentemente necessária”.²⁸⁷

Convencer essa parcela da população sobre a dimensão das reformas do governo era buscar também seu apoio. Arnold se tratava de alguém disposto a dialogar com partidários do livre-mercado, principalmente aqueles de posicionamento mais moderado. Não obstante, empenhou-se em convencê-los de que as reformas eram na verdade “propostas razoáveis”, que não poderiam ser obra de “pessoas fanáticas e não respeitáveis”. Justamente o oposto daquilo que acusavam o governo de estar promovendo:

“Pessoas respeitáveis e conservadoras confundem as reformas sensatas e necessárias com as pessoas fanáticas e não respeitáveis [“excêntricos” e “demagogos”] que as advogam. Nada bom, eles insistem, pode vir dessa origem e, portanto, eles são forçados a inventar e acreditar nos argumentos absurdos que atacam propostas razoáveis [como as do *New Deal*].²⁸⁸

²⁸⁷ “However, it is always that great, conservative, orderly class of people who have been running the small affairs and giving support to the large affairs of the nation who are most affected by the social disease of slavery to symbols. This is the class from which one might expect common sense and efficiency. It is the only class from which orderly change without violent social dislocation can be hoped. Yet they are the very ones who are most readily prevented from reacting in a common-sense or humanitarian way, because they are the group which has been doing the reading and thinking, i.e., worshipping in connection with existing organizations. It is for this reason that sensible and humanitarian schemes become the exclusive property of persons who are regarded as cranks and demagogues and are received with enthusiasm by those elements of society considered by the best people as unstable. This aggravates the social disease in times when change is desperately needed”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1941, p.253.

²⁸⁸ “Respectable conservative people confuse the sensible and necessary reforms with the fanatical and nonrespectable (sic) people who advocate them. No good, they insist, can come from such a source, and therefore they are forced to invent and believe in absurd arguments to attack reasonable proposals”. Ibid.

Ele tentava convencer seus leitores moderados que era essencial consolidar um papel para o Estado na resolução das questões sociais. Assim, as “pessoas respeitáveis” que ainda se opunham às reformas, deveriam perceber no *New Deal* uma via pela qual não perderiam seus privilégios, se afastando de mudanças drásticas na estrutura social.²⁸⁹ Para Arnold, as reformas representavam a possibilidade de recuperação da nação através da preservação da democracia e do capitalismo, conforme expressou na conclusão de *Symbols*:

“O autor tem fé que uma nova atitude pública em relação aos ideais de lei e economia está aos poucos aparecendo para criar uma atmosfera onde alinhamentos fanáticos entre princípios políticos opostos possam desaparecer e uma competente, prática e oportunista classe governante possa subir ao poder. Se essa esperança é bem fundamentada ou não, é impossível dizer, mas o livro é dedicado a essa esperança”.²⁹⁰

Nesse ponto, se as circunstâncias do momento permitiam focos de radicalismo, também abriam espaço para que uma “competente, prática e oportunista classe governante” se consolidasse no poder – uma referência direta aos formuladores de políticas públicas comprometidos com as reformas, segmento que ele acreditava ser capaz de se adequar às urgências da crise. Trataremos a seguir do que o autor concebia como postura ideal para essa classe.

3.1.2 Pragmatismo e ação direta: uma nova postura para formuladores de políticas públicas reformistas

Arnold chamou atenção em suas obras para a importância de se adotar uma postura pragmática por parte dos governantes. Para ele, políticos e pensadores da administração não deveriam se apegar a discussões teóricas, levando em conta a premência de se formular estratégias práticas contra a crise econômica. Richard Hofstadter analisou Thurman sob a seguinte perspectiva:

“Nós achamos [em *Symbols* e *Folklore*] um ataque estruturado e sustentado sobre as ideologias, princípios racionais e moralismo na política. Achamos, em resumo, um equivalente teórico à virtuosidade oportunista de FDR nas políticas práticas – uma teoria que ataca teorias. Porque os livros de Arnold, que eram sem dúvidas direcionados amplamente contra o pensamento ritualístico dos anos 1930, se

²⁸⁹ AYER, Douglas. op. cit., 1971, p.1086.

²⁹⁰ "The writer has faith that a new public attitude toward the ideals of law and economics is slowly appearing to create an atmosphere where the fanatical alignments between opposing political principles may disappear and a competent, practical, opportunistic governing class may rise to power. Whether such a hope is well founded or not it is impossible to say, but to that hope this book is dedicated". ARNOLD, Thurman. op. cit., 1941, p.270-271.

posicionam como ataques àquele moralismo que encontramos tão insistentemente ao pensarmos sobre o progressismo”.²⁹¹

Hofstadter propôs que nesse sentido, os posicionamentos de Arnold eram próximos aos do presidente Roosevelt. Ambos se concentravam em soluções políticas pragmáticas, compreendendo ser indispensável o foco em alcançar resultados. Romper com o que o historiador chamou de “pensamento ritualístico dos anos 1930” – aqui percebido como convicções em torno da moralidade e de princípios da nação – significava também buscar respostas por outros caminhos.

Arnold era um admirador desse caráter “oportunista” (pragmático) de Roosevelt. Ele visualizava nas condutas do presidente atitudes que objetivassem resultados práticos e que não obrigatoriamente estivessem presas aos ideais do período, ainda marcados pela crença no livre-mercado. O fato do presidente ser um hábil político, que dialogava com diferentes setores e conseguia o apoio da população através de diversos meios, entre eles os pronunciamentos no rádio, induzia o autor a pensar em Roosevelt como um exemplo de governante ideal.

Ele julgava como ponto importante que os integrantes do governo soubessem se comportar no “jogo” da política e entendia o mérito de agir a partir das circunstâncias, de forma oportuna, algo que reconhecia nas atitudes do presidente. O autor confidenciou sua admiração por FDR em 1937, ao escrever para Francis W. Coker, um colega especialista em teoria política de Yale:

“Esse homem, Roosevelt, é um gênio político. Ele sabe como se aproveitar da oposição. Ele tem habilidades de um toureiro que faz o touro atacar a capa no lugar. O jogo de dentro [na política] é fascinante. Ele tem seu objetivo próprio – tirar os reacionários [em maior parte o núcleo sulista e segregacionista] do Partido Democrata e conseguir a passagem de legislação progressista. Essa legislação será dirigida a conseguir que novas ideias [em relação ao governo] sejam aceitas. (...) Você se lembra quando eu e você nos juntávamos para apontar seus erros políticos, que o fariam ser reeleito por uma maioria reduzida? Não façamos mais isso. Ele joga o jogo político como um general luta uma guerra. Seus objetivos contra os nomes estão sempre mascarados. Ele tem o fino senso de valores humanitários e está lutando por seu lugar na história”.²⁹²

²⁹¹ Conforme indicamos no capítulo anterior, Hofstadter considerou que a partir do *New Deal* a preocupação com a “moralidade” em torno das políticas públicas não mais representou um posicionamento reformista, passando a ser um argumento reiterado por defensores do livre-mercado. HOFSTADTER, Richard. op. cit., 1955, p.317-319.

²⁹² “This man Roosevelt is a political genius. He knows how to utilize opposition. He knows the tricks of the matador, who gets the bull to charge at a cape. The game on the inside is fascinating. It has its objective – the weeding of reactionaries out of the Democratic Party and the passage of progressive legislation. That legislation will be directed at getting new ideas accepted. It will be drawn with full knowledge that it requires amendment as soon as the ideas are accepted.

O comprometimento de Roosevelt com políticas sociais e a sua capacidade de articulação nos bastidores eram enaltecidos pelo autor como qualidades essenciais para o tipo ideal de estadista. Também era valorizada a tentativa de FDR de consolidar iniciativas progressistas no Partido Democrata, tirando “reacionários” de suas fileiras.

Importante ressaltarmos o papel do *New Deal* ao iniciar um processo de mudanças nos partidos políticos dos Estados Unidos. Segundo Sidney Milkis, o Partido Democrata, a partir desse momento, passou a ser cada vez mais próximo de propostas liberais e de reforma social, enquanto o Republicano se tornou cada vez mais o partido dos “negócios”, contando com o apoio de empresários e banqueiros. Até então, os democratas possuíam um núcleo que o autor vê como mais “tradicional” – formado por conservadores do Sul e pelas máquinas eleitorais do Norte – e outro reformista. Esse último ganhou maior força com Roosevelt, que passou a favorecer liberais na distribuição de cargos administrativos.

Para Milkis, as ações do presidente modificaram as políticas partidárias, diminuindo o peso de importantes lideranças tradicionais no Congresso. Também buscaram apoio “ideológico”, se aproximando de progressistas e reformistas para além dos limites do Partido Democrata. Como exemplos, o autor citou a aproximação da administração com intelectuais e acadêmicos, além de republicanos como Fiorello La Guardia (1882-1947), prefeito de Nova York (1934-1945), e com congressistas reformistas do Meio-Oeste.

A partir da sua reeleição e posterior tentativa de mudança da Suprema Corte em 1937, Roosevelt passou a se distanciar ainda mais dos democratas tradicionais, principalmente aqueles ao Sul. Não obstante, buscou emplacar uma campanha para eleger políticos liberais, comprometidos com o *New Deal* nos estados sulistas, em sua maioria governados por democratas conservadores. Entretanto, a tentativa de purgar (“*purge*”) esses políticos durante as eleições de 1938 foi um fracasso para o presidente, que se viu diante de uma crescente oposição no Congresso e de um partido cada vez mais dividido.²⁹³

As ações do presidente contrastavam, de acordo com Arnold, com a de parte dos intelectuais do país que se dedicavam à formulação de políticas públicas, sem verificar as aplicações práticas e imediatas de tais projetos. Ele concebia como parte do problema, a

Therefore, cheer up about this man Roosevelt. Do you remember how you and I used to get together and point out his political mistakes, which would cause him to be reelected by such reduced majority? Let's not do this anymore. He plays the political game as a general fights a war. His objectives against the names are always masked. He has a fine sense of humanitarian values and is playing for a place in history”. GRESSLEY, op. cit., 1977, p. 252-253.

²⁹³ Ver: MILKIS, Sidney M. *The president and the parties: The Transformation of the American Party System since the New Deal*. New York: Oxford University Press, 1993.

maneira como esses homens se posicionavam desde o seu período de formação acadêmica.

Dessa maneira, o autor avaliou que os “estudiosos dos problemas governamentais” dos Estados Unidos não se interessavam pela ação direta e menos ainda pelo jogo político, ao qual concebiam como “um meio baixo e indigno. Eles acham que sinceridade e franqueza podem ser usadas em uma campanha política”.²⁹⁴ Assim, reconhecia que de forma geral, eles seguiam ligados aos “princípios governamentais fundamentais” e agiam de forma “irrealista”, nas palavras do autor, ao abraçar esses conceitos a despeito do contexto do país.

De acordo com Ernst, Arnold advogava em torno de uma postura prática, isto é, voltada para ação política. Concebia, dessa forma, que aos intelectuais do governo era mais eficaz a adoção de uma “filosofia não-intelectualizada” que pudesse “responder pragmaticamente aos problemas em questão”.²⁹⁵ Ao incentivar a adoção dessa nova postura, menos idealista e mais voltada para as ocorrências de seu período, Arnold dialogava com uma corrente de pensadores que desde a virada do século XIX ponderavam soluções para as questões de seu tempo. Intelectuais do “pragmatismo” como – o já citado – William James, além de John Dewey, Charles S. Peirce e o jurista Oliver Wendell Holmes, se notabilizaram por lançarem novos olhares a respeito da sociedade norte-americana.

Louis Menand na obra *The Metaphysical Club: a story of ideas in America*, considerou que esses e outros indivíduos se debruçaram sobre problemas enfrentados nos Estados Unidos do pós-Guerra Civil (1861-1865) a partir de uma perspectiva “pragmática”.²⁹⁶ Assim, em sua busca por soluções, eles desenvolveram uma ótica a respeito de como ideias e posicionamentos se consolidavam na sociedade norte-americana, percebendo-os como construções sociais de meios e circunstâncias específicas de diferentes períodos.

Esses homens, segundo Menand, tiveram grande influência entre juízes, professores, jornalistas, filósofos, psicólogos, cientistas sociais, professores do Direito e

²⁹⁴ “The reason is that our students of governmental problems consider politics a low and unworthy pursuit. They think that sincerity and candor can be used in a political campaign. They feel a sort of spiritual trouble when confronted with the realities of a political situation, which makes them confused and ineffective. Unscrupulous persons who do not feel the same spiritual trouble when confronted with things as they are naturally become more proficient”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.87.

²⁹⁵ ERNST, Daniel R. op. cit., 1993, p.91-92.

²⁹⁶ MENAND, Louis. *The Metaphysical Club: a story of ideas in America*. Edição Kindle, New York: Farrar, Strauss and Giroux, 2014.

até mesmo poetas. Arnold não esteve alheio às ideias desses pensadores, conforme podemos perceber a partir da importância que dá para a defesa de uma postura pragmática e que ressalta a importância de compreender as circunstâncias específicas da época em que vivia.

Não obstante, as discussões dessa corrente de pensamento ecoavam em Harvard, onde Thurman passou seus anos de formação no Direito. Holmes, James e Peirce foram nomes importantes para a instituição desde os primeiros anos do século XX. Portanto, Arnold certamente teve contato com as propostas desses indivíduos, o que o auxiliou a conceber uma forma de atacar ideais pré-estabelecidos e exortar a utilização de uma perspectiva mais prática e atinada com os problemas pelos quais passavam os Estados Unidos.

A partir desse olhar pragmático, o autor avaliou que se, por um lado, as teorias eram importantes para “mover grupos de pessoas”, por outro, não ofereciam um meio para a resolver rapidamente as questões sociais do período. Arnold contrapôs o conhecimento de estudiosos da administração pública com a habilidade política de sujeitos não tão ilustrados, aos quais ele se referiu em *Folklore* como “demagogos”.

Na visão do autor, esses demagogos eram capazes de agir de forma eficiente a partir de interesses, sem se pautar por pressupostos teóricos. Portanto, insistia ser inevitável que pensadores responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas se mostrassem mais flexíveis e capazes de compreender as exigências do momento. Para o autor, homens de conhecimento técnico deveriam ser menos alheios aos problemas da população e passarem a observar como agiam “demagogos” e “charlatões” diante dessas questões sociais:

“Pessoas inescrupulosas que não sentem o mesmo problema espiritual quando confrontadas com as coisas como elas são, naturalmente tornam-se mais eficientes. O assim chamado demagogo tem uma vantagem porque ele não vê o controle das instituições humanas sob a ilusão de que homens em grupos são compostos por assim chamados homens pensantes, a quem devem apelar para a compreensão de princípios governamentais fundamentais. Assim, o estudioso no governo é normalmente irrealista por conta do conhecimento que ele adquiriu. Ele conhece os princípios certos e tenta aplicá-los através do método de pregação. Ele não sabe mais sobre as técnicas de organização do que um médico medieval sabia sobre a organização do corpo humano. A influência de charlatões em eventos sociais em tal atmosfera é tremenda. Eles são as únicas pessoas que podem abraçar uma necessidade social em crescimento antes que ela seja reconhecida por conservadores”.²⁹⁷

²⁹⁷ “Unscrupulous persons who do not feel the same spiritual trouble when confronted with things as they are naturally become more proficient. The so-called demagogue has an advantage because he does not view the control of human institutions under the illusion that men in groups are

Importante chamarmos atenção para a escolha de palavras utilizada pelo autor ao descrever esses homens. Sem dúvidas ele não os via por uma perspectiva negativa, ainda que soubesse se tratar de pessoas ligadas à política que não eram vistas de forma respeitável pelos meios mais cultos da população – que constituíam o público alvo das obras de Arnold. Contudo, buscou entre esses “demagogos” um exemplo de conduta prática, encontrando-o na figura do Dr. Townsend.²⁹⁸ O médico era malvisto pelas classes mais abastadas, principalmente em função do clamor popular gerado por seu movimento.

Ainda que o autor tenha se referido a ele como “charlatão” em *Folklore*, Arnold reconhecia a forma como o médico conduziu uma campanha em favor de pensões para a terceira idade e como foi capaz de influenciar na aprovação da Lei de Segurança Social. Para o autor, Townsend havia percebido uma “necessidade” já conhecida “por anos”, mas que era sempre “afogada pela enxurrada de argumento econômico abstrato”.²⁹⁹ Ao trazer o exemplo de Townsend, o autor acreditava consolidar seu argumento de que atitudes práticas e não discussões teóricas alcançavam resultados na arena política. Ele foi além nesse tópico, propondo aos seus leitores que também observassem as iniciativas das chamadas “máquinas eleitorais” como outro exemplo de conduta prática para estudiosos da administração pública.

composed of so-called thinking men, to whose knowledge of fundamental governmental principles he must appeal. The student in government is therefore usually impractical, because all his acquired learning makes him so. He knows the right principles, and attempts to apply them by the preaching method. He knows no more about the techniques of organization than the medieval physician knew about the organization of the human body. The influence of political quacks on social events in such an atmosphere is tremendous. They are the only persons who can espouse a growing social need before it is recognized by conservatives”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.87-88.

²⁹⁸ Francis Townsend (1867-1960), conhecido como Dr. Townsend, foi um médico que, durante a Grande Depressão, inicialmente organizou grupos de apoio a idosos na Califórnia, para que recebessem ajuda financeira por parte do estado. Foi apontado por muitos como um demagogo por conta de suas propostas, ainda que, para historiadores como Alan Brinkley, ele deveria ser visto mais como uma “liderança dissidente” de caráter popular. De acordo com William E. Leuchtenburg, Townsend foi capaz de mobilizar nacionalmente idosos norte-americanos nos anos 1930 e torná-los uma nova força política. Em determinado momento, surgiu como um possível adversário eleitoral para Roosevelt. Isso ocorreu em função de Townsend defender o estabelecimento de uma pensão mensal de 200 dólares, a ser bancada pelo governo, para pessoas acima dos sessenta anos. Sua ideia ficou conhecida como “Plano Townsend”. A repercussão em torno do projeto ressoou na administração, que passou a buscar uma alternativa “menos radical” ao plano, culminando na Lei de Segurança Social. Ver: LEUCHTENBURG, William E. op. cit., 2009, p.103-106; BRINKLEY, Alan. op. cit., 1996, p.74; PATEL, Kiran Klaus. op. cit., 2016, p.197-198.

²⁹⁹ “In such an atmosphere it required a Dr. Townsend to compel the acceptance of old-age pensions in both political platforms of 1936. Sensible people had recognized the need for years, only to be drowned out by a flood of abstract economic argument. Dr. Townsend was successful because he linked the idea of old-age security to prevailing popular economic conceptions”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.88-89.

3.1.2.1 A máquina eleitoral como exemplo de organização prática

Uma das mudanças de perspectivas encorajadas por Arnold era em relação à forma como as chamadas “máquinas eleitorais” poderiam servir de exemplo aos reformistas.³⁰⁰ O autor propôs a observação da conduta dessas organizações, pela forma como já se mobilizavam em torno das dificuldades de segmentos da população, principalmente aqueles de origem urbana e imigrantes.

Em *Folklore* ele argumentou a importância a respeito do papel dessas máquinas eleitorais entre as frações mais carentes da sociedade. O autor questionava a incapacidade de especialistas na administração do governo em compreender as demandas da população. Ele reiterava que isso ocorria em função do dogmatismo desses indivíduos em buscar soluções que se adequassem a princípios teóricos do liberalismo clássico no lugar de observarem a realidade e as dificuldades vividas pela população:

“Em um país que demanda dos miseráveis juramentos e a maior das humilhações antes que o alívio seja garantido aos desempregados, as maiores máquinas políticas têm devido sua força real ao fato de que elas tomaram conta de pessoas desprivilegiadas sem humilhá-las”.³⁰¹

A forma como Arnold enaltecia a postura dessas máquinas demonstrava o quão relevante era para o autor o comprometimento com políticas práticas e de caráter social. Mas, nos chama atenção por se afastar de questões em torno da moralidade, tão presentes no discurso progressista.³⁰² Se por um lado Arnold teve uma trajetória política em

³⁰⁰ As chamadas “máquinas eleitorais”, ou “políticas”, representavam organizações nos Estados Unidos lideradas por um único chefe ou pequeno grupo que dependia de votos da comunidade local para se perpetuar no poder, tendo surgido no contexto de crescimento das grandes cidades. Sua relação com setores carentes, principalmente imigrantes, pode ser vista a partir de uma perspectiva clientelista, razão pela qual, segundo Hofstadter, progressistas se ressentiam de sua presença na arena política do país, considerando-as como alimentadas por “eleitores ignorantes”, “instrumentos” de sua continuação no poder. O historiador, entretanto, acreditava que elas assumiam funções sociais junto à população. Entre elas, assistência na naturalização de imigrantes, ofertas de emprego e serviços – como auxílio financeiro e proteção contra abusos das autoridades – em troca de votos nas eleições. Durante o governo Roosevelt, as máquinas se aproximaram de Washington, pois viram uma oportunidade de obter do governo um auxílio na resolução de demandas das comunidades urbanas. Ver: HOFSTADTER, Richard. op. cit., 1955; BADGER, Anthony J. op. cit., 2002.

³⁰¹ “In a country which demands paupers’ oaths and the utmost humiliation before relief is granted to the unemployed, the greatest political machines have owed their real strength to the fact that they took care of underprivileged people without humiliating them”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.369.

³⁰² Tratando-se de um movimento complexo e com diversas agendas, é possível percebermos uma divisão entre as demandas dos progressistas nos anos que antecederam ao *New Deal*. Segundo Flávio Limonic, dois grandes grupos poderiam ser apreendidos em meio à diversidade do progressismo: aquele voltado para a reforma dos indivíduos – “líderes religiosos, jornalistas,

Laramie ligada à defesa da moral, dos costumes e que contrastava – na opinião de boa parte dos progressistas – com a cultura dos recém-imigrados, ele tomou em suas obras uma nova postura: agora criticava a insistência de progressistas e de partidários do *laissez-faire* em seguir princípios morais que colocavam em segundo plano a miséria da população.

Richard Hofstadter tomou Arnold como um exemplo da quebra dos liberais do *New Deal* com essas pautas morais do progressismo do início do século XX. Para o historiador, Thurman promovia esse pensamento mais pragmático, o que o levou a defender organizações como as máquinas eleitorais, percebidas como adversárias para progressistas.

“Tomado por si próprio, o trabalho de Arnold, com seu ceticismo sobre o cidadão de pensamento correto, sua rejeição de princípios morais fixados e racionalidade desinteressada sobre políticas, seu temperamento pragmático, sua reverência à conquista, sua apoteose da organização e disciplina institucional, sua defesa das máquinas políticas, pode exagerar a extensão da diferença entre o *New Deal* e o progressismo pré-guerra [Primeira Guerra Mundial], mas aponta de forma incisiva para o caráter dessa diferença”.³⁰³

De fato, o autor não teve problemas em ver na conduta das máquinas, uma atitude mais coerente do que a de homens enraizados em “princípios morais fixados e racionalidade desinteressada sobre as políticas”. Organizações como o Tammany Hall, em sua opinião, eram as que de fato conseguiam perceber as reais demandas da sociedade.³⁰⁴ A despeito disso, constatou que o folclore do momento dificultava a capacidade das pessoas, principalmente as mais cultas, de perceberem o que ocorria: já que o governo federal não reconhecia as “necessidades sociais” da população, os políticos ligados às máquinas se encarregavam de resolvê-las.

pequenos negociantes, advogados, associações femininas, militantes da eugenia” – que privilegiavam princípios morais, a população branca, anglo-saxã e protestante e se contrapunham à entrada dos imigrantes; e o outro que posteriormente se identificaria com o termo “liberal” e comprometido com o reformismo do *New Deal*. Ver: LIMONCIC, Flávio. op. cit., 2010, p.505-507.

³⁰³ HOFSTADTER, Richard. op. cit., 1955, p.323.

³⁰⁴ Tammany Hall foi uma influente máquina política durante os séculos XIX e início do XX no estado e principalmente na cidade de Nova York, formada por homens ligados ao Partido Democrata. Roosevelt teve um histórico ambivalente com o Tammany Hall: em seus primeiros anos de sua carreira, atacou-os por práticas de corrupção, quando ainda disputava cargos fora da capital. Contudo, ao visar ambições políticas maiores, acabou se aproximando de Al Smith, uma liderança dentro da máquina. Smith e Roosevelt seguiram aliados durante o final da década de 1920, mas o primeiro rompeu com FDR quando ele passou a disputar a presidência em 1932. Ver: BRINKLEY, Alan. op. cit., 1998, p.4-12.

Arnold argumentou que esses sujeitos – por ele chamados de “políticos corruptos” – agiam de forma eficiente, pois sabiam que deveriam conquistar o voto de seus eleitores mediante o auxílio econômico. Em contraposição, boa parte dos intelectuais do período seguiam atrelados a princípios e condutas morais e não compreendiam a conduta “oculta” dessas máquinas. Para o autor, essas organizações, sem prestígio entre esses homens, perderiam força somente quando o Estado fosse reconhecido como provedor de alívio para a população.

“É claro, muitos leitores vão duvidar do trabalho humanitário das bem-sucedidas máquinas políticas em nossas grandes cidades. O folclore atual nos compele a acreditar que políticos corruptos são gananciosos e cruéis. O autor acredita exatamente no contrário, que a técnica deles requer generosidade e amabilidade. Poucos líderes políticos se tornaram extremamente ricos. (...) Entretanto, não existe um meio estatístico de comprovar essa observação e ela geralmente vai ser negada porque é uma parte necessária da atmosfera intelectual que cerca a máquina política, que a máquina parece perversa e indigna. A partir do momento que as tarefas executadas pelas presentes máquinas políticas forem reconhecidas como objetivos próprios de governo, elas não vão mais ser delegadas às máquinas ocultas. A organização oculta surge não por conta de pessoas ruins, mas porque certas necessidades sociais devem parecer ruins e não há outra forma de dar à essas necessidades essa aparência e preenchê-las ao mesmo tempo”.³⁰⁵

Se por um lado Arnold não vê problemas em elogiar as condutas das máquinas, procurou convencer seus leitores de que eram o resultado de um Estado que pouco fazia pelo bem-estar dos cidadãos. Ora, se essas organizações comandadas por “políticos corruptos” ganharam tanta força na sociedade, é porque surgiram para assumir um espaço deixado pelo governo, que deveria ser responsável por intervir nessas questões sociais. Portanto, aos que assumissem papéis na administração, era preciso tomar ciência desses espaços deixados pelas instituições governamentais, assim como faziam os chefes das máquinas.

³⁰⁵ “Of course, many readers will doubt the humanitarian work of the successful political machines of our great cities. Current folklore compels us to believe that corrupt politicians are rapacious and cruel. The writer believes that the exact contrary is true, that theirs is a technique which requires generosity and kindness. Few political leaders become immensely wealthy. Many of them are poor. They are unable to operate on principles of petty thrift and hard dealings with individuals characteristic of the successful trader. There is, however, no statistical way of proving this observation and it will generally be denied because it is a necessary part of the intellectual atmosphere which surrounds the political machine that the machine appears to be wicked and unworthy. Any time that the tasks which present political machines perform become recognized as proper objectives of government, they will no longer be delegated to *sub rosa* machines. The *sub rosa* organization arises not because of bad people but because certain social needs must be made to appear to be bad, and there is no other way of giving those needs that appearance and filling them at the same time”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.370-371.

3.1.3 O uso da Psicologia Social na formulação de políticas públicas

Conforme pontuado nos capítulos anteriores, Arnold percebia a importância de se adotar uma perspectiva multidisciplinar nas abordagens que dessem conta da análise da sociedade. Conceitos abstratos de Direito e Economia, por si só, não eram capazes de fornecer respostas adequadas aos que se dedicavam ao estudo de assuntos governamentais.

A saída encontrada pelo intelectual era a partir de uma perspectiva multidisciplinar que levasse em conta caminhos apontados pela psicologia, recém desenvolvida à época. Para ele, muitos estavam imersos na rede de símbolos e eram facilmente manipulados ou agiam como autômatos muitas vezes, cuja força atingia até mesmo os intelectuais que deveriam estar preparados para não ser envolvidos por eles.

Era preciso saber analisar a sociedade, se atentando ao papel dos símbolos entre aqueles que participavam do jogo político. Dessa forma, o autor sugeriu a Psicologia como meio capaz de auxiliar nesse processo de verificação, mas também de resolução dos problemas sociais. Ao indicar a existência de símbolos e folclores, o autor também os considerou como possíveis instrumentos de utilização prática para fins políticos.

Segundo Warren J. Samuels, uma importante perspectiva que Arnold sugeria ao seu leitor, era a de que a análise desses símbolos ajudaria a interpretar as ações de “atores do poder” e como esses sujeitos muitas vezes faziam uso de seus significados na sociedade:

“o analista político e pesquisador da sociedade deve penetrar no nível de poder e papel funcional dos símbolos a respeito do poder e não pode ser enganado por esses próprios símbolos. Os símbolos não refletem uma realidade independente, mas tem um papel na construção social da realidade como instrumentos deliberados e não deliberados de atores do poder”.³⁰⁶

Ao aconselhar em suas obras que o leitor atentasse à existência de símbolos e de um folclore, Arnold trazia a Psicologia para ser aplicada às técnicas de administração pública. Ele o fazia por compreender que a sociedade norte-americana não poderia ser abordada somente por teorias longe do mundo real. Era preciso levar em conta a maneira como os indivíduos e grupos da sociedade agiam ou reagiam à determinados estímulos – era imprescindível que os pensadores do governo Roosevelt percebessem e utilizassem isso a seu favor.

³⁰⁶ SAMUELS, Warren J. op. cit., 1979, p.1008.

Certamente o autor foi convencido dessa possibilidade a partir de suas experiências com o Professor Edward S. Robinson em Yale, conforme indicamos brevemente no Capítulo 1. Robinson, um psicólogo ligado ao curso de Direito, propunha já em 1934 a existência de uma “jurisprudência psicológica” que explicava de que forma operavam as discussões em torno de mudanças sociais no país.³⁰⁷

Robinson também era crítico de como os norte-americanos seguiam arraigados aos ideais de livre-mercado e contrários às reformas. Mais do que isso, ele percebeu o *New Deal* como um empreendimento capaz de “ajustar” a sociedade. Ele via uma natureza científica, “experimental, ligada aos fatos e inovadora” nas políticas do governo Roosevelt, capaz de influenciar o que chamou de “processo de ajuste social”.³⁰⁸ Robinson considerou que o uso do conhecimento técnico-científico na administração pública era um grande avanço do *New Deal* para diminuir as desigualdades sociais.

Arnold tinha grande admiração pelo colega, vitimado em um acidente em 1937, de forma que publicou um artigo póstumo sintetizando e promovendo suas ideias.³⁰⁹ Reiteramos que o autor havia sido bastante influenciado pelas propostas de Robinson de utilização da Psicologia e das Ciências Sociais no entendimento das leis e como influíam nos hábitos e costumes da população e vice-versa. Portanto, considerava a análise do comportamento psicológico das massas, fundamental para diagnosticar e prever conflitos sociais.

Para convencer aos leitores acerca da eficácia desse método de estudo da sociedade, Arnold trouxe em *Folklore* dois exemplos de como a Psicologia tornara-se essencial na observação da sociedade. Ambos eram prognósticos de Robinson com relação a importantes questões que tomaram conta do debate público. A forma com que

³⁰⁷ Para Robinson, advogados, juízes e políticos – em sua maioria homens de origem no Direito – agiam através do que chamou de “jurisprudência psicológica”. Ele via esses indivíduos como uma “elite intelectual” capaz de adaptar as leis e consequentemente a conduta da sociedade a partir das necessidades do período. Em seu artigo “Law – an Unscientific Science”, expressou as contradições em torno de como advogados e em geral homens do Direito não se baseavam em um “método científico” ou, factual, para se adequar às condições “morais e econômicas” dos anos 1930. Segundo Robinson, ainda que alguns se utilizassem da Psicologia e das Ciências Sociais como forma de perceber os “fatos” dos tempos, ele acusava esses homens de atuar como uma força conservadora e movida por hábitos e costumes. Ou seja, não percebiam que os Estados Unidos dos anos 1930 se desenhava como um terreno de desenvolvimento para mudanças sociais moderadas e capazes de adaptar instituições já consolidadas para as necessidades do momento. Ver: ROBINSON, Edward S. Law – an Unscientific Science. *Yale Law Journal*. v.44 no. 2, 1934, p.235-267.

³⁰⁸ “Whatever other elements it may contain, the New Deal has sought to popularize the idea that experimental, fact-dominated, forward-looking view of natural science is relevant to the process of social adjustment.” Ibid, p.239.

³⁰⁹ Ver: ARNOLD, Thurman. The Jurisprudence of Edward S. Robinson. *Yale Law Journal*, v.46, 1937.

seu colega previa o comportamento da sociedade norte-americana com “incrível precisão” impressionava o autor.

O primeiro exemplo argumentava sobre o “feriado bancário” proposto pelo recém-eleito Roosevelt em março de 1933.³¹⁰ Apesar de preocupações em torno do assunto – inclusive do próprio Arnold – Robinson afirmou que a política do presidente seria positiva para o país.

“Eu retornei para New Haven bastante deprimido [após o anúncio do feriado bancário] e vi o Professor Robinson, que se manteve bastante animado sobre a situação como um todo. Eu disse: ‘Mas você não parece perceber que uma quebra [bancária] está a caminho’. Ele respondeu: ‘Algum desses especialistas especificou em termos concretos o que as pessoas fariam quando essa quebra ocorrer?’ Eu admiti que eles não o haviam feito. Ele perguntou: ‘Você acha que quando todos os bancos fecharem as pessoas vão subir em árvores e jogar cocos umas nas outras?’ Eu admiti que essa ideia parecia improvável, mas uma quebra bancária dessa magnitude certamente parecia atrair revoltas e até uma revolução. O Professor Robinson respondeu: ‘Eu vou propor uma previsão do que vai ocorrer exatamente. Quando os bancos fecharem, todos se sentirão aliviados. Vai ser como um feriado nacional. Vai haver entusiasmo geral e um grande sentimento de participação’.”³¹¹

Segundo Arnold, o Professor Robinson foi capaz de perceber bem antes que a maioria de seus conterrâneos o valor da política de Roosevelt. Não somente isso, é possível supormos que ele tenha inferido sobre como as primeiras ações do *New Deal* seriam vistas, de modo geral, de forma favorável pela população. A redução da “carga

³¹⁰ O chamado “feriado bancário” ou “*banking holiday*” foi uma medida tomada em 9 de março de 1933 por Franklin Roosevelt, recém-empossado, que consistia em fechar temporariamente os bancos norte-americanos, para controlar a crise bancária pela qual o país passava. Foi uma maneira que a administração democrata encontrou de conter a falência dos pequenos e grandes bancos do país, que passavam por um fluxo de retirada de dinheiro bem maior que de depósitos. Como forma de “alívio”, o governo injetou dinheiro – através da RFC, agência fundada no governo Hoover – para que os bancos se reorganizassem e voltassem a operar. Em seguida, a administração propôs a já mencionada reforma bancária, a chamada “*Banking Bill*”. Ela consistia em aumentar a regulação dos bancos nacionais e separava bancos comerciais dos de ações e investimento. De acordo com Leuchtenburg, o feriado bancário ajudou a restaurar a confiança da população no sistema bancário, resultando no retorno do fluxo de depósitos. Ver: BADGER, Anthony J. op. cit., 2002, p.67-73; LEUCHTENBURG, William E. op. cit., 2009, p.42-44.

³¹¹ “I returned to New Haven much depressed and saw Professor Robinson, who remained quite unaccountably cheerful about the whole situation. I said: ‘But you don’t seem to realize that there is a crash coming’. He replied: ‘Did any of these experts specify in any concrete terms what human beings would do when the crash occurred?’ I admitted that they had not done so. He asked: ‘Do you think that when the banks all close people will climb trees and throw coconuts at each other?’ I admitted that this was a little unlikely but that a bank crash of this magnitude certainly sounded like rioting and perhaps like revolution. Professor Robinson replied: ‘I will venture a prediction as to exactly what will happen. When the banks close, everyone will feel relieved. It will be a sort of national holiday. There will be general excitement and feeling of great interest’.” ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.142-143.

emocional” do feriado bancário se contrapôs, principalmente, ao cenário de “pânico geral” deixado pelo governo Hoover e que assolava os bancos da nação.³¹²

O segundo exemplo que o autor dispôs indicava que Robinson havia sido capaz de prever um desfecho favorável à Roosevelt nas eleições de 1936. O psicólogo argumentou que FDR, após sofrer uma série de ataques da imprensa, seria eleito sob a condição de “herói popular”:

“Quase um ano antes da eleição, o Professor Robinson estava comentando sobre a campanha da imprensa que ocorria contra o Presidente Roosevelt. Ele disse: ‘Esses editores contrários ao Roosevelt estão todos errados. Eles se enganam completamente sobre o efeito do que eles estão dizendo e fazendo. Jornais são uma poderosa influência nesse país. Eles continuarão sendo uma influência poderosa. Entretanto, as pessoas que escrevem editoriais e colunas não entendem muito bem a natureza de sua influência em nossa atmosfera intelectual peculiar. Eles estão chamando Roosevelt de todo nome possível. (...) ‘Agora o efeito de tudo isso vai tornar Roosevelt um herói popular. Tome o exemplo das técnicas dramáticas. O melodrama comum expõe o vilão no último ato. O herói o denuncia; a heroína aponta seu desdém para com esse vilão e todos saem completamente indignados com a conduta dele. Mas essa exposição *deve* ocorrer ao fim da peça. Se tomada no início e continuada através da produção, você acharia que o vilão estava tomando proporções heroicas e que o herói se tornava frágil. A mesma coisa vai acontecer nessa campanha porque editores não percebem que uma campanha política é uma produção dramática. Seus propagandistas técnicos acham que é como fazer propaganda para pasta de dente (...) Na verdade, é algo totalmente diferente. A denúncia que fazem a Roosevelt está consolidando sua marcha triunfal ao fim da peça’”.³¹³

³¹² Segundo Eric Rauchway, o “pânico geral” de 1933, iniciado pela crise bancária era fruto da ausência de políticas de recuperação por parte da administração Hoover. Como adepto do individualismo extremo (*rugged individualism*), Hoover se posicionava indiferentemente acerca da condição dos milhares de bancos à beira da bancarrota. Mais do que isso, como grande defensor do *laissez-faire* e da mínima intervenção estatal, ele acreditava que era necessária a falência desses bancos para que a estrutura bancária da nação se reajustasse automaticamente com os que remanescessem. Ver: RAUCHWAY, Eric. op. cit., 2018, p.200-205.

³¹³ “Nearly a year before the election Professor Robinson was commenting upon the press campaign against President Roosevelt, which was just getting under way. He said: ‘These anti-Roosevelt editors are all wrong. They completely misunderstand the effect of what they are saying and doing. Newspapers are a powerful influence in this country. They will continue to be a powerful influence. However, the people who write the editorials and columns do not understand very well the nature of that influence in our peculiar intellectual atmosphere. They are now calling Roosevelt every possible name. (...) ‘Now the effect of all this is going to be to make Roosevelt a popular hero. Take an illustration from dramatic techniques. The ordinary melodrama exposes the villain in the last act. The hero denounces him; the heroine points the finger of scorn at him and everyone goes away thoroughly disgusted with his conduct. But this exposure *must* take place at the end of the play. If it took place at the beginning of the play and kept up throughout the production, you would find that the villain was assuming heroic proportions and that the hero was becoming somewhat namby-pamby. The same thing will happen in this campaign because editors do not realize that a political campaign is a dramatic production. Their technical propagandists think it is something like advertising for tooth paste, in which a slogan becomes impressed on the public mind by constant reiteration until everyone buys the tooth paste. In fact, it is entirely different. The denunciation of Roosevelt is laying the ground for a triumphal march for him at the end of the play’”. ARNOLD, Thurman, op. cit., 1937, p.143-144.

Thurman Arnold, como se vê, estava impressionado com a capacidade lógica de previsão de Robinson. O antagonismo de uma imprensa de oposição nas eleições de 1936 teve sua influência sobre a sociedade, mas a verdade é que as políticas do *New Deal* de alívio para a população foram de maior importância, virando a opinião pública em favor do presidente. Arnold não apresentou explicações acerca da forma como Robinson elaborou seus prognósticos, mas, de fato, o que nos interessa é perceber a forma pela qual ele via o uso da Psicologia: como ferramenta de diagnóstico em relação ao comportamento das massas e como encorajava a sua utilização. É provável que ele tenha desenvolvido essa interpretação a partir do contato com Robinson e por meio do curso de “Processo Judicial do Ponto de Vista da Psicologia Social” que ambos desenvolveram em Yale.

De toda forma, é importante pontuarmos que enquanto Robinson buscava promover o uso da análise psicológica entre homens do Direito, Arnold se interessava em desenvolver um diagnóstico da sociedade que lhe fornecesse uma “segunda dimensão” a respeito dos comportamentos humanos. Segundo Douglas Ayer:

“Robinson queria que advogados adotassem uma abordagem científica direta em sua disciplina, o que significava uma abordagem firmemente enraizada na disciplina da Psicologia. Arnold, ainda que sempre professando concordância com Robinson, tomou um caminho bem diferente. Ele usou a Psicologia Social para lhe dar as análises de uma segunda dimensão. A Psicologia poderia explicar aspectos do sistema legal que, em primeira instância, pareciam irracionais, o que geralmente significava ineficiência. Pela justaposição desses dois níveis de análise, os escritos de Arnold assumiram a perspectiva de uma Antropologia Literária que a escrita de Robinson carecia”.³¹⁴

A relevância que o autor dava às perspectivas “irracionais” da população visava inicialmente a possibilidade de tornar mais eficiente a resolução de processos nas cortes dos Estados Unidos. Mas ele também considerava sua pertinência para os liberais, por ser capaz de auxiliar na consolidação das reformas. Portanto, em *Folklore*, ele advogou em prol de um “estudo objetivo do governo” que levasse em conta as “imagens mentais prevalecentes do nosso folclore” – ou seja, era conveniente aos *new dealers* utilizar a análise psicológica para compreender as demandas da população e encontrar uma forma de satisfazê-las.

Não apenas isso, era importante perceber que os norte-americanos não eram capazes de viver sem o que ele chamou de “religião”, que por sua vez sintetizava padrões

³¹⁴ AYER, Douglas. op. cit., 1971, p.1072.

e opiniões insensatos, porém consolidados, na população. Dessa forma, a análise dos “assuntos do governo” não poderia ser feita somente através da “observação científica”, mas também por esses conceitos percebidos como “irracionais” pelo autor:

“Um estudo objetivo do governo é necessariamente inquietante para os intelectuais de nosso período porque as imagens mentais prevalecentes de nosso folclore nos compelem a negar os fatos a nossa frente. Já que essas figuras representam ideais correntes de ordem e dignidade em assuntos humanos, observação objetiva dos fatos da organização social parece, para aqueles que acreditam em seus mitos correntes, a apresentar o governo como sem sentido, amoral, incontrollável, exceto por métodos condenados por nosso folclore como inescrupulosos. Homens não podem encarar o mundo sem algum tipo de religião; eles não podem se sentir confortáveis sobre seu governo sem um conjunto de ideais que não pode ser abastecido meramente por observação científica. Observação científica, entretanto, não pode ser usada nos assuntos do governo a não ser que possa ser colocada em algum credo governamental que é qualquer coisa, exceto científico”.³¹⁵

Para que as políticas do *New Deal* obtivessem sucesso, era preciso que os homens em torno da administração se valessem da existência de um folclore e de símbolos nas condutas da população. O autor atentava para a dimensão desses elementos, que induz à uma visão negativa do Estado na promoção de políticas públicas. Arnold argumentou que as coisas não deveriam ser percebidas por uma perspectiva binária. Posicionamentos que pudessem parecer “irracionais” eram, na verdade, fundamentados por algum tipo de crença ou convicção, que por sua vez estava arraigada na mente da população. A todo momento, Arnold preocupava-se com o porquê das políticas do New Deal sofrerem críticas, refutações, campanhas contrárias. Para ele, em virtude da crise que viviam, não havia como questionar o que era possível fazer.

Aos olhos do autor, as pessoas pareciam movidas mais por “*slogans*” do que por fatos observáveis – ou pelo que Robinson chamava de observação científica. Ele não supunha ser possível convencer as pessoas de forma direta, pois elas ainda estavam presas aos ideais do liberalismo clássico. Para Arnold, se por um lado era fundamental um “planejamento social” para “convencer as pessoas de que elas não estão à deriva nas

³¹⁵ “An objective study of government is necessarily troubling to the intellectuals of our time because the prevailing mental pictures of our folklore compel us to deny the facts before us. Since those pictures represent current ideas of order and dignity in human affairs, objective observation of the facts of social organization appears to those who believe in its current myths to present government as meaningless, amoral and uncontrollable except by methods condemned by our folklore as unscrupulous. Men cannot face the world without some sort of religion; they cannot feel comfortable about their government without a set of ideals which cannot be supplied merely by scientific observation. Scientific observation, therefore, cannot be used in government affairs unless it can be fitted into some governmental creed which is anything but scientific”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.388-389.

marés do tempo e das circunstâncias”, isso não poderia ser argumentado diretamente. Discussões do ponto de vista “racional” não convenceriam as pessoas da eficácia de um “plano social” de reformas por parte do governo. O ideal era encontrar um slogan, um propósito de fácil reconhecimento e que resumisse aquilo que queriam comunicar.

“O observador dos fatos saberá que em época racional, o planejamento social é necessário para convencer as pessoas que elas não estão à deriva nas marés do tempo e das circunstâncias. Ele vai perceber, entretanto, que o plano social vai ser primeiramente útil como um slogan e que deve ser adaptado para esse propósito”.³¹⁶

Era preciso que os *new dealers* compreendessem a relação entre os norte-americanos e suas instituições no processo de elaboração de suas políticas. Se a presença do Estado na economia tinha a reprovação de boa parte da população, isso se justificava a partir de costumes e hábitos até então consolidados. Conforme o autor reiterou ao longo de suas obras, as discussões em torno de leis e princípios econômicos não eliminavam os questionamentos em torno da expansão do governo.

Assim, o uso de *slogans* e de uma retórica pragmática por parte dos governantes era capaz de tranquilizar céticos e possibilitar o desenvolvimento do que chamou de “plano social”: reformas que consolidassem o papel do Estado na diminuição da pobreza, através do estímulo à produção e distribuição de bens mais eficiente. Sem dúvidas, o autor escrevia a partir de uma perspectiva de cima, considerando que não cabia ao grosso da população uma participação maior nas escolhas administrativas, algo que trataremos melhor em breve.

Até o momento, nos propomos a detalhar a trajetória de Thurman Arnold, esmiuçando seus diagnósticos e algumas possíveis soluções que imaginava para o país. A partir desses pontos, passamos agora a tratar da forma, mesmo que muito brevemente, como Thurman Arnold atuou entre os do campo liberal de sua época. Um bom ponto a abordar é o que concebe ao lugar e à atuação do homem comum na sociedade. O autor certamente passara por mudanças em seus posicionamentos através dos anos, o que o distanciou de autores e referências progressistas, como já indicado. Sua postura com relação ao papel dos intelectuais na condução das políticas do governo, questão constantemente repetida em suas obras, também é central para compreendermos o autor.

³¹⁶ “The fact-minded observer will know that in a rational age social planning is required in order to convince people that they are not adrift on the tides of time and circumstance. He will realize, however, that the social plan will primarily be useful only as a slogan and it should be adapted for that purpose”. Ibid. p.162.

3.2 O liberalismo nas propostas de Thurman Arnold: o papel do intelectual e a participação popular

Arnold era homem ligado ao reformismo desde os primeiros anos do século XX e durante sua vida pública no Wyoming foi árduo defensor do progressismo e da reforma dos hábitos e comportamentos dos indivíduos. A partir de sua mudança para West Virginia e com a ocorrência da Grande Depressão, passou a se distanciar do que Douglas Ayer chamou de “moralismo progressista” e a se aproximar do liberalismo do *New Deal*.³¹⁷ Isto posto, optamos ao analisar o projeto político de Thurman Arnold, considerar alguns aspectos que o distinguiam em meio aos diversos projetos de reforma que surgiram durante a Grande Depressão.

Vale destacar um aspecto muito característico no discurso do autor que buscamos reiterar através dos capítulos: o papel que pensadores e homens de conhecimento possuíam em suas propostas. Não é possível dissociarmos o projeto de Arnold da defesa de uma estrutura administrativa coordenada por intelectuais.

Essa concepção, entretanto, já tinha sido levantada no discurso de outros autores progressistas. Herbert Croly, por exemplo, defendia em seu “Novo Nacionalismo”, um esforço coletivo entre “administradores científicos” e a população na condução das políticas norte-americanas. Com isso, Croly sugeria um papel para pensadores ligados ao governo em conjunto com uma população interessada no bem-comum. Podemos considerar que para Croly, a participação do cidadão era importante aspecto dessa nação mais democrática que delineava.³¹⁸

Arnold inicialmente pensava de forma semelhante. Segundo Douglas Ayer, durante seus anos em Laramie, ele favorecia o “interesse e cooperação de cidadãos e pagadores de impostos” quando ocupava o cargo de prefeito. Thurman também não dissociava essa participação “popular” da “orientação técnica de especialistas”, que deveriam estar alheios à interesses partidários e pessoais.³¹⁹

Para progressistas como Croly, era vantajoso estabelecer no país um regime mais democrático, privilegiando o bem-comum da população. Assim, é possível supormos que Arnold estivesse, naquele momento, se valendo de um ideal caro ao progressismo no geral. Conforme colocamos anteriormente, eram homens que se preocupavam com as

³¹⁷ AYER, Douglas. op. cit., 1971, p.1051-1052.

³¹⁸ Ver: PEARSON Jr., Sidney A. Herbert Croly and Liberal Democracy. *Society*, v.35, n.5, jul. 1998, p.62-71; CROLY, Herbert. *The Promise of American Life*. CreateSpace, 2013.

³¹⁹ AYER, Douglas. op. cit., 1971, p.1055-1057.

desigualdades da nação, visualizando no *laissez-faire* e nos interesses das grandes corporações as razões pelas quais o país passava por uma crise social.

Portanto, proclamavam que a presença de homens “desinteressados” (*disinterested*) – em um sentido mais próximo de “neutros” ou “imparciais” – era indispensável para o bem das políticas governamentais do país. Croly, por exemplo, via com ótimos olhos a entrada desses intelectuais na esfera pública, desde que fossem dotados de conhecimento técnico e que objetivassem o bem público acima de interesses pessoais ou até mesmo partidários. Assim, defendeu um sistema administrativo mais “racional” em cooperação com a população.³²⁰

Com o declínio do progressismo e a ocorrência da Grande Depressão, Arnold passou a se posicionar de forma cada vez mais cética em relação à capacidade do homem comum – sem conhecimento técnico-científico – em participar nos principais assuntos do governo. Para ele, esse papel deveria estar restrito a uma elite pensante e qualificada para tocar as políticas no país. Arnold através dos anos passou a tomar um posicionamento cada vez mais elitista e distante do conceito de participação popular. Douglas Ayer via esse processo a partir da intenção do autor em estimular a “eficiência industrial”, que, por sua vez, só poderia ser alcançada através de uma tecnocracia capaz de administrar a produção e consumo de bens no país.³²¹

O economista Warren J. Samuels, por sua vez, não tinha dúvidas de que Thurman possuía uma concepção elitista da sociedade. Ele chamou atenção para o discurso presente em uma carta onde Arnold discutiu com um colega, o historiador Harrison C. Dale, sobre a importância das políticas no campo empregadas pelo *New Deal*. Arnold relatou nesse diálogo que a legislação fomentada pelo governo servia como forma de “desenvolver um campesinato [*peasantry*] feliz e contente”, ao mesmo tempo em que afastava posturas mais radicais e até revolucionárias dos trabalhadores agrícolas.³²²

O autor passou a considerar cada vez mais impertinente a participação de homens comuns nos negócios do governo. Esse posicionamento já estava presente em *Symbols*, quando ele argumentou que o país deveria ser governado a partir da perspectiva de um “manicômio”: políticos e intelectuais agiriam como psiquiatras que deveriam se preocupar com o “conforto” da população e não em explicar seu tratamento.³²³

³²⁰ PEARSON Jr., Sidney. op. cit., 1998, p.68-69; MCCLAY, Wilfred M. Croly's progressive America. *Public Interest*, n.137, fall 1999, p.56-72.

³²¹ AYER, Douglas. op. cit., 1971, p.1058-1061.

³²² SAMUELS, Warren. J. op. cit., 1979, p.1002-1003.

³²³ “From a humanitarian point of view the best government is that which we find in an insane asylum. In such a government the physicians in charge do not separate the ideas of the insane into

Reiteramos que autor advogava em favor de uma elite governamental, formada por administradores e pouco se interessava por projetos de participação popular direta.³²⁴ Apesar de questões como moral e hábitos terem sido relegadas à um papel secundário, ele seguia apegado à ideia de que o homem comum precisava ser guiado. Ora, se nem mesmo os segmentos mais intelectualizados escapavam de comportamentos irracionais, não cabia à massa opinar acerca da resolução dos problemas da nação. Em outras palavras, em grande parte, a preocupação de Arnold era evitar revoluções e regimes autoritários.

Segundo Gary Gerstle, era comum à época a ideia de que as pessoas necessitavam ser conduzidas por não serem capazes de compreender e controlar “emoções, sentimentos e preconceitos”. Dessa forma, podemos também considerar um padrão de uso da Psicologia Social na análise da sociedade, algo que não estava circunscrito à Arnold, de modo que constituía uma disciplina atrativa no período. Pensadores influentes, como o escritor Walter Lipmann, compreendiam que essa noção impunha limites ao caráter democrático dos Estados Unidos em troca da reconstrução econômica pós-Grande

any separate sciences such as law, economics, and sociology; nor then instruct the insane in the intricacies of these three sciences. (...) Their aim is to make the inmates of the asylum as comfortable as possible, regardless of their respective moral deserts”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1941, p.232-233.

³²⁴ Como veremos, a ideia de “elites intelectuais” que deveriam guiar as massas também pode ser vista na obra de outros autores do período. Entre eles, o espanhol José Ortega y Gasset (1883-1955), que em sua obra *A rebelião das massas*, defende que os homens comuns não deveriam participar da elaboração de projetos de poder, cabendo a “minorias superiores” assumirem esse papel: “Numa boa ordenação das coisas públicas, a massa é a parte que não atua por si mesma. Essa é sua missão. Veio ao mundo para ser dirigida, influenciada, representada, organizada – até para deixar de ser massa, ou pelo menos aspirar a isso. Mas não veio ao mundo para fazer tudo isso por si. Precisa submeter sua vida à instância superior, constituída pelas minorias excelentes”. Ortega y Gasset também defendia a colaboração entre políticos e esses indivíduos esclarecidos – que ele denominava como “profetas”. Norberto Bobbio concebia na obra do espanhol que “a ideia dominante é a de que existe, de um lado, minorias intelectuais destinadas a elaborar a grande política da renovação, e, de outro, massas à espera de serem plasmadas por espíritos superiores. Talvez não tenha existido autor, na Europa, que tenha expressado, mais do que Ortega, o espírito de casta do intelectual e tenha contraposto, com mais desdenhosa e orgulhosa confiança, a obra iluminadora dos intelectuais às paixões do homem gregário”. Ver: ORTEGA Y GASSET, José. *A Rebelião das Massas*. Campinas: Vide Editorial, 2016; BOBBIO, Norberto. op. cit., 1997.

Depressão.³²⁵ Gerstle pressupõe um semelhante “sentimento elitista” por parte desses intelectuais e formuladores de políticas públicas norte-americanos.³²⁶

Ainda nesse sentido, Gerstle também nos indica outra dimensão sobre essa ideia de supervisão das massas por parte de especialistas. Ele sugere que essa perspectiva surgiu em função de diminuir atritos motivados pelo preconceito e pelo racismo no país, ainda que não se tratasse de uma prioridade no período. De acordo com Gerstle, os liberais se fixaram em enfatizar as desigualdades da modernidade – principalmente nas relações entre elites econômicas e o restante da população – e acerca do consumismo, evitando discussões étnico-raciais. Ele considera que somente após a Segunda Guerra Mundial esses pensadores liberais passaram a defender com maior veemência políticas de direitos civis.³²⁷

No que diz respeito à Arnold, ele não era exceção em meio a esses intelectuais. Em suas obras, não foram feitas críticas às condições raciais dos Estados Unidos. As únicas menções feitas à raça e etnia são carregadas de preconceitos: ele julgava os filipinos como “primitivos”, os latinos como preguiçosos e se referia aos japoneses de forma pejorativa (“*coolies*”).³²⁸

Sem dúvidas, Arnold também era favorável ao aumento da presença de “burocratas” – aqui compreendidos como funcionários das agências administrativas – na condução dos negócios do governo. Assim como colocado anteriormente, o autor acreditava, como esperado, não na diminuição do tamanho das indústrias, julgando que a produção e o consumo nos Estados Unidos dependiam do poder dessas grandes corporações, mas a partir da regulação por parte do Estado, coibindo práticas abusivas e ineficientes.

O maior problema para Arnold estava justamente na distribuição e no consumo. Por essa razão, defendeu a expansão do aparato administrativo do governo promovido

³²⁵ Walter Lippmann (1889-1974) foi um influente jornalista, teórico social, filósofo e economista que entre outras coisas foi um dos fundadores do jornal *The New Republic*, juntamente com Herbert Croly. Também manteve uma coluna chamada “*Today and Tomorrow*”, inicialmente no *New York Herald* e depois no *Washington Post*, durante mais de trinta anos. Lippmann foi também conhecido pela sua obra “*Public Opinion*”, de 1922, onde promovia a educação pública através de estudos realizados por especialistas que deveriam informar à população noções que fossem relevantes para sua vida em sociedade. A partir dos anos 1930, Lippmann passou a defender a atuação de “intelectuais bem-intencionados” – como os *new dealers* – que deveriam guiar políticos em torno das necessidades da população. Ver: GOODWIN, Craufurd. *The Making of a Public Economist. History of Political Economy*, v.45, 2013, p.92-113.

³²⁶ GERSTLE, Gary. op. cit., 1994, p.1057-1059.

³²⁷ Ibid. p.1059-1072.

³²⁸ ARNOLD, Thurman. op. cit., 1941, p.109-112.
_____. op. cit., 1937, p.277-278.

pelo *New Deal*. Para Brinkley, Arnold “ênfatizava o papel de especialistas, agênâcias e processos burocráticos no controle do poder do monopólio e implícitamente repudiava a ideia de retornar autoridade econômica para a ‘população’”.³²⁹

Ou seja, se por um lado o autor escrevia em prol da “justiça social”, é importante considerarmos que se tratava de uma formulação contraditória: não somente ele circunscrevia à uma elite pensante o protagonismo nas escolhas da nação, como não se empenhava em torno de uma ampla redistribuição de renda e poder. Isto é, não vemos no decorrer de suas obras um enfoque em sugestões em torno da taxaão de fortunas ou ataques à condição financeira dos mais ricos. O objetivo principal das reformas para ele era consolidar uma gestão administrativa técnica que recuperasse as condições de consumo e produção no país.

Se compararmos o posicionamento do autor com outras propostas que salientam uma maior participação do homem comum e do trabalhador na busca pela diminuição da desigualdade, percebemos as diferenças em relação a Arnold. Pensadores ligados ao pluralismo, como John Commons, viam o *New Deal* pela perspectiva de um arranjo democrático e coletivo – ou, em suas palavras, “Democracia Coletiva” – onde trabalhadores e sindicatos disputavam um maior espaço no processo produtivo do país, até então dominado por empresários e suas corporações. Commons ênfatizava a participação do homem comum no desenvolvimento desse novo modelo capitalista que rejeitava o fascismo e o comunismo, mantendo as liberdades e direitos individuais dos cidadãos.

Arnold, por sua vez, não rejeitava o papel dos sindicatos, principalmente pelo apoio às reformas. Contudo, como colocamos anteriormente, durante seu período na Divisão Antitruste, entrou em choque com organizações sindicais, principalmente quando manifestou seu interesse em eliminar práticas dessas organizações que considerava danosas aos interesses dos consumidores norte-americanos. Ele buscou combater o que considerava a “corrupção” e possíveis “abusos” praticados por alguns sindicatos.

³²⁹ BRINKLEY, Alan. op. cit., 1996, p.113-115.

Nesse tema ele se distanciava dos chamados “atomistas”, que favoreciam a maior participação de homens comuns nos negócios e processos políticos no país. Para a grande referência intelectual do grupo, o juiz da Suprema Corte Louis D. Brandeis, era necessário refutar a expansão do aparato administrativo do Estado tanto quanto das grandes corporações. Brandeis concebia a necessidade de beneficiar os pequenos negócios que por sua vez trariam prosperidade para as populações à nível estadual e local. Ver: DAWSON, Nelson L. *Curbing Leviathan: The Social Philosophy of Louis D. Brandeis. The Register of the Kentucky Historical Society*, v. 77, n.1, winter 1979, p.30-45.

Importante reafirmarmos que ele teve essa postura em um período em que o governo buscou se aproximar cada vez mais dessas organizações em troca de apoio, o que fez com que Arnold fosse visto como um “provocador de trabalhadores” (*labor baiter*) mesmo entre os liberais. Portanto, o autor tinha uma posição ambígua com relação aos sindicatos de trabalhadores: ele compreendia sua função como secundária e por vezes como um empecilho para a eficiência da produção industrial.³³⁰

Imagem 2: Thurman Arnold em julho de 1938, durante seus primeiros meses na Divisão Antitruste, dialogando com seu contrerrâneo, o senador democrata Joseph O'Mahoney, que acabara de assumir a direção do *Congressional Monopoly Committee* (Comitê Congressional sobre Monopólio).

Fonte: Arquivo digital de fotos da Library of Congress. Disponível em: <https://lccn.loc.gov/2016873771>. Acesso: 10 out. 2019.

³³⁰ Ver: Daniel R. Ernst, op. cit., 1993, p.94-97; COMMONS, John R. Communism and Collective Democracy. *The American Economic Review*, v. 25, n.2, jun. 1935, p.212-223; WHALE, Charles J. Full Employment with Liberty: John R. Commons' Perspective and Its Continuing Relevance. *Journal of Economic Issues*, v.44, n.2, jun. 2010, p.559-567.

Portanto, a característica essencial que percorre o pensamento do autor é justamente a presença de uma elite intelectual regulando a economia e possíveis abusos das grandes indústrias. É possível verificarmos em *Symbols* como Arnold percebia a participação desses indivíduos no governo. Alcançar a “justiça social”, ou o que chamou de “nova visão econômica humanitária”, passava não pela participação das massas, mas por um “grande reservatório de habilidade técnica”.

Para Mark Fenster, o economista e sociólogo italiano Vilfredo Pareto (1848-1923) foi de alguma forma uma influência para Arnold. Sua ideia é fundamentada pelo fato de que Pareto era lido e discutido entre acadêmicos de Yale e Harvard durante os anos 1930. Fenster supõe que Arnold compartilhava de alguns conceitos com o autor italiano, ao favorecer uma elite administrativa como característica essencial de um sistema de governo em oposição ao ideal de *laissez-faire* e de individualismo. Não somente isso, o italiano também teria argumentado muito antes de Arnold em favor do uso de “símbolos de moral e doutrina política” como forma de manipulação das massas.³³¹

Assim, para o autor, havia uma relação direta entre a aceitação de uma tecnocracia e a consolidação de políticas sociais estimuladas pelo Estado:

“A esperança para essa nova crença econômica humanitária na América deve ser baseada na certeza de que existe um grande reservatório de habilidade técnica, capaz de conduzir uma grande máquina produtiva com nova energia e eficiência, desde que os ideais sociais possam ser aceitos que permitam que esse reservatório seja aberto”.³³²

Consideramos que o autor de fato propunha um diálogo com moderados em suas obras. Mas, é possível que um dos objetivos de Arnold ao escrever *Symbols* e *Folklore* fosse também defender a atuação dos *new dealers* e aconselhá-los com relação à conduta pela qual deveriam se comprometer a partir das circunstâncias do período. Para ele era essencial a consolidação desses homens na administração do país, pois seriam capazes de instituir uma “atitude científica” nas políticas de Estado.

Por entender esse processo como gradual, Arnold acreditava que homens como ele tinham a função de convencer a parcela de norte-americanos que seguia cética quanto a aproximação entre governo e intelectuais. A urgência do momento se misturava à convicção do autor em uma tecnocracia capaz de diminuir a interferência dos homens de

³³¹ Ver: FENSTER, Mark. op. cit., 2003, p.1053-1118.

³³² “The hope for this new humanitarian economic creed in America must be based on the belief that there exists a huge reservoir of technical skill, capable of running a great productive machine with energy and efficiency, provided that social ideals can be accepted which permit this reservoir to be tapped”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1941, p.266-267.

negócios nos assuntos do governo, a quem se referiu como “psicopatas da alta classe”, mas também dificultar a ação de “demagogos” ou “fanáticos por controle social”:

“Assim como a noção da personalidade adulta tolerante cresce em compreensão popular, a oportunidade de uma atitude científica em relação ao governo vai necessariamente se ampliar. Uma vez que essa concepção se torne um pressuposto inquestionável, os dias do psicopata de alta classe e do fanático por controle social terminarão”.³³³

Podemos compreender o projeto do autor a partir da ideia de que ao intelectual cabia a participação direta, ou seja, a saída das discussões acadêmicas e o comprometimento com a ação. Ao apresentar uma técnica de compreensão das dinâmicas da sociedade – isto é, do funcionamento do que chamou de símbolos e folclore – o autor a oferecia como ferramenta prática para pensadores reformistas exercerem um “controle social” sobre a população, evitando os radicalismos.³³⁴ É dessa forma que devemos perceber Arnold mais como um “pregador” do que um “organizador”.

Conforme colocado por Warren J. Samuels, Thurman possibilitava ao leitor a compreensão de que agentes e legisladores se valiam da manipulação de símbolos e ideias no processo de formulação de políticas públicas. Se por um lado o uso desses conceitos ajudava a “classificar e expressar ideias”, sua utilização era também capaz de “obscurer” a percepção da população a respeito de temas relevantes, como ocorria durante a Grande Depressão na crítica ao papel do Estado na economia.³³⁵

A defesa do papel do homem pensante em suas obras perpassava a tentativa de convencer a população da função proposta a esses indivíduos na “distribuição de bens” da nação. Sua importância deveria estar acima das crenças no livre-mercado e na “independência e dignidade do homem de negócios”:

“Hoje, podemos observar a ascensão de uma classe de engenheiros, comerciantes, pequenos executivos e assistentes sociais – todos envolvidos em efetivamente administrar os assuntos temporais do país. A mitologia corrente os coloca no papel de servidores, não de governantes. Assistentes sociais recebem um papel subordinado. Para os propósitos de política governamental, suas ideias humanitárias são certamente perigosas, porque eles colocam em questão a atual eficiência na distribuição de bens acima da reverência pela independência e dignidade do homem de negócios”.³³⁶

³³³ As the notion of tolerant adult personality grows in popular comprehension, the opportunity for a scientific attitude toward government will necessarily broaden. Once that conception becomes an unquestioned assumption, the day of the highclass psychopath and fanatic in social control will be over". Ibid. p.270.

³³⁴ ERNST, Daniel R. op. cit., 1993, p.100.

³³⁵ SAMUELS, Warren J. op. cit., 1979, p.1009.

³³⁶ “Today we can observe the rise of a class of engineers, salesmen, minor executives, and social workers – all engaged in actually running the country’s temporal affairs. Current mythology puts them in the role of servants, not rulers. Social workers are given a subordinate role. For purposes

É possível supormos que outro foco do autor era argumentar em favor da aceitação dessa tecnocracia, para que fosse vista com a mesma “reverência” pela qual eram vistos os homens de negócios. Arnold clamava aos seus leitores moderados e que ainda possuíam alguma desconfiança com o *New Deal*, que compreendessem a função que essa nova “classe” dotada de conhecimento técnico passava a adquirir nas questões administrativas do país. A manutenção dos Estados Unidos como uma democracia era o que estava em jogo e o autor tinha convicção de que propunha uma solução “razoável” para indivíduos a quem se referia como “conservadores” com posturas “humanitárias”.

Por fim, é importante considerarmos a posição do autor em meio a esse mundo intelectual dos anos 1930. Esse pensamento elitista propagado por Arnold, também se refletia em sua origem social, de uma família abastada e ligada à política local. Mas, da mesma forma, se explicava pela relação próxima que mantinha com influentes pensadores do período da Grande Depressão.

of governmental policy their humanitarian ideas are positively dangerous, because they put consideration of actual efficiency in the distribution of goods above reverence for the independence and dignity of the businessman. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.38.

CAPÍTULO 4 – Recepções de *Symbols* e *Folklore*: Thurman Arnold nos debates dos anos 1930

Trata-se aqui de, mesmo que brevemente, apontar aspectos da recepção das obras do autor, indicando que diferentes pensadores as avaliaram. Verificamos também as correspondências de Thurman Arnold, onde ele expõe parte de seu processo criativo, mas também relata momentos de sua vida que contribuem para compreendermos seus objetivos ao elaborar os livros.

Por meio de uma série de contatos influentes entre liberais das grandes universidades, Thurman Arnold se aproximou do governo Roosevelt desde seus primeiros dias, ainda que inicialmente não tenha se afastado de discussões acadêmicas relacionadas ao realismo legal. Em *Symbols*, ele mesclou a defesa do *New Deal* com resultados de suas pesquisas anteriores e em *Folklore*, reiterou boa parte de seu discurso em favor da administração.³³⁷ Ainda que tivesse passado algum tempo afastado da política, é importante considerarmos o autor como alguém que não perdeu o interesse na participação direta no meio político, algo que buscamos sublinhar nos capítulos anteriores. Arnold decerto era alguém empenhado em contribuir com a administração e percebia de forma oportuna o movimento de pensadores que saíam das universidades para o governo.

Entre os anos de 1935 e 1937 houve a intenção do autor em ampliar a circulação de seus trabalhos – meio através do qual ele esperava garantir um posto relevante na administração Roosevelt. Mas, em segundo plano, também presumia aumentar seu prestígio pessoal e ganhar mais dinheiro com a venda de exemplares. Era natural que Arnold buscasse ampliar as vendas do seu trabalho e que, como consequência, sua divulgação atraísse mais olhares na capital.

Dessa forma, nos é importante, ao longo do capítulo, verificar as recepções às obras de Arnold da seguinte maneira: *Symbols* e *Folklore* foram avaliadas a partir de uma perspectiva teórica – que apreciava suas contribuições para a área do Direito, da Economia e das Ciências Sociais – mas, também por seus valores como panfletos políticos, pois sem dúvidas o autor tinha um posicionamento claro a respeito as questões de seu tempo e não abria mão de apresentá-lo.

³³⁷ De acordo com Spencer Waller, *Symbols* constituiu uma expansão de boa parte dos primeiros trabalhos de Arnold em Yale e a ideia de escrevê-lo surgiu a partir do seminário para alunos de Direito que organizou juntamente com Edward Robinson. WALLER, Spencer Weber. op. cit., 2005, paginação irregular.

4.1 Recepção de Symbols

Symbols foi originalmente publicado por prestigiosa editora universitária – a Yale University Press – e com o preço de 2,50 dólares no momento de seu lançamento em 1935.³³⁸ O custo relativamente alto da publicação, nos permite pensar não se tratar de um livro de fácil acesso para a maioria dos norte-americanos. Levando em conta o tema complexo, o contexto de crise econômica e o alto desemprego durante a Grande Depressão, podemos supor que, em grande parte, eram apenas indivíduos de classes mais abastadas, ou um público culto, que adquiriram a obra de Arnold. Além disso, um certo descaso – na opinião do autor, como veremos em breve – da editora contribuiu para que *Symbols* não tivesse grande repercussão.

Portanto, a maior parte da recepção que pudemos verificar tem origem em resenhas e comentários de periódicos científicos, principalmente aqueles das áreas do Direito, Sociologia, Ciência Política e Economia. Em menor escala, alguns jornais e revistas também apresentaram um juízo acerca da publicação. Entre elas, encontramos duas resenhas nesses meios de maior circulação: uma delas escrita por William Seagle no *The New York Times* e a outra por Walton Hamilton na revista *The Nation* – respectivamente, um jornal de grande fluxo no país e uma revista mensal de matiz liberal.

A resenha de William Seagle, no *The New York Times*, corresponde a um certo padrão de avaliação do livro, pois boa parte de seus avaliadores tinha alguma relação ou eram favoráveis ao *New Deal*.³³⁹ Seagle considerou *Symbols* um trabalho elaborado para um “público mais amplo”, a despeito do conteúdo do livro.

Ele apresentou a argumentação de Arnold em torno da importância de símbolos e da existência de um “folclore social” arraigado na população – ainda que conceituando o método de análise do autor como “aparato sociológico pseudocientífico”. Também discutiu a influência na sociedade de determinados juízos aos quais o autor se referia

³³⁸ Um cálculo realizado hoje aponta um índice de 1772% de inflação, convertendo o custo da obra para o equivalente a 45,51 dólares nos dias de hoje. Dados retirados do site <https://www.usinflationcalculator.com/>. Acesso em: 19 set. 2019.

³³⁹ William Seagle (1898-1977) foi um advogado que atuou no *National Labor Relations Board* do *New Deal* em seus primeiros anos e novamente na década de 1960. Realizou sua formação na Columbia Law School, onde foi um dos editores da *Encyclopedia of the Social Sciences* durante os anos de 1928 e 1934, também colaborou com diferentes revistas como a *Smart Set* e *The American Mercury*. Além disso, publicou livros da área do Direito. Ver: WILLIAM SEAGLE, N.L.R.B. Lawyer, Was Author of Books on the Law. *The New York Times*, New York, p.24, 2 jan. 1978. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1978/01/02/archives/william-seagle-nlrblawyer-was-author-of-books-on-the-law.html>. Acesso em: 15 ago. 2019.

como “princípios fundamentais” das Ciências Sociais – como, por exemplo, a opinião de que a expansão do governo era algo insensato e que incidia nas liberdades dos indivíduos. Seagle se mostrou favorável ao argumento de Arnold de que esses juízos eram responsáveis por um “infame atraso” no funcionamento de “instituições sociais”: uma referência ao novo papel que o Estado e suas agências tomavam nas relações econômicas e no auxílio financeiro aos norte-americanos.

“Muitos dos componentes desse folclore social são considerados como ‘princípios fundamentais’ das várias Ciências Sociais, mas o Professor Arnold não está interessado nelas como tal. Ele não está preocupado se elas são ‘verdadeiras’ ou ‘falsas’, mas deseja somente investigar seus papéis no pensamento social. Ele vê pouca necessidade em teorias que para ele parecem apenas confundir as realidades das instituições sociais e prevenir o crescimento de atitudes verdadeiramente científicas. De fato, sua teoria é uma para eliminar todas as teorias. Ele quer estudar ideais sociais com a objetividade com que o antropólogo deveria demonstrar em dissecar sociedades primitivas. É somente dessa forma que ele acredita que o notório atraso das Ciências Sociais em relação às Ciências Naturais pode ser corrigido”.³⁴⁰

Seagle afirmava a intenção de Arnold de que ele não se preocupava com a veracidade ou não dos dispositivos que mobilizavam a sociedade a acreditar em determinadas premissas. Ainda assim, considerou que Arnold buscava uma teoria que suprimisse aquilo que via como prejudicial à aceitação dos projetos reformistas. Em outras palavras, Arnold buscava a verdade inquestionável sobre o tema e acreditava tê-la alcançado.

Seagle concordava com o posicionamento político do autor acerca de como ideias ultrapassadas de administração pública, ainda ligadas ao liberalismo clássico, atrapalhavam o desenvolvimento do que concebia como “atitudes verdadeiramente científicas” para o governo. Conforme pudemos perceber nos capítulos anteriores, existia entre os reformistas do início do século XX a necessidade de relacionar a expansão das

³⁴⁰ “Many of the components of this social folklore are regarded as the ‘fundamental principles’ of the various social sciences but Professor Arnold is not interested in them as such. He is not concerned with whether they are ‘true’ or ‘false’ but wishes only to probe their roles in social thinking. He has little use for theories which seem to him only to befuddle the realities of social institutions and prevent the growth of truly scientific attitudes. Indeed his is a theory to end all theory. He wants to study social ideals with the objectivity which the anthropologist is supposed to display in dissecting primitive societies. It is only in this way that he believes the notorious lag of the social behind the physical sciences can be remedied”. SEAGLE, William. *The Symbols by Which Men are Governed.*: THE SYMBOLS OF GOVERNMENT. By Thurman W. Arnold. 278 pp. New Haven: Yale University Press \$2.50. *The New York Times*, New York, p.14, 19 jul. 1936. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1936/07/19/archives/the-symbols-by-which-men-are-governed-the-symbols-of-government-by.html>. Acesso em: 19 ago. 2019.

capacidades administrativas do governo com a aplicação de um método “técnico-científico” nas instituições públicas.

Por outro lado, Seagle criticou o autor em alguns pontos fundamentais. Primeiramente, julgou que ele havia exagerado no uso da ironia e da sátira – no que tinha razão – o que também o levou a questionar a escolha de Arnold por “comentários alarmantes, por exemplo, de que os direitos de grupos inarticulados têm sido protegidos pelo Tammany Hall”, a máquina eleitoral novaiorquina. Em seguida, apontou que o autor tinha “ideias igualmente curiosas sobre a Rússia e a Alemanha que talvez pudessem ser mais bem descritas como teorias”:

“De fato, não é necessário dizer que, como todos os satiristas, em alguns momentos o Professor Arnold exagera e até ocasionalmente desce até a caricatura. Ele têm um grande apreço por analogias que frequentemente são bastante capciosas. Algumas vezes ele menospreza bases racionais de atitudes e princípios, por exemplo, os problemas reais; e ele pode, algumas vezes, fazer comentários alarmantes, por exemplo, que os direitos dos grupos inarticulados têm sido protegidos pelo Tammany Hall em Nova York, e que ele têm algumas ideias igualmente curiosas sobre a Rússia e a Alemanha, que podem talvez ser melhor descritas como teorias”.³⁴¹

É interessante atentarmos para como eram recebidas algumas das questões levantadas em *Symbols*. Certas opiniões de Arnold eram vistas com reserva e críticas até mesmo por um *new dealer* como Seagle. Suas propostas, ainda que de forma geral em defesa do *New Deal*, não ganharam unanimidade. A utilização de regimes autoritários como exemplos em *Symbols* e *Folklore* também incomodava alguns de seus avaliadores, tema que voltaremos em breve.

Outra interessante análise do livro foi elaborada pelo economista Walton Hamilton, amigo e colega de Arnold em Yale, na revista *The Nation*.³⁴² Hamilton dedicou

³⁴¹ “Of course it is hardly necessary to say that like all satirists, Professor Arnold at times exaggerates and even occasionally descends to caricature. He has an extreme fondness for analogies which are often highly specious. He sometimes slights the more rational bases of attitudes and principles, for instance, the real problems; and he can sometimes make some rather startling statements, for instance, that the rights of inarticulate groups have been protected by Tammany Hall in New York, and he has some equally curious ideas about Russia and Germany, which might perhaps better be described as theories”. Ibid.

³⁴² Walton Hale Hamilton (1881-1958) foi um economista e professor universitário, além de um dos proponentes da “abordagem institucional” na Economia – que observava a agência de instituições na vida econômica da nação, buscando compreender como leis, decisões das cortes, hábitos do cotidiano e sistemas de remuneração influíam no pensamento econômico do país. Também buscava compreender o papel de processos históricos no funcionamento das instituições sociais. Hamilton era crítico da ideia de que o mercado era capaz de se “autorregular” e defendia propostas que envolvessem novos métodos de “controle” da economia por parte do Estado. Foi responsável pela formação de alguns pensadores ligados ao *New Deal* como Mordecai Ezekiel, Isador Lubin e Winfield Riefler. Trabalhou como professor de Direito em Yale durante os anos

boa parte de seu comentário a repudiar a maneira como parte da opinião pública buscava relacionar as políticas do governo Roosevelt com o fascismo por um lado e o comunismo por outro:

“Nesse momento, um conflito de interesses no governo americano é uma batalha de símbolos. Uma rede de jornais – cujo slogan deveria ser, na realidade, ‘um jornal antiamericano para leitores desinformados’ – está tentando identificar tudo que seu proprietário desaprova com o comunismo. Uma associação de fabricantes – dificilmente ela mesma imune à acusação – está tentando amarrar o ‘fascismo’ a uma administração hostil”.³⁴³

O fato de um empreendimento reformista como o *New Deal* ser enquadrado ao lado dessas “teorias radicais” incomodava o economista. Não obstante, ele elogiou o esforço de Thurman Arnold em identificar os “símbolos do inimigo” interno – no caso dos partidários do livre-mercado e contrários à presença do governo na economia – e o meio pelo qual era possível utilizá-los no ataque ao liberalismo clássico.

A proximidade de Hamilton com o autor de certo teve influência em seu posicionamento. Ele se absteve de realizar críticas à obra, preferindo dar credibilidade à Arnold: citou sua formação acadêmica, seus anos em Princeton e Harvard, além de seu então cargo como professor em Yale. Hamilton sugeriu que *Symbols* se tratava mais de uma “introdução” aos assuntos que o autor pretendia abordar. Apontou também que não era o interesse de Arnold apresentar uma “declaração definitiva” em relação ao que diagnosticava: “Os dez finos capítulos não contêm nada que se aproxime de uma declaração definitiva sobre seu assunto; eles são uma primeira e não uma última palavra acerca de seu assunto e em parte alguma ele esfrega os ombros com os absolutos do dogma”.³⁴⁴

em que Arnold esteve na instituição, quando também se tornaram próximos. Após o falecimento de Hamilton, em 1958, Arnold homenageou o colega, a quem chamou de “um dos mais antigos amigos”, em um artigo na *Yale Law Journal*. Ver: HAMILTON, Walton H. The Institutional Approach to Economic Theory. *The American economic Review*, v.9, n.1, mar. 1919, p.309-318; RUTHERFORD, Malcolm. On the Economic Frontier: Walton Hamilton, Institutional Economics, and Education. *History of Political Economy*, v. 35, n.4, 2003, p.611-653; ARNOLD, Thurman. Walton Hale Hamilton. *The Yale Law Journal*, v.68, n.3, jan. 1959, p.309-400.

³⁴³ “At this moment the clash of interests in American government is a battle of symbols. A chain of dailies – whose slogan should really be ‘an un-American newspaper for uninformed readers’ – is attempting to identify everything of which the proprietor disapproves with communism. An association of manufacturers – hardly itself immune to the charge – is seeking to fasten ‘fascism’ upon an unfriendly Administration”. HAMILTON, Walton H. The Reality of Symbols: Symbols of Government. By Thurman W. Arnold. Yale University Press. \$2.50. *The Nation*, New York, Vol. 142, No.3679, p.51-52.

³⁴⁴ “The ten slender chapters contain nothing approaching a definitive statement of his subject; they are a first, not a last, word on his subject, and nowhere does he rub elbows with the absolutes of dogma”. Ibid. p.52.

Hamilton concluiu sua avaliação reputando o discurso do autor como “jovial e virginal”, exaltando, da mesma forma, o que percebeu como auxílio em “nos tirar da depressão pelo uso da economia [considerada] insensata” – isto é, pelas novas políticas econômicas propostas pelos *new dealers*:

“Mas eu não sei de nada tão jovial e virginal que tenha ultimamente surgido na antiga fortaleza do aprendizado. Uma mente em perfeitas condições poderia resumir em uma ortodoxia presunçosa – muito em evidência ultimamente – como ‘uma indisposição em nos tirar da depressão pelo uso da economia insensata’”.³⁴⁵

Outros autores examinaram o trabalho de Arnold por meio de distintas perspectivas.³⁴⁶ Entre os artigos do meio do Direito, encontramos três professores, de diferentes regiões dos Estados Unidos: Max Radin (Califórnia), Thomas Munford Boyd (Virgínia) e Alexander Hamilton Frey (Pensilvânia) – esse último responsável por uma crítica mais contundente do que a dos demais. Os três apontaram uma similaridade entre o livro de Arnold e *Law and Lawyers* (1935) de Edward S. Robinson.³⁴⁷

Max Radin, então professor de Direito na University of California, teceu elogios ao comprometimento do autor com o realismo legal. Ele considerou que ao tentar explicar o enraizamento de certas ideias e concepções dos norte-americanos contra reformas, conceituando-os como uma estrutura de símbolos, Arnold operava dentro da perspectiva realista.³⁴⁸ O advogado virginiano Thomas Munford Boyd, em uma resenha para a *Virginia Law Review*, também afirmou que *Symbols* contribuía de alguma forma para o

³⁴⁵ “But I know of nothing as joyous and virginal which has of late come out of an ancient fortress of learning. An untainted mind alone could epitomize a smug orthodoxy - much in evidence of late - as ‘an unwillingness to have us get out of the depression by the use of unsound economics’”. Ibid.

³⁴⁶ De acordo com Spencer Waller, *Symbols* foi examinado em mais de vinte periódicos do Direito, além de “incontáveis” publicações e jornais. Não foi possível verificar essas publicações e o próprio Waller na biografia privilegia reações do meio acadêmico. WALLER, Spencer Weber. op. cit., 2005, paginação irregular.

³⁴⁷ Conforme indicamos nos capítulos anteriores, Arnold e Robinson não somente expunham convicções similares, como também conduziram um seminário na Yale Law School chamado “Processo Judicial do Ponto de Vista da Psicologia Social”, onde discutiram com alunos de graduação a relação entre o Direito e a Psicologia. Ambos tinham interesse na forma como princípios pessoais e escolhas políticas influenciavam as decisões nas cortes e no funcionamento das leis. Para Waller, essas discussões formuladas por ambos tiveram *Symbols* e *Law and Lawyers* como resultados. Ambos foram lançados em 1935, mas somente a produção de Arnold recebeu “maior parte da atenção”. Ibid.

³⁴⁸ RADIN, Max. The Symbols of Government By Thurman W. Arnold. *Harvard Law Review*, v.49, n.8, jun. 1936, p.1397-1401.

realismo, ainda que afirmando que o autor por vezes se afastava das opiniões de seus colegas.³⁴⁹

Assim como Radin, ele elogiou o trabalho de Arnold, ainda que julgasse que ele não havia sugerido “nada que fosse revolucionário”. Pelo contrário, apontou o esquema de símbolos do autor como “um [meio] moderador flexível das atitudes popularmente concebidas de liberais e conservadores”.³⁵⁰ Boyd conceituou o autor como alguém com um ponto de vista mais moderado, evitando adotar concepções absolutas de qualquer um dos lados: um juízo que nos permite supor que Boyd se identificava, igualmente, com um posicionamento político mais moderado. Por fim, terminou seu parecer elogiando as observações “apuradas e fundamentadas” do autor, recomendando a publicação como útil para “estudiosos do governo”.³⁵¹

Já Alexander Hamilton Frey, professor da Pennsylvania Law School, se posicionou de forma cética acerca da publicação de Arnold. Ele desqualificou a maneira como o autor fez uso de uma perspectiva multidisciplinar entre Direito e Psicologia ao examinar *Symbols*: “O maior erro nesse volume é uma tentativa de alguma forma pretenciosa de [criar] um ambiente psicológico”.³⁵²

Frey chamou atenção para a obra como resultado do seminário colaborativo em Yale e sugeriu que o trabalho de Robinson “se interligava” ao de Arnold. Ele também questionou a maneira como o autor “personifica ‘instituições’ (o termo não é definido de forma alguma, mas aparentemente inclui cortes, bancos comerciais e agências do governo) e imputa o mesmo processo de faz-de-conta em tais pessoas artificiais”.³⁵³

Apesar de compreender que o esforço do autor era examinar o que chamou de “influência inibidora” de símbolos que evitava mudanças nas esferas econômica e política, Frey avaliou que os argumentos em *Symbols* não podiam ser conceituados como “irrefutáveis”. Também descreveu a estrutura da obra como “desordenada”. E, além

³⁴⁹ BOYD, Munford T. The Symbols of Government By Thurman W. Arnold. *Virginia Law Review*, v.22, n.8, jun. 1936, p.969-970.

³⁵⁰ “In it the author appears as a tolerant moderator of the popularly conceived liberal and conservative attitudes (...) In ‘The Symbols of Government’ Mr. Arnold has suggested nothing revolutionary.” Ibid. p.970.

³⁵¹ “Whatever his approach to his subject, his observations are keen and thoughtful. Students of government will find his book worth reading, and perhaps re-reading.” Ibid.

³⁵² “The chief flaw in the volume is a somewhat pretentious attempt at a psychological atmosphere”. FREY, Alexander Hamilton. The Symbols of Government by Thurman W. Arnold. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science, The Constitution in the 20th Century*, v.185 mai. 1936, p.215-216.

³⁵³ “In this volume he personifies ‘institutions’ (the term is nowhere defined but apparently includes courts, commercial banks, and government bureaus), and ascribes the same process of make-believe to such artificial persons”. Ibid.

disso, sugeriu que Arnold não foi capaz de cumprir seu objetivo de “examinar as Leis e a Economia como conjunto de verdades”. Frey supôs que o real objetivo do autor era provocar seus leitores, e que tivesse ele “aderido a esse propósito [de examinar as Leis e a Economia] e ilustrado a maneira como a conduta de indivíduos específicos é condicionada pelo pensamento simbólico”, teria sido mais capaz de convencer os leitores com suas reflexões.³⁵⁴

Note-se algumas perspectivas do pensamento do período, buscava-se apreender a “verdade” na Economia, nas Leis, no funcionamento da sociedade. Infere-se também um certo elitismo que não tomava apenas Thurman Arnold, como vimos anteriormente, mas o mundo intelectual, já que encontrar a “verdade” não era tarefa que demandava estudo e técnica.

Se por um lado o objetivo do livro era tratar questões pensadas inicialmente pela perspectiva do funcionamento das Leis e da Economia, pensadores das Ciências Sociais também se debruçaram sobre o trabalho de Arnold. Se os profissionais do Direito aqui comentados viram com reserva o trabalho, os de Ciências Sociais, ao contrário, teceram elogios à obra.

O *Journal of Educational Sociology* publicou uma curta resenha de *Symbols*, sem autor identificado, reputando a obra como “uma das críticas mais desafiadoras do governo que o presente escritor [da resenha] leu nos últimos anos”.³⁵⁵ Ela foi igualmente exaltada por suas críticas e acusações “verdadeiras” e “claras” – ainda que o resenhista não tenha especificado exatamente do que se tratassem – e por promover a necessidade de um “governo competente, prático, oportuno”. Por fim, aconselhou que fosse lida por “todas as pessoas do campo” das Ciências Sociais.

De forma semelhante, Edward S. Corwin, cientista político que havia sido professor de Arnold durante seu período em Princeton, considerou *Symbols* uma obra de valor para a área da Ciência Política.³⁵⁶ Entretanto, pareceu compreender o autor por uma

³⁵⁴ “Had the author adhere to this purpose and illustrated the manner in which the conduct of specific individuals is conditioned by symbolic thinking of this type, the product would have been much more convincing”. Ibid.

³⁵⁵ “Without emotion but with irrefutable data, Dr. Arnold has presented one of the most challenging criticism of government the present writer has read in recent years. Yet the criticisms are so true and the accusations so apparent that the reader must inevitably conclude with the author that the blind worship of the symbols must give way ‘for a competent, practical, opportunistic government’. This book should be in the hands of every person in the field”. The Symbols of Government by Thurman W. Arnold. *The Journal of Educational Sociology*, v.9, n.7, mar. 1936, p.448.

³⁵⁶ WALLER, Spencer Waller. op. cit., 2005, paginação irregular; CORWIN, Edward S. The Symbols of Government by Thurman W. Arnold. *The American Political Science Association*, v.30, n.3, jun.1936, p.581-583.

perspectiva equivocada: ele supôs que Arnold no fundo rejeitava o que chamou de “propagandistas técnicos” – aqui percebidos como os intelectuais especialistas tão exaltados pelo *new dealer* – e julgasse que o “público americano” fosse de fato capaz de se orientar por si só e compreender as vantagens do conhecimento técnico nos assuntos de governo. Também julgou que “cientistas políticos podem se beneficiar” e se entreter com a publicação de Arnold.³⁵⁷

4.1.1 Arnold e o marxismo no debate com Harold J. Laski

Entre as recepções a *Symbols*, fomos capazes de identificar na do pensador britânico Harold J. Laski, um debate direto com o autor. Laski não apenas era um indivíduo respeitado no meio acadêmico norte-americano, como também era do círculo intelectual de Arnold, ainda que alguém mais à esquerda no campo político. Laski era Cientista Político e nos anos 1940, líder do Partido Trabalhista Britânico e deu aulas em Harvard onde se aproximou dos intelectuais reformistas norte-americanos.³⁵⁸ Diante disso, um diálogo se estabeleceu entre ambos também em correspondências. Um dos principais temas surgiu a partir de um questionamento do britânico em torno do uso da perspectiva marxista – que ele via como capaz de auxiliar Arnold a pensar soluções para os problemas propostos.

Laski produziu uma resenha sobre o trabalho de Arnold e elogiou a forma como o autor denunciou crenças e convicções legais e econômicas que atrasavam o desenvolvimento de políticas reformistas. De maneira semelhante, reforçou o argumento

³⁵⁷ “This is a book from which political scientists can obtain much profit, as well as entertainment”. Ibid.

³⁵⁸ Harold J. Laski (1893-1950) foi um influente intelectual inglês da primeira metade do século XX. Apesar de uma formação inicial na História, foi professor de Direito em Harvard durante os anos 1910 e de Economia nos anos 1920 na London School of Economics. Também se destacou como pensador de teorias políticas internacionais, além de crítico do sistema capitalista. Se tratava de um homem à esquerda, que desde seus anos de graduação demonstrou interesse em apoiar causas de trabalhadores e em favor do sufrágio feminino na Inglaterra. Foi durante anos ativo no Partido Trabalhista Britânico e na Sociedade Fabiana. Durante a Primeira Guerra Mundial, mudou-se inicialmente para o Canadá e depois para os Estados Unidos – quando assumiu como professor em Harvard – onde tornou-se amigo de Felix Frankfurter, conhecido em comum de Arnold. Laski, a despeito de sua preferência pelo socialismo e descrença em relação ao capitalismo, não era favorável a mudanças de governo impulsionadas por revoluções e se posicionava contrário a ditaduras, preferindo buscar soluções democráticas para as desigualdades de classe. Ainda que crítico à forma como os interesses dos homens de negócios eram privilegiados nos Estados Unidos – algo que percebia ratificado pela Constituição – via com bons olhos o *New Deal* e admirava Franklin Delano Roosevelt. Ver: LAMB, Peter. Harold Laski (1893-1950): Political Theorist of a World in Crisis. *Review of International Studies*, v.25, n.2, abr. 1999, p.329-342.

de que era necessário imprimir um caráter mais “científico” ao funcionamento das instituições norte-americanas e aos métodos legais, julgando que ainda estavam em uma fase “pré-científica”.

Apesar de avaliar positivamente o livro, Laski também tinha ressalvas a respeito do discurso irônico adotado pelo autor, acreditando que tanto acadêmicos quanto o público geral não apreciavam essa prática. Da mesma forma, se incomodava com a falta de soluções para as questões identificadas por Arnold. Faltou ao autor, segundo Laski, uma “Filosofia da História” capaz de projetar respostas para os impasses sugeridos na obra.³⁵⁹ Essa “filosofia” se baseava principalmente na utilização do método de “investigação” marxista:

“A única Filosofia da História, na minha opinião, que permita isso efetivamente, é aquela associada aos nomes de Marx e Engels. Assim que percebermos que as relações legais na sociedade são, em geral, a expressão das relações de classe, assim que reconheçamos o poder supremo coercitivo do Estado, mantido à disposição daqueles que possuem os instrumentos de produção, os processos da lei começarão a se clarear de uma maneira fundamental”.³⁶⁰

Com relação à recepção de *Symbols* elaborada por Laski, Arnold nos deixou duas correspondências que permitem expandir o diálogo entre esses intelectuais. A primeira delas antecede em alguns meses a publicação da crítica e a segunda trata-se de uma resposta direta de Arnold à resenha de Laski. Em ambas o autor se dirige ao pensador britânico de forma afetiva, tratando-o como alguém próximo e concebendo importância à sua opinião.

Na correspondência de 9 janeiro de 1936, Arnold se queixou a Laski de que boa parte de seus “melhores amigos” não estavam dispostos a aceitar aquilo que preconizava em seu livro, muito em função do tom irônico adotado. Em contraposição, Laski não somente teria compreendido o autor, ainda que criticasse alguns pontos de seu trabalho, como avaliado que *Symbols* passaria aos poucos por um processo de aceitação.³⁶¹

³⁵⁹ Ao aconselhar o uso de uma “Filosofia da História”, Laski estava pensando que Arnold deveria se valer da observação não da interação entre indivíduos, mas do “aparato institucional” e do “governo como força, exercitando a autoridade do Estado”, o que implicava também no estudo das relações históricas entre indivíduos e os Estados. LASKI, Harold J. *The Symbols of Government* by Thurman W. Arnold. *The Yale Law Journal*, v.45, n.5, mar.1936, p.951-953.

³⁶⁰ “The one philosophy of history, so far as I can see, which does this effectively is that associated with the names of Marx and Engels. Once we realize that the legal relations of society are, broadly speaking, the expression of class-relations, once we recognize in the state supreme coercive power held at the disposal of those who own the instruments of production, the processes of law begin to clarify themselves in a fundamental way”. Ibid.

³⁶¹ É possível supormos que ambos estivessem pensando principalmente na aceitação dos argumentos de Arnold por parte da comunidade acadêmica, ainda que o autor certamente se

O documento também nos indica que Laski já havia sugerido diretamente ao autor que fizesse uso de uma “teoria política” que explicasse as relações de classe nos Estados Unidos. Também verificamos um Arnold queixoso a respeito do processo de publicação, alegando que o rascunho de *Symbols* estaria mais próximo de suas ideias do que o “produto final”, assunto que trataremos melhor no próximo tópico.

Na segunda carta enviada a Laski, datada de 28 de fevereiro de 1936, Arnold se prestou a agradecer seu correspondente pela “generosidade” com que ele havia feito elogios e críticas que pudessem ajudá-lo a seguir pensando seus questionamentos.³⁶² Porém, se viu compelido a justificar suas escolhas em não fornecer soluções específicas e defender sua opção de não empregar o marxismo:

“A dificuldade do último capítulo, é que eu ainda não fui capaz de achar palavras para expressar propriamente uma ciência *sobre* a lei e o governo. Eu faço uma distinção em minha própria mente de uma ciência da lei e uma ciência *sobre* a lei. Eu concordo com você que podemos entender melhor a história da Suprema Corte dos Estados Unidos ou o código napoleônico através de uma apreciação do governo como expressão da relação entre classes do que através dos olhos de qualquer teoria governamental convencional. E ainda assim, eu não confio nessa explicação da sociedade [marxismo]. Me parece uma ferramenta admirável para reforma, mas não uma plataforma para observação. Como profeta, eu vejo políticos sempre tomando conta do governo. Eu estou, portanto, procurando símbolos para colocar uma diferente classe de políticos no poder. Não um conjunto de políticos mais inteligentes ou intelectuais, porque eu duvido da eficácia da razão na ação política, mas um conjunto de pessoas com um tipo diferente de objetivo. Para colocar essas pessoas no poder, eu preciso trabalhar uma filosofia não-intelectual para eles, já que eles são oportunistas e uma filosofia deve justificar o oportunismo de uma forma um pouco diferente. O problema de um slogan de ampla visão para tais pessoas, é que permite que rejeitem objetos humanitários práticos direcionados a resolver o problema dos americanos.”³⁶³

preocupasse com a aprovação de seu livro por um público mais amplo. GRESSLEY, Gene M. op. cit., 1977, p.217-218.

³⁶² Ibid. p.224-225.

³⁶³ “The trouble with the last chapter is the fact that I have as yet been unable to find words to properly express a science *about* law and government. I make a distinction in my own mind of a science of law and a science *about* law. I will agree with you that we can understand the history of the Supreme Court of the United States or the Napoleonic code better through an appreciation of government as an expression of class relation than we can through the eyes of any conventional government theory. And yet I distrust this explanation of society. It seems to be an admirable tool for reform but not quite a platform for observation. As a prophet, I see politicians always running the government. I am therefore looking for symbols to put a different class of politicians in power. Not a set of brighter or more intellectual politicians, because I doubt the efficacy of reason in political action, but a set of people with a different kind of objective. In order to put that crowd in power I must work out a non-intellectual philosophy for them since they are opportunists and philosophy must justify opportunism of a little different sort. The trouble with long range view as slogan for such people is that it enables them to dismiss practical humanitarian objects directed at meeting the problem of the American.” Ibid. p.224.

Idealista e nada modesto, Arnold concebeu para si próprio enorme tarefa: “colocar nova classe política no poder” a que fosse capaz de compreender o funcionamento dos símbolos da sociedade e atuar em prol das reformas. É possível inferirmos por esse trecho que se por um lado o autor promovia a ideia de que o conhecimento técnico e intelectual era capaz de resolver os problemas de distribuição da nação, ele não abria mão de uma postura pragmática e cujo alicerce estava na “ação política”. Portanto, ele refutava a utilização do marxismo como ferramenta para verificação das relações sociais – ainda que possamos presumir a partir dos posicionamentos de Arnold, se tratar de uma resposta igualmente fundamentada por convicções pessoais.

O autor era intelectual moderado e não via com bons olhos ideologias por ele percebidas como “radicais” e que tivessem como objetivo a reestruturação nas relações de poder da sociedade. Assim, considerou que uma perspectiva marxista de análise, que salientasse as diferenças de classe nos Estados Unidos, não auxiliaria em seu projeto:

“Para a sua frase ‘dada uma perspectiva marxista aos problemas confrontando a lei americana dos dias de hoje, uma frutífera análise de seu resultado pode ser feita com base no firme prognóstico’. Eu somente posso responder que eu espero de verdade que você esteja certo e eu errado. Entretanto, meu julgamento puramente político é que nesse país nós vamos gradualmente alcançar uma melhor distribuição de governo sob um conjunto menos fundamentado de símbolos”.³⁶⁴

Podemos supor que o “conjunto menos fundamentado de símbolos” argumentado pelo autor se referia à quebra das concepções arraigadas, abrindo a possibilidade para o reformismo que defendia. Mas, também nos ajuda a perceber as incertezas do momento a respeito da resolução da crise que afetava os Estados Unidos: ainda não era possível verificar um meio estruturado de saída. Portanto, era um processo em que políticos e intelectuais seguiam atrás de um caminho ideal. Isso nos permite concluir que Arnold estava aqui defendendo o caráter de “experimentação” do *New Deal* e reiterando o empreendimento dos liberais como sua resposta para a depressão econômica.

4.2 Arnold entre Symbols e Folklore: a busca por um cargo no governo e as negociações para ampliar a circulação de suas obras (1936-1937)

³⁶⁴ “To your sentence ‘given a Marxist approach to the issues confronting American law today and a fruitful analysis of their outcome can be made the basis of confident prediction’, I can only reply that I very sincerely hope that you are right and that I am wrong. However, my purely political judgment is that in this country we will fumble gradually toward a better distribution of government under a less reasonable set of symbols” Ibid 224-225.

A trajetória de Arnold no período entre a publicação de *Symbols* e a elaboração de *Folklore* nos permite compreender, entre outras coisas, a maneira como o próprio autor lidava com a recepção de sua obra. Suas cartas indicam alguém ávido por conquistar um cargo no governo, o que nos possibilita perceber seu esforço em garantir que *Folklore* fosse o meio para isso. No decorrer desse processo, ele conheceu alguns influentes homens do círculo literário do Leste dos Estados Unidos, que contribuíram para que Arnold negociasse mais visibilidade para *Folklore* com a Yale University Press. Ele certamente via a relação entre aumentar o número de leitores e comentários a respeito de sua obra e a possibilidade de seu nome ganhar mais força em Washington.

Acreditamos que, ao defender o *New Deal* em seus livros, Arnold objetivava um cargo fixo de destaque no governo. Um exemplo do sinal de suas aspirações pode ser encontrado em uma carta de 6 de abril de 1936 enviada aos seus pais. Nela, detalhava, entre outras coisas, um convite feito pelo Advogado Geral dos Estados Unidos, Stanley Reed, para que advogasse em favor da administração em casos perante a Suprema Corte – convite que ele aceitou, mesmo antes de se licenciar de Yale para trabalhar nesses casos.

Na mesma correspondência, relatou que estava se empenhando em terminar um novo livro a ser publicado pela Yale University Press até o meio do verão (entre os meses de julho e agosto) e que de alguma forma colaborasse com a plataforma de Roosevelt para as eleições de 1936 (em novembro):

“Estou tentando terminar outro livro para a Yale Press até o meio do verão, composto de histórias de reorganizações corporativas, algumas das quais eu contei para vocês no último verão. Seria um grande livro no meio da campanha e não teria valor algum após. Isso me traria para Washington no final de agosto e deixaria fora de questão até mesmo um breve descanso. Entretanto, a Yale Press me diz que é importante que eu termine esse segundo livro, porque um livro vende o outro e você não pode chegar a lugar algum com apenas um livro. De modo geral, portanto, acredito que vou solicitar uma licença [de Yale]. Eles se negaram a me dar uma licença para [trabalhar em casos do] *Labor Board*, mas isso foi em grande medida porque eles consideravam o *Labor Board* algo bastante radical. Arguir casos diante da Suprema Corte é suficientemente respeitável para que eu possa ter uma boa chance. Além disso, ano que vem vai ser meu ano sabático, o que não é o caso do atual período. Meu livro [*Symbols*] parece estar indo bem. É leitura obrigatória em Dartmouth e eu tenho um grande número de incentivadores que estão me ajudando, cuja maior parte eu não conhecia anteriormente”.³⁶⁵

³⁶⁵ “I am trying to finish another book for the Yale Press by the middle of the summer, composed of the stories in the corporate reorganizations, some of which I told you last summer. It would make a great book in the middle of the campaign and would not be worth anything afterward. This would take me to Washington the last of August and make even a short vacation out of the question. However, the Yale Press tells me that it is imperative that I get this second book out

Arnold calculava os passos da carreira e Washington era a meta. A carta nos permite inferir que ele visualizava, já em 1936, oportunidades de ascender à administração, caso o presidente fosse reeleito. Portanto, se com *Symbols* Arnold se tornou reconhecido como proponente de análise original da sociedade, marcando posições favoráveis às políticas de reforma do governo, *Folklore* foi inicialmente pensado como forma de reiterar sua defesa do *New Deal* através de mais críticas à liberdade dos grandes negócios dos Estados Unidos, almejando cargos na administração pública. No trecho acima ele também fez breve menção aos processos de reorganização das corporações norte-americanas – tópico que tratamos anteriormente no Capítulo 2 – os quais teria relatado com mais detalhes pessoalmente aos seus pais.

Da mesma forma, o documento aponta uma outra tentativa do autor de advogar em favor da administração Roosevelt, quando foi convidado a atuar em casos do *National Labor Relations Board* (NLRB) – agência responsável por garantir o direito de negociação entre trabalhadores e empresários, além de coibir abusos cometidos pelos últimos – reforçando o desejo de Arnold de ir para Washington. Por fim, nos chama a atenção o fato de que *Symbols* havia se tornado leitura obrigatória para os alunos de graduação de Dartmouth College, outra instituição da chamada “*Ivy League*”, que corresponde às mais conceituadas universidades norte-americanas.

Ainda que seguisse envolvido com a administração Roosevelt, que havia alcançado a reeleição meses depois, Arnold não foi capaz de terminar seu livro a tempo – pois, como sabemos, *Folklore* apenas foi publicado no ano de 1937. Em uma carta enviada para sua mãe em 23 de outubro de 1936, relatou que o trabalho que assumira tratando casos perante a Suprema Corte, o tinha deixado sem tempo para finalizar sua obra.³⁶⁶

Se por um lado o autor perdeu o momento que percebia como ideal para sua publicação, por outro, as circunstâncias o colocaram no caminho do pensador H. L.

because one book sells another and you can't get anywhere with just a single book. On the whole, therefore, I believe I will apply for a leave. They refused to give me a leave for the Labor Board but that was largely because they regarded the Labor Board as something pretty radical. Arguing cases before the Supreme Court is sufficiently respectable so that I have a pretty fair chance. In addition to that, next year will be my sabbatical year and this year was not. My book seems to be going fairly well. It is required reading in Dartmouth and I have a certain amount of boosters who are helping me out, most of whom I did not know before". Ibid. p.227-228.

³⁶⁶ "I had been putting some time in on my new book which I had hoped to have finished by the first November. I have it about two thirds done, but for the last three weeks I have not had a moment to put on it". Ibid. p.233.

Mencken, conhecido escritor norte-americano no período.³⁶⁷ Arnold havia sido um leitor ávido das colunas de Mencken desde seus dias em Laramie, incluindo revistas como *The American Mercury* e *Smart Set*, além de outras publicações, com grande destaque para *The American Language*, à qual o autor fez referência em *Folklore*.³⁶⁸ Ambos teriam se conhecido através do jornalista britânico Willmott Lewis, correspondente em Washington para o London Times. Lewis serviu como intermediário para que o autor entrasse em contato com Mencken, que havia tomado interesse por Arnold em função de *Symbols*.

Nas cartas que Arnold enviou para Mencken, ele expressou sua admiração pelo escritor, situando-o como um de seus favoritos e fazendo referência ao livro que estava escrevendo, que no momento pensava em nomear de “*Symbols of Finance*”.³⁶⁹ O autor também propõe um encontro com Mencken com a justificativa de que pudessem discutir influências da linguagem no desenvolvimento de teorias políticas.

Essa relação entre ambos nos interessa à medida que a aproximação de Arnold com Mencken teve desdobramentos para o processo de edição de *Folklore*. O contato entre ambos foi importante para que o autor negociasse condições mais vantajosas com a editora responsável por sua próxima publicação. Nos parece claro que Mencken havia

³⁶⁷ Henry Louis Mencken (1880-1956), também conhecido como o “sábio de Baltimore”, foi um jornalista e ensaísta norte-americano de grande influência nos primeiros anos do século XX, além de editor da *The American Mercury*. Mencken foi durante a maior parte da vida um progressista moderado, crítico dos grandes negócios e cujos interesses estavam em ressonância com os da classe-média urbana de origem anglo-saxã. Além de livros acerca da língua inglesa, escrevia também textos políticos onde criticava uma série de proeminentes figuras públicas norte-americanas. Mencken era igualmente conhecido por seu caráter elitista, contrário a políticas de redistribuição de renda, dotado de opiniões preconceituosas a respeito dos habitantes do campo e notório antissemita. Nos primeiros anos de *New Deal*, se mostrou favorável ao governo de Roosevelt, a quem via com bons olhos. Entretanto, sua opinião mudou a partir de 1937, quando começou a criticar o presidente por sua tentativa de alterar a composição da Suprema Corte, indicando juízes que pudessem facilitar a passagem da legislação reformista. Nesse momento, Mencken acabou se afastando de seu progressismo moderado e transitou para um posicionamento mais à direita. Ver: COWING, Cedric B. H. L. Mencken: The Case of the “Curdled” Progressive. *Ethics*, v.69, n.4, jul. 1959, p.255-267.

³⁶⁸ Arnold fez uso de *The American Language* ao analisar o papel das instituições em moldar uma linguagem popular que atribuía conceitos a determinados objetos e atitudes. Por exemplo, o papel de máquinas eleitorais na execução de políticas sociais era normalmente referenciado como “demagogia” ou “clientelismo”. O mesmo ocorria com a palavra “burocracia”, concebida para dar um sentido negativo à atuação das agências administrativas do governo – assim imputadas por conta de um possível excesso de trâmites oficiais, que era considerada como *red tape*, ou em português, “papelada”. Exemplos como esse ilustravam o argumento do autor de que ainda era necessário estabelecer novos termos para se designar políticas de Estado como as do *New Deal*, pois eram novidades entre as tarefas governamentais. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.146-150.

³⁶⁹ Mencken é mencionado no prefácio de *Folklore* como um dos nomes que auxiliaram no processo de elaboração da obra, tendo lido partes do manuscrito original. O autor também agradece, entre outros nomes, ao próprio Willmott Lewis e o editor da Yale University Press, Eugene Davidson. Ibid. Prefácio.

convencido Arnold de que a produção elaborada pela Yale University Press não estivesse à altura do que o escritor concebia para *Symbols*.

Em uma carta datada de 30 de abril de 1937, enviada à Eugene Davidson, um dos responsáveis pelo processo editorial em Yale, o autor expressava seu descontentamento com o tratamento dado à *Symbols*. Suas queixas focavam na pouca publicidade em torno de seu trabalho, mas também na quantidade de cópias distribuídas entre as livrarias e até mesmo o formato, comparado ao de um “livro didático”. Arnold argumentou também que a editora estava dando tratamento especial para outros autores, enquanto seu livro não havia alcançado o patamar de vendas que ele esperava:

“Primeiro, ‘*Symbols*’ não foi lançado com tanta bravata como você fez com o livro de Borchard. Estava ligado a depoimentos [em panfletos da editora] junto de vários outros livros que eu pessoalmente considere de assuntos monótonos. Isso, seus competidores me dizem, foi uma das coisas que atrapalhou o livro. No caso do novo livro, você está disposto a fazer parecido com o que você fez para “*Neutrality*” de Borchard? O panfleto que você mandou parecia muito bom e voltado para o livro em particular. É algo bem melhor do que qualquer coisa que você tenha feito por “*Symbols*”. Em segundo lugar, Mencken e Fred Kelly e algumas outras pessoas que não gostariam de ter seus nomes mencionados, dizem que o formato de “*Symbols*” não é adequado para propósitos de venda. Mencken me diz que ele parece no geral muito com um livro didático; que as pessoas gostam de livros mais volumosos, com papel mais grosso e que o novo livro deveria ser feito em linhas totalmente diferentes. (...) Eu não pensei isso no momento, mas eu acredito que Mencken está certo. Se você vai a alguma livraria, você não vê vendas populares revestidas da forma como ‘*Symbols*’ estava”.³⁷⁰

Reiteramos que o público alvo de Arnold - além do acadêmico, já que o livro era publicado por editora universitária - era o público culto, jornalistas e políticos inclusive. Percebemos pela passagem que o autor estava insatisfeito com a publicação e divulgação de *Symbols*, que a editora deveria valorizar seu próximo lançamento e fez uso de seus

³⁷⁰ O livro usado como referência por Arnold é *Neutrality for the United States* escrito por Edwin Borchard e William P. Lage, lançado em 1937 pela editora de Yale.

“First, ‘*Symbols*’ was not launched with any such fanfare as you have given Borchard’s book. It was linked in the statements with several other books which I personally considered rather dull affairs. This, your competitors tell me, was one of the things that injured the book. In the case of the new book, are you willing to do approximately what you have done for Borchard’s ‘*Neutrality*’? The leaflet you sent out sounds pretty good and it is directed at the particular book. It is much better stuff than anything you did for ‘*Symbols*’. In the second place, Mencken and Fred Kelly and a couple of other people who do not wish their names mentioned say that the format of ‘*Symbols*’ is not suitable for selling purposes. Mencken tells me that it looks entirely too much like a textbook; that people like fatter books with thicker paper and that the new book should be gotten up on entirely different lines. I know that you have done this for Borchard. Are you intending to put out my new book in the same format or not? I didn’t think at the time, but I am inclined to believe that Mencken is right. If you go into any book store, you don’t see any popular sellers dressed up the way ‘*Symbols*’ was.” GRESSLEY, Gene. op. cit., 1977, p.248.

novos contatos, influentes no mercado editorial – entre eles o escritor Fred C. Kelly – para persuadir Davidson.³⁷¹ Outra importante dimensão nessa negociação é a de que Arnold esperava conseguir vender um maior número de exemplares por estar possivelmente com problemas financeiros: “Estando um pouco apertado, eu gostaria de fazer algum dinheiro com o livro se possível e, portanto, colocado na linha que foi fornecida a mim no mês passado ou próximo disso sobre o método de distribuição por mérito da Yale Press”.³⁷²

Em suma, Arnold enquanto ensinava em Yale, escrevia livros que esperava ser influentes, almejava cargos na Administração pública e procurava vender os livros angariando algum dinheiro.

Ainda em relação ao processo de finalização de *Folklore*, em outra correspondência, datada de 2 de junho de 1937, direcionada a Norman Donaldson, outro editor da Yale University Press, o autor reclama da demora do comitê avaliador da editora. Arnold relatou na carta já ter passado por um momento de apreensão quando da escrita de *Symbols*, pois teve de adequar seu trabalho aos pedidos do parecerista indicado pelo comitê – consequentemente atrasando o processo de publicação. Na mesma comunicação relatou ter se decidido em relação ao nome da obra, citando algumas outras possibilidades que havia pensado:

“Eu acabei de decidir que “*The Folklore of Capitalism*” é o melhor título. Eu consultei um número de pessoas, incluindo Stuart Chase, George Soule, Curtice Hitchcock e Robert Lynd, famoso por ‘Middletown’, e todos eles gostaram dele. Eu não acredito que “*The Symbols of Finance*” vai funcionar nessas circunstâncias. E fui informado que ‘*Feudal America*’ já foi usado”.³⁷³

³⁷¹ Fred C. Kelly (1882-1959) foi um autor, humorista e colunista norte-americano responsável, entre outras coisas, pelo relato biográfico dos irmãos aviadores Wilbur e Orville Wright. Durante a Primeira Guerra Mundial serviu como agente especial no *Federal Bureau of Investigation* (FBI). Biografia disponível em: https://library.syr.edu/digital/guides/k/kelly_fc.htm. Acesso: 20 set. 2019.

³⁷² “Being somewhat hard up, I would like to make a little money out of this book if it is possible and therefore send on the line which has been handed to me the past month or so about the Yale Press’ method of distribution for what it’s worth”. Ibid. p.248-249.

³⁷³ “I have just about decided that ‘The Folklore of Capitalism’ is the best title. I have tried it out on a number of people, including Stuart Chase, George Soule, Curtice Hitchcock and Robert Lynd of ‘Middletown’ fame, and they all like it. I don’t believe ‘The Symbols of Finance’ will do under the circumstances. I am informed that ‘Feudal America’ has already been used”. Ibid. p.251.

O livro *Middletown: A Study in Modern American Culture* foi uma obra escrita durante a década de 1920 e publicada em 1929, se tratando de um estudo antropológico realizado pelo casal Robert e Helen Lynd em uma cidade – Muncie, Indiana – com grande número de norte-americanos considerados “nativos”, ou seja, de origem anglo-saxônica e que vivessem em uma cidade típica do Meio-Oeste. Foi originalmente escrito para servir de base para uma compreensão geral das mudanças na sociedade norte-americana desde o fim do século XIX até o início do XX. O estudo foi encomendado pelo *Institute for Social and Religious Research* apoiado por John D. Rockefeller Jr, e, segundo James Connolly, buscava “soluções religiosas para os problemas

O processo de produção e edição de *Folklore*, conforme buscamos demonstrar, passou por uma série de questões que o autor revelou em algumas de suas correspondências. Nelas podemos observar os contatos de Arnold com homens influentes da década de 1930, como os economistas Stuart Chase e George Soule.³⁷⁴ Ainda que não tenhamos acesso às réplicas desses homens com quem Arnold mantinha relação, é interessante observarmos seus relatos a respeito de algumas fases do processo de escrita de *Folklore*.

Inicialmente, ele pensava que seu livro pudesse servir de alguma forma durante o período de reeleição de Roosevelt e que isso lhe rendesse um cargo de importância na administração. Como não foi possível publicá-lo ainda em 1936, se empenhou em buscar maneiras de aumentar a visibilidade de seu discurso. Assim, fez uso de contatos com indivíduos do meio literário e que tinham maior experiência editorial para alcançar seus objetivos.

4.3 Recepção de Folklore

Se por um lado *Symbols* não teve a circulação esperada por Arnold, o mesmo não pode ser dito de *Folklore*, que esteve na lista de *best-sellers* do *New York Times* após o seu lançamento – a despeito de seu custo ainda mais alto.³⁷⁵ Se Arnold buscava ganhos em seu crescente engajamento junto às reformas do *New Deal*, é possível concebermos que a recepção, em sua maioria favorável, em torno de *Folklore*, tenha o ajudado nesse

sociais da América industrial”, os quais para o industrialista estavam em torno do “crescente conflito de classe no início do século XX”. Ver: CONNOLLY, James J. The Legacies of Middletown: Introduction. *Indiana Magazine of History*, v.101, n. 3, p.211-225, v.101, n.3, set. 2005.

³⁷⁴ Stuart Chase (1888-1985) foi um autor e economista norte-americano, que trabalhou em agências do governo como a *Federal Trade Commission* (FTC) e publicou uma série de livros a respeito dos hábitos econômicos dos norte-americanos. George Soule (1887-1970) foi jornalista, economista e editor da *New Republic*, além de um dos intelectuais progressistas com os quais Arnold se relacionava em seus anos em Washington. Ver: GRESSLEY, Gene. op. cit., 1977, p.506-507.

³⁷⁵ Com o custo de 3 dólares, o equivalente a 53,45 dólares atualmente, *Folklore* se tornou durante os primeiros meses de 1938 um *best-seller* em cidades como Boston, Chicago, Nova York e Washington, figurando na lista do *New York Times*. Ver: BEST SELLERS of the Week Here and Elsewhere; NEW YORK. *New York Times*, New York, p.17, 31 jan. 1938. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1938/01/31/archives/best-sellers-of-the-week-here-and-elsewhere-new-york.html>. Acesso: 19 set. 2019. Dados do valor equivalente de *Folklore* nos dias de hoje retirados do site <https://www.usinflationcalculator.com/>. Acesso em: 19 set. 2019.

processo.³⁷⁶ O livro ganhou destaque no ambiente acadêmico, mas também repercutiu de forma mais intensa na imprensa, inclusive resultando em um debate público entre o autor e um de seus críticos no *The New York Times*, conforme veremos em breve.

Diferentemente das críticas de *Symbols* em que percebemos um maior interesse por pessoas do Direito, *Folklore* pareceu atrair em sua maioria o olhar de economistas, cientistas políticos e sociólogos, além de jornalistas de diferentes posicionamentos políticos. Uma possível explicação para isso reside na escolha do autor de reforçar seus ataques ao liberalismo clássico – reiterando-o como ideal enraizado nas políticas econômicas norte-americanas – e na crescente defesa de um modelo de capitalismo com maior participação do Estado. Isto é, Arnold não estava mais tão preocupado em reformar o funcionamento das cortes, mas sim com uma defesa ainda mais clara do governo Roosevelt. Sem dúvidas, a presença constante do autor em Washington ajudou para que priorizasse questões relativas ao *New Deal*.

Essa ideia pode ser verificada a partir da resenha elaborada por Ralph Thompson, jornalista, colunista e crítico literário do *The New York Times*.³⁷⁷ Em coluna, publicada em duas edições distintas do jornal, Thompson elaborou um parecer bastante favorável ao trabalho de Arnold. Ele julgou importante, em seus comentários, fazer uso de trechos de um artigo – reproduzido em partes em *Folklore* – de Ernst Martin Hopkins, então reitor de Dartmouth College. Hopkins havia publicado uma acusação contra o *New Deal* na *Atlantic Monthly*, em que afirmara, entre outras coisas, que as políticas do governo Roosevelt eram responsáveis por danificar o que concebia como valores norte-americanos. Abaixo o comentário de Hopkins citado por Thompson:

“Iniciativa, coragem, intrepidez, frugalidade e aspiração para a autoaperfeiçoamento são penalizados e os frutos desses são tomados daqueles que passaram pelo auto sacrifício para obtê-los e concedido a aqueles que nunca desenvolveram qualidades para possuí-los como

³⁷⁶ Segundo Waller, o livro foi um sucesso maior do que *Symbols* devido ao momento de lançamento, pois entre 1937 e 1938 os Estados Unidos sofriam com uma recessão econômica causada em grande medida pelo recuo de investimentos por parte do governo. Waller também especula que *Folklore* teve um bom retorno financeiro para Arnold, mesmo sem especificar o valor de direitos autorais. Ver: WALLER, Spencer Weber. op. cit., 2005, paginação irregular; BRINKLEY, Alan. op. cit., 1996, p.30.

³⁷⁷ Ralph Thompson (1904-1979) foi um jornalista, crítico literário e colunista no *New York Times* desde 1932, responsável pelo *Times Book Review* entre 1936 e 1942. Serviu na inteligência do exército durante a Segunda Guerra Mundial e ao fim do conflito passou pela revista *Time* entre 1946 e 1947. Posteriormente, seguiu trabalhando com críticas literárias e artigos para diferentes publicações e foi secretário do *Book-of-the-Month Club*, serviço de assinatura de livros (até então) por correio, selecionados mensalmente. Ver: MITGANG, Herbert. Ralph Thompson, 75, book critic, is dead; Was Reviewer for The Times, Daily and Sunday, and Secretary of Book-of-the-Month Club. *The New York Times*, New York, p.23, 13 nov. 1979. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1979/11/13/archives/ralph-thompson-75-book-critic-is-dead-was-reviewer-for-the-times.html>. Acesso: 19 set. 2019.

recompensas... A necessidade de luta, pela qual homens desenvolveram força e a disciplina da adversidade, através da qual eles alcançaram grandeza da mente, coração e alma, vão ser substituídos por uma [política de] segurança [social] ilusória (...) Mas, é o efeito do *New Deal* na imaginação e aspiração da juventude que eu mais temo. Eu estou desesperadamente temeroso disso, porque ensina homens e mulheres jovens a desaprender as lições da América que escolas e faculdades têm se empenhado tão seriamente a ensinar. Ele [*New Deal*] encoraja fraqueza e penaliza a força. Ele difunde através das massas de nossa população, o espírito da ganância que ele condena em seus grupos. Ele pune realizações e persegue indivíduos e empresas da mesma forma, simplesmente com base na magnitude de suas realizações, sem respeito pelo valor social do talento imaginativo e criativo que os trouxe para a existência”.³⁷⁸

Em suma, Hopkins acreditava que o New Deal iria atingir a livre iniciativa dos norte-americanos, considerada um valor, em todos os níveis. Para Thompson, o texto de Hopkins só confirmava os argumentos de Arnold. Na opinião do jornalista, a inquietação do presidente de Dartmouth era indício da existência de ideais enraizados que geravam discursos como esse. Hopkins estava ele mesmo escrevendo mobilizado pelos símbolos que ele desconhecia o poder de atuação, mas que atingia o próprio pensador: “Isso foi uma previsão ou adivinhação? Isso foi racional ou histérico? Questões desse tipo sem dúvida são ouvidas nas sedes republicanas assim como nas câmaras particulares da democracia maquiavélica”.³⁷⁹ Thompson sugeria ao seus leitores que *Folklore* – ao qual se referiu como “um dos mais penetrantes e excitantes estudos políticos desde que

³⁷⁸ “Initiative, courage, hardihood, frugality, and aspiration for self-betterment are to be penalized, and the fruits of these are to be taken from those who have undergone self-sacrifice to attain them and bestowed upon those who have never developed the qualities to possess themselves of rewards ... The necessity for struggle, by which men have developed strength, and the discipline of hardship, through which they have achieved greatness of mind and heart and soul, are to be replaced by a specious security. (...) But it is the effect of the New Deal on the imagination and aspiration of youth that I most dread. I am desperately afraid of it because it teaches young men and women to unlearn the lessons of America which school and college have striven so earnestly to teach. It encourages weakness and penalizes strength. It diffuses throughout the masses of our people the spirit of acquisitiveness which it condemns in groups of them. It punishes accomplishment and persecutes individuals and industrial enterprises alike simply on basis of the magnitude of their achievement without regard to the social value of the imaginative and creative talent which brought them into being”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1937, p.197-198. Texto original de Ernst Hopkins.

³⁷⁹ “Was this foresight or was it soothsaying? Was this reason or was it hysteria? Questions of this sort were no doubt heard in Republican headquarters as well as in the privy chambers of a Machiavellian Democracy”. THOMPSON, Ralph. Books of the Times; Physician and Metaphysician. *The New York Times*, New York, p.31, 22. dez. 1937. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1937/12/22/archives/books-of-the-times-physician-and-metaphysician.html>. Acesso: 19 set. 2019.

‘*Theory of the Leisure Class*’ de Veblen surgiu em 1899” – era capaz de oferecer respostas a esses questionamentos.³⁸⁰

O jornalista concordava com o que estava posto no livro. Mais do que isso, julgava que Arnold havia sido capaz de detectar nos padrões de pensamento da população, uma explicação para a maneira como opositores das reformas confrontavam o surgimento de novos órgãos administrativos e de alívio econômico do governo Roosevelt. Para esses adversários do *New Deal*, o governo se mobilizava a partir de uma série de “violações” da Constituição:

“Elas [agências governamentais] são ilegais [nas palavras dos opositores] – a Suprema Corte tentou expulsá-las. Elas eram economicamente insensatas – homens de conhecimento se engajavam nas disputas e uma nova literatura surgia. Elas soletravam desastre. Elas fediam a ditadura ou burocracia. Elas eram antiamericanas e pecaminosas – e o Presidente Hopkins era uma daquelas pessoas que sentiram que sua tarefa era apontar as consequências do pecado. Ao fazê-lo, claro, ele invocou os principais mitos e ritos do nosso tempo”.³⁸¹

Thompson certamente não via o *New Deal* da mesma forma que defensores do liberalismo clássico como Hopkins o faziam. Ainda que tenha optado por se abster de defender abertamente algum dos lados, ele parecia aceitar a interpretação do autor a respeito das disputas políticas do período:

“Enquanto isso, o que quer que alguém pense sobre as seguintes opiniões, existe uma necessidade reconhecida de observadores atentos que possam, ao menos de alguma forma, se libertar do folclore do período e de palavras e frases mágicas de nosso totemismo e tabu”.³⁸²

³⁸⁰ “Thurman W. Arnold provides an answer in his incomparable ‘Folklore of Capitalism’. I do not use the adjective lightly. Some one (sic) has already called the book the greatest contribution to political thinking since Marx. Whether it is that or not, it is certainly one of the most penetrating and exciting political studies since Veblen’s ‘Theory of the Leisure Class’ appeared in 1899”. Ibid. A respeito de Thorstein Veblen, ver Capítulo 1.

³⁸¹ “Yet within the framework of established thinking, Mr. Arnold goes on, there was no room for new organizations. Hence, as soon as these (inevitably) came into being to meet the need, they were regarded as heretical. They violated tradition – the Constitution. They were illegal – the Supreme Court tried to throw them out. They were economically unsound – learned men engaged in disputation, and a whole new literature of economic theology sprang up. They spelled disaster. They smelled of dictatorship or bureaucracy. They were un-American and sinful – and President Hopkins was but one of those who felt it their duty to point out the consequences of sin. In so doing, of course, he invoked the principal myths and rituals of our time”. Ibid.

³⁸² “Meanwhile, whatever one thinks of the foregoing opinions, there is a recognized need for fact-minded observers who can to some extent at least free themselves from the folklore of the time and from the magic words and phrases of our totemism and taboo”. THOMPSON, Ralph. Books of the Times; Collections and Qualities. *The New York Times*, New York, 20 jan. 1938. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1938/01/20/archives/books-of-the-times-collections-and-qualities.html>. Acesso: 19 set. 2019.

De fato, o jornalista se mostrava impressionado com as ideias do autor. Ele via a obra como inovadora e refletia sobre a “necessidade” de pensadores em expor os dogmas do período, que atrapalhavam o processo de saída da crise. Ou seja, Thompson apoiava reformas na sociedade norte-americana e supunha que autores como Arnold fossem capazes de inserir novas perspectivas para o debate público: “O livro do Sr. Arnold é uma afirmação mais aprofundada e cativante, um desafio distinto à ortodoxia da direita, esquerda e centro. Duas colunas de resenha fornecem somente um vislumbre das grandes paisagens reveladas em suas páginas”.³⁸³

Já o sociólogo Kingsley Davis, em perspectiva mais acadêmica, criticou Arnold pela forma como ele utilizava a ideia de “folclore” para explicar atitudes irracionais, justificando sua escolha ao supor a inexistência de uma “ciência sobre a sociedade” que tratasse dessas questões. Ele reparou que o autor por vezes abriu mão de uma análise sociológica e de autores como Max Weber e Durkheim para focar na relação entre religião, crenças, rituais e autoridade na vida econômica dos norte-americanos:

“Ele reclama que não há uma ‘ciência sobre sociedade que trata seus ideais, literatura e princípios da religião, Lei, Economia, sistemas políticos, crenças e mitologias a parte de um único conjunto...’; mas isso é precisamente o que a Sociologia já tem feito. Como muitos economistas ‘institucionais’, ele está alheio à existência de uma ciência de instituições como tal. Consequentemente, ele improvisa conforme segue, cometendo muitos erros, falhando em seguir certas implicações e meticulosamente redescobrimdo coisas já descobertas. Como um transgressor das fronteiras acadêmicas, Professor Arnold deveria ser avisado que nem toda lagoa fora de sua própria província é rasa”.³⁸⁴

Por outro lado, Edward S. Corwin, que já havia emitido uma avaliação positiva de *Symbols*, buscou novamente enaltecer o trabalho de Arnold, inclusive pela sua escrita satírica, classificando *Folklore* como “uma leitura divertida”. Ademais, elogiou o esforço

³⁸³ “Mr. Arnold’s book is a more thoroughgoing and arresting statement, a distinct challenge to the orthodoxy of Right, Left and Center. Two review columns can give but a glimpse of the great vistas revealed in its pages”. Ibid.

³⁸⁴ “For instance, he might profitable have drawn upon Max Weber for a more thorough analysis of the relation of religion and authority to economic life. He might have gone to Durkheim and his followers, including the functional anthropologists, for a more penetrating view of ritual, taboo, and magic. He complains that there is no ‘science about society which treats its ideals, its literature, its principles of religion, law, economics, political systems, creeds, and mythologies as part of a single whole...’; but this is precisely what sociology has long been doing. Like many ‘institutional’ economists, he is unaware that there exists a science of institutions as such. Consequently, he improves as he goes along, making many mistakes, failing to follow out certain implications, and painstakingly rediscovering well-known things. As a transgressor of academic boundaries, Professor Arnold should be warned that not every pond outside his own province is shallow”. DAVIS, Kingsley. *The Folklore of Capitalism*. by Thurman W. Arnold. *American Sociological Review*, v.4, n.2, abr. 1939, p.281-283.

do autor em comprovar como construções abstratas de costumes e convicções tornavam-se sérios obstáculos para reformas sociais que Corwin, assim como Arnold, concebia como necessárias para o país. O cientista político se mostrou simpático à defesa do autor do desenvolvimento de “uma ideologia capaz de manter ‘moral social’ sem apelar para a violência” por parte da elite governamental – isto é, uma alternativa política reformista, como o *New Deal*, que preservasse a democracia, evitando soluções autoritárias ou revolucionárias.³⁸⁵

De forma semelhante, a análise de *Folklore* feita pelo economista britânico C.H.P. Gifford reforça a ideia de a publicação se tratar de um engajamento direto com reformas sociais. A partir de uma resenha comparada com as obras *The Stock Market from the Viewpoint of a Commercial Banker* de Winthrop W. Aldrich – um banqueiro norte-americano considerado por Gifford como um “republicano moderado” – e outros seis relatórios de comitês ligados à *Securities and Exchange Commission* (SEC), o economista examinou o discurso de Arnold.³⁸⁶

O interesse de Gifford era discutir a oposição ao papel de um Estado mais presente na economia, principalmente na concretização de reformas necessárias, tanto nos Estados Unidos quanto no Reino Unido. Assim, julgou que poderia melhor explorar o tópico a partir de um sucesso de vendas como era o caso do livro de Arnold.³⁸⁷ Ele escolheu fazê-lo com o auxílio de outros discursos, como o de Aldrich, que defendia os interesses dos banqueiros, assim como relatórios emitidos por agências do governo em relação a conduta dos grandes investidores norte-americanos.

O britânico também reconhecia *Folklore* como uma obra “instigante” e de leitura “agradável” como boa parte dos avaliadores. Porém, nos chama a atenção o fato de que Gifford foi um dos únicos a fazer uma referência direta à carreira política de Arnold, tanto no Wyoming, como acerca do cargo que acabara de ocupar na Divisão Antitruste. É

³⁸⁵ “And, pursuing this same thought, Professor Arnold enjoins ‘the rulers of society’ to produce an ideology capable of maintaining ‘social morale’ without resort to violence”. CORWIN, Edward S. The Folklore of Capitalism by Thurman W. Arnold. *The American Political Science Review*, v.32, n.4, ago, 1938, p.745-746.

³⁸⁶ GIFFORD, C.H.P. The Folklore of Capitalism. By Thurman W. Arnold; The Stock Market from the Viewpoint of a Commercial Banker. By Winthrop W. Aldrich; Securities and Exchange Commission, Washington, U.S.A. Annual reports by ; Reports on: The Government of Securities Exchanges. by ; Reports on: The Feasibility and Advisability of the Complete Segregation of the Functions of Dealer and Broker. by ; Reports on: The Study and Investigation of the Work, Activities, Personnel and Functions of Protective and Reorganisation Committees. by . *The Economic Journal*, v.48, n.190, jun. 1938, p.258-265.

³⁸⁷ Segundo Gifford, *Folklore* atingiu o expressivo número de 20 mil cópias vendidas em apenas quatro meses nos Estados Unidos, o que para ele significava uma “influência considerável no pensamento popular” dos norte-americanos. Ibid. p.259.

possível supormos que o economista analisou Arnold mais como um *new dealer*, do que propriamente alguém da esfera acadêmica – sugerindo inclusive que ele se distanciava desse círculo ao realizar um “ataque arrasador às técnicas de economistas acadêmicos”.³⁸⁸

Gifford avaliou o interesse do autor em examinar as condutas de banqueiros e homens de negócios, sujeitos de vasta influência financeira, como uma forma de expor os defeitos do que reputou como a “ética do empresário”, responsável pelos problemas dos Estados Unidos. Da mesma forma, indagou que para Arnold, a solução era defender o Estado nas mãos de “oficiais do governo” (tecnocratas) capazes de monitorar a conduta dos negócios, uma defesa direta do *New Deal*. Por outro lado, Gifford argumentou que isso representava uma mudança em relação às propostas de reformistas anteriores, citando as ideias de Brandeis acerca de monopólios como contraponto para o que sugeria Arnold:

“Mas e se um sistema em que grandes poderes econômicos são dados a homens imbuídos com a ética empresarial não funciona satisfatoriamente, qual o remédio? O Sr. Arnold não tem dúvidas. Ele está em dar controle para homens com um diferente senso de responsabilidade, muito provavelmente oficiais do governo. Essa não é a resposta que reformistas dariam uma geração atrás. Eles recomendavam, como o Sr. Juiz Brandeis ainda recomenda, que as grandes organizações que tornaram possível a concentração de poder econômico deveriam ser quebradas. A legislação antitruste foi passada, mas se provou ineficiente. As vantagens técnicas da produção em larga escala eram grandes demais. É a mudança dos métodos de Brandeis para aqueles de Arnold e [Adolf] Berle que dão pistas da luta política nos Estados Unidos. O *New Deal* está tentando tirar dos empresários que controlam as duzentas maiores corporações boa parte do seu poder e passá-lo aos oficiais do governo”.³⁸⁹

Mas, se os *new dealers* alegavam que a presença do Estado era necessária para resolver os problemas da nação, os indivíduos com “grandes poderes econômicos” certamente se ressentiam dessas reformas. E se *Folklore* representava uma defesa do *New Deal*, o panfleto de Aldrich advogava em favor desses homens dos grandes negócios. Sua

³⁸⁸ “*The Folklore of Capitalism*, however, (Mr. Arnold is not a Socialist, but a New Dealer), is the most stimulating and entertaining book I have read for some years, and a dominant line in the pattern of its thought is a slashing attack on the technique of academic economists”. Ibid.

³⁸⁹ “But if a system in which huge economic powers are given to men imbued with the ethics of trading does not work satisfactorily, what is the remedy? Mr. Arnold has no doubt. It lies in giving the control to men with a different sense of responsibility, most probably to government officials. This is not the answer which reformers would have given a generation ago. They recommended, as Mr. Justice Brandeis still recommends, that the great organisations (sic) which made possible the concentration of economic power should be broken up. Anti-trust legislation was passed, but it has proved ineffective. The technical advantages of large-scale production were too great. It is the change from the methods of Brandeis to those of Arnold and Berle which gives the clue to the political struggle in the United States. The New Deal is trying to take away from the traders who control the two hundred largest corporations much of their power, and to give it to government officials”. Ibid. p.261-262.

lógica como um banqueiro – no mínimo duvidosa – supunha ser inconcebível que investidores fossem antiéticos ou que possuísem qualquer tipo de responsabilidade social com a população.

Isto é, para indivíduos como Aldrich, não cabiam julgamentos em torno da maneira como homens de negócios utilizavam seu dinheiro, tampouco se possuíam responsabilidades para com a sociedade. Gifford encarou os argumentos de Aldrich como “propaganda republicana e [uma série de] críticas fundamentadas” das regulações técnicas das agências governamentais.³⁹⁰

Do ponto de vista dos relatórios do SEC, o economista propõe que ofereçam pistas dessa postura antiética de investidores, preocupados em obstruir reformas. Para Gifford, a adoção de “métodos de controle” nas transações econômicas faria com que esses indivíduos evitassem se envolver em escândalos financeiros como aqueles indicados por Arnold em *Folklore* (ver Capítulo 2). No geral, e utilizando outros autores e documentos, Gifford elogia e confirma o trabalho do autor, apreciando suas contribuições para o desenvolvimento de novas análises econômicas e na compreensão das disputas políticas do momento.

Sidney Hook, professor de Filosofia da New York University (NYU), por sua vez, emitiu um interessante posicionamento a respeito de *Folklore* como um “manual para políticos”.³⁹¹ Ele julgou se tratar de um “livro, então, *sobre* políticos, *para* aqueles que querem ser políticos ou compreendê-los, *por* alguém cujas políticas incluem, entre outras coisas, um desejo que pessoas respeitáveis se tornem (...) políticos realistas”.³⁹²

Nesse aspecto, Hook supôs que o livro se tratava de uma “pequena obra de arte” com relação a “políticos e seus hábitos”. Da mesma forma, exaltou a capacidade de

³⁹⁰ “Mr. Aldrich’s pamphlet is a curious mixture of Republican propaganda and informed criticism”. Ibid. p.264.

³⁹¹ Sidney Hook (1902-1989) foi um filósofo e teórico norte-americano. Teve sua formação em Columbia durante a década de 1920, mas passou a maior parte da vida como professor da *New York University* (NYU). Apesar de inicialmente influenciado pelo marxismo, que concebia como método preferível de análise dos problemas sociais, Hook foi pela maior parte de sua vida alguém ligado à socialdemocracia, além de crítico do autoritarismo nos países do bloco socialista após a Segunda Guerra Mundial. Com o passar dos anos, passou a adotar posicionamentos mais conservadores do ponto de vista social e contrários à presença do Estado na economia. Ver: SIDORSKY, David; TALISSE, Robert. *Sidney Hook*. In: ZALTA, Edward N. (org.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2018 Edition). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2018/entries/sidney-hook>. Acesso: 19 set. 2019.

³⁹² “It is a book, then, *about* politicians *for* those who want to be politicians or to understand them, *by* one whose politics includes, among other things, a desire that respectable people become politicians. Let us not in passing that the author regards it as peculiarly important that *respectable* people (however they are defined) should become realistic politicians”. HOOK, Sidney. The Folklore of Capitalism the Politician’s Handbook: A Review. *The University of Chicago Law Review*, v.5, n.3, abr. 1938, p.341-349.

Arnold de identificar os costumes norte-americanos a respeito de Leis, Economia e também de Política – ainda que tenha verificado que autores como Pareto, Michels e Marx já haviam produzido obras acerca da influência dos comportamentos da população no meio político, em que pesasse (para Hook) serem pouco influentes para o meio intelectual nos Estados Unidos.

Mas o filósofo tinha ressalvas mais específicas a respeito da publicação. Para ele, Arnold – ao se posicionar como alguém favorável a um maior papel para o Estado na sociedade norte-americana – amenizava a violência das experiências autoritárias na Alemanha, Itália e União Soviética. Hook acusava o autor de ter feito referências mínimas às perseguições cometidas pelos regimes fascistas e pelos soviéticos.

Importante ressaltarmos, conforme salientamos nos capítulos anteriores, que a intenção do autor era observar nessas experiências governamentais maneiras como o Estado poderia auxiliar no planejamento econômico dos Estados Unidos. Arnold era alguém comprometido com a democracia e contrário a soluções autoritárias para seu país.

De modo geral, Hook favoreceu uma análise mais teórica dos argumentos do autor em relação a princípios e julgamentos éticos, além de chamar de “ingênua” a forma como Arnold pensava solucionar os problemas que descrevia. Mas, outro interessante ponto levantado pelo filósofo, estava na forma como ele julgou o que chamou de “interesse social [ou, pessoal]” do autor ao publicar *Folklore*:

“Em nossos dias atuais, o interesse social que dá força motriz à uma filosofia como a de Arnold, é a necessidade vocacional do trabalhador intelectual e do profissional que faz uma carreira no serviço público, ou nos negócios do governo – um grupo que se considera como independente de outras classes, de fato, como uma classe especial cuja função é mediar entre as outras (...) Ainda que o tema e as implicações de seu livro envolvam problemas persistentes, seu impacto presente deve ser considerado sob a luz dos conflitos de interesse na América”.³⁹³

Isto é, o filósofo sugeria que o objetivo de Arnold em seu estudo era na verdade promover a “necessidade” de uma tecnocracia nos “negócios do governo”. Também fez referência à posição e importância que o autor dava a esses indivíduos nas questões do período: “uma classe especial cuja função é mediar”, através de conhecimento intelectual, conflitos “entre as outras”.

³⁹³ “In our own day the social interest which gives a philosophy such as Arnold’s driving force is the vocational need of the intellectual worker and professional who make a career in public service or the business of government, – a group which regards itself as independent of other classes, in fact as a special class whose function is to mediate between others. (...) Although the theme and implications of his book involve enduring problems, its present impact must be considered in the light of the present clashes of interest in America”. Ibid. p.348-349.

A pedido dos editores da *Chicago Law Review* – presumidamente em função do cargo que assumira no governo Roosevelt – Arnold elaborou uma resposta aos comentários de Hook, a quem se dirigiu como “alguém que eu tenho a maior admiração e respeito”. Em sua réplica, como forma de defender seu trabalho, salientou que suas observações eram de alguém com vivência direta no governo e que, portanto, havia compreendido as questões a partir de um olhar “de dentro”.

Também reafirmou suas ideias a respeito do papel do intelectual no governo como alguém que deveria estar menos alheio à teoria e mais pragmático, isto é, disposto a agir diante das circunstâncias apresentadas. Se por um lado Hook contestou a publicação por uma certa “ingenuidade” do autor, Arnold replicou como alguém do meio político, que não se interessava pelas discussões que o filósofo propunha:

“Suponho, que é esse hábito da mente filosófica de primeiro determinar aquilo que eles querem, antes de observar de verdade, que os torna inaptos na organização atual [da sociedade]. É por conta disso que quando a fumaça desaparece, nós encontramos políticos no lugar de intelectuais dirigindo a presente rotina do governo, enquanto intelectuais estão escrevendo canções e poesia. Filosofia legal, ética e economia parecem muito diferentes ao se observar de fora ao invés de dentro. Do ponto de vista ‘de dentro’ se assume que se homens racionais pensam juntos, eles podem tornar o conceito da boa vida uma ferramenta útil. Do lado de fora, é óbvio que homens racionais nunca podem concordar. Seus conflitos apenas criam mais literatura”.³⁹⁴

4.3.1 Um ataque ao elitismo de Thurman Arnold

O sucesso de *Folklore* suscitou uma grande quantidade de comentários, que em sua maioria enalteciam as contribuições do autor, ainda que alguns especialistas fossem mais críticos a Arnold. Por outro lado, também verificamos algumas resenhas que atacavam de forma mais contundente a visão de Arnold sobre o cenário político e social dos Estados Unidos. Entre essas, a de Marian Kaufman Brown, uma autora desconhecida, que apenas assinou como alguém de Washington, D.C., atacou Arnold e sua obra:

³⁹⁴ “It is, I think, this habit of the philosophical mind of first determining what they want to look for, before they actually look, which makes them inept in actual organization. It is on account of this that when the smoke clears away we always find politicians rather than intellectuals running the actual day to day government while the intellectuals are writing its songs and poetry. Philosophies, legal, ethical, and economic appear very different from the outside looking in than from the inside looking out. The ‘inside’ point of view assumes that if reasoning men get their heads together, they can make the concept of a good life a workable tool. From the outside it is obvious that reasoning men never agree. Their conflicts only create more literature”. ARNOLD, Thurman. *The Folklore of Mr. Hook: A reply. The University of Chicago Law Review*, v.5, n.3, abr. 1938, p.349-353.

atribuiu-lhe um perfil elitista, ignorando noções como relações de classe e sua influência no funcionamento das instituições norte-americanas.³⁹⁵

Para Brown, a obra de Arnold foi bem recebida por liberais, por defender propostas bem-vistas por esses indivíduos, inclusive no que dizia respeito a uma melhor distribuição de bens industriais a partir da ação regulatória do governo. Também julgava que o autor abriu mão de teoria, como a marxista, que poderia explicar a maneira como o “folclore” dos Estados Unidos legitimava a dominação de uma classe empresarial sobre as massas a partir de *slogans*:

“A falta de uma teoria com a qual analisar o passado ou prever o futuro torna impossível para ele compreender o presente. Com sua base na advocacia e um perfeito dom para falar de paradoxos, Arnold reúne uma expressiva variedade de ‘folclore’. Mas ele falha em ver qual a função desses tabus, crenças e *slogans*. Ele observa que crenças e cerimônias surgem de instituições e servem para dar coesão. O que ele não observa, é que dentro dessas instituições existem classes, grupos de interesse econômico, que usam *slogans* formulados na linguagem do apelo universal para manifestar e manter as outras classes em consentimento com sua dominação”.³⁹⁶

Brown considerava a proposta de Arnold limitada, já que ela avaliava apenas o presente, sem ponderar por padrões de mudança e permanências que pudessem ajudar a prever o futuro, como os marxistas podiam elaborar. Brown também acusava Arnold de ignorar a dimensão de classe ao observar os padrões de pensamento dos norte-americanos – por exemplo, compreender que a oposição de classes abastadas ao *New Deal* poderia se dar menos por convicções econômicas no liberalismo clássico e no livre-mercado do que por uma perda em seu *status* social em relação às outras classes. Além disso, inferiu como o segmento mais rico e influente do país seria capaz de controlar as massas, mas operando em favor dos seus interesses a partir da manipulação dos símbolos, uma “propaganda intensificada do folclore”.³⁹⁷

³⁹⁵ BROWN, Marian Kaufman. The Folklore of Capitalism. by Thurman Arnold. *Social Forces*, v.17, n.2, dez. 1938, p.287-290.

³⁹⁶ “The lack of theory with which to analyze the past or predicate the future makes it impossible for him to understand the present. With his lawyer background and a neat knack for speaking in paradoxes, Arnold gathers a telling array of ‘folklore’. But he fails to see what the function of these taboos, creeds, and slogans is. Creeds and ceremonies arise out of institutions and serve to give cohesion, he observes. What he does not observe is that within institutions there are classes, economic interest groups which use slogans phrased in the language of universal appeal to rally and to hold other classes in acquiescence to their domination”. Ibid. p.289.

³⁹⁷ “What their stand actually denoted was an opposition to a procedure which challenged even in a small way the class to which they belonged and on which their economic status depended. However, one group can keep another in tow whose interests are really opposite if it is adroit and persistent enough in the manipulation of symbols. This has always been the greatest function of ‘folklore’. Thus the conflict which plagues the writer throughout the book resolves itself not into

Conforme demonstramos anteriormente, não interessava a Arnold discutir esses temas, pois não lhe dizia respeito revolucionar as estruturas sociais dos Estados Unidos, mas sim contornar o cenário de crise e oferecer uma alternativa moderada, mas viável para as reformas. A partir das correspondências com Harold J. Laski, podemos perceber que Arnold não considerava o marxismo como uma estrutura de análise válida para o que se propunha e isso também se dava por razões ideológicas.

Mas o que mais incomodava Brown em *Folklore* era o elitismo manifestado pelo autor e como pensava as reformas como espécie de asilo para a maioria. Sem dúvidas Brown era alguém bem mais à esquerda do que Arnold, o que impelia uma perspectiva de mudança bem mais radical, principalmente na estrutura social do país. Para ela, era preciso beneficiar as massas em detrimento dos interesses de uma “minoridade exploradora”, e tudo que homens como Arnold pretendiam fazer era “observar” essas desigualdades:

“Assim, a boa sociedade toma forma como um vasto asilo em que alguns poucos indivíduos de conhecimento garantem o bom humor dos reclusos [as massas], apesar das suas decepções, para torná-los a si próprios o mais confortável possível. A ironia patética que vemos das farpas afiadas de Arnold, se ele ao menos pudesse ver, é que as massas estão saudáveis e sãs e realmente acreditam e desejam efetuar ideais que já foram fundamentais e práticos; mas estando suscetíveis a educação e sentimento, eles podem ser despojados por uma minoria exploradora através do folclore. Mas não para sempre. Um dia, eles vão tornar reais democracia, liberdade individual e o padrão americano de viver. Isso, o Professor Arnold vai perceber de sua plataforma de observação e registrar como outro mito”.³⁹⁸

Interessante percebermos que Brown se tratava de marxista que concebia um país mais igualitário a partir de perspectivas notadamente norte-americanas de “democracia, liberdade individual e padrão americano de viver”.³⁹⁹ Ela almejava um cenário de maior

a conflict between ideals and reality, but between class and class with the aid of propaganda compounded of folklore”. Ibid.

³⁹⁸ “Thus the good society takes shape as a vast asylum in which a few knowing individuals humor the inmates in their delusions while attempting to make them as comfortable as possible. The piteous irony which we are sure would draw Thurman Arnold’s sharpest barbs could he but see it, is that the masses are healthy and sane and really believe in and desire to effect ideals at once fundamental and practical; but being susceptible to education and sentiment they can be despoiled by the exploiting minority by means of folklore. But not for always. One day they will make democracy, and individual liberty, and the American standard of living come true. This, Professor Arnold will view from the observer’s platform and record as another myth”. Ibid. p.290.

³⁹⁹ Discussões em torno de um “padrão de vida” norte-americano, como o proposto por Brown, nos remetem a ideia de “nacionalismo cívico” de Gary Gerstle – que compreende uma “fé política” em torno da promessa de oportunidades econômicas e liberdade política e religiosa para todos os cidadãos nos Estados Unidos. Segundo Gerstle, durante o *New Deal*, a noção de “nacionalismo cívico” foi de certa forma apropriada como “retórica de protesto” entre reformistas liberais, radicais e mesmo socialistas e comunistas. Esse tipo de discurso referenciava também à uma “narrativa excepcional” norte-americana, que entre outros pontos, se referia aos Estados Unidos como um país construindo com base em “princípios éticos e moralmente virtuosos” que

participação popular juntamente com uma distribuição de renda mais equilibrada, certamente em oposição ao padrão de luxo vivido pelas elites.

4.3.2 A crítica de Henry Hazlitt no *The New York Times*

Outra contundente crítica feita ao trabalho de Thurman Arnold foi publicada nas páginas do *The New York Times*, assinada pelo jornalista e editor Henry Hazlitt.⁴⁰⁰ Se tratava de um intelectual contrário à expansão do Estado a respeito das relações sociais e econômicas do país e que havia acabado de elogiar em uma coluna do *Times* o trabalho do austríaco libertário Ludwig Von Mises.⁴⁰¹

serviria de exemplo para a humanidade. Porém, a narrativa foi originalmente moldada em torno dos norte-americanos WASP – *White Anglo-Saxon Protestant* –, ou seja, aqueles brancos, de origem anglo-saxã e protestantes, enquanto os de origem católica, imigrantes, afro-americanos e nativo-americanos, eram excluídos. De acordo com Mary Anne Junqueira, o “caráter particular da narrativa da nação norte-americana converte-se na propriedade de ela ser muito bem-sucedida, amplamente compartilhada e referência mobilizada incessantemente por múltiplos atores, de divergentes filiações políticas, até os dias atuais”. Portanto, é possível imaginarmos que Kaufman Brown fazia o uso da narrativa da nação como meio de reivindicar um maior espaço para os indivíduos das classes mais baixas nas políticas norte-americanas. Ver: GERSTLE, Gary. op. cit., 2017, p. 4-6; 146-149. JUNQUEIRA, Mary Anne. op. cit., 2018, p.46-51.

⁴⁰⁰ Henry Hazlitt (1894-1993) foi um jornalista e escritor norte-americano, que ocupou um cargo editorial no *The New York Times* durante a Grande Depressão. Era um grande defensor da economia de livre-mercado e responsável pela obra “*Economics in One Lesson*”, considerado pela historiadora Kim Phillips-Fein um “clássico” da literatura econômica ortodoxa. Foi também fundador do *Foundation for Economic Education* (FEE), um dos primeiros “*think tanks*” do pós-Segunda Guerra cuja missão era promover uma “filosofia do empreendimento privado” e da “liberdade”, além de uma cruzada contra o “socialismo” – que nesse contexto abarcava também as políticas sociais estimuladas pelo Estado, como as do *New Deal* – defendendo um papel limitado para o governo. O FEE inicialmente foi formado por indivíduos descontentes com as reformas liberais e Henry Hazlitt não fugia à regra. Mais do que isso, articulou desde os anos 1930, uma rede de contato entre homens de negócios e jornalistas partidários do livre-mercado, com os fundadores da chamada “Escola Austríaca” de Economia, Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek. Hazlitt posteriormente se uniu à chamada Sociedade Mont Pelerin, organização que, segundo Phillips-Fein, “criou um espaço onde homens de negócios poderiam trabalhar com acadêmicos em uma luta política e ideológica comum, defendendo o mercado contra as incursões do liberalismo do *New Deal*”. Ver: PHILLIPS-FEIN, Kim. op. cit., 2009.

⁴⁰¹ Em seu parecer da obra “*Socialism*”, Hazlitt teceu grandes elogios a Mises, declarando que o austríaco havia exposto a “doutrina da violência do socialismo” e os males da “propriedade coletiva” em oposição à individual. Ademais, o jornalista argumentou que “nenhum leitor sem preconceitos pode deixar de se impressionar com a exatidão do raciocínio do autor, o rigor de sua lógica, o poder e unidade de seu pensamento. Essa é de longe a resposta mais devastadora à filosofia socialista”. Para Hazlitt, Mises era um “liberal tradicional”, isto é, em oposição ao liberal do *New Deal*, cujas ideias eram por ele desprezadas. Por fim, também mencionou um trecho da publicação do austríaco em que Mises havia diagnosticado um “esforço intervencionista” dos governos, visando introduzir o “socialismo” na civilização ocidental – que podemos considerar mais uma referência às políticas sociais reformistas que se desenvolviam em nações democráticas como na Suécia, mas também nos Estados Unidos com o *New Deal*. Ver: HAZLITT, Henry. A Revised Attack on Socialism. *The New York Times*, New York, p.20, 9 jan. 1938. Disponível em:

Avesso à popularidade de *Folklore*, Hazlitt julgou o livro em outra coluna do *The New York Times Book Review* como “escasso, entediante e repetitivo”, “uma imitação palpável de Veblen no estilo e deriva desse autor - na maioria das ideias básicas que apresenta”. Para ele, o sucesso da obra de Arnold se devia basicamente pelo fato de que “seus críticos não leram ou se esqueceram de Veblen e estão dando crédito ao livro por um posicionamento original que ele não possui”.⁴⁰²

Para o jornalista, o que Arnold chamava de “perspectiva antropológica”, era na verdade um recurso para emitir opiniões polêmicas:

“Essa perspectiva antropológica dá ao Sr. Arnold algumas vantagens polêmicas. Ela torna desnecessário que ele examine seriamente qualquer das crenças que ele está ridicularizando. Ele simplesmente descarta toda Lei e Economia como uma ‘teologia’ elaborada por um ‘sacerdócio’. Você pode observar como isso coloca todas as respostas às suas afirmações no mesmo nível e o poupa de se importar em responder qualquer uma delas. Ele então fica livre para dizer ‘A Suprema Corte dos Estados Unidos tem, por anos, oferecido um estudo mais fascinante de ritualismo primitivo do que qualquer coisa que tribos malasianas tivessem a oferecer’, ou fazer qualquer outra afirmação que o surpreendesse. Se alguém tentar pegar em seu pé sobre um fato ou uma teoria, ele já tem sua resposta pronta, tão desagradável para aqueles que discordam dele quanto lisonjeira para ele mesmo: ‘No país dos cegos, o homem que consegue ver é sempre classificado como um radical ou um cínico’”.⁴⁰³

Hazlitt complementa sua opinião ao acusar o “satírico” Arnold de “inventar” argumentos para seus “oponentes, que nem mesmo o mais estúpido deles teria usado. Nesta altura, o princípio básico do Sr. Arnold pode ser descrito como ‘Não argumente

<https://www.nytimes.com/1938/01/09/archives/a-revised-attack-on-socialism.html> Acesso em: 20 set. 2019.

⁴⁰² “The book, in fact, is a palpable imitation of Veblen in style and derives from that writer most of such basic ideas as it contains. Part of its critical success, I suspect, is owing to the fact that some of the reviewers have not read or have forgotten Veblen and are giving the book credit for an originality in attitude that it does not possess”. HAZLITT, Henry. This “Folklore” of Capitalism; A Dissenting Opinion on Thurman Arnold's Dismissal of Law and Economics as a “Theology”. *The New York Times*, New York, p.2, 13 fev. 1938. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1938/02/13/archives/this-folklore-of-capitalism-a-dissenting-opinion-on-thurman-arnolds.html>. Acesso: 19 set. 2019.

⁴⁰³ “This ‘anthropological approach’ gives Mr. Arnold some polemical advantages. It makes it unnecessary for him seriously to examine any of the beliefs he is deriding. He simply dismisses all law and economics as a ‘theology’ elaborated by a ‘priesthood’. You can see how this puts all replies to his statements on a par, and saves him the bother of answering any of them. He is then free to say: ‘The Supreme Court of the United States has for years offered a more fascinating study in primitive ritualism than anything that the Malaysian tribes had to offer’, or to make any other statement that amuses him. Should any one attempt to pick him up on a fact or a theory, he has already made his answer, as uncomplimentary to those who disagree with him as it is flattering to himself: ‘In the country of the blind the man who can see is always classed as a radical or a cynic’”. Ibid.

com seus oponentes; somente zombe deles até que não aguentem””.⁴⁰⁴ O jornalista argumentou que o autor se prestava a defender “as crenças” de “seu próprio pequeno grupo” – certamente uma referência aos *new dealers*, algo em que ele se aprofunda, como veremos em breve – no lugar de discutir de fato questões apresentadas através da obra.

A estratégia de Hazlitt foi aproximar a perspectiva de Arnold daquela da Alemanha nazista no que dizia respeito às políticas de Estado mais centralizadas. Hazlitt supunha que o autor visse com bons olhos as reformas do país, a ponto de “admirar o fascismo” como forma de governo:

“Ele [*Folklore*] nos obriga a acreditar que ele [Arnold] está sendo sincero em pensar que a inflação alemã era essencialmente algo bom, porque ele [Arnold] mal menciona os incontáveis sofrimentos de suas vítimas [nas mãos dos nazistas] e argumenta – ainda que economistas tenham repetidamente apontado para as falácias dessa visão – que o ‘resultado’ foi que ‘a Alemanha, no que diz respeito à sua riqueza material, enriqueceu vastamente’. Isso nos obriga a acreditar que ele até admira o fascismo como uma forma de governo ‘realista’”.⁴⁰⁵

A despeito da provocação feita pelo jornalista, Hazlitt terminou seu parecer posicionando o autor como alguém ligado à “teologia do momento”: Arnold deveria ser visto não como alguém de posicionamentos “radicais”, mas como um “*new dealer* fervoroso”. Dessa forma, julgava que a intenção do autor era chamar atenção para a “permanente qualidade” do *New Deal* através da “improvisação, conveniência, oportunismo”.⁴⁰⁶

De certo, a resenha de Hazlitt de *Folklore* incomodou Arnold, principalmente ao sugerir que ele visse o fascismo com bons olhos. A partir disso, o autor enviou uma resposta ao jornalista para que fosse publicada no *The New York Times*. Para Arnold,

⁴⁰⁴ “It is not merely that Mr. Arnold never, on any occasion, states fairly a contention to which he is opposed; it is not merely that in each case, when he deals with an opposing argument, he presents not the argument but a travesty of it; what is hard to forgive, even in a man who pleads satiric license, is that he *invents* arguments for his opponents that not even the stupidest of them has used. Now as Mr. Arnold’s basic principle may be described as ‘Don’t argue with your opponents; just kid the shirt off them’, his book presents not so much a reasoned thesis as a series of wisecracks”. Ibid.

⁴⁰⁵ “It compels us to believe that he is sincere in thinking that the German inflation was essentially a very fine thing, for he hardly mentions the untold sufferings of its victims, and he contends – though economists have repeatedly pointed to the fallacies in this view – that the ‘net-result’ was that ‘Germany, so far as its material wealth was concerned, was vastly enriched’. It compels us to believe that he admires fascism as a ‘realistic’ form of government”. Ibid.

⁴⁰⁶ “There is another possible view of Mr. Arnold. We can study him on the basis of his own approach. Contemporary law and economics, as we have seen, he treats in their entirety as simply part of the ‘theology’ of contemporary ‘priests’ who exist to present the necessary apologetics for what is now going on. Now Mr. Arnold turns out to be at bottom not much of a radical after all, but merely another ardent New Dealer. The one permanent quality of the New Deal is improvisation, expediency, opportunism”. Ibid.

Hazlitt havia se irritado com o conteúdo de seu livro, que o teria deixado “completamente desorientado”, além de indicar que o jornalista estava imerso completamente no sistema de símbolos e folclores que diagnosticava em seu trabalho:

“Grande parte do meu livro foi dedicado a explicar a reação de mentes como a do Sr. Hazlitt a realidades que contradizem suas teorias. Uma das características desse tipo de mente, que eu aponte, é o fato de que quando irritado, ele busca alívio em chamar seus oponentes de inflacionistas, burocratas, fascistas ou comunistas. Esta lógica funciona mais ou menos da seguinte forma: ‘esse homem é obviamente imoral e irracional e ignora os melhores economistas; fascistas e inflacionistas também são imorais e irracionais e ignoram os melhores economistas. Portanto, esse homem deve admirar o fascismo e achar que a inflação é algo bom’. Esse é o processo de pensamento do Sr. Hazlitt. Assim, ele sinceramente acha que provou que sou um fascista e um inflacionista. Esse tem sido o processo comum de pensamento nas páginas editoriais de todos os nossos grandes jornais, sejam pró ou contra o *New Deal*”.⁴⁰⁷

Por sua posição no periódico, Hazlitt – possivelmente irritado com a réplica de Arnold – se viu compelido a retrucar o autor. Na mesma página da seção *Letters to Editors*, do dia 6 de março de 1938, o jornalista seguiu contestando os posicionamentos de Arnold em relação à Alemanha e como se deu seu processo de recuperação econômica e desenvolvimento industrial a partir de um modelo de economia com maior participação do Estado. Além disso, declarou que Arnold afirmava uma coisa, mas buscava ser compreendido de maneira oposta:

“Mas, aparentemente eu compreendi de forma equivocada a questão. O Sr. Arnold agora nos assegura que ele não pensa que a inflação alemã foi uma coisa boa e novamente devemos aceitar sua palavra. Mas, como um homem pode acreditar que aquela inflação ‘enriqueceu vastamente’ a Alemanha e ‘melhorou imensamente’ sua planta industrial (página 301) e ainda achar isso infundado (por razões que ele certamente não mencionou em seu livro) é para mim algo desconcertante. Pode ser que eu ainda não tenha achado a chave para o estilo do Sr. Arnold. Aparentemente quando ele diz ‘esquerda’ ele deve querer dizer ‘direita’ e vice-versa”.⁴⁰⁸

⁴⁰⁷ “A large part of my book has been devoted to explaining the reaction of minds like Mr. Hazlitt’s to realities which contradict their theories. One of the characteristics of that type of mind, which I have pointed out, is the fact that when irritated it seeks relief in calling its opponents inflationists, bureaucrats, Fascists or Communists. The train of thought runs somewhat as follows: ‘This man is obviously immoral and illogical and does not follow the best economists; Fascists and inflationists also are immoral and illogical and ignore the best economists. Therefore, this man must admire fascism and think inflation is a fine thing’. This is Mr. Hazlitt’s process of thought. He, therefore, sincerely thinks he has proved me to be a Fascist and an inflationist. This has been a common process of thought on the editorial pages of all our great newspapers, whether pro or anti New Deal”. ARNOLD, Thurman; HAZLITT, Henry. *Letters to the Editor; Mr. Hazlitt Replies*. *The New York Times*, New York, p.103, 6 mar. 1938. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1938/03/06/archives/letters-to-the-editor-mr-hazlitt-replies.html>.

Acesso em: 20 set. 2019.

⁴⁰⁸ “But apparently I misunderstood the whole matter. Mr. Arnold also now assures us that he does not think the German inflation was a good thing, and again we must accept his word. But

Por fim, Hazlitt concluiu sua tréplica, propondo que a carta enviada pelo autor comprovava que Arnold era incapaz de confrontar os questionamentos, fossem dele ou de qualquer outra pessoa que pensasse diferente. Também inferiu que o autor se prestava somente a provocar e não a dialogar com seus críticos e prova disso, para o jornalista, estava no fato de ele não ter respondido as “questões objetivas que levantei”:

“Novamente, o Sr. Arnold solicitamente enfatiza a verdade dessas observações. Sua carta ignora ou roga todas as questões objetivas que eu levantei de fato ou princípio e cai de volta ao esforço em direção ao ridículo pessoal. Essa é a essência da sua assim chamada técnica ‘antropológica’ e ‘psicanalítica’. Porque eu não admiro seu livro, ele tem certeza que devo ser um caso patológico”.⁴⁰⁹

Os comentários de Hazlitt nos interessam, principalmente, por se tratar de um influente defensor do liberalismo clássico, cujo discurso era reverberado através de um prestigiado jornal como o *The New York Times*. Arnold, havia sido duramente criticado por Hazlitt e essas circunstâncias decerto motivaram que enviasse uma carta para o jornal. Conforme podemos observar em uma correspondência enviada ao seu amigo Thomas Reed Powell, professor de Direito em Harvard: Arnold admitiu que desejava de alguma forma responder Hazlitt – ainda que boa parte de seus amigos de “alta classe”, entre eles Felix Frankfurter, dissessem que ele estava errado em enviar uma carta provocando o editor do *The New York Times*, enquanto os de “baixa classe” disseram que ele estava correto. Arnold concluiu “não ter arrependimentos sobre a carta. Para que você [Powell] compreenda isso, você tem que se lembrar da minha origem [no Meio-Oeste]”.⁴¹⁰

Foi assim que as propostas do liberal moderado Thurman Arnold foram vistas por parte dos seus contemporâneos. *Symbols* foi criticado por homens do Direito, mas elogiado por cientistas sociais, enquanto *Folklore* foi examinado de forma negativa por marxistas e por adeptos irredutíveis do mais extremado liberalismo clássico. Moderado,

how a man can believe that that inflation ‘vastly enriched’ Germany and ‘enormously improved’ its industrial plant (page 301), and still think it unsound (for reasons certainly not mentioned in his book), is to me a little baffling. It may really be that I have not yet found the key to Mr. Arnold's style. Apparently whenever he says ‘left’ he must mean ‘right’ and vice versa”. Ibid.

⁴⁰⁹ Again Mr. Arnold helpfully emphasizes the truth of these observations. His letter ignores or begs all the objective questions I raised of fact or principle, and falls back upon an effort toward personal ridicule. This is the essence of his so-called “anthropological” and “psychoanalytic” technique. Because I do not admire his book, he is sure that I must be a pathologic case”. Ibid.

⁴¹⁰ “I note your reactions to the Hazlitt letter. In fact, you did not need to advise me because I could have predicted them. Felix Frankfurter and a number of my other high class friends all tell me I was wrong. All my low class friends tell me I was right. These matters of taste are hard to judge. Personally, however, I have no regrets about the letter. In order for you to understand this you have to remember my background”. GRESSLEY, Gene. op. cit., 1977, p.270.

mas com intenções acima do seu real poder, Arnold com os seus livros queria constituir uma nova classe política que pudesse verificar e lidar com as crenças arraigadas da sociedade.

Imagem 3: Arnold debatendo com colegas de governo a relação entre patentes e a aplicação de leis antitruste em dezembro de 1938. Também estão na foto, da esquerda para a direita, o Senador O'Mahoney e os *new dealers* Jerome Frank, responsável pela *Securities and Exchange Commission*, e o advogado Hugh B. Cox da Divisão Antitruste. Frank, assim como Arnold, havia saído da Yale University para atuar no governo.

Fonte: Arquivo digital de fotos da Library of Congress. Disponível em: <https://www.loc.gov/pictures/item/2016874533>. Acesso: 10 out. 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Thurman Arnold em Washington: Divisão Antitruste e a Segunda Guerra (1938-1943)

Em março de 1938, Thurman Arnold foi indicado ao cargo de *Assistant Attorney General* (Procurador-Geral Adjunto), responsável por liderar a Divisão Antitruste do Departamento de Justiça. Uma série de fatores o colocaram nessa posição. Arnold foi inicialmente convidado, ainda no final de 1937, para um posto fixo na *Securities and Exchange Commision*, possivelmente por influência de seu amigo William O. Douglas.⁴¹¹ Mas, ao ter seu pedido de licença temporária junto à Yale University negado, recusou o convite feito pelo governo.

Diante do prestígio que Arnold havia conquistado junto à administração Roosevelt, em 1938 surgiu o convite para que ocupasse o posto de *Assistant Attorney General* deixado por Robert Jackson, que assumiria como *Solicitor General of the United States* (Advogado-Geral dos Estados Unidos). Ainda que não quisesse abrir mão do seu lugar na prestigiosa Yale, Arnold – como vimos – já estava há algum tempo em busca de um cargo de importância em Washington, o que foi o suficiente para que enfim desistisse de Yale.⁴¹²

Interessante notarmos que imediatamente após sua nomeação, Arnold foi a princípio rotulado pela imprensa como um *new dealer* “radical”, um “crítico do capitalismo” e “inimigo dos capitalistas”. Eram acusações distantes da realidade do autor, como já observamos nos capítulos, mas tais críticas fizeram Arnold justificar suas opiniões e reafirmar sua “fé no capitalismo”.⁴¹³

O período de Arnold na Divisão Antitruste foi marcado pela ampliação do orçamento e do estafe do órgão, o que possibilitou emplacar uma campanha contra os monopólios em diversos setores industriais nos Estados Unidos. Durante os anos de 1938

⁴¹¹ William O. Douglas (1898-1980) foi advogado professor de Direito em Yale e posteriormente juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos. Era um dos amigos mais íntimos de Arnold, com quem compartilhava a origem no Oeste – Douglas foi criado no estado de Washington – e posicionamentos políticos, como por exemplo, em relação à regulação da economia por parte do Estado. Desde 1934 participou da SEC, onde dois anos depois assumiu o cargo de diretor-executivo. Em 1939, foi nomeado para a Suprema Corte de Roosevelt, onde esteve por trinta e seis anos, se aposentando em 1975. Ver: WALLER, Spence Weber. op. cit., 2005, paginação irregular; ROGERS, C. Paul III. The Antitrust Legacy of Justice William O. Douglas. *Cleveland State Law Review*, v.56, n.4, 2008, p.895-1002.

⁴¹² MISCAMBLE, Donald. op. cit., 1982, p.8; GRESSLEY, Gene. op. cit., 1977, p.265, 268.

⁴¹³ WALLER, Spencer Weber. op. cit., 2005, paginação irregular.

e 1940, o autor havia se tornado um dos funcionários de “segundo escalão” mais reconhecidos pelo público norte-americano, devido ao seu intenso comprometimento com ações públicas, onde enfatizava a necessidade de aplicação da legislação antitruste na condução da economia.⁴¹⁴

Entretanto, ao final da década de 1930 e início de 1940, o governo Roosevelt já passava a se mobilizar em torno da participação na Segunda Guerra Mundial. Nesse momento, o presidente deixava de lado o apelido de “Sr. *New Deal*” e aderiu ao de “Dr. vitória a guerra”.⁴¹⁵ Os Estados Unidos já se preparavam para entrar na guerra, temendo algum tipo de invasão ao seu território, ainda que somente oficializassem sua participação direta a partir dos ataques à Pearl Harbor em dezembro de 1941.⁴¹⁶ Diante do esforço de guerra que se desenhou no país, Arnold temia que a Divisão Antitruste perdesse influência e orçamento, justamente no período em que tentava expandir sua atuação na quebra de monopólios industriais.

Para defender seu projeto à frente do governo, Arnold publicou em 1940 sua terceira obra, *The Bottlenecks of Business*, em que procurava visivelmente apoio popular para seu departamento, explicando suas ideias em relação à utilização da legislação antitruste.⁴¹⁷ Para seu biógrafo, Spencer Waller, *Bottlenecks* era uma “defesa descarada” do programa de Arnold no governo.⁴¹⁸ Importante considerarmos que o livro foi lançado em meio aos 50 anos da Lei Sherman e que buscava atingir um público bem mais amplo, com uma linguagem mais direta e sem o sarcasmo característico do autor.

Diferentemente de *Symbols* e *Folklore*, a obra não tratava de reformas, pois Arnold buscou se afastar ao longo de *Bottlenecks* de posicionamentos “conservadores ou liberais”, enfatizando no lugar o “interesse do consumidor” – aquilo que argumentava estar defendendo a partir da atuação da Divisão Antitruste:

“A ênfase do livro é no interesse do consumidor. O leitor não vai encontrar discussões em suas páginas das várias propostas de reforma ou legislação humanitária vigentes. (...) Portanto, esse livro não é direcionado a conservadores ou liberais como uma classe, mas àqueles à esquerda ou à direita que preferem grafar seus programas sociais em uma democracia a colocá-los sob a disciplina de uma economia arregimentada.”⁴¹⁹

⁴¹⁴ Ibid.; BRINKLEY, Alan. op. cit., 1993, p.571-572.

⁴¹⁵ BRINKLEY, Alan. op. cit., 1996, p.143-146.

⁴¹⁶ KATZNELSON, Ira. op. cit., 2014, p.316; LEUCHTENBURG, William E. op. cit., 2009, p.300.

⁴¹⁷ A partir de agora nos referiremos à obra por “*Bottlenecks*”.

⁴¹⁸ BRINKLEY, Alan. op. cit., 1993, p.572; WALLER, Spencer Weber. op. cit., 2005, paginação irregular.

⁴¹⁹ “The emphasis of the book is on the interest of the consumer. The reader will find no discussion in its pages of the various proposals for reform or humanitarian legislation now current. (...)”

A estratégia usada por Arnold para convencer seus leitores da utilização da legislação antitruste consistia em sinalizar a existência de gargalos (*bottlenecks*) nos diversos ramos industriais. Essas obstruções eram apresentadas em práticas citadas pelo autor: fixação de preços de produtos, restrição de patentes de produção e/ou distribuição, além do monopólio de serviços em escala local e nacional. Aos olhos de Arnold, a economia estava cada vez mais nas mãos de homens de negócios interessados em “arregimentar” seu funcionamento através da cartelização, visando o fim da competição e a garantia de lucro para si.

Cabia, portanto, à Divisão Antitruste investigar e processar os ramos e setores industriais em busca desses congestionamentos. Arnold identificava práticas de restrição e monopólio em todos os negócios do país, era um problema que afetava todo o mercado e nem mesmo governos locais e sindicatos de trabalhadores estavam imunes. Utilizando a indústria de construção como exemplo, o autor nos detalha o seu diagnóstico da situação dos Estados Unidos:

“O problema com restrições irracionais na indústria de construção não é, essencialmente, se uma indústria é grande ou pequena. É tão irracional para uma pequena organização evitar o uso de produtos padronizados, que somente podem ser produzidos em larga escala, como é para uma grande organização eliminar a competição de pequenas organizações que oferecem preços menores. De fato, o boicote de materiais padronizados produzidos por grandes organizações é um dos principais tipos de restrição de comércio encontrados hoje na indústria de construção. A paralisação do fluxo de materiais e serviços competitivos no comércio é igualmente ilegal, caso seja feita por fabricantes, distribuidores, empreiteiros, trabalhadores ou a combinação vertical de todos eles, ou caso seja concluída através de despachos municipais e leis estaduais, muitas das quais na realidade não são regulamentações de construção, mas tarifas protecionistas contra outras partes da nação”.⁴²⁰

Therefore, this book is not addressed to conservatives or liberals, as a class, but to those whether on the left or on the right who prefer writing their social programs in a democracy to putting them in effect under the discipline of a regimented economy”. ARNOLD, Thurman op. cit., 1940, p.x-xi.

⁴²⁰ “The problem of unreasonable restraints in the building industry is not primarily one of whether a concern is big or little. It is as unreasonable for a small organization to prevent the use of standardized products, which can only be produced on a large scale, as it is for a large organization to eliminate the competition of small organizations which offer lower prices. Indeed, the boycott of standardized materials produced by large organizations is one of the principal types of restraints of trade found today in the building industry. The stoppage of the flow of competing materials and services in commerce is equally illegal, whether it be done by manufacturers, distributors, contractors, labor, or by vertical combinations of all of them, or whether it be accomplished through municipal ordinances and state laws many of which in reality are not building regulations but protective tariffs against other parts of the nation”. Ibid. p.36-37.

Para o autor, esses contingenciamentos atrapalhavam os negócios do país, afetando a “competição” no comércio e consequentemente aumentando os valores que a população pagava por produtos e serviços. De acordo com Arnold, em uma “democracia industrial” – termo que utilizava para a ideia de uma economia sem condutas monopolistas e relações desiguais – o lucro não poderia ser visto como garantia, mas como uma disputa em torno do dinheiro do consumidor:

“É isso que faz [da democracia industrial] o meio mais eficiente de distribuir bens. Quando é permitido a grupos privados se protegerem contra forças competitivas, a democracia industrial se torna frágil e finalmente se torna completamente dependente do [incentivo fiscal do] governo, ao mesmo tempo em que teme [a regulação por parte do] governo”.⁴²¹

Portanto, Arnold incitava ao leitor a considerar que a Divisão Antitruste era o meio ideal de manter um “mercado livre”, que por sua vez contribuiria para a redução nos preços e o aumento do consumo de bens. O interesse do autor em *Bottlenecks* não era defender novas reformas, mas a utilização da Lei Sherman Antitruste – a qual concebia como instrumental ideal – como forma de combater os monopólios nos negócios norte-americanos:

“Aos críticos da Lei [Sherman], eu digo: Se você sabe de um instrumento melhor para manter um mercado livre, vá atrás dele. Consiga apoio político para ele. Então vá até o Congresso para aprová-lo. Então vá até a Suprema Corte dos Estados Unidos para sustentá-lo. Finalmente, consiga com que os homens de negócios dos Estados Unidos se acostumem com ele, para que não sofra o perigo constante de ser repellido por conta de um ataque filosófico dos nunca-diga-nunca para-o-que-estamos-nos-tornando, que veem conspiradores contra nosso sistema de governo embaixo de cada cama”.⁴²²

O trecho acima torna clara a intenção do autor: Arnold não olhava mais para “soluções novas”, como o fazia ao defender o *New Deal* nas obras anteriores. Para ele era mais importante utilizar meios que já estivessem consolidados para diminuir o poder dos trustes. A Lei Sherman já estava em desenvolvimento havia 50 anos e sua atuação se dava

⁴²¹ “In a vigorous industrial democracy no one expects his profits to be guaranteed against competition of any sort. It is a race to the swift. That is what makes it the most efficient way of distributing goods. When private groups are allowed to protect themselves against competitive forces, industrial democracy grows soft and finally ends by becoming completely dependent on government, while at the same time it fears government”. Ibid. p.51.

⁴²² “To the critics of the Act, therefore, I say: If you know of a better instrument to maintain a free market, go to it. Get political backing for it. Then get Congress to pass it. Then get the Supreme Court of the United States to sustain it. Finally, get the businessmen of the United States used to it, so that it is not in constant danger of repeal because of a philosophical attack by the never-say-die what-are-we-coming-to-ists, who see plotters against our system of government under every bed”. Ibid. p.98.

através de processos criminais a serem resolvidos em cortes e não através de tribunais administrativos – como era o caso de agências do *New Deal*. Por exemplo, a *Securities and Exchange Commission* responsável por regular o mercado de ações que, segundo o autor, não poderiam processar criminalmente especuladores que cometessem crimes – pois já havia um precedente que sustentava o uso da lei em processos.⁴²³

Além disso, de acordo com Arnold, a legislação antitruste representava uma “linha de defesa contra a apreensão de poder industrial sem aprovação do Congresso. É a apreensão privada de poder industrial [pelas corporações] que ergue organizações irresponsáveis que podem destruir uma democracia”.⁴²⁴ Isto é, o autor, que observara durante a década de 1930 as disputas travadas em torno da legislação do *New Deal*, propôs que se utilizasse uma ferramenta de indiciamento já consolidada. Arnold tomou o cuidado em *Bottlenecks* de se afastar de políticas mais polêmicas do *New Deal*, argumentando com o leitor que o trabalho e a importância da Divisão Antitruste, já consolidada muito antes das reformas dos anos 1930, estavam acima de interesses momentâneos.⁴²⁵

O autor também se prestou a “ensinar o consumidor” a respeito do funcionamento da Lei Sherman, alegando que a capacidade de interpretar não deveria estar somente nas mãos de especialistas.⁴²⁶ Antes de Arnold, a legislação antitruste era aplicada da seguinte maneira, caso violações fossem encontradas em investigações realizadas pelo governo, a parte acusada disporia de duas opções: poderia ser julgada publicamente em corte, onde se defenderia das acusações; ou fazer um acordo privado com o Departamento de Justiça. Caso o acusado preferisse acordar com o governo, era emitido um “decreto de consentimento” (*consent decree*) no qual a organização ou indivíduo infrator pagava uma multa, comprometendo-se a não cometer mais violações.

⁴²³ Ibid. p.100-103.

Conforme vimos anteriormente, as origens da Lei Sherman estavam vinculadas à agenda do movimento progressista, que esperava diminuir os problemas do país através do combate aos monopólios e da restauração da competição entre indústrias concorrentes em um mesmo mercado.

⁴²⁴ “The Sherman Act should be regarded not as a strait-jacket which prevents Congress from meeting emergencies, but as our front line of defense against the seizure of industrial power without the approval of Congress. It is the private seizure of industrial power that builds that kind of irresponsible organizations which can wreck a democracy”. Ibid. p.110.

⁴²⁵ A Divisão Antitruste foi criada como consequência do *Clayton Act* – uma lei aprovada pelo Congresso em 1914 na tentativa de prover definições mais específicas a respeito de práticas monopolísticas e visando tornar mais eficiente o combate aos trustes – em 1919, anos antes do *New Deal* e a partir de políticas contra os grandes negócios advogadas pelo movimento progressista. Ver: MCGERR, Michael. op. cit., 2005, p.159-160; History of the Antitrust Division. Disponível em: <https://www.justice.gov/atr/history-antitrust-division>. Acesso: 13 de out. 2019.

⁴²⁶ ARNOLD, Thurman. op. cit., 1940, p.132-133.

Arnold reprovava a forma como a Lei Sherman havia sido utilizada até então. Assim, observou no decreto de consentimento uma possibilidade para retificar seu uso: ele sugeriu que cabia às corporações não somente se comprometerem a evitarem novas infrações, mas também a oferecerem um plano de reorganização de suas atividades.⁴²⁷ Seu plano consistia em pressionar os homens de negócios, a partir de estudos e investigações acerca de indústrias específicas, a abandonarem posturas anticompetitivas que prejudicassem a produção e consumo de bens nos países:

“Nenhuma acusação hoje vai ser abandonada somente porque os réus cessaram práticas pelas quais eles foram processados. Um plano como base para o fim do processo de uma acusação deve fornecer vantagens substanciais para o público, para os consumidores e para os competidores, em manter práticas razoáveis de negócios no futuro, o que não pode ser obtido ao se continuar um processo criminal. (...) Esse processo coloca os homens de negócios para corrigir os males de suas próprias indústrias. O Departamento [de Justiça] sob qualquer circunstância diz a eles o que devem fazer. Ele simplesmente coloca um meio de intimidação sob as violações da Lei e dá a eles [homens de negócios] a oportunidade de encontrar um método diferente de alcançar seus objetivos legítimos, se assim escolherem”.⁴²⁸

A estratégia de Arnold em “ensinar” seu leitor a respeito do funcionamento da Lei Sherman servia como forma de estimular a “consciência” dos norte-americanos para a importância da política antitruste empregada pelo Departamento de Justiça. O autor de alguma forma incitava o desenvolvimento de um movimento de consumidores, ainda que relegando ao papel de promover a Divisão Antitruste em meio a preparação do país para a entrada na Segunda guerra Mundial.

Importante examinarmos o contexto que permitiu a argumentação de Arnold em *Bottlenecks*: para o autor era necessário reiterar a importância da Divisão Antitruste mesmo diante da crescente preocupação com a “defesa nacional” – isto é, com a mobilização para a participação na guerra – pois, o órgão serviria como um agente de equilíbrio, ou nas palavras do autor, como um “árbitro” (*umpire*) no “jogo competitivo” das relações industriais.⁴²⁹

⁴²⁷ GRESSLEY, Gene. op. cit., 1977, p.46; BRINKLEY, Alan. op. cit., 1993, p.565-566.

⁴²⁸ “No prosecution today will be dropped merely because the defendants have ceased the practices for which they are being prosecuted. A plan to be the basis of a *nolle prosequere* (sic) of an indictment must give substantial advantages to the public, to consumers, and to competitors in maintaining reasonable business practices in the future which cannot be obtained by continuing the criminal prosecution. (...) This process puts it up to businessmen to correct the evils in their own industries. The Department under no circumstances tells them what to do. It simply puts a deterrent upon the violations of law and gives them the opportunity to work out a different method of accomplishing their lawful objects if they choose”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1940, p.159-160.

⁴²⁹ Ibid. p.170; BRINKLEY, Alan. op. cit., 1993, p.574-575.

Arnold, assim como outros *new dealers*, temia que o esforço de guerra gerasse um cenário favorável aos líderes corporativos assim como ocorrera durante a Primeira Guerra Mundial. Segundo Alan Brinkley, a mobilização em torno desse modelo surgiu a partir da constatação da administração Roosevelt acerca da falta de capacidade e experiência administrativa das agências do Estado. O presidente compreendia que:

“confiar a economia de guerra às agências existentes criaria divisões partidárias danosas; e ele acreditava que homens de negócios poderiam responder mais prontamente à direção de outros homens de negócios do que de um governo federal o qual eles considerarem hostil”.⁴³⁰

Imagem 4: Arnold em uma charge de 23 de dezembro de 1938 no *New York Mirror*, representado como um autoritário que queria controlar o mercado através das leis antitruste – especificamente no decreto de consentimento – para governar os negócios. Detalhe para as suásticas em sua indumentária, reforçando a imagem de autoritarismo. Fonte: ARNOLD, Thurman. op. cit., 1940, p.156.

⁴³⁰ BRINKLEY, Alan. op. cit., 1996, p.189-190.

O processo de centralização da produção de guerra nas mãos de executivos, os chamados “*dollar-a-year-men*” – que trabalhavam para o governo por um salário simbólico de um dólar ao ano, enquanto ainda recebiam pagamento integral de seus empregos e que em sua maioria eram eleitores do Partido Republicano – diminuiu a influência política dos intelectuais tecnocratas do *New Deal* e aumentou a dos homens de negócios.⁴³¹ Além disso, ainda de acordo com Brinkley, as ações antitruste perdiam espaço na agenda do país, cada vez mais comprometido com a mobilização nas mãos de militares e de empresários.⁴³²

Portanto, ao publicar *Bottlenecks*, Arnold demonstrava preocupação de que o esforço de guerra prejudicasse os trabalhos da Divisão Antitruste e conservasse o poder econômico da nação nas mãos dos monopólios. O caráter “emergencial” de preparação das indústrias para o esforço de guerra impossibilitava que o Departamento de Justiça pudesse observar práticas irregulares através de todo o país. E para corrigir a situação, Arnold cobrava maior orçamento para ampliar o número de funcionários e possibilitar viagens pelos Estados Unidos, investigando as indústrias e coibindo atitudes que não se adequassem ao esforço de guerra:

“A emergência de defesa [nacional] pegou a Divisão Antitruste despreparada em homens e recursos para viagem. Nos vários processos de interesse dos consumidores que precediam a emergência, mais de 1500 pessoas e corporações tinham sido indiciadas em 87 importantes processos. Nenhum fundo adicional foi conferido pelo Congresso para avançarmos em novos campos em qualquer escala abrangente. Ainda assim, a Divisão Antitruste rapidamente descobriu evidência persuasiva de que práticas monopolísticas tanto de companhias estrangeiras, quanto domésticas, que afetavam vitalmente nossa defesa nacional, resultavam nas seguintes situações: 1. Suprimindo a capacidade Americana de produzir materiais de guerra pela posse ou controle de patentes estrangeiras; 2. Cartelização de certas indústrias com preço e controle de produção nas mãos estrangeiras; 3. Transmissão de segredos militares americanos por companhias estrangeiras; 4. Divisão de mercados, fixando e restringindo preço de materiais essenciais para a preparação militar; 5. Licitações combinadas de contratos para o Exército e a Marinha”.⁴³³

⁴³¹ Ibid. p.190-192.

⁴³² Ibid. p.120.

_____. op. cit., 1993, p.572.

⁴³³ “The defense emergency caught the Antitrust Division unprepared in men and travelling expenses. In the various prosecutions in the interests of consumers which preceded the emergency, over 1500 persons and corporations had been indicted in 87 major prosecutions. No additional funds had been granted by Congress to go into new fields on any comprehensive scale. Yet the Antitrust Division soon discovered persuasive evidence that monopolistic practices by both foreign and domestic companies, which vitally affect our national defense, had resulted in the following situations: 1. Throttling American capacity to produce essential war materials by foreign ownership and control of patents; 2. Cartelization of certain industries with price and production control in foreign hands; 3. Transmission to foreign companies of American military

Ou seja, Arnold pretendia convencer o leitor de que o trabalho da Divisão Antitruste era essencial mesmo em meio a preparação para a guerra. Ele tentava convencer a todos que os interesses das corporações se sobrepujavam até mesmo a questões de “defesa nacional”. Em outras palavras, não era possível confiar nas empresas que só buscavam lucros. Arnold apelou a Franklin Roosevelt em uma carta de 17 de maio de 1941, pedindo que ele intercedesse pessoalmente em um orçamento extra de 750 mil dólares – inicialmente concedido pela Câmara – que havia sido apropriado pelo Senado na preparação para a guerra:

“Portanto, consideramos que a necessidade de ter esse adicional de 750 mil dólares é tão indispensável que eu tomei a liberdade de chamar sua atenção. Eu acredito que uma das razões pela eliminação do aumento [no orçamento] é o fato de que eles sentem que deveriam aderir à apropriação da administração [Roosevelt]. Portanto, eu sinto que tudo que é necessário para corrigir isso é uma palavra do senhor”.⁴³⁴

Arnold temia que seu projeto fosse relegado a um segundo plano. Por essa razão, se empenhou em *Bottlenecks* em argumentar para um público amplo em defesa do programa da Divisão Antitruste. Ao publicar o livro, seu foco não era defender reformas do governo, mas de arguir em favor da instituição e de suas pretensões próprias. Ele tentou convencer seus leitores de que a política antitruste e a forma como utilizava a Lei Sherman representavam uma “segunda possibilidade” para que o país se preparasse para o conflito, evitando ampliar o poder das grandes corporações:

“A segunda possibilidade [na preparação para a guerra] é que através do processo democrático, vamos desenvolver tais organizações privadas [cartéis], conforme a necessidade, para a defesa nacional e ao mesmo tempo, vamos desenvolver uma organização governamental grande o bastante [Divisão Antitruste] para evitar que essas organizações privadas se tornem permanentes em tempos de paz e sejam capitalizadas como parte integral de nossa economia. Nós faremos isso através da Lei Sherman em escala nacional, quebrando todas as restrições de comércio que não possam ser nitidamente justificadas sob o interesse da eficiência da produção e distribuição. Se pudermos fazer isso, a necessidade de preparação para a defesa e o

secrets; 4. Division of markets, fixing and restricting of price of materials essential to military preparation; 5. Collusive bidding on contracts for the Army and Navy”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1940, p.73-74.

⁴³⁴ “Therefore, we feel that the necessity for having this additional \$750,000 is so imperative that I take the liberty of calling it to your attention. It is my belief that one of the reasons for the elimination of the increase by the Senate is the fact that they felt that they should stick to the Administration’s appropriation. Therefore, I feel that all that is needed to correct it is a word from you”. GRESSLEY, Gene. op. cit., 1977, p.321-322.

emprego de milhares de homens nesse esforço, pode ser o maior estímulo que nós já tivemos em criar uma nova América”.⁴³⁵

Resumindo, *Bottlenecks* apontava que a solução para os problemas de monopólio nos Estados Unidos residia nas mãos de Thurman Arnold e dos especialistas da Divisão Antitruste. O interesse do autor não estava propriamente em defender o *New Deal* ou qualquer tipo de legado das políticas de reforma, mas advogar em benefício do empreendimento que desenvolvera desde sua chegada em Washington.

Conforme indicamos no Capítulo 1, os anos de Arnold na Divisão Antitruste marcaram um momento decisivo para o órgão regulador, com o crescimento no número de funcionários e processos aplicados. Mas, também foram caracterizados por conflitos do autor com sindicatos de trabalhadores e pela insistência de Arnold em promover políticas antimonopolistas mesmo após a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial em dezembro de 1941.

O foco do país em vencer a guerra resultou na perda de força de Arnold no governo. Em fevereiro de 1943, ele renunciou à posição no Departamento de Justiça após ser impelido a abandonar um processo contra companhias ferroviárias por práticas de cartel. Arnold, que havia sido desligado de Yale em 1938, recebeu como prêmio por sua dedicação ao *New Deal* e aos serviços prestados pelo país uma nomeação de juiz na Corte de Apelações em Washington, onde se manteve por pouco mais de dois anos até 1945. Após esse breve período como juiz, voltou a ser advogado, fundando um escritório com outros dois *new dealers*: a Arnold, Fortas & Porter. Após anos formando e consolidando seu escritório, um dos mais influentes até os dias de hoje, Arnold faleceu depois de anos de advocacia em novembro de 1969 enquanto dormia.⁴³⁶

⁴³⁵ “The second possibility is that through the democratic process we will build such private organizations as we need in order to prepare for national defense, and at the same time we will develop a large enough governmental organization to keep these private organizations from becoming permanent in time of peace and from being capitalized as an integral part of our economy. We will do this by enforcement of the Sherman Act on a nationwide scale, breaking down all restraints of trade which cannot be positively justified in the interest of efficiency of production and distribution. If we can do this, the necessity of preparing for defense and the employment of millions of men in that effort, may be the greatest stimulus that we have ever had toward creating a new America”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1940, p. 296-297.

⁴³⁶ Abraham “Abe” Fortas (1910-1982), foi um advogado formado em Yale que durante o *New Deal* trabalhou na *Agricultural Adjustment Administration*, na *Securities and Exchange Commission* e outros cargos na Secretaria do Interior. Ao fim de seus anos no governo, exerceu a advocacia juntamente com Arnold, até ser nomeado para a Suprema Corte dos Estados Unidos, onde se manteve até 1969. Paul A. Porter (1904-1975) foi advogado, mas também jornalista, de origem no Kentucky, onde se graduou em Direito e trabalhou como repórter, colunista e posteriormente como editor para o *Lexington Herald*. Após sua formação, foi para Oklahoma e para Georgia, onde escreveu artigos a respeito da pobreza dos agricultores, o que atraiu a atenção de Henry Wallace, que o contratou como diretor de imprensa da *Agricultural Adjustment*

Não é de se admirar que após quase uma década de serviços no governo, Thurman Arnold se reunisse com *new dealers* em Washington. Conforme buscamos indicar no decorrer dos capítulos, o *New Deal* ofereceu a esses homens saídos das universidades, uma oportunidade de entrar no meio político. Arnold não era exceção, pelo contrário. Era homem preparado, hábil e ambicioso que não mediu esforços para alcançar um cargo no governo e, posteriormente, para manter-se como um político influente na capital.

Ainda que em *Symbols* discutisse questões do meio acadêmico, em *Folklore* ele se dedicou bem mais a defender as reformas da administração Roosevelt e a atacar o liberalismo clássico e o antagonismo ao *New Deal*. Ao pressionar a Yale University Press para que a obra ganhasse maior repercussão, Arnold decerto imaginava que ao ampliar as vendas de seu livro, estaria consolidando seu caminho para Washington. O autor havia adequado seus anos de pesquisa em torno da elaboração da ideia de símbolos arraigados na sociedade, buscando abrigo na Psicologia Social. Defendia os programas do *New Deal* como alternativa ideal para a resolução da crise, ainda que o fizesse também por interesses pessoais.

Arnold queria promover a aproximação entre pensadores vindos das universidades norte-americanas e a administração. Estava claro para o autor a quem cabia esse papel de repensar os significados por trás das leis e da economia na sociedade norte-americana: aos intelectuais. Para Arnold, era natural a presença desses homens na formulação de políticas públicas, pois os concebia como indivíduos capazes de mesclar o conhecimento produzido nas universidades com as técnicas de administração pública. Ele percebia nesses homens oriundos do meio acadêmico, a capacidade para interpretar e propor soluções aos problemas do país.

Assim, o *New Deal* consolidava a presença de um tipo de intelectual que não se encontrava arraigado somente em discussões teóricas, mas que tivesse vocação prática para a política. Mesmo se posicionando por vezes mais como um pensador, Arnold favorecia, na realidade, a presença desses intelectuais especialistas ou “expertos” no governo. Para ele, imprimir um caráter mais “científico” – que podemos inferir como

Administration, onde trabalhou juntamente com Fortas e com Arnold (que advogava casos em favor da agência). Posteriormente, trabalhou na *Federal Communications Commission* (FCC) e em uma missão diplomática na Grécia durante o primeiro governo Truman (1945-1949). De acordo com a página da internet do escritório, Arnold & Porter (nome atual da firma) possui 14 escritórios em três continentes e uma clientela de grandes empresas. WALLER, Spencer Weber, op. cit., 2005, paginação irregular; BRINKLEY, Alan. op. cit., 1993, p.576-578. A respeito das informações do escritório de Arnold ver: About the firm. Disponível em: <https://www.arnoldporter.com/en/about/firm>. Acesso: 10 de out. 2019.

mais dotado pela agência de sujeitos de origem no meio acadêmico – nas técnicas de governo era essencial.

Em compensação, Arnold acreditava que acontecimentos marcantes, como os do período em que escrevia, estimulavam setores de fora da arena intelectual a opinar, segundo ele, sem condições para tal, conforme descreveu em *Symbols*:

“Todos se tornam reformistas; todos se tornam planejadores sociais. Lei Constitucional e economia são arrastadas para além de publicações técnicas, que ninguém lê, para aparecer toda manhã no jornal local e toda noite no rádio. Jornais populares explicam a Constituição. Teorias econômicas consistentes e leis fundamentais são explicadas por todos para todos os outros. A separação entre política e economia é rompida e assuntos como equilíbrio orçamentário, obras públicas, inflação, negócios estrangeiros e praticamente todas as teorias da economia atual são submetidas às pessoas por convenções políticas. Ressentimento e intolerância aumentam porque partidários são compelidos a argumentar sobre assuntos que normalmente eram tomados como resolvidos. Não há nada mais incômodo para um conservador como o questionamento do axioma conservador que ele toma por garantido. Portanto, em tempos assim, oponentes políticos aparecem como personagens perigosos e subversivos, atacando as fundações do governo, e colocados no lugar do comunismo, fascismo e coisas assim”.⁴³⁷

Ao se manifestar contra a participação de indivíduos comuns nas discussões de seu tempo, ele criticava a grande imprensa que, segundo ele, tratava assuntos complexos que muitas vezes eram da alçada dos livros de Direito, Economia ou Administração Pública. Arnold não concebia que o trabalho do jornalista era diferente daquele da Academia. A partir desse ponto, ele reiterava que apenas alguns, uma elite pensante poderia contribuir, diagnosticando de forma correta os problemas e propondo soluções. Ainda que esse comportamento de Arnold possa ser verificado como elitista, reforçando que somente alguns “poucos iluminados” – especificamente os *new dealers* – estavam aptos a pensar o cenário de crise e as reformas necessárias, Arnold era alguém que se comprometia com as políticas sociais promovidas pelo governo.

⁴³⁷ “Everyone becomes a reformer; everyone becomes a social planner. Constitutional law and economics are dragged out of the technical publications, which no one reads, to appear every morning in the local newspaper and every evening over the radio. Popular newspapers expound the Constitution. Sound economic theory and fundamental law are explained by everyone to everyone else. The separation between politics and economics is broken down and issues such as budget-balancing, public works, inflation, foreign trade, and indeed all the theories of current economics are submitted to the people by political conventions. Bitterness and intolerance increase because partisans are compelled to argue about matters which formerly were taken for granted. There is nothing so annoying to a conservative as the questioning of a conservative axiom which he takes for granted. Thus in such times political opponents appear as dangerous and subversive characters attacking the very foundations of government by substituting communism, fascism, and the like”. ARNOLD, Thurman. op. cit., 1941, p.105.

Além disso, conforme mencionado anteriormente, não era incomum ao período crer que a solução residia menos na mobilização política das massas do que na capacidade de articulação de uma minoria intelectualizada. Dessa forma, apesar de seu elitismo, Arnold se colocava em favor de reformas e acreditava que os problemas dos Estados Unidos deveriam ser resolvidos por meio da melhoria das condições de vida do homem comum. Suas convicções acerca do papel do intelectual estavam ligadas às questões de seu tempo, ou seja, resolver a crise econômica e social pela qual passavam os Estados Unidos.

Portanto, o período da Grande Depressão nos revela as preocupações por parte desses homens: era imprescindível encontrar uma solução para a Grande Depressão que conservasse as liberdades individuais e o capitalismo. Arnold, se tratando de alguém mais moderado, sinalizava o *New Deal* como a alternativa ideal, ainda que o próprio projeto do presidente Roosevelt, como vimos anteriormente, não tivesse seus contornos claramente definidos. Ora, por mais que o empreendimento democrata não constituísse um programa estruturado desde seu princípio, Arnold e os demais *new dealers* percebiam nessa ideia de um “novo acordo” entre Estado e população uma forma de recuperar economicamente o país sem renunciar à democracia.

Dessa forma, em suas obras, deixou claro que era imprescindível convencer setores mais moderados, mas ainda céticos com relação ao *New Deal*, de que os projetos de reforma constituíam um caminho mais seguro para a recuperação do país. Arnold repudiava os focos de radicalismo que surgiam na sociedade norte-americana, principalmente entre as massas. Ele rejeitava a perspectiva marxista e as suas iniciativas para melhor compreender a sociedade.

Logo, ele exortava àqueles a quem se referia como “conservadores sensíveis” aos problemas da população, que percebessem nas reformas liberais um projeto mais moderado. Ao fazer uso da sátira e da ironia, a estratégia adotada pelo autor era demonstrar como muitas vezes princípios e crenças políticas inferiam de maneira irracional nas opiniões desses homens.

Assim, os livros e carreira de Thurman Arnold nos falam sobre as complexidades do *New Deal*. O arrojado projeto reformista reuniu intelectuais e políticos com bandeiras e interesses muito distintos que afiaram seus argumentos para defender a intervenção do Estado contra a avidez do mercado. O país que era a primeira economia do mundo desde a Primeira Guerra Mundial, que caíra com crise de 1929, tentava debelar a Depressão e havia desenhado arrojado projeto reformista em que propostas de progressistas radicais e moderados foram possíveis. Os Estados Unidos só debelaram de fato a Depressão com o

fim da Segunda Guerra Mundial quando alcançaram a hegemonia mundial, tornando-se o maior credor do planeta e abrindo mercados.

Dessa forma, Arnold nos permite perceber, através de *Symbols* e *Folklore*, uma série de questões que perpassam os *new dealers* e as incertezas do momento a respeito de um caminho para a recuperação do país. É possível que grande parte desses homens acreditasse estar reconfigurando o papel do Estado nas relações sociais e na economia dos Estados Unidos, mas o faziam objetivando a preservação do capitalismo e das liberdades individuais no país.

Nos permite também compreender o papel intelectual do período. Arnold envolvia-se com o governo e por mais que tentasse manter os pés na Academia, teve que deixar o campo para abraçar os projetos pragmáticos de quem se aventura na arena da política. Ao fim e ao cabo, era isso que pretendia desde o início da sua carreira. Ele era homem comprometido com as reformas, mas mesmo projetos reformistas recebem críticas de conservadores e progressistas. Arnold ao passar para a arena política procurou rebater críticas e atenuar muitos dos problemas do próprio *New Deal*. Agora não era hora de defender o seu projeto, mas o governo.

Finalmente, as obras nos possibilitam verificar que em um período, como o que vivemos, de novas indefinições nos Estados Unidos e no mundo, lideranças políticas progressistas resgatam o “símbolo”, nas palavras de Arnold, do *New Deal*.⁴³⁸ A ideia de um “novo acordo” ou mobilização ampla é usada hoje em discursos salientando novas preocupações, como políticas ambientais e o combate a um movimento conservador e autoritário em escala global. O resgate e ressignificação do *New Deal* quase cem anos depois certamente nos permite inferir a respeito de seu *status* como tradição política não somente nos Estados Unidos, mas também em outros países.

⁴³⁸ MARS, Amanda. Um ‘New Deal’ contra o populismo: O democrata norte-americano Bernie Sanders e o ex-ministro grego Yanis Varoufakis promovem uma Internacional Progressista. El País, Madrid, 3 jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/28/internacional/1546017525_575923.html. Acesso em: 7 out. 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **Fontes de pesquisa**

ARNOLD, Thurman. *Fair Fights and Foul: A Dissenting Lawyer's Life*. New York: Harcourt, Brace & World, 1965.

_____. *The Bottlenecks of Business*. 5. ed. New York: Reynal & Hitchcock, 1940.

_____. *The Folklore of Capitalism*. 2. ed. New Haven: Yale University Press, 1937.

_____. *The Symbols of Government*. 4. ed. New Haven: Yale University Press, 1941.

GRESSLEY, Gene M. *Voltaire and the Cowboy: The Letters of Thurman Arnold*. Boulder: Colorado Associated University Press, 1979.

- **Livros consultados:**

BADGER, Anthony J. *The New Deal: The Depression Years, 1933-1940*. 1. ed. Chicago: Ivan R. Dee, 2002.

BERNSTEIN, Barton J. *Towards a New Past: Dissenting Essays in American History*. New York: Alfred A. Knopf, 1968.

BRINKLEY, Alan. *Franklin Delano Roosevelt*. Barueri, São Paulo: Amarilys, 2014.

_____. *Liberalism and its discontents*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

_____. *The End of Reform: New Deal Liberalism in Recession and War*. New York: Vintage Books, 1996.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 13. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

BRODY, David. *Workers in Industrial America. Essays on the 20th Century Struggle*. New York: Oxford University Press, 1981.

CORNELL, Saul. *The other founders. Anti-Federalism & the dissenting tradition in America, 1788-1828*. Chapel Hill: University of Carolina Press, 1999.

CROLY, Herbert. *The Promise of American Life*. CreateSpace, 2013.

DEGLER, Carl. *Out of our past: the forces that shaped modern America*. New York: Harper & Row, 1970.

DURKHEIM, Émile. *O Individualismo e os Intelectuais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

- FISHER III, William W.; HORWITZ Morton J.; REED, Thomas A. (org.) *American Legal Realism*. New York: Oxford University Press, 1993.
- FRASER, Steve; GERSTLE, Gary. (org.) *The Rise and fall of the New Deal order, (1930-1980)*. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- FREDRIGO, Fabiana de Souza. *Guerras e escritas: a correspondência de Simón Bolívar (1799-1830)*. Edição Kindle. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do eu*. Edição Kindle. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2013.
- GERSTLE, Gary. *American Crucible: Race and Nation in the Twentieth Century*. Princeton: Princeton University Press, 2017.
- GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- GREEN, James R. *The World of the Worker: Labor in Twentieth-Century America*. 9. ed. New York: Hill and Wang, 1990.
- HOFSTADTER, Richard. *Anti-Intellectualism in American Life*. New York: Vintage Books, 1963.
- _____. *The Age of Reform: From Bryan to F.D.R.* New York: Vintage Books, 1955.
- JUNQUEIRA, Mary Anne. *Estados Unidos: Estado Nacional e Narrativa da Nação (1776-1900)*. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Edusp, 2018.
- KATZNELSON, Ira. *Fear Itself: The New Deal and the Origins of Our time*. New York: Liveright Publishing, 2014.
- KELLEY, Robin D. G. *Hammer and Hoe: Alabama Communists during the Great Depression*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1990.
- KLUGER, Richard. *The Paper: the life and death of the New York Herald Tribune*. New York: Alfred A. Knopf, 1986.
- LEUCHTENBURG, William E. *Franklin D. Roosevelt and the New Deal: 1932-1940*. New York: Harper Perennial, 2009.
- LIMONCIC, Flávio. *Os inventores do New Deal: Estado e sindicatos no combate à Grande Depressão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- _____.; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.) *A Grande Depressão: política e economia na década de 1930: Europa, Américas, África e Ásia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- _____. (org.) *Os Intelectuais do antiliberalismo: alternativas à modernidade capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MCGERR, Michael. *A Fierce Discontent: The Rise and Fall of the Progressive Movement in America, 1870-1920*. New York: Oxford University Press, 2005.

MENAND, Louis. *The Metaphysical Club: a story of ideas in America*. Edição Kindle, New York: Farrar, Strauss and Giroux, 2014.

MILKIS, Sidney M. *The president and the parties: The Transformation of the American Party System since the New Deal*. New York: Oxford University Press, 1993.

ORTEGA Y GASSET, José. *A rebelião das massas*. Campinas: Vide Editorial, 2016.

PATEL, Kiran Klaus. *The New Deal: A Global History*. Princeton: Princeton University Press, 2016.

PHILIPPS-FEIN, Kim. *Invisible Hands: The Businessmen's Crusade Against the New Deal*. New York: W.W. Norton, 2010.

RAUCHWAY, Eric. *The Great Depression and the New Deal: A Very Short Introduction*. New York: Oxford University Press, 2008.

_____. *Winter War: Hoover, Roosevelt, and the First Clash Over the New Deal*. New York: Basic Books, 2018.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história filosófica do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

SAID, Edward. *Representações do intelectual: as Conferências de Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHLESINGER, Arthur M. Jr. *The age of Roosevelt: The crisis of the old order 1919-1933*. Edição Kindle. Boston: Houghton Mifflin, 2003.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: EDUSC, 2000.

SITKOFF, Harvard. *A New Deal for Blacks: The Emergence of Civil Rights as a National Issue: The Depression Decade*. New York, Oxford University Press, 2009.

TOTA, Antônio Pedro. *O amigo americano: Nelson Rockefeller e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

WALLER, Spencer Weber. *Thurman Arnold: A Biography*. Edição Kindle. New York, New York University Press, 2005.

WIEBE, Robert H. *The search for order 1877-1920*. 36. ed. New York: Hill and Wang, 1999.

ZELKINSKY, Wilbur. *Nation into State: The Shifting Symbolic Foundations of American Nationalism*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1988.

- **Artigos, resenhas e capítulos de livros**

ARNOLD, Thurman. The Folklore of Mr. Hook: A reply. *The University of Chicago Law Review*, v.5, n.3, abr. 1938, p.349-353.

_____. The Jurisprudence of Edward S. Robinson. *Yale Law Journal*, 1937.

_____. Walton Hale Hamilton. *The Yale Law Journal*, v.68, n.3, jan. 1959, p.309-400.

AYER, Douglas. In Quest of Efficiency: The Ideological Journey of Thurman Arnold in the Interwar Period. *Stanford Law Review*, v. 23, n. 6, jun. 1971, p.1049-1086.

AZEVEDO, Cecília. A santificação pelas obras: experiências do protestantismo nos EUA. *Tempo*, n.11, 2001, p.111-129.

BOYD, Munford T. The Symbols of Government By Thurman W. Arnold. *Virginia Law Review*, v.22, n.8, jun. 1936, p.969-970.

BRINKLEY, Alan. The Antimonopoly Ideal and the Liberal State: The Case of Thurman Arnold. *The Journal of American History*, v.80, n.2, 1993, p.557-579.

BROWN, Marian Kaufman. The Folklore of Capitalism. by Thurman Arnold. *Social Forces*, v.17, n.2, dez. 1938, p.287-290.

CANTRELL, Gregg. Lyndon's Granddaddy: Samuel Ealy Johnson Sr., Texas Populism, and the Improbable Roots of American Liberalism. *The Southwestern Historical Quarterly*, v.118, n.2, 2014, p.133-156.

CHARTIER, Roger. *Do livro à leitura*. In: CHARTIER, Roger. *Práticas da Leitura*. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CLEMENS, Elisabeth S. *Lineages of the Rube Goldberg State: Building and Blurring Public Programs, 1900-1940*. In: SHAPIRO, Ian; SKOWRONEK, Stephen; GALVIN, Daniel. *Rethinking Political Institutions: The Art of the State*. New York, New York University Press, 2006.

COMMONS, John R. Communism and Collective Democracy. *The American Economic Review*, v.25, n.2, jun. 1935, p.212-223.

CONNOLLY, James J. The Legacies of Middletown: Introduction. *Indiana Magazine of History*, v.101, n.3, p.211-225, set. 2005.

CORWIN, Edward S. The Folklore of Capitalism by Thurman W. Arnold. *The American Political Science Review*, v.32, n.4, ago, 1938, p.745-746.

_____. The Symbols of Government by Thurman W. Arnold. *The American Political Science Association*, v.30, n.3, jun.1936, p.581-583.

COWING, Cedric B. H. L. Mencken: The Case of the "Curdled" Progressive. *Ethics*, v.69, n.4, jul. 1959, p.255-267.

CULLIS, Philip. The Limits of Progressivism: Louis Brandeis, Democracy and the Corporation. *Journal of American Studies*, v.30, n.3, dez. 1996, p.381-404.

CUSHMAN, Barry. The Secret Lives of the Four Horsemen. *Virginia Law Review*, v.83, n. 3, abr. 1997, p.559-645.

DAVIS, Kingsley. The Folklore of Capitalism. by Thurman W. Arnold. *American Sociological Review*, v.4, n.2, abr. 1939, p.281-283.

DAWSON, Nelson L. Curbing Leviathan: The Social Philosophy of Louis D. Brandeis. *The Register of the Kentucky Historical Society*, v. 77, n.1, winter 1979, p.30-45.

DECANIO, Samuel. Populism, Paranoia, and the Politics of Silver. *Studies in American Political Development*, v.25, abr. 2011, p.1–26.

ERNST, Daniel R. Common Laborers? Industrial Pluralists, Legal Realists, and the Law of Industrial Disputes, 1915-1943. *Law and History Review* v.11, n.1, 1993, p.59-100.

FENSTER, Mark. The Symbols of Governance: Thurman Arnold and Post-Realist Legal Theory. *Buffalo Law Review*, v.51, n.4, out. 2003, p.1053-1118.

FREY, Alexander Hamilton. The Symbols of Government by Thurman W. Arnold. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science, The Constitution in the 20th Century*, v.185, mai. 1936, p.215-216.

GERSTLE, Gary. The Protean Character of American Liberalism. *The American Historical Review*, v.99, n.4, out. 1994, p.1043-1073.

GIFFORD, C.H.P. The Folklore of Capitalism. By Thurman W. Arnold; The Stock Market from the Viewpoint of a Commercial Banker. By Wintrop W. Aldrich; Securities and Exchange Commission, Washington, U.S.A. Annual reports by ; Reports on: The Government of Securities Exchanges. by ; Reports on: The Feasibility and Advisability of the Complete Segregation of the Functions of Dealer and Broker. by ; Reports on: The Study and Investigation of the Work, Activities, Personnel and Functions of Protective and Reorganisation Committees. by . *The Economic Journal*, v.48, n.190, jun. 1938, p.258-265.

GOODWIN, Craufurd. The Making of a Public Economist. *History of Political Economy*, v.45, 2013, p.92-113.

HAMILTON, Walton H. The Institutional Approach to Economic Theory. *The American Economic Review*, vol.9, n.1, mar. 1919, p.309-318.

_____. The Reality of Symbols: Symbols of Government. By Thurman W. Arnold. Yale University Press. \$2.50. *The Nation*, New York, Vol. 142, No.3679, p.51-52.

HOOK, Sidney. The Folklore of Capitalism the Politician's Handbook: A Review. *The University of Chicago Law Review*, v.5, n.3, abr. 1938, p.341-349.

KALMAN, Laura. The Constitution, the Supreme Court, and the New Deal. *American Historical Review*, v.110, n.4, out. 2005, p.1052-1080.

KIDD, Stuart. Redefining the New Deal: Some Thoughts on the Political and Cultural Perspectives of Revisionism. *Journal of American Studies*, v.22, n.3, 1988, p.389-415.

LAMB, Peter. Harold Laski (1893-1950): Political Theorist of a World in Crisis. *Review of International Studies*, v.25, n.2, abr. 1999, p.329-342.

LASKI, Harold J. The Symbols of Government by Thurman W. Arnold. *The Yale Law Journal*, v.45, n.5, mar.1936, p.951-953.

LINK, Arthur S. What Happened to the Progressive Movement in the 1920's?. *The American Historical Review*, v.64, n.4, jul. 1959, p.833-851.

MAXWELL, Robert S. The Progressive Bridge: Reform Sentiment in the United States between the New Freedom and the New Deal. *Indiana Magazine of History*, v.63, n.2, jun. 1967, p.83-102.

MCCLAY, Wilfred M. Croly's progressive America. *Public Interest*, n.137, fall 1999, p.56-72.

MISCAMBLE, Wilson D. Thurman Arnold goes to Washington: A Look at Antitrust Policy in the Later New Deal. *The Business History Review*, v. 56, n. 1, spring 1982, p.1-15.

MOORE, Colin D. State Building Through Partnership: Delegation, Public-Private Partnerships, and the Political Development of American Imperialism, 1898-1916. *Studies in American Political Development*, v. 25, abr. 2011, p.27-55.

MORAES, Marcos Antonio. A epistolografia de Mário de Andrade: memória da criação. *Patrimônio e Memória*. v.3, n.1, 2007, p.63-70.

PEARSON JR., Sidney A. Herbert Croly and Liberal Democracy. *Society*, v.35, n.5, jul. 1998, p.62-71.

RADIN, Max. The Symbols of Government By Thurman W. Arnold. *Harvard Law Review*, v.49, n.8, jun. 1936, p.1397-1401.

ROBINSON, Edward S. Law – an Unscientific Science. *Yale Law Journal*. v.44 no.2, 1934, p.235-267.

ROGERS, C. Paul III. The Antitrust Legacy of Justice William O. Douglas. *Cleveland State Law Review*, v.56, n.4, 2008, p.895-1002.

RUTHERFORD, Malcolm. On the Economic Frontier: Walton Hamilton, Institutional Economics, and Education. *History of Political Economy*, v.35, n.4, winter 2003, p.611-653.

SAMUELS, Warren J. Legal Realism and the Burden of Symbolism: The Correspondence of Thurman Arnold. *Law & Society Review*, v.13, n.4, summer 1979, p.997-1011.

SHUMWAY, Nicholas. *Estados Unidos da América: alegorias do apocalipse no Discurso sobre a Nação*. In: PRADO, Maria Lígia Coelho e VIDAL, Diane Gonçalves (org.). *À margem dos 500 anos. Reflexões irreverentes*. São Paulo: Edusp, 2002.

SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

The Symbols of Government by Thurman W. Arnold. *The Journal of Educational Sociology*, v.9, n.7, mar. 1936, p.448.

WEIR, Margaret; SKOCPOL, Theda. *State Structures and the Possibilities for "Keynesian" Responses to the Great Depression in Sweden, Britain, and the United States*. In: EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. (org.). *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WHALE, Charles J. Full Employment with Liberty: John R. Commons' Perspective and Its Continuing Relevance. *Journal of Economic Issues*, v.44, n.2, jun. 2010, p.559-567.

- **Websites/material consultado online**

1. Website do Robert H. Jackson Center (organização sem fins lucrativos em memória do *new dealer* e juiz da Suprema Corte). Link consultado: <<https://www.roberthjackson.org/artifact/thurman-arnold-sworn-in-as-assistant-attorney-general-march-1938>>. Acesso: 20 dez. 2017.

2. Website do arquivo digital do *The New York Times*. Links consultados:

ARNOLD, Thurman; HAZLITT, Henry. Letters to the Editor; Mr. Hazlitt Replies. *The New York Times*, New York, p.103, 6 mar. 1938. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1938/03/06/archives/letters-to-the-editor-mr-hazlitt-replies.html>>. Acesso em: 20 set. 2019.

ASSOCIATED PRESS. How Roosevelt aides became "brain trust": Label casually offered by news writer in campaign days stuck to Moley-Berle Group. *New York Times*, New York, p.3, 29 jun. 1933. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1933/06/29/archives/how-roosevelt-aides-became-brain-trust-label-casually-offered-by.html>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

BEST SELLERS of the Week Here and Elsewhere; New York. *New York Times*, New York, p.17, 31 jan. 1938. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1938/01/31/archives/best-sellers-of-the-week-here-and-elsewhere-new-york.html>>. Acesso: 19 set. 2019.

HAZLITT, Henry. A Revised Attack on Socialism. *The New York Times*, New York, p.20, 9 jan. 1938. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1938/01/09/archives/a-revised-attack-on-socialism.html>>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. This "Folklore" of Capitalism; A Dissenting Opinion on Thurman Arnold's Dismissal of Law and Economics as a "Theology". *The New York Times*, New York, p.2, 13 fev. 1938. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1938/02/13/archives/this-folklore-of-capitalism-a-dissenting-opinion-on-thurman-arnolds.html>>. Acesso: 19 set. 2019.

KIERAN, James. The "cabinet" Mr. Roosevelt already has; The group of advisers who assist him in plotting his course on political seas. *New York Times*, New York, p.2, 20 nov. 1932. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1932/11/20/archives/the-cabinet-mr-roosevelt-already-has-the-group-of-advisers-who.html>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

MITGANG, Herbert. Ralph Thompson, 75, book critic, is dead; Was Reviewer for The Times, Daily and Sunday, and Secretary of Book-of-the-Month Club. *The New York Times*, New York, p.23, 13 nov. 1979. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1979/11/13/archives/ralph-thompson-75-book-critic-is-dead-was-reviewer-for-the-times.html>>. Acesso: 19 set. 2019.

NEW DEAL VICTORY. *New York Times*, New York, p.1, 24, 25 mai. 1937. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1937/05/25/archives/new-deal-victory-welfare-clause-is-not-static-says-cardozo-for-the.html>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

PROF. ROBINSON IS DEAD: Yale Psychologist Succumbs to Injuries After Bicycle Hit Him. *The New York Times*, New York Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1937/02/27/archives/prof-robinson-is-dead-yale-psychologist-succumbs-to-injuries-after.html>>. Acesso: 24 set. 2019.

SCREEN NEWS here and in Hollywood: 'Life of Rudolph Valentino,' Starring Jack Dunn, to Be Made by United Artists TWO FILMS OPEN TODAY Orlob, Producer, Buys Motion-Picture Rights to ' - - - One-third of a Nation - - - ' Of Local Origin. *New York Times*, New York, p. 27, 15 jun. 1938. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1938/06/15/archives/screen-news-here-and-in-hollywood-life-of-rudolph-valentino.html>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

SEAGLE, William. The Symbols by Which Men are Governed.: THE SYMBOLS OF GOVERNMENT. By Thurman W. Arnold. 278 pp. New Haven: Yale University Press \$2.50. *The New York Times*, New York, p.14, 19 jul. 1936. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1936/07/19/archives/the-symbols-by-which-men-are-governed-the-symbols-of-government-by.html>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

THOMPSON, Ralph. Books of the Times; Collections and Qualities. *The New York Times*, New York, 20 jan. 1938. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1938/01/20/archives/books-of-the-times-collections-and-qualities.html>>. Acesso: 19 set. 2019.

_____. Books of the Times; Physician and Metaphysician. *The New York Times*, New York, p.31, 22. dez. 1937. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1937/12/22/archives/books-of-the-times-physician-and-metaphysician.html>>. Acesso: 19 set. 2019.

WILLIAM SEAGLE, N.L.R.B. Lawyer, Was Author of Books on the Law. *The New York Times*, New York, p.24, 2 jan. 1978. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1978/01/02/archives/william-seagle-nlr-b-lawyer-was-author-of-books-on-the-law.html>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

3. Website da Enciclopédia Britânica digital. Links consultados:

Galen of Pergamum. [s. l.], 20 dez. 2018. Disponível em: <<https://academic.eb.com/levels/collegiate/article/Galen-of-Pergamum/35854>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

J.-B. Say. [s. l.], 8 de abr. de 2019. Disponível em: <academic.eb.com/levels/collegiate/article/J-B-Say/65984>. Acesso em 15 jun. 2019.

4. Website do arquivo digital de fotos da Library of Congress (Biblioteca do Congresso). Links consultados:

<<https://lccn.loc.gov/2016873771>>. Acesso: 10 out. 2019.

<<https://www.loc.gov/pictures/item/2016874533>>. Acesso: 10 out. 2019.

5. Website da calculadora de inflação. Link consultado:

<<https://www.usinflationcalculator.com/>>. Acesso em: 19 set. 2019.

6. Website da Biblioteca da Syracuse University. Link consultado:

<https://library.syr.edu/digital/guides/k/kelly_fc.htm>. Acesso: 20 set. 2019.

7. Website da Stanford Encyclopedia of Philosophy (Stanford University). Link consultado: SIDORSKY, David; TALISSE, Robert. *Sidney Hook*. In: ZALTA, Edward N. (org.). The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2018 Edition). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2018/entries/sidney-hook>>. Acesso: 20 set. 2019.
8. Website do United States Department of Justice. Link consultado: <<https://www.justice.gov/atr/history-antitrust-division>>. Acesso: 13 de out. 2019.
9. Website do escritório de advocacia Arnold & Porter. Link consultado: <<https://www.arnoldporter.com/en/about/firm>> Acesso: 10 de out. 2019.
10. Website do jornal El País, edição brasileira. Link consultado: MARS, Amanda. Um ‘New Deal’ contra o populismo: O democrata norte-americano Bernie Sanders e o ex-ministro grego Yanis Varoufakis promovem uma Internacional Progressista. El País, Madrid, 3 jan. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/28/internacional/1546017525_575923.html>. Acesso em: 7 out. 2019.